

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE PARADIGMÁTICO DA
QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO**

MUNIR JORGE FELICIO

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP, Campus de Presidente Prudente como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Geografia sob a orientação do **Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes**.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de pesquisa: Estudos Rurais e Movimentos Sociais

Agosto de 2011

LISTA DE SIGLAS

- CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPDA: Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- CPT: Comissão Pastoral da Terra
- FETRAF-SUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul
- GEOLUTAS: Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade
- GECA: Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal — da Universidade Federal do Mato Grosso
- GETEC: Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato da U. Federal da Paraíba
- LABER: Laboratório de Estudos Rurais — da Universidade Federal do Sergipe
- LAGEA: Laboratório de Geografia Agrária — da Universidade Federal de Uberlândia
- MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
- NEAG: Núcleo de Estudos Agrários — da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
- NPE: Nova Política Econômica
- OCCA: Observatório dos Conflitos no Campo da Univ. Federal do Espírito Santo
- PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PCA: Paradigma do Capitalismo Agrário
- PQA: Paradigma da Questão Agrária
- UEC: Unidade Econômica Camponesa
- UDC: Unidade Doméstica Campesina
- UDR: União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE PARADIGMÁTICO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Introdução	05
1. Processos históricos de construção de paradigmas	10
1.1. Metodologia	10
1.2. A complexidade da questão agrária	14
1.3. Contextualização histórica temática	20
1.3.1. Luta de Classes, campesinato e industrialização da agricultura	26
1.3.2. Complexo agroindustrial: a formação do agronegócio, luta pela terra e reforma agrária	32
1.3.3. O agronegócio e a mundialização da agricultura	36
1.3.4. As opções e ênfases temáticas	40
2. A gênese do paradigma da questão agrária	44
2.1. Karl Kautsky	45
2.2. Vladimir Ilitch Ulianov Lênin	50
2.3. Alexander V. Chayanov	55
2.4. Rosa Luxemburg	59
2.5. Teodor Shanin	64
3. Teóricos contemporâneos e contribuições ao paradigma da questão agrária	71
3.1. Jan Douwe Van Der Ploeg	72
3.2. Eric Sabourin	75
3.3. Armando Bartra	77
3.4. Marcel Mazoyer e Laurence Roudart	80
3.5. José de Souza Martins	85
3.6. José Vicente Tavares dos Santos	90
3.7. Ariovaldo Umbelino de Oliveira	91
3.8. Delma Pessanha Neves	95
3.9. Bernardo Mançano Fernandes	98
4. A gênese do paradigma do capitalismo agrário	101
4.1. Henri Mendras	102
4.2. Hugues Lamarche	110
5. Teóricos contemporâneos e contribuições ao paradigma do capitalismo agrário	115
5.1. Ricardo Abramovay	116
5.2. José Eli Veiga	119
5.3. José Graziano da Silva	122
5.4. Maria de Nazareth Baudel Wanderley	125
5.5. Zander Navarro	128
5.6. Sergio Schneider	131
5.7. Claus Germer	134
5.8. Marcel Jollivet	138
5.9. José de Souza Martins	142
6. Desdobramentos do debate paradigmático no Brasil	145
6.1. Uma leitura do desenvolvimento do debate paradigmático da questão agrária no Brasil	146
6.2. Características, componentes e proposições do paradigma da questão agrária	149

6.3. Uma leitura do desenvolvimento do debate paradigmático do capitalismo agrário no Brasil	153
6.4. Características, componentes e proposições do paradigma do capitalismo agrário	157
6.5. A imprescindibilidade do debate paradigmático no Brasil	159
7. A questão agrária no Pontal do Paranapanema e o debate paradigmático	167
7.1. Dois estudos sobre o Pontal do Paranapanema na perspectiva do paradigma da questão agrária	168
7.1.1. Fátima Rotundo Silveira	168
7.1.2. Eliane Tomiasi Paulino	173
7.2. Dois estudos sobre o Pontal do Paranapanema na perspectiva do paradigma do capitalismo agrário	180
7.2.1. Armando Pereira Antonio	180
7.2.2. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol	185
Considerações finais	192
Referências bibliográficas	197

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE PARADIGMÁTICO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Introdução

Esta tese faz parte do debate atual sobre a complexidade da questão agrária estudada a partir das discussões em que se defrontam as diversas análises desenvolvidas pelas teorias que compõem os paradigmas. À medida que essas discussões se intensificam, vão emergindo as condições indispensáveis para se desvendar as razões e os motivos dos modelos explicativos dentro das análises, tais como: os referenciais teóricos, as ideologias, as intencionalidades e as opções políticas, entre outros. Pela importância dessa tarefa, esta tese propõe um método para estudar o como e o porquê foram construídas estas análises. Trata-se, portanto, de uma proposta metodológica em que se defrontam dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário.

O paradigma da questão agrária defende a tese segundo a qual a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985). Esta questão não pode ser solucionada pelo capitalismo e sua superação está na construção de uma outra sociedade. Suas tendências internas são proletariado (THOMAZ JUNIOR, 2008) e camponês (PLOEG, 2008; OLIVEIRA, 1991) compreendidos pelo método dialético por meio da dinâmica da luta de classes. Nas análises construídas com esse paradigma emergem os diferentes fins e recriações do camponês. Enaltem o protagonismo do camponês por meio de práticas heterogênicas, pela luta pela reforma agrária e pela resistência com as ocupações de terra. A perspectiva para o camponês está na luta contra o capital, na superação do sistema capitalista, como será mais bem analisado no capítulo 6.2 desta tese.

Com as análises seminais de Mendras (1984) e Lamarche (1993; 1998) emerge o paradigma do capitalismo agrário defendendo que os problemas agrários criados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma. Suas tendências internas são a agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 1991) e o agronegócio (NAVARRO, 2010; SILVA, 1981), os quais são analisados, com os recursos do método positivista para enaltecer a sua hegemonia. Portanto, não há antagonismo entre

agronegócio e campesinato, cujas perspectivas seria a manutenção do capitalismo. Basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar, como será mais bem analisado no capítulo 6.4 desta tese.

Por não encontramos elementos na realidade empírica e na academia para um terceiro paradigma, compreendemos esse processo polarizador como resultado das construções teóricas e metodológicas que procuram interpretar as realidades através de duas visões de mundo, sendo que uma tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto a outra defende a sua manutenção. Estas perspectivas também se manifestam na opção dos pesquisadores. Entendemos essa escolha como se ela fosse uma forma de filiação a um dos paradigmas interpretativos. Essas posições revelam as identificações dos pesquisadores com os principais elementos das visões de mundo e das concepções filosóficas defendidas pelos paradigmas. Por isso os pesquisadores contribuem na sua construção, ampliando sua compreensão com a escolha de determinados fenômenos, por meio dos quais, analisam as realidades e desenvolvem modelos explicativos, tentando compreendê-las, quais foram seus desdobramentos com relação à expansão do capitalismo na agricultura. Entendemos por fenômenos o recorte da realidade que interessa às análises que o pesquisador pretender fazer. Para essa tese o objeto de estudo é o campesinato e o fenômeno se constitui no recorte que o pesquisador escolheu para estudar, como por exemplo: o conflito, a produção, o capital, o espaço, entre outros.

O debate paradigmático é imprescindível para esse método de análise que estamos propondo, tendo em vista que, faz parte da complexidade da questão agrária, o entrelaçamento de elementos novos e antigos, dentre os quais, estão os diferentes fins e recriações do campesinato¹. As compreensões desses diferentes fins e recriações emergem das análises no contexto da luta de classes e da internacionalização das lutas camponesas, e/ou, no contexto da reprodução do capital, em que, se destacam aspectos fundamentais: a enorme produtividade do capital e os excelentes resultados econômicos de um lado, a exclusão, expropriação e exploração do campesinato de outro.

Os elementos estruturantes da questão agrária se constituem pelo campesinato e pelo capital. Para as teorias que compõe o paradigma da questão agrária,

¹ Ver as discussões sobre esse conceito em Shanin (1980); Chayanov (1974); Ploeg (2008); Oliveira (1978) e Martins (1981), entre outros.

a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente também, sendo parte dele. Essa questão estrutural está no centro da questão agrária engendrada pela expansão capitalista na agricultura.

Por conseguinte, a questão agrária será interpretada como questão estrutural ou conjuntural, dependendo do paradigma em que o pesquisador estiver filiado, bem como, definirá o limite entre os dois paradigmas. Se a questão for considerada estrutural, significa que o campesinato se (re)cria para lutar contra o capital. Se for considerada conjuntural, o campesinato é (re)criado pelo próprio capital como parte dele próprio. É em torno desse limite, que se desenvolverá o debate paradigmático, a mola propulsora do nosso método, que visa propiciar diversas análises sobre a expansão capitalista e tentando compreender os possíveis processos entre o campesinato e o capital como integração, subalternidade e/ou resistência.

Foram os estudos desses processos que, desde 2005, desencadearam a construção dessa tese, quando emergiu o seguinte questionamento: o camponês e o agricultor familiar são os mesmos sujeitos vivendo em condições diferenciadas ou são dois sujeitos diferentes? Ao tentar entender os vários argumentos sobre esses diferentes significados, fui verificando que as razões utilizadas pelos pesquisadores eram razões que os aproximavam e os identificavam com aquela opção paradigmática. Nela, ele desenvolvia seu método explicativo, ampliava os horizontes teóricos e contribuía para o desenvolvimento do paradigma no qual estava ajudando construir, por ser atraído por ele.

De tal maneira que, as teorias que compõe o paradigma da questão agrária foram agrupadas por diversos argumentos com as quais, afirmavam serem os mesmos sujeitos. E, a maioria das teorias que compõe o paradigma do capitalismo agrário reúne diversos argumentos, com as quais, afirmavam serem sujeitos distintos. Para entender a distinção existente entre eles, as análises procuram explicar que, o camponês ao tecnificar seu processo produtivo, deixa de ser camponês e se metamorfoseia em agricultor familiar. É verdade que entre as teorias que compõem o paradigma do capitalismo agrário, há aquelas que entendem que mesmo o camponês tecnificando seu processo produtivo, e, se integrando como agente econômico não deixa de ser camponês. E há também teorias, que entendem que no agricultor familiar há um

camponês adormecido. De qualquer maneira, para o paradigma do capitalismo agrário são sujeitos distintos.

Diante dessas considerações, fui ampliando meus estudos à medida que desenvolvia pesquisas empíricas e teóricas como membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – refletindo sobre a conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural na Região do Pontal do Paranapanema, a partir dos conceitos de camponês/agricultor familiar. Minhas análises proporcionaram compreender que com o desenvolvimento rural, as alterações nas relações de produção impulsionadas pela industrialização e pela mecanização do processo produtivo modificam as formas de ocupação do território e acirram a luta de classes e a conflitualidade.

Ao defrontar com análises sobre a Região do Pontal do Paranapanema, por meio das dissertações e teses, verifiquei reflexões excelentes. Todavia em algumas encontrei interpretações diferentes para os mesmos fenômenos. Essas interpretações nem sempre eram complementares, muito pouco interdependentes e por vezes, contraditórias. Foi diante dessas constatações que, emergiu a hipótese, segundo a qual, as controvérsias entre as interpretações se devem às opções teóricas e metodológicas feita pelo pesquisador. Comparando os principais conceitos e as idéias utilizadas, fui compreendendo as explicações dos pesquisadores por meio das quais tentavam explicar o avanço do capitalismo na agricultura brasileira, e, como esse avanço atingiu a região, modificando as relações de produção.

A partir dessas análises, percebi que o debate e as discussões entre esses modelos explicativos indicavam ser possível, também, analisar, a partir do debate, a questão agrária, desde o início da evolução da agricultura na sociedade capitalista. Minha hipótese foi se confirmando na medida em que estudava e refletia as contribuições que surgiram nas análises construídas por Kautsky (1986); Lênin (1985); Chayanov (1974); Luxemburg (1985) e Shanin (1983), entre outros.

Como as teorias que compõem o paradigma da questão agrária entendem que o capital não é a única perspectiva para o desenvolvimento do campesinato, e, que o campesinato, historicamente, soube criar alternativas mantendo sua independência e autonomia (mesmo que relativa), agrupei razões que me convenceram colocar as teorias dos autores acima descritos como basilares para a gênese do paradigma da questão agrária. Os fundamentos científicos dessas teorias proporcionam o aprofundamento e a

atualização das teses seminais que foram sendo defendidas pelos teóricos contemporâneos, bem como, influenciam as análises das interpretações sobre o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira.

As obras basilares que consolidaram a gênese do paradigma do capitalismo agrário estão nas análises de Mendras (1974) e Lamarche (1993; 1998), as quais, influenciam de forma mais intensiva, os teóricos contemporâneos no Brasil a partir da década de 1990. As teorias que compõem esse paradigma entendem que o campesinato construirá seu futuro na medida em que for sendo integrado ao capital, se desenvolvendo como se fizesse parte dele, ou, que, se desenvolvesse sob a égide das inexoráveis leis da acumulação capitalista.

Desde os clássicos aos teóricos contemporâneos, quanto para as interpretações feitas na Região do Pontal do Paranapanema ficou demonstrado que, para as teorias desenvolvidas pelo *paradigma da questão agrária*, as perspectivas para o campesinato, são construídas como alternativas distintas do capital. E, desde os clássicos aos teóricos contemporâneos, quanto para as interpretações feitas na Região do Pontal do Paranapanema demonstram que, para as teorias desenvolvidas pelo *paradigma do capitalismo agrário*, as perspectivas para o campesinato são idênticas às do capital.

Desse modo, esta tese nasceu numa perspectiva de estudo do Pontal do Paranapanema e foi ampliada para leituras teóricas de clássicos e contemporâneos de ambos os paradigmas. Por essa razão, mantivemos os debates paradigmáticos sobre os estudos do Pontal do Paranapanema, pois eles foram geradores dessa tese.

Apontar perspectivas tão distintas diante do mesmo fenômeno, quer seja no Pontal ou em qualquer outra parte do mundo é, no mínimo, ter indícios de que, uma análise construída com base em uma determinada teoria científica está sendo rejeitada, em favor de outra análise, incompatível com aquela, por que construída com outra teoria científica. O debate paradigmático que impulsiona o método de análise, que estamos propondo nesta tese, possibilita refletir sobre esse embate. É importante compreender como acontece a disputa, a rejeição e/ou negação de uma teoria por outra, como pode ser encontrado na contribuição de Khun (2009) a seguir.

1 PROCESSOS HISTÓRICOS DE CONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS

1.1 – Metodologia

Khun ao tratar da Estrutura das Revoluções Científicas, inicia suas considerações, constatando que o empreendimento da comunidade científica consiste em defender uma pressuposição básica, segundo a qual, ela “sabe como é o mundo” (2009, p.24). Ao se defrontar com novidades fundamentais, os esforços despendidos por essa comunidade visam suprimi-las “porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos” (p.24). Quando essas novidades fundamentais revelam anomalias que “subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência” (p.24).

O desenvolvimento dessas investigações extraordinárias provoca alterações tão profundas e abrangentes, que Khun as denomina de revoluções científicas. São elas que dão suporte à comunidade científica para “rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela” (p.25). São razões como esta, que Khun utiliza para compreender que, o desenvolvimento científico não acontece por acumulação e, não se constitui, como “um processo de acréscimo” (p.21). É o resultado da transição, em que um paradigma é superado pelo outro, que se constitui num processo acumulativo, pois, “a transição sucessiva de um paradigma a outro, por meio de uma revolução, é o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida” (p.32; p. 122). E, “decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, *bem como* sua comparação mútua” (p. 108. Grifos no original). Isso não significa “um mero incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer a reconstrução da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores. Esse processo intrinsecamente revolucionário raramente é completado por um único homem e nunca de um dia para o outro” (p.26).

Ao descrever as características do paradigma Khun (2009, p. 38; p. 145) ressalta, a de que o paradigma não pode prescindir, em ser melhor dentre aqueles com os quais está competindo, todavia, ele não precisa explicar todos os fatos por ele

defrontados. Outra característica do paradigma consiste na intencionalidade (apesar de Khun (2009) não usar esse termo, mas usa a concepção, a idéia) e na incomensurabilidade de sua maneira de ver o mundo, porque elas são as principais bases que o definem e o determinam, uma vez que, “o que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (p. 150). Já que “o cientista não pode apelar para algo que esteja aquém ou além do que ele vê com seus olhos e instrumentos” (KUHN, 2009, p. 151). O paradigma fornecerá maior amplitude ao aparato cultural, que, no ser humano funciona como se fosse “lentes, através das quais os homens vêem, o meio através do qual interpretam e informam o que vêem” (SHANIN, 1983, p. 194).

O paradigma como modelo tem a finalidade de orientar as pesquisas e, estabelecer, aproximadamente, o campo de estudo e seus limítrofes, eleger fenômenos que serão analisados “dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma” (KHUN, 2009, p.44). Como protótipo ideal, como um modelo em construção, o paradigma atrai um grupo duradouro de partidários e permanece aberto “para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência” (p. 30). Por conseguinte, “a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma” (p.45). O paradigma fornece suporte científico para as pesquisas, seja dirigindo-as, “seja modelando-as diretamente, seja através de regras abstratas” (p. 72).

Ao reunir nos seus domínios: métodos, proposições, problemas, regras, pressupostos, interpretações, visões de mundo e padrões de solução, o paradigma gera, inevitavelmente, debates freqüentes entre os pesquisadores por causa da busca do conhecimento científico. Ao surgir fenômenos novos e não previstos que são descobertos pela pesquisa científica, os quais não mais se ajustam aos limites definidos por aquele paradigma, exige então, a elaboração de um novo conjunto de padrões e regras, constituindo um novo modelo, um novo paradigma. “A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal” (KHUN, 2009, p. 78).

É importante ressaltar que anomalia para Khun é compreendido como superação numa perspectiva linear em que o paradigma anterior é, necessariamente,

removido e substituído. Para o presente método de análise que estamos propondo compreendemos anomalia como disputa numa perspectiva paralela em que o paradigma anterior é negado, mas não substituído. Enquanto para Khun um paradigma nega e substitui o outro, para nós, um paradigma nega, mas não substitui o outro. E a existência dos dois paradigmas é extremamente importante pela possibilidade de estabelecer o debate paradigmático entre eles como condição de aproximação da questão agrária.

Compreendemos que essa aproximação acontece na medida em que a comunidade científica analisa as transformações provocadas com o avanço do capitalismo na agricultura, estudando a diferenciação, a destruição e a recriação do campesinato. Refletir sobre as alterações da essência das relações sociais e econômicas no âmago da ordem tradicional nas aldeias camponesas, de acordo com as análises de Kautsky (1986); Chayanov (1974); Shanin (1983), entre outros. No cerne dessas transformações estão o capital e o campesinato, o que ficou denominado de questão agrária.

Ao analisar a questão agrária, a comunidade científica aponta perspectivas distintas, as quais violavam as perspectivas anteriores. Por isso, era previsto um período de hesitação como explica Khun (2009). As controvérsias que quase sempre acompanham essas mudanças lembram “as características definidoras das revoluções científicas²” reagrupadas por Khun, ao ressaltar que “a nova teoria implica uma mudança nas regras que governavam a prática anterior” (2009, p. 25). E, porque “freqüentemente um paradigma que foi desenvolvido para um determinado conjunto de problemas é ambíguo na sua aplicação a outros fenômenos estreitamente relacionados” (p.50), à medida que o capital avança provocando transformações, avança também os estudos elegendo determinados fenômenos e desenvolvendo teorias com as quais visam compreender as alterações nas relações entre o capital e o campesinato.

As alterações implantadas com a mudança de paradigma modificam com tamanha profundidade a concepção de mundo e a maneira de fazer ciência, que os pesquisadores são tentados a

proclamar que, quando mudam os paradigmas, muda com eles o próprio mundo. Guiados por um novo paradigma, os cientistas adotam novos instrumentos e orientam seu olhar em novas direções. E o que é ainda mais importante: durante as revoluções, os cientistas vêem coisas novas e diferentes quando, empregando instrumentos familiares, olham para os

² Para o nosso método de análise, as revoluções científicas acontecem pela disputa paradigmática, como explicamos anteriormente.

mesmos pontos já examinados anteriormente. É como se a comunidade profissional tivesse sido subitamente transportada para um novo planeta, onde objetos familiares são vistos sob uma luz diferente e a eles se apegam objetos desconhecidos. Certamente não ocorre nada semelhante: não há transplante geográfico; fora do laboratório os afazeres cotidianos em geral continuam como antes. Não obstante, as mudanças de paradigma realmente levam os cientistas a ver o mundo definido por seus compromissos de pesquisa de uma maneira diferente (KHUN, 2009, p. 147-148).

Por causa do dinamismo da expansão capitalista, que se inicia com o processo de industrialização da agricultura, a emergência de novos instrumentos e novas direções impulsionam as pesquisas ao apresentar novos conceitos e podem desenvolver novas compreensões, com novas perspectivas para o capital e para o campesinato. Diante deste cenário, entendemos ser profícuo um estudo sobre a questão agrária promovendo um confronto interpretativo, por meio do qual as discussões das interpretações e das construções de significados possam nos aproximar o quanto possível dessa complexa realidade no/do desenvolvimento atual da agricultura.

Por isso propomos um método de análise que tem no debate paradigmático seu impulso principal ao confrontar as teorias e as análises das transformações engendradas pela expansão capitalista na agricultura. Insistimos na imprescindibilidade do debate paradigmático por causa da complexidade da questão agrária que será tratada no capítulo 1 desta tese. O debate paradigmático acontecerá entre dois paradigmas: o da questão agrária que ocuparão os capítulos 2 e 3, e, o do capitalismo agrário que ocuparão os capítulos 4 e 5. No capítulo 6 reuniremos as abordagens das leituras do desenvolvimento do debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário no Brasil. E, no capítulo 7 o mesmo debate a partir de estudos sobre o avanço capitalista na Região do Pontal do Paranapanema.

1.2: A complexidade da questão agrária

Por sua própria essência, a complexidade da questão agrária contém velhos e novos elementos nas relações entre o capital e o campesinato. Nesta primeira década do século XXI, entre os velhos elementos, estão os processos de integração-subalternidade/resistência e destruição do campesinato. Entre os novos, estão as interpretações dos diferentes fins e recriações do campesinato por meio da metamorfose do camponês em agricultor familiar e pela compreensão do processo de recampesinização.

Esta tese visa desenvolver as três abordagens: 1) fim; 2) metamorfose; e 3) recampesinização, tendo, como referências, a formação do agronegócio³ na mundialização da economia e na internacionalização das lutas camponesas. Agronegócio consiste num complexo de sistemas com poder para comandar e controlar o desenvolvimento da agricultura como descreve Welch e Fernandes:

Um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desse complexo e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia (2008, p. 165. Grifos no original)

Essas abordagens são partes do debate atual da questão agrária. No centro dessa discussão, está o questionamento: o campesinato é parte do agronegócio e/ou se constitui num modelo de desenvolvimento próprio? Perguntas como esta tem merecido a atenção de importantes teóricos de várias áreas do conhecimento, como, por exemplo, Ploeg (2008), Bartra (2007) e Mazoyer e Roudart (1998), entre outros.

O campesinato é recriado pelo capital por meio das relações de compra e venda da terra e/ou do arrendamento e se recria por meio da luta pela terra, principalmente pelas ocupações de terra (FERNANDES, 2000). A recriação do campesinato é parte essencial do capital que desenvolve a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção, (LUXEMBURG, 1985 e MARTINS, 1986) resultando em relações de subalternidade/resistência. De subalternidade, quando o futuro do campesinato é interpretado na direção da integração à lógica do capital. De resistência, quando o futuro dele é interpretado como enfrentamento ao capital na luta

³ Sobre esse conceito consultar Silva, 1998, principalmente os capítulos 1 e 3.

para ampliar sua autonomia. É preciso saber distinguir as leituras sobre esses processos e sobre as situações em que o campesinato se desenvolve entre a submissão e a resistência.

A autonomia e independência do campesinato são estudadas por Mazoyer e Roudart, que, desde o período neolítico, detectaram o desenvolvimento de “formas de agricultura” (1998, p. 14), que se constituem num jeito próprio de produção agropecuária, “isto é, a condição camponesa flui para e inclui uma especialização do modo camponês de fazer agricultura” (PLOEG, 2008, p. 60). Esse modo camponês de produção resiste ao “reino” ou “império” uniforme do capital, onde os camponeses são considerados uma anomalia, pois, “diversos por natureza sustentam seu polimorfismo perverso em múltiplas e variadas maneiras de interagir com a biosfera” (BARTRA, 2007, p. 86).

A subalternidade é condição de desterritorialização do campesinato no processo de proletarização ou por meio do monopólio do território camponês pelo capital. Esse segundo processo, compreendido pelo paradigma da questão agrária como territorialidade do capital no território camponês, é interpretado pelo paradigma do capitalismo agrário como uma forma de integração ao capital. A resistência é compreendida como confronto com as condições impostas pelo capital, quer seja desterritorializando e proletarizando ou monopolizando o território camponês. Esses processos estão diretamente vinculados às abordagens de destruição e recriação do campesinato.

A integração é entendida por meio da metamorfose, quando “aquilo que era, antes de tudo, um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1998, p. 127). Ou seja, pela integração no mercado, pois “os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos” (VEIGA, 1991, p. 191). “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser, nem de longe, caracterizada como *camponesa* (ABRAMOVAY, 1998, p. 22. Grifos no original). “O camponês tornou-se, cada vez mais, um agente econômico” (MENDRAS, 1984, p. 123).

Esses autores procuram demonstrar que “a subalternidade e a expropriação aparecem como uma suposta ineficácia do campesinato e não como intensa exploração do agronegócio” (FERNANDES, 2008, p. 9). Nessas pesquisas

raramente aparecem a luta contra o capital e a resistência camponesa não faz parte das análises, pois são fenômenos que não foram previstos pelo paradigma do capitalismo agrário. Kuhn explicita que “os fenômenos que não se encaixam nos paradigmas não são vistos pelos pesquisadores” (KUHN, 1998, p. 45). Os paradigmas dirigem as investigações, definem os objetos, conduzem as análises, selecionam os fenômenos para serem analisados.

A resistência do campesinato é compreendida como perspectiva pelos estudiosos que explicam o desenvolvimento do capital de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 2001, p. 185). Utilizando o materialismo dialético eles entendem as disputas territoriais através da luta de classes geradora de conflitualidades, como explica Fernandes ao enfatizar que “o capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato” (2008, p. 181. Grifos no original).

A compreensão da questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas pela amplitude e complexidade dos problemas e das possíveis leituras com diferentes paradigmas. Neste contexto compreender os processos dos diferentes fins e recriações do campesinato analisando a expansão do capitalismo na agricultura. A história do campesinato e a história dos pensamentos sobre o campesinato estão compreendidas no debate paradigmático, fazem parte da nossa proposta metodológica e, ambos possuem elementos e abordagens das análises que organizam os paradigmas. Nestas abordagens estão as discussões sobre a metamorfose que transforma camponês em agricultor familiar para cooptar o campesinato como faz Abramovay ao afirmar que “o agronegócio é constituído fundamentalmente de agricultores familiares” (ABRAMOVAY, 2003, p.7); a recampesinização (PLOEG, 2008; SABOURIN, 2009; BARTRA, 2007; MARQUES, 2004; SHANIN, 1980; MAZOYER e ROUDART 1998) que discute o fim do fim do campesinato, em que sua superação está no resgate da identidade camponesa, como jeito próprio de fazer agricultura. Entendemos recampesinização como um processo permanente em que o campesinato luta por autonomia e independência.

Ao discutir os diferentes fins e recriações do campesinato as análises enfocam abordagens distintas. Para Kautsky (1986) e para Lênin (1980) o fim do campesinato está nos processos de diferenciação, de expropriação ou pela sujeição do campesinato. Eles entenderam que o campesinato sucumbiria como consequência das

grandes explorações capitalistas. Todavia, as perspectivas de superação estariam na subalternidade do campesinato ao Estado socialista. Nesta mesma linha do fim do campesinato, mas com perspectiva distinta, estão as obras de Mendras e Lamarche. Enquanto para Lenin e Kautsky o fim do campesinato tem como significado a sua eliminação física, para Mendras e Lamarche a significação está na eliminação teórico-conceitual. Para Mendras (1984) e Lamarche (1993, 1998) o fim do campesinato é consequência da industrialização da agricultura, pelo crescente processo de tecnificação e pelos diferentes graus de integração ao mercado, metamorfose que transforma o camponês em agricultor familiar.

Mendras (1984) tenta compreender o desaparecimento da civilização milenar francesa constituída pelo campesinato, que se formou há dez séculos e que sucumbiu diante do desenvolvimento do capitalismo na agricultura francesa. Seu desaparecimento é resultado de um processo de transformação do camponês em agricultor moderno tecnificado e produtor de mercadoria, integrado no mercado onde atua como agente econômico.

Ao negar o protagonismo do campesinato os teóricos da metamorfose como Mendras (1984); Lamarche (1993, 1998); Abramovay (1998, 2003) entre outros, atribuem ao camponês o ônus de representar o atraso e até mesmo o resquício feudal, como justifica Abramovay: “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe ser caracterizada como *camponesa*” (ABRAMOVAY, 1998, p. 22. Grifos no original). Por isso, numa economia capitalista, ele só pode ser coadjuvante dada sua integração parcial a mercados incompletos. “As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1998, p. 117).

Ao afirmar o protagonismo do campesinato os teóricos da recriação como Oliveira (2001); Fernandes (2000); Ploeg (2008) entre outros, ressaltam a importância da luta para aumentar a autonomia e independência estabelecidas pelo enfrentamento contra o capital por meio da luta pela reforma agrária, com a luta pela terra, principalmente pelas ocupações de terra (FERNANDES, 2000); com o processo de recampesinização, como Ploeg (2008); Sabourin (2009); Bartra (2007); Marques (2004) e pela internacionalização das lutas camponesas com a criação da Via Campesina em maio de 1993.

Recampesinização consiste numa tentativa de redefinir a recriação do campesinato frente à exclusão social cada vez mais intensa. Consiste em uma população que luta para sobreviver, unindo-se pelo controle de seus meios de produção como a terra, a água e os recursos naturais, dos quais são expropriados. Ploeg defende a recriação do campesinato via processo de recampesinização na busca por autonomia, por meio da produção agroecológica sustentável onde as sementes e as nascentes de água potável são recuperadas, como também os demais recursos renováveis. Trata-se da “reconstrução substancial do capital ecológico, social e cultural, sendo esses os recursos principais em que a agricultura camponesa é cada vez mais fundamental” (PLOEG, 2008, p. 303).

Para Ploeg a recampesinização

É uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a *recampesinização*. [...] a recampesinização ocorre tanto na Europa como em países do Terceiro Mundo (PLOEG, 2008, p. 23. Grifos no original).

A recampesinização consiste no processo de tornar-se camponês ou recuperar valores e práticas antigas como esclarece Marques (2004, p. 145-156). Trata-se de diversas atividades e processos interconectados tais como: “a luta pela emancipação, isto é, trabalhar a terra o melhor possível para obter o melhor rendimento e, assim, níveis mais elevados de valor agregado” (PLOEG, 2008, p. 82). O “uso do trabalho familiar (e o envolvimento em relações de reciprocidade) é preferido às relações de trabalho assalariado” (PLOEG, 2008, p. 87). “A partilha de conhecimentos através de grupos de estudo informal pode fomentar a produção de novidades e divulgar os resultados promissores” (PLOEG, 2008, p. 89).

Duas constatações de Mazoyer e Roudart (1998) são importantes e corroboram com a compreensão de Ploeg (2008). A primeira defende a necessidade de estudos aprofundados sobre os sistemas agrários multisseculares:

As regiões do mundo densamente povoadas, onde o campesinato desenvolve hoje formas de agricultura complexas, duradouras, com alto rendimento territorial e pouco custoso em recursos não renováveis, são, sem dúvida, os laboratórios onde se elaboram as formas de agricultura mais preciosas para o futuro da humanidade. Só o estudo ecológico e econômico aprofundado, e a compreensão precisa desses sistemas agrários, que são o fruto da experiência

multissecular e sempre renovada do campesinato, podem permitir aos investigadores identificar e propor melhorias apropriadas, e transferir, adaptando-as, algumas aquisições de uma agricultura em proveito de uma outra (MAZOYER e ROUDART, 1998, p.485).

A segunda diz respeito à construção do futuro viável para a humanidade:

Tendo em conta o papel que deverão desempenhar todas as agriculturas do mundo na construção de um futuro viável para a humanidade, é inquietante constatar a que ponto a opinião e os espíritos esclarecidos dos nossos dias estão afastados das realidades agrícolas, e a que ponto mesmo aqueles que têm a responsabilidade da agricultura desconhecem toda a riqueza da herança agrária da humanidade (MAZOYER & ROUDART, 1998, p.13).

O desconhecimento da herança agrária da humanidade tem impulsionado o processo histórico de invisibilização do campesinato na sociedade e na academia onde também não é valorizada e nem reconhecida o desenvolvimento da tecnologia camponesa de produção na agricultura, como destaca Ploeg “a ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia” (PLOEG, 2008, p. 33).

A complexidade indica que o estudo da questão agrária possibilita diversas análises dependendo da filiação do pesquisador no paradigma que melhor projeta sua visão de mundo. Com seus métodos de estudo, seus referenciais teóricos, suas ideologias, suas intencionalidades e suas opções políticas, compõem as análises e influenciam na compreensão do problema. Priorizam determinadas concepções entre as quais estão os antigos e os novos elementos da questão agrária como estão demonstradas no quadro a seguir e estudadas na contextualização histórica temática.

1.3 – Contextualização histórica temática

Do final do século XIX ao início do século XXI, o processo de industrialização da agricultura promoveu ganhos de produtividade que fez saltar de 1 para mais de 200 hectares a superfície cultivada por um trabalhador (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 364) e proporcionou ao retireiro ordenhar mais de 200 vacas por dia, devido ao processo de tecnificação e automação “de maneira que a razão de produtividade entre a agricultura manual menos produtiva do mundo e a agricultura mecanizada mais produtiva é hoje da ordem de 1 para 500” ((MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 434). Gradativamente a industrialização do processo produtivo juntamente com a revolução dos transportes “quebrou o isolamento e pôs em concorrência todas as agriculturas do mundo” (p. 434).

A mecanização atingiu a todos: capitalistas e camponeses; e excluiu muitos. Os atingidos são diferentes, mas a técnica produzida partiu da ordem capitalista, de modo que as matrizes tecnológicas foram criadas a partir dos princípios do modo de produção capitalista, por meio da monocultura em grande escala, que subordinou a agricultura camponesa a este modelo de desenvolvimento, como explica Mazoyer e Roudart

[...] a contar dos meados do século XIX, a indústria dos países desenvolvidos produziu em série novas máquinas agrícolas mais produtivas, e novos meios de transportes capazes de aprovisionar a agricultura de corretivos e de escoar sem custos elevados grandes quantidades de gêneros muito pesados e incômodos. Pouco a pouco conquistados pelos caminhos de ferro transcontinentais e ligados à Europa pelos barcos transoceânicos, os imensos territórios das colônias brancas das regiões temperadas das Américas, da Austrália, da Nova Zelândia e da África do Sul entraram em produção. [...]. Assim, no final do século XIX, pela primeira vez, a indústria tinha produzido meios de transporte suficientemente potentes para tirar do isolamento e pôr em concorrência o antigo e o novo mundo, para utilizar maciçamente os corretivos e para começar a utilizar adubos minerais de origem longínqua. (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 364).

A análise dessas transformações é importante para compreender as distintas formas como as novas técnicas impactaram a agricultura capitalista e a camponesa. Enquanto as grandes fazendas não encontraram muitos obstáculos para substituir os trabalhadores assalariados pela mecanização, as explorações familiares, por sua natureza, tiveram dificuldades para se adequarem ao modelo altamente mecanizado, como esclarece Mazoyer e Roudart:

Compreende-se bem que as grandes explorações capitalistas com assalariados tenham podido dispor dos capitais necessários para adquirir esses novos meios de produção, e que tenham podido desembaraçar-se com bastante facilidade da sua mão-de-obra para a substituir por máquinas. Em contrapartida, compreende-se menos facilmente como é que explorações familiares, que contavam apenas com alguns hectares no início do século, puderam ultrapassar todas as etapas da segunda revolução agrícola para se transformarem em explorações altamente capitalizadas, muito maiores e várias dezenas de vezes mais produtivas (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 364).

À medida que ocorreram essas transformações na agricultura, constituindo o modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, os pesquisadores procuraram compreendê-las – por meio de novas temáticas e conceitos – com os quais, visavam analisá-las, ao mesmo tempo em que, construía suas teorias e desenvolveram os paradigmas. Trata-se, portanto, de um tempo histórico no qual aconteceram, por etapas, alterações na agricultura. As alterações impulsionaram o avanço do capital na agricultura, a resistência camponesa e dinamizaram as análises teóricas e paradigmáticas. Para melhor compreendê-las, dividiremos em três períodos, como forma de fazer emergir o confronto interpretativo entre os paradigmas que se desenvolveram e procuraram explicar os diferentes fins e recriações do campesinato bem como os processos de integração-subalternidade-e/ou-resistência.

Nas análises construídas pelos teóricos do paradigma do capitalismo agrário, dentro deste modelo de desenvolvimento, o campesinato prosperará à medida que incorporar tecnologia e se transformar em produtor *profissional* de mercadoria ou usuário das técnicas do capital, como condição para sua integração no mercado capitalista. Ao negar o protagonismo do campesinato, explicam seu desaparecimento porque, numa economia capitalista, ele é considerado elemento anômalo. Anomalia compreendida por Abramovay (1998) ao tentar explicar sua racionalidade econômica incompleta. E compreendida por Martins (2000, p. 143) ao tentar explicar a incapacidade, a inépcia diante da interpretação dos fatos “como atraso de consciência em relação à realidade”.

Para os diferentes teóricos do paradigma da questão agrária o campesinato se desenvolve no interior do capitalismo, é (re)criado por ele e se recria por si próprio pelas ocupações de terra (FERNANDES, 1996; 2000) e pela expansão do capital de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 1981). Enaltecem o protagonismo propositivo do campesinato, explicando seu desenvolvimento numa

economia capitalista por ser ele considerado elemento anômalo. Anomalia compreendida por Ploeg (2008) ao tentar contrastar o “jeito camponês de fazer agricultura” do jeito empresarial; e compreendida por Bartra (2007) ao tentar explicar o polimorfismo perverso camponês. O jeito camponês de fazer agricultura; a soberania alimentar, a reforma agrária tornaram-se parâmetros de um modelo camponês de desenvolvimento da agricultura nas análises de Ploeg (2008); Mazoyer e Roudart (1998), Bartra (2007), Via Campesina e entre outros.

Dar visibilidade a essas e outras nuances faz parte da contextualização temática descrita no quadro 1, cujo primeiro período apresenta algumas análises referentes à renda fundiária, proletarização e fim do campesinato, entre outras, buscando interpretar os desdobramentos da questão agrária do início da industrialização da agricultura. No segundo período as temáticas escolhidas como a sujeição da agricultura à indústria, a monopolização do capital e a integração no mercado, entre outras, demonstram que diante da questão agrária as diferentes interpretações corroboram a compreensão do desenvolvimento do complexo agroindustrial como formação do agronegócio. No terceiro período as temáticas escolhidas como a metamorfose do camponês em agricultor familiar, reforma agrária e recampesinização, entre outras, apontam diferentes conflitualidades do capital e do campesinato diante do desenvolvimento do agronegócio, a subornidação do campesinato na mundialização da agricultura. A organização dessas análises demonstra como os paradigmas construíram interpretações refletindo sobre as transformações engendradas pelo avanço do capitalismo e como geraram significações com as quais pudessem compreender os diferentes fins e recriações do campesinato.

No quadro 1 estão em vermelho os autores que usaram temáticas com as quais defenderam a tese segundo a qual a questão agrária é estrutural no capitalismo. São pesquisadores que se filiaram e construíram o paradigma da questão agrária. Em azul estão os autores que usaram temáticas com as quais não reconhecem a existência da questão agrária no capitalismo. São pesquisadores que desenvolveram o paradigma do capitalismo agrário.

Chamamos a atenção para o fato de que o enquadramento a seguir é sempre uma aproximação a partir das características, das temáticas, dos contextos históricos, das tendências e processos. Não procuramos o consenso com esta interpretação, mas apresentamos uma leitura a partir dos conteúdos das análises para

contribuir com o debate paradigmático. A não concordância com esta leitura é elemento do debate.

Quadro 1

Contextualização histórica temática da agricultura do final do século XIX ao início do século XXI								
Luta de classes, campesinato e industrialização da agricultura			Complexo agroindustrial: a formação do agronegócio; luta pela terra e reforma agrária			O agronegócio e a mundialização da agricultura		
Temáticas escolhidas	Autores	DP	Temáticas escolhidas	Autores	DP	Temáticas escolhidas	Autores	DP
Fim do campesinato	KAUTSKY	1899	Fim do Camponês	MENDRAS	1967	Agricultura Familiar	VEIGA	1991
Renda fundiária			Integração no mercado			Integração no mercado		
Produção social			Inovação Tecnológica			Tecnificação		
Proletarização	LÊNIN	1899	O Estado como agente do capital	OLIVEIRA	1978	Metamorfose do camponês em agricultor familiar.	ABRAMOVAY	1992
Grande e pequena produção			Mono-polização do capital			A cultura parcial do camponês		
Agricultura Mercantil.			Sujeição da agricultura à indústria			Unidades produtivas familiares, não camponesas.		
Acumulação do capital	ROSA LUXEMBURG	1912	Capitalização do Setor Agrícola	WANDERLEY	1979	Quimiquização.	MAZOYER e ROUDART	1998
Renda fundiária						Motomecanização.		
Relação não-capitalista de Produção						O resgate Histórico das agriculturas do globo		
UEC	CHAYANOV	1925	Exploração Familiar como unidade de análise	LAMARCHE	1980	Recriação do campesinato	OLIVEIRA	2003
						Reforma Agrária		
Exploração Familiar	CHAYANOV	1925	Complexo Agro Industrial.	SILVA	1981	Polimorfismo reverso do campesinato	BARTRA	2007
						Recampesinização.		
Protagonismo do campesinato	CHAYANOV	1925	Terra de Negócio e Terra de Trabalho	MARTINS	1981	Artimanhas e sedução do raciocínio classificador	NEVES	2007

			Lutar pela terra é lutar contra o capital. Reforma Agrária			A unidade de produção é uma realidade multidimensional		
Descamponezação	SHANIN	1972	Territorialização do campesinato Resistências Camponesas.	FERNANDES	1999	Conflitualidade Mov. Sócio-Territoriais Campe- nato e agronegócio	FERNANDES	2008
Campesinato Propositivo	SHANIN	1972	Recriação do campesinato	SILVEIRA	1990	Recampesinização O jeito camponês de fazer agricultura	PLOEG	2008
Recriação do Campesinato	ANDRADE	1964	Resistência camponesa	SANTOS	1978	Recampesinização	SABOURIN	2009
Ligas Camponesas	ANDRADE	1964		ZANDER	2010	Reforma Agrária	MARTINS	2000
Dependência e Atrrelagem do campesinato	VALVERDE	1964	Renda da terra	PAULINO	1997	O protagonismo do campesinato.	WANDERLEY	2009
Análise da luta de classes no campo.	MARTINS	1979	Movimento Social Rural	ANTONIO	1990	As raízes do movimento sindical camponês no Brasil	WELCH	2010
Reforma Agrária	MARTINS	1979	CAI	HESPANHOL	2000	Produção de alimentos	POLLAN	2007

DP: datas da primeira publicação. Neste estudo foram utilizadas as edições citadas na bibliografia.

EM VERMELHO AUTORES DO Paradigma da Questão Agrária

EM AZUL AUTORES DO Paradigma do Capitalismo Agrário

Quadro organizado por Munir Jorge Felício

1.3.1 – Luta de classes, campesinato e industrialização da agricultura

As análises de Kautsky (1899/1986); Lênin (1899/1985) e Rosa Luxemburg (1912/1985) reúnem temáticas seminais com as quais buscaram compreender o avanço do capitalismo na agricultura, tais como fim do campesinato, a proletarianização, a renda fundiária, entre outras. Procuraram demonstrar os principais impactos que ocorreram com industrialização da agricultura no final do século XIX e início do século XX. À medida que avançava a industrialização da agricultura, o campesinato era expropriado, perdendo seu território e, com isso, sua autonomia, mesmo que relativa. O campesinato se organizava a partir das aldeias e do que ficou conhecido como sociedade de território, onde se desenvolvia a cultura dos três campos num sistema tendente à auto-suficiência como descreve Kautsky:

O modo de produção medieval estava perfeitamente adaptado às necessidades de uma cooperativa de indivíduos de mesmo nível, tendo todos o mesmo gênero de vida e produzindo para o próprio uso.[...]. Agora surgia, todavia, um mercado caracterizado por necessidades variáveis; desenvolvia-se, assim, a desigualdade entre os companheiros da mesma aldeia [...]. (KAUTSKY, 1986, p. 32-33).

Esse processo de transformação das relações feudais de produção foi distinguindo gradativamente a propriedade parcelaria da terra, da propriedade individual e inicia a dissolução da pequena indústria doméstica camponesa com o desenvolvimento da indústria urbana capitalista. A indústria e o comércio foram os dois pilares fundamentais, por meio dos quais, o capital se instalou na agricultura com a imposição de sua lógica de acumulação e, é a partir desse marco histórico, que ele pretende instituir o assalariamento, sua relação social característica.

O desenvolvimento industrial, comercial e urbano que permitia absorver o excedente agrícola comercializável implicou no esfacelamento do campesinato pela desorganização da tradicional aldeia camponesa como explica Mazoyer e Roudart:

O desenvolvimento da nova agricultura foi também condicionado pela supressão dos obstáculos ao desenvolvimento da indústria, como os monopólios feudais e corporativistas, e pela supressão dos obstáculos ao desenvolvimento do comércio, como as alfândegas provinciais e as outorgas (direitos de barreira ou de consumo) locais. O desenvolvimento combinado das revoluções agrícolas, industrial e comercial, não pode, por isso, ter lugar em todos os países senão na sequência de um vasto conjunto de reformas que instauraram a livre disposição da terra, a liberdade de empreender e comerciar, e a livre circulação de pessoas e bens (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 304-305).

São abordagens como essas que auxiliam compreender as principais alterações no campo e na cidade. Apresentam a complexidade da questão agrária, diante da qual, defendemos a necessidade do debate paradigmático para analisar os desdobramentos das relações entre o campesinato e o capital. Essa é uma das razões que justificam a nossa escolha na reunião das teorias de Kautsky (1986); Lênin (1985); Chayanov (1974); Rosa Luxemburg (1985) e Shanin (1983) por entender que são obras onde pode ser encontradas diferentes interpretações para o estudo da industrialização da agricultura. São análises críticas com indicações que auxiliam na compreensão histórica da agricultura daquela época e de hoje. Andrade (1964); Valverde (1964) e Martins (1979) construíram suas análises também a partir desses referenciais para compreender a história do desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Ao estudar o desenvolvimento da grande propriedade, Kautsky queria entender quais os impactos dela na pequena propriedade. Ou seja, como o capital se desenvolve e como seu desenvolvimento impacta o campesinato? E se questionava: como o capital tornaria insustentável outras formas de produção que não fosse a capitalista na grande propriedade privada na qual se instalava? Kautsky parte do princípio segundo o qual, “não se deve focalizar a agricultura como entidade isolada e desligada do mecanismo integral da produção social” (KAUTSKY, 1986, p. 15). O capital para se apoderar da agricultura e revolucioná-la, tende a destruir antigas formas de produção e implantar a agricultura capitalista? Foi o que Kautsky analisou na Alemanha e Lênin na Rússia.

A implantação da agricultura moderna na Rússia desenvolveu-se de forma lenta devido às instituições sociais e econômicas feudais, como constatou Lênin (1985) na sua obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia – O processo de formação do Mercado interno para a Grande Indústria”. O capitalismo que se desenvolveu na Rússia é aquele que ficou conhecido como *via prussiana* - que acontece pela separação da economia camponesa em relação à economia senhorial. Do trabalho manual e da técnica primitiva, ao trabalho intelectual e transformações tecnológicas, “o capitalismo cria necessariamente a mobilidade da população, que era desnecessária aos sistemas de economia social anteriores [...]” (LÊNIN, 1985, p. 373).

Como o capital não fica adstrito às relações capitalistas de produção, mas reproduz também as relações não capitalistas de produção, essas chamaram a atenção de Rosa Luxemburg (1985, p. 333) ao constatar que:

Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar outros compradores que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista, [...].

Portanto, interessa à acumulação do capital a reprodução do campesinato e sua forma de produção familiar, pois o capital para expandir sua acumulação, engendra e reproduz relações não capitalistas de produção visando formar um novo capital-dinheiro. “A produção capitalista não é uma produção voltada para fins de consumo, mas para a produção de valor” (LUXEMBURG, 1985, p. 14).

Chayanov (1974) analisa a organização da unidade econômica camponesa – UEC - na Rússia no início dos anos 1900, em que, 90% da população são compostas de unidades de exploração agrícola puramente familiar. Ele tomou como chave do problema teórico a confrontação entre duas hipóteses: ou aceitar o conceito fictício da dupla natureza do camponês, no qual estão justapostas duas personalidades: o empresário e o proletário, ou o conceito de unidade econômica familiar, cuja motivação de trabalho é análoga a do sistema de empreita. Para Chayanov não existe terceira possibilidade. Ele escolheu a segunda, para a qual a mão de obra é familiar.

Para Shanin (1983) a expansão do capitalismo não foi suficiente para promover o desaparecimento do campesinato mesmo redefinindo antigas relações, subordinando-as à reprodução e acumulação do capital. Nessa expansão o campesinato não desapareceu completamente e nem permaneceu como antes, verificou Shanin ao estudar o comportamento do campesinato russo no período pré e pós-revolucionário (1910-1925). Para Shanin o fato principal dessa história é que “o desenvolvimento prognosticado da estrutura de classes, assim como o da resposta política do campesinato não ocorreu” (p.18). Isto é, o camponês pobre não lutou contra o camponês rico e nem o campesinato enfrentou a nobreza russa, como era previsto por várias teorias. Essas incongruências serão refletidas por Shanin tomando como referência esse importante período da história russa.

Para Kautsky, Lênin, Rosa Luxemburg, Chayanov e Shanin a questão agrária é questão estrutural engendradora pelo avanço do capitalismo na agricultura. Nessas obras seminais estão reunidos os conceitos e as temáticas da compreensão da complexa questão agrária. Entre os diversos conceitos destacam-se os de grande e de pequena propriedade utilizados por Kautsky e Lênin, que, apesar de os classificarem

diferentemente, visam ambos para compreender a superioridade técnica do grande estabelecimento e o excesso de trabalho e o subconsumo no pequeno.

Para Shanin “a transformação capitalista propiciou a principal tendência que a mudança estrutural assumiu nas sociedades camponesas contemporâneas. Capitalismo significa “descamponesação” –[...]” (1980, p. 54). Com a descamponesação capitalista da agricultura Shanin almeja discutir o lugar do campesinato com a mudança estrutural provocada pelo avanço do capital na agricultura.

Rosa Luxemburg (1985) defende a hipótese segundo a qual o processo de acumulação do capital acontece com o desenvolvimento da produção capitalista com a apropriação da mais-valia e com o desenvolvimento da produção capitalista de relações não-capitalista de produção com a qual “o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente” (p.335). Ela compreendeu que a produção capitalista não configura como única e exclusiva forma de produzir. O capital estabeleceu, desde o início,

uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não-capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente, bem como de providenciar as mercadorias necessárias à expansão da própria produção, de garantir, enfim, o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não-capitalistas de produção (LUXEMBURG, 1985, p. 335).

Entre as temáticas destacam-se aquelas que visam compreender o futuro do campesinato dentro do desenvolvimento capitalista. Os diferentes fins do campesinato explicitados por Kautsky e Lênin e o protagonismo propositivo do campesinato ao encontrar alternativas críveis de se desenvolver dentro do sistema capitalista sem fazer parte dele – sem estar sob a lógica de suas leis - como demonstraram os estudos de Chayanov e Shanin.

Outras temáticas importantes desenvolvidas por Kautsky no capítulo V e IX versavam sobre a renda fundiária e por Rosa Luxemburg no capítulo XXVI versava sobre a reprodução do capital e seu território. Lênin (1980) desenvolveu a temática do progresso da agricultura comercial baseado na proletarização do camponês no qual estuda a estruturação da organização capitalista a partir da mão de obra assalariada, pois,

o emprego de mão-de-obra assalariada na agricultura moderna – e, em particular, nas pequenas explorações agrícolas – é bem mais importante do que geralmente se crê. Nada refuta tão categoricamente e com maior clareza

que estes dados a fábula pequeno-burguesa da pequena agricultura “fundada no trabalho familiar” (LÊNIN, 1980, p. 20).

Chayanov (1974) estudou a estruturação da organização camponesa a partir da mão de obra familiar, em que “la fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia” (p. 47). Estudar o trabalho assalariado e o trabalho familiar é penetrar no cerne da questão agrária de ontem e de hoje.

Esses autores com suas obras, conceitos e temáticas influenciaram e influenciam a compreensão da questão agrária no Brasil no final do século XIX e início do século XX. São diferentes compreensões do campesinato e do avanço do capitalismo na agricultura brasileira e, por isso, emergiram novos conceitos e novas temáticas nas obras de Prado Junior (1979); Guimarães (1977); Andrade (1964); Valverde (1964) e Martins (1979). A temática estudada por Prado Junior (1989) e Guimarães (1977) versava sobre a evolução da agricultura na sociedade capitalista no Brasil. Prado Junior explica que não houve feudalismo no desenvolvimento econômico brasileiro, uma vez que

O antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar de o *pacto colonial*, e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se isto a uma transformação econômica profunda: o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial (PRADO JUNIOR, 1989, p. 123. Grifo no original).

Para Guimarães (1977) a metrópole transporta para a colônia o modo de produção feudal cujo monopólio dos meios de produção está no monopólio da terra:

A ordem feudal vigente na sociedade portuguesa de 1500 tinha sua base interna no monopólio territorial. E como a terra era, então, indiscutivelmente, o principal e mais importante dos meios de produção, a classe que possuía sobre ela o domínio absoluto estava habilitada a sobrepor às demais classes o seu poderio [...]. Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante além-mar (GUIMARÃES, 1977, p. 43).

Para demonstrar a dependência e a atrelagem do campesinato ao capital, Valverde (1964) demonstrou o interesse mercantil das indústrias americanas, européias e japonesas, em se abastecerem com matérias primas fartas e baratas, adquiridas da agricultura brasileira. A cera de carnaúba extraída dos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte “é vendida para Fortaleza e Natal, de onde é exportada para os Estados Unidos Europa e Japão” (VALVERDE, 1964, p. 340). O capital apropriou-se do

trabalho familiar camponês mantendo-o atrelado num sistema de exploração e dependência. Dentro desse sistema ressalta a precarização das condições laborais que afetam o bem estar e a saúde da família camponesa. A subordinação do trabalho familiar camponês, inclusive com a exploração do trabalho infantil, deve-se a coleta comercial da borracha; do babaçu e da cera de carnaúba.

Andrade (1964) estuda a resistência camponesa e suas estratégias diante do avanço do capital. Verifica que as famílias camponesas decidiram se organizar para lutar contra a estrutura fundiária extremamente concentradora de terras e alimentos. Uma vez que, “não é possível modificar as bases de um sistema de organização econômica e social senão mediante métodos revolucionários” (ANDRADE, 1964, p. 244). A resistência camponesa propaga-se a partir de 1950 com as Ligas Camponesas, e, “em 1960 já possuíram associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrou-se rapidamente pela Paraíba onde surgiram grandes núcleos...” (ANDRADE, 1964, p. 248).

Nas análises de Valverde e Andrade emergem os conceitos de expropriação, exploração e concentração fundiária, com os quais procuram explicar o avanço do capital na agricultura. Outras temáticas, que perpassam várias obras e são tratadas com diferentes perspectivas nesse período são: os conflitos agrários; a grilagem de terras; a luta pela reforma agrária; a agricultura camponesa de base familiar e a agricultura capitalista com mão de obra assalariada.

Ao analisar o regime de colonato nas fazendas de café, Martins (1979) estuda a metamorfose da renda capitalizada e as formas de sujeição do trabalho na grande lavoura e constata que, o capital é um processo que engendra e reproduz relação não capitalista de produção. Explica que “o capitalismo, na sua expansão, não só define antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 1979, p. 19-20). Para ele, “não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimento durante a fase da formação” (MARTINS, 1979, p. 74). Por essas razões Martins conclui que “a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo” (MARTINS, 1979, p. 21).

1.3.2 – Complexo agroindustrial: a formação do agronegócio, luta pela terra e reforma agrária

As obras de Mendras (1984); Lamarche (1980) e Silva (1981) reúnem temáticas que tratam da tecnificação do processo produtivo, da integração no mercado, da inovação tecnológica, da monopolização do capital, entre outras, as quais são indispensáveis para a compreensão do que ficou conhecido como Revolução Verde. No Brasil, os autores demonstraram os impactos da sujeição da agricultura à indústria com o desenvolvimento do complexo agroindustrial. São essas as razões que motivaram o agrupamento de análises que tentam refletir sobre os principais impactos que ocorreram na agricultura de meados do século XX até as décadas de setenta e oitenta.

O uso de máquinas cada vez mais complexas e rentáveis, a interferência do Estado e o uso de insumos químicos faz a agricultura ter um ciclo de inovações com os avanços tecnológicos do pós-guerra, que visava majorar a produtividade agrícola e solucionar o problema da fome nos países em desenvolvimento. As análises visavam compreender o uso intenso de tecnificação do processo produtivo, dentre eles, as de Mendras (1984) e de Lamarche (1980; 1998) por preverem novamente a sucumbência do campesinato, pela transformação do camponês em agricultor moderno e deste em agente econômico. O complexo agroindustrial – CAI – teve diferentes interpretações nos estudos de Silva (1981); Wanderley (1978) e Oliveira (1978). A luta pela terra como luta contra o capital e a reforma agrária estão presente nas análises de Martins (1981) e Fernandes (1999)

Para Mendras (1984) a industrialização da agricultura provocou o desaparecimento do campesinato, pois, as mudanças ocorridas, especialmente a partir dos anos 1950, transformaram os camponeses em produtores agrícolas modernos, cada vez mais integrados à economia de mercado e na sociedade de consumo. A partir de então, a agricultura deixa de ser uma arte de produzir alimentos e se transforma num organismo produtivo para atender às demandas do mercado. No momento em que o agricultor deixa de ser um simples produtor para ser comandado pelos critérios e pela evolução do mercado sua produção e importância também se transformam, como enfatiza Mendras:

Les techniques nouvelles sortent directement des recherches de laboratoire et non des lents tâtonnements d'agriculteurs progressistes. Toute la production agricole est commandée par les goûts des consommateurs et

l'évolution des marchés. Au même titre que les autres secteurs de production, l'agriculture doit se soumettre au rythme de changement technique et économique de la société industrielle (1984, p. 22).

As técnicas novas saem diretamente das pesquisas do laboratório e não dos lentos tateamentos dos agricultores progressistas. Toda produção agrícola é comandada pelos critérios dos consumidores e da evolução dos mercados. Na mesma qualidade que os outros setores de produção, a agricultura deve se submeter ao ritmo do desenvolvimento técnico e econômico da sociedade industrial (1984, p. 22. Tradução minha.).

Lamarche (1980/1998) elege a exploração familiar como conceito de análise por esse conceito corresponder a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão vinculados essencialmente à família. Essa combinação impulsiona inúmeras formas sociais, desenvolvendo enorme diversidade de tipos de explorações agrícolas, o que caracteriza o campesinato. Dependendo do grau de integração no mercado e na sociedade de consumo, segundo o gráfico de Lamarche (1993, p. 22), essa diversidade de tipos será integrada no mercado ou, gradativamente, eliminada, dependendo da sua estagnação tecnológica:

Em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia do mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada (LAMARCHE, 1993, P. 13).

Nas análises de Silva (1981) estão reunidos compreensões sobre o desenvolvimento dos complexos agroindustriais, por meio dos quais, o desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura. O capital almeja transformar a terra, que é dádiva da natureza, num de seus elementos, pois,

Não se deve esquecer, todavia, que o sentido último do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria *industrialização da agricultura*. Em outras palavras, o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção (SILVA, 1981, p. 45. Grifos no original).

Com a industrialização da agricultura no desenvolvimento do capitalismo a pequena produção foi atingida por transformações que modificaram profundamente sua função e importância. Deixou paulatinamente de atender a própria subsistência e voltou-se fundamentalmente para as demandas mercadológicas, sendo integrada na economia de mercado como tomadora de empréstimos, suportando o ônus de ser o maior setor de endividamento da agricultura, como enfatizou Silva: “a produção

camponesa no Brasil de hoje está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita” (SILVA, 1981, p. 130).

Nas análises de Wanderley (1979) estão estudos sobre o campesinato e a modernização da agricultura no Brasil na segunda metade do século XX. Fazem parte dessas análises a capitalização do setor agrícola, as transformações tecnológicas dos processos produtivos e as exigências de integração agroindustrial. Para Wanderley, “a forma de atuação do capital industrial é a sua articulação com a agricultura, através da “integração vertical” no interior de complexos agroindustriais, nos quais a produção agrícola é assumida por pequenos produtores” (2009, p. 125). Interessa ao capital industrial esse mecanismo, para evitar o seu dispêndio na aquisição de terra, e lhe proporcionar dirigir, a produção de matéria prima que será apropriada por ele, garantido a transformação industrial.

Mas do que proprietários de terra essa classe de dirigentes da produção agrícola é a de representante do capital na agricultura. Do capital que se reproduz sob uma forma específica, particular, para a qual a propriedade fundiária é um elemento constitutivo. O capital industrial encontrará formas com as quais utilizará o Estado como instrumento de sustentação de sua dominação econômica, pela extração da renda da terra e, abocanhar o excedente econômico daquelas que produziram alimentos de consumo interno.

Além de Silva e Wanderley, Oliveira (1978) também analisou a agricultura e a indústria no Brasil, na segunda metade do século XX e entende que o Estado foi o principal e mais importante agente do capital, “quer com linhas de crédito subsidiado, quer com estabelecimento de preços mínimos, quer como parte diretamente interessada na exportação desses produtos” (p. 39). Trata-se do processo de expansão do capitalismo monopolista no Brasil pela sujeição da agricultura à indústria “através da transformação desta em consumidora dos produtos industriais, mas também através do tributo que os rentistas cobram à agricultura (renda da terra)” (p. 17).

O desenvolvimento da industrialização da agricultura, que autores como Silva denomina de “modernização da agricultura”, promoveu o aumento da mecanização do processo produtivo, consolidou a monopolização do capital pela reprodução ampliada. Dela também faz parte a reprodução de formas produtivas não-capitalistas pela integração dos pequenos e médios produtores nas engrenagens das

empresas multinacionais como esclareceu Oliveira (1978, p. 29-47). Nestas circunstâncias, parte do campesinato foi atrelado ao capital e parte rejeitou essa alternativa. Preferiu lutar contra a subordinação capitalista, cuja finalidade consiste em concentrar todos os meios de produção, principalmente a terra. Optou lutar pela terra e lutar contra o capital.

A luta pela terra é a luta contra o capital explicou Martins (1981). Ele queria encontrar as justificativas, segundo as quais, os movimentos camponeses e as lutas populares, caminharam mais depressa, principalmente no campo, do que os partidos políticos na cidade. Reúne em “Os camponeses e a política no Brasil” análises históricas de 1888 a março de 1964, visando compreender as origens sociais do campesinato brasileiro. Constatou então que “não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; [...]” (p. 177) e justificou o lugar do campesinato na agricultura brasileira:

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (MARTINS, 1981, p. 25. Grifos no original).

Neste período, além das temáticas estudadas como, a luta pela terra e pela Reforma Agrária estão outras temáticas como: a sujeição da renda da terra ao capital, analisada por Martins e a transformação do camponês em agricultor familiar apresentada por Mendras e Lamarche. Transformação que visa eliminar conceitualmente o campesinato. Outros estudos e análises foram construídos para compreender a complexidade da questão agrária, como, por exemplo, quando Martins utiliza de dois conceitos com os quais redefine a grande e a pequena propriedade: terra de negócio, terra de trabalho, respectivamente. O conceito complexo agroindustrial é o conceito chave dessa etapa, presente nas análises de Silva (1981); Wanderley (1979); Oliveira (1978), entre outros. As resistências camponesas, a luta pela terra e pela reforma agrária, a territorialização do capital e a territorialização do campesinato estão entre as principais temáticas estudadas em Fernandes (1999).

Com diversas abordagens e diferentes significados, a Reforma Agrária é a temática que apontou alternativas distintas. O capital ao chegar no Brasil, fortaleceu o processo de concentração de terras. Para Sá Junior (1973) ela é totalmente desnecessária por que desequilibraria a co-existência da grande e da pequena produção, rompendo a dependência mútua. Para Fernandes (1996; 1999) as ocupações de terras, os acampamentos e as manifestações dos movimentos socioterritoriais são as mais significativas formas de lutar contra o capital, para forçar a reforma da estrutura fundiária brasileira extremamente concentrada. Com os processos de espacialização e territorialização ele estuda os caminhos da luta pela terra, onde “espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política” (FERNANDES, 1996, p. 136).

1.3.3 – O agronegócio e a mundialização da agricultura

As análises de Abramovay (1998); Mazoyer e Roudart (1998) e Ploeg (2008), entre outras, reúnem estudos que demarcaram o confronto interpretativo, tais como a quimiquização, a metamorfose do camponês em agricultor familiar; a recampesinização, entre outras, que vem sendo desenvolvidas pelos pesquisadores para compreender as transformações nas relações entre o campesinato e o capital. São ressaltados neste período os principais impactos advindos do desenvolvimento do agronegócio e da mundialização da agricultura, desde as décadas de setenta e oitenta até o início do século XXI.

Com os novos meios de produção surgidos do aprimoramento da motomecanização; da quimiquização com adubos minerais e dos produtos de tratamento, a produção agrícola é maximizada e implantada diversas possibilidades para o seu escoamento. Os ganhos de produtividade resultantes dessa transformação não têm paralelo na história das agriculturas do mundo como explica Mazoyer e Roudart:

Os ganhos de produtividade resultantes dessa imensa mutação não têm em medida quaisquer pontos em comuns com os das revoluções agrícolas precedentes. No que diz respeito à produção cerealífera, por exemplo, com rendimentos decuplicados graças aos adubos e à seleção, e com superfícies cultivadas por trabalhador multiplicadas por mais de dez, graças à motomecanização, a produtividade bruta do trabalho agrícola mais do que centuplicou. Assim, nos nossos dias, nos países industrializados, uma população agrícola ativa reduzida a menos de 5 por cento da população ativa total basta para alimentar, melhor do que nunca, toda a população (1998, p. 366).

As novas configurações sociopolíticas, implantadas a partir dessas transformações, apontam outros relacionamentos do campesinato com o capital. Entre eles emerge, novamente, a sucumbência do campesinato, pelo processo de metamorfose. A recriação do campesinato é interpretada pelo processo de recampesinização, como possibilidade histórica em garantir a sobrevivência. Esse cenário desafia os paradigmas a construir novos significados com explicações que reflitam temáticas como a conflitualidade, a soberania alimentar, a preservação dos recursos naturais, as políticas públicas na promoção do desenvolvimento territorial, o desenvolvimento de agrocombustível para atender a demanda mundial de substituição da matriz energética com a produção da biomassa, entre outras. As monoculturas da produção de commodities, o desenvolvimento da transgênia demarcam as disputas territoriais “no campo agrário e no campo das idéias, afirmando que estes campos são inseparáveis, assim como são indissociáveis os territórios materiais e imateriais” (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2010, p. 1).

As abordagens construídas nas análises de Bartra (2007); Ploeg (2008) e Sabourin (2009) resgatam a importância do campesinato e suas relações sociais características, com as quais afronta o reino uniforme do capital e suas iniciativas de dominação, desde a primeira revolução industrial, como explica Bartra: pois

los campesinos son una anomalía: diversos por naturaleza, sustentan su polimorfismo perverso en múltiples y variadas manera de interactuar con la biosfera. Porque mientras el sistema fabril es proclive a la especialización, la monotonía tecnológica y el emparejamiento humano, la agricultura es territorio de la heterogenidad: variedad de climas, suelos, ecosistemas y paisajes que se expresa en diversidad productiva y sustenta pluralidad societaria y variedad cultural” (BARTRA, 2007, p. 86).

Trata-se das artimanhas do campesinato para se desprender das amarras asfixiantes do capital e garantir identidade e autonomia, mesmo que relativa. À medida que se desenvolvem o campesinato e o capital, vão produzindo territórios distintos com suas respectivas lógicas. Nesta disputa territorial, o camponês ocupa terras e mentes, modificando as relações sociais no campo, construindo novos caminhos e criando seu próprio discurso.

Nas análises de Ploeg (2008) são destacadas as organizações locais e regionais do campesinato visando aumentar sua autonomia baseada na lógica camponesa da cooperação, reciprocidade e manejo compartilhado de recursos e mercados, contrapondo ao domínio dos novos impérios representados pelas firmas agro-

alimentares. Para Ploeg (2008) a recampesinização consiste na redefinição de uma população que luta contra um sistema social estruturado na lógica da exclusão. “Recampesinização é uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*” (PLOEG, 2008, p.23. Grifos no original).

Sabourin (2009) estabelece um diálogo entre a literatura clássica sobre o campesinato e os estudos mais recentes. Além de atualizar as questões que marcaram o século XX como o papel da agricultura camponesa, suas identidades e modos de resistência, discute os novos elementos da agricultura familiar, em relação ao desenvolvimento sustentável e à gestão dos recursos de base comum. Estuda também, a evolução das relações de reciprocidade entre camponeses e o avanço das relações mercantis no seio de comunidades, onde o nível de monetização da economia se mantém baixo. Entende que o projeto do campesinato para o século XXI está construído em torno da autonomia e reciprocidade:

No âmbito da vasta categoria da agricultura familiar, os estudos de caso abordados confirmam a existência de uma agricultura com características camponesas, marcada principalmente pela autonomia perante o mercado de troca capitalista e pela permanência de estruturas de reciprocidade, entre outros elementos essenciais. A autonomia do sistema de troca livre resulta em uma produção diversificada associando inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo e práticas de redistribuição local e interfamiliar. As estruturas de reciprocidade binárias e simétricas estão presentes na produção (ajuda mútua e manejo compartilhado de recursos comuns), na comercialização (mercado de reciprocidade e qualificação dos produtos) e na transmissão do patrimônio de uma geração à outra. (SABOURIN, 2009, p. 281).

O resgate histórico das agriculturas do mundo da obra de Mazouyer e Roudart (1998) chama a atenção para o equívoco em conceber o desenvolvimento agrícola como “pura substituição dessas agriculturas pela única que tem a reputação de moderna, a saber, a agricultura motorizada e mecanizada” (p. 12). Esse jeito de fazer agricultura está muito longe de ter conquistado o mundo. Predominam em muitas partes do globo o jeito camponês de fazer agricultura as quais “continuam a ocupar a maioria da população ativa dos países em vias de desenvolvimento” (p. 12), como é o caso do Brasil, cujo conhecimento científico sobre sua agricultura ainda é insuficiente como alerta Neves,

Também têm surgido alguns esforços para avaliar a importância social e econômica da agricultura familiar no Brasil, caracterizando seus principais segmentos. Mas o conhecimento científico acumulado sobre a real situação econômica da agricultura familiar brasileira continua muito precário. Não

somente em razão da falta de dados estatísticos apropriados, como, também, devido à dispersão e à heterogeneidade metodológica dos estudos de casos (NEVES, 2007, p. 228).

O conceito agricultura familiar era desconhecido no Brasil até o início da década 1990, quando surgiram as análises de Veiga (1991) e Abramovay (1998). O ponto comum delas consiste em compreender a agricultura familiar como fenômeno que marcou a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas dada sua capacidade em adotar a inovação técnica e de resposta aos apelos de mercado. Veiga entende que se trata de “um fenômeno que foi se afirmando nas economias capitalistas mais desenvolvidas durante a primeira metade do século XX e que amadureceu após a Segunda Guerra Mundial” (VEIGA, 1991, p. 114). Para Abramovay “a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, [...]” (ABRAMOVAY, 1998, p. 21).

Para Wanderley (2009), nas sociedades modernas multiplicaram-se outras formas de agricultura familiar não camponesa, as quais “tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se, interna e externamente, em um agente da agricultura moderna” (p. 164). A utilização e a aceitação do conceito agricultura familiar nos meios acadêmicos, políticos e sociais gerou tamanha consagração, que impôs o deslocamento do uso de outras categorias como camponeses, pequena produção ou produção familiar sob a alegação de que tais conceitos perderam o poder explicativo, “favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (HESPANHOL, 2000, p. 2). No estudo da agricultura familiar, movimentos socioterritoriais, conflitualidade, reforma agrária, entre outros, é importante destacar as atividades desenvolvidas por vários grupos de pesquisa. Entre eles destacamos os núcleos de pesquisas - Agronegócio e Poder -; - Movimentos Sociais -; - Ruralidades - entre outros vinculados ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; o Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA – da Universidade Federal de Uberlândia; o Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS. O Núcleo de Estudos Agrários – NEAG - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA - da Universidade Federal do Mato. O Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço

e Campesinato – GETEC - da Universidade Federal da Paraíba; o Laboratório de Estudos Rurais – LABER - da Universidade Federal do Sergipe e o Observatório dos Conflitos no Campo -OCCA - da Universidade Federal do Espírito Santo. O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – da Universidade Estadual Paulista, que desde 1998 tem contribuído com a Ciência Geográfica bem como para a proposição de políticas públicas. Neste sentido, elabora, organiza e participa de projetos de diferentes tipos, que compreendem os processos de implantação de assentamentos e os estudos sobre os impactos socioterritoriais destas políticas.

1.3.4 – As opções e ênfases temáticas

A contextualização histórica possibilita compreender como o desenvolvimento do capitalismo, no início da industrialização, começa substituindo a poliprodução de tração animal pela mecanização dos meios de produção (Mazoyer e Roudart, 1998). Da mecanização à inovação tecnológica se desenvolvem os complexos agroindustriais visando maximizar a produtividade agrícola. Com o desenvolvimento dos complexos agroindustriais forma-se o agronegócio e o processo de mundialização da agricultura, transformação que provocou “*enorme explosão das desigualdades de produtividade e de rendimento entre as diferentes agriculturas do mundo*, uma explosão que se produziu no século XX devido à revolução agrícola e à revolução dos transportes”, como enfatiza Mazoyer e Roudart (1998, p. 435-436. Grifos no original).

Em cada período o avanço do capital na agricultura emergia análises contendo novas temáticas de estudo com as quais os pesquisadores interpretavam as alterações nas relações de produção. A escolha que fizemos desses pesquisadores e dessas temáticas teve o propósito de fazer emergir o confronto interpretativo entre as diversas análises. Diante dessas análises é possível constar a mudança de paradigma entre as obras de Martins e Wanderley. Nos dois primeiros períodos Martins defende as teses do paradigma da questão agrária e no terceiro, as teses do paradigma do capitalismo agrário. Wanderley defende as teses do paradigma do capitalismo agrário no segundo período e no terceiro, as teses do paradigma da questão agrária.

Em 1981 ao escrever *Os camponeses e a política no Brasil*, Martins analisa as origens sociais do campesinato brasileiro na história política desde o fim da escravidão (1888) até o golpe militar de 1964 e infere que

O campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército: em Canudos, no Contestado, e, de um outro modo, em Trombas e Formoso; ou então, uma experiência de intervenção direta do Exército: na insurreição do Sudoeste do Paraná, no Nordeste, e mais recentemente nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantins (MARTINS, 1981, p. 27).

Martins enaltece o protagonismo propositivo do campesinato que luta contra o capital e constrói o seu futuro mantendo sua identidade e tentando se livrar da asfixia característica do capital, mediante a resistência, a persistência e a luta revolucionária. Resiste à proletarização, à expropriação e à exploração se recriando pelas ocupações de terra numa luta de classes pelo domínio e tentativa de controle do território. Essas características e componentes estão entre as teses defendidas pelo paradigma da questão agrária. Sua postura analítica se altera, e, Martins (2000) nega o mesmo protagonismo do campesinato que ele havia afirmado anteriormente, por considerar o campesinato uma força reacionária, pois

A tradição marxista, em particular a tradição marxista oficial dos partidos de esquerda, nunca reconheceu no campesinato uma categoria social capaz de conduzir a uma transformação histórica na sociedade contemporânea. Antes, o viu *e o vê como uma força reacionária* que só atua em conjunto porque os camponeses coexistem como as batatas se juntam num saco que, assim, pode ficar de pé, dizia Marx (MARTINS, 2000, 144. Grifos meus).

E, enfática e contraditoriamente, nega o que havia enaltecido ao afirmar que:

O Brasil não teve corporações de ofício minimamente poderosas e *nunca teve*, em consequência da escravidão, *um campesinato livre significativamente capaz de defender os próprios direitos*. Essa é, provavelmente, a mais forte causa do tardio aparecimento de uma força social capaz de propor um implícito estatuto ético e social à expansão capitalista, [...] (MARTINS, 2000, p. 142. Grifos meus).

A questão sobre a mudança da interpretação de Martins pode significar outra postura paradigmática. Ao analisar a intensificação da industrialização da agricultura Martins entende que a função do campesinato, neste cenário, é de mero coadjuvante e que seu futuro dependerá da sua integração ao mercado, trabalhando para a manutenção do capital, se tecnificando e maximizando sua produção. Essas características e componentes estão entre as teses defendidas pelo paradigma do capitalismo agrário.

Essa possível mudança de paradigma nas obras de Martins ajuda a entender os desencontros que contrastam o conteúdo do livro e sua respectiva apresentação como é possível constatar em dois textos. O primeiro é o texto da

apresentação de Plínio de Arruda Sampaio à publicação do livro *“Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”* lançado em 1992, retirado da tese de doutoramento de Ricardo Abramovay. Entendemos como Kuhn que se trata de uma anomalia que violam as expectativas paradigmáticas, pois, o autor do livro é um dos teóricos do paradigma do capitalismo agrário cujas teses estão defendidas no livro e, por conseguinte, no conteúdo do livro não apresenta nenhuma referência de resistência ao capital, mas de subordinação. Já o apresentador, é um ativista que defende as lutas e as resistências do campesinato, dirigindo-se aos camponeses com os conceitos de “povos fortes – os que têm a ousadia e a força de caráter para aspirar à independência, à autonomia e à prosperidade” (ABRAMOVAY, 1998, p. 13). Portanto, a apresentação e o livro não se encontram.

O segundo texto encontra-se na contracapa do livro *“Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização”* de autoria de Jan Douwe Van Der Ploeg lançado em 2008. Outra anomalia estabelecida entre os dois paradigmas. O autor do livro um dos teóricos do paradigma da questão agrária e na contracapa, recomendando sua leitura, está a apresentação de Sergio Schneider, um dos teóricos do capitalismo agrário que defende a subarternidade e nos seus trabalhos não há nenhuma referência de resistência ao capital.

As razões que impedem o encontro do conteúdo do livro com a contracapa estão nos componentes dos paradigmas a que pertencem Ploeg e Schneider. A condição camponesa, a recampesinização, o mercado como saída são estratégias de resistência do campesinato e de luta contra o capital que são tratadas por Ploeg. As atividades agrícolas e não-agrícolas, a pluriatividade, o mercado como princípio orientador são descritas por Schneider no sentido de demonstrar a inutilidade da luta contra o capital, uma vez que a única alternativa do campesinato consiste na sua integração ao mercado.

Ao confrontar as análises emergem as opções políticas dos pesquisadores. Elas direcionam o seu olhar e condiciona seu trabalho. Escolher entre mudar de lugar social ou de opção política, há pesquisadores que preferem o segundo, e, por coerência, migra de paradigma, a exemplo do que aconteceu com Martins e Wanderley. O confronto interpretativo propicia compreender os desencontros de escritos reunidos na mesma obra, mas que defendem concepções completamente distintas sobre o mesmo conteúdo.

Estas constatações são indicadores interessantes para demonstrar a importância da proposta metodológica que estamos apresentando nesta tese. O debate paradigmático que impulsiona o método de análise provoca confrontos interpretativos e nos auxilia aproximar da realidade o quanto possível. Com esse objetivo veremos a seguir, defesas da questão agrária como questão estrutural, engendrada pelo avanço do capital na agricultura por meio das análises de Kautsky; Lênin; Luxemburg; Chayanov e Shanin.

2 A GÊNESE DO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

As análises de Marx (1988), Kaustky (1986); Lênin (1985); Chayanov (1974); Rosa Luxemburg (1985); e Shanin (1983), são seminais para o estudo da questão agrária por conter as principais temáticas que tratam dos inúmeros desdobramentos do avanço do capitalismo na agricultura. Kautsky ao tentar entender o desenvolvimento da indústria e do comércio (1986, p. 18) verificou a demanda por novos produtos e percebeu que a penetração deles geravam diversas alterações no intercâmbio cidade-campo, entre indústria e agricultura criando transformações nas condições e nas relações de produção. Essas transformações ao atingir o campesinato implicavam na gradativa perda do controle dos seus meios de produção. A supressão do “primitivo comunismo fundiário” surgiu quando “tornou-se necessário estabelecer a propriedade plena, partilhar a pastagem comunitária, suspender o uso comunitário do solo e a obrigatoriedade do afolhamento, acabar com a dispersão dos lotes cultiváveis [...]” (KAUTSKY, 1986, p. 33-34).

Para as análises de Lênin (1980, 1985) o desenvolvimento das grandes explorações capitalistas levará o campesinato ao seu ocaso. Todavia, as perspectivas são distintas, pois, o fim do campesinato para Lênin é resultado dos processos de diferenciação ou de expropriação, enquanto que para Kautsky se dará pela sujeição do campesinato ao Estado socialista. Essas perspectivas diferentes foram analisadas por Chayanov (1974), ao tentar explicar a necessidade em compreender o desenvolvimento do campesinato a partir do conhecimento mais abrangente e profundo da economia mundial. Quanto mais ampla o alcance da análise, mais profícuo o conhecimento devido à diversidade característica da unidade econômica camponesa e sua forma específica em se desenvolver.

Chayanov demonstra que o protagonismo propositivo camponês é quase inexplicável quando, diante do aumento do desemprego, os camponeses semeiam, por exemplo, o linho e a batata por causa da empregabilidade. Esses dois produtos não geravam interesse econômico nos latifundiários pelo baixíssimo rendimento financeiro. Desta forma, Chayanov cria uma teoria econômica específica para estudar o campesinato que se desenvolve no capitalismo sem fazer da sua lógica, todavia, contraditoriamente, fazendo parte do seu desenvolvimento.

Rosa Luxemburg (1985) enfatiza as relações pré-capitalistas, não como "resíduos" ou sobrevivências, mas como parte articulada à lógica do modo de produção capitalista, pois o capital não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedade não-capitalistas. Se a acumulação do capital acontece por formas de produção capitalista e não-capitalista, então o capital encontrará como se apropriar tanto da mais-valia gerada com o assalariamento, quanto da renda fundiária propiciada com o trabalho familiar camponês.

Para Shanin (1983; 1980) a dificuldade em explicar o lugar do campesinato no interior do capitalismo está na constatação de que ele não desapareceu e nem se proletarizou completamente. Ele simplesmente vai construindo formas de co-existir e, com isso, criar e recriar sua existência. O desafio é explicar como acontecem os dois processos: o da descamponesação promovido pelo capitalismo e a recamponesação promovida pelo campesinato. Compreender os diferentes fins e recriações do campesinato.

2.1. KARL KAUTSKY

Para Kautsky a questão agrária é questão estrutural no capitalismo por serem irreconciliáveis as perspectivas do campesinato e a do capital mediante as transformações provocadas pelo avanço do sistema capitalista na agricultura. Ele procurou refletir sobre as alterações nas aldeias camponesas e,

examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. Devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas (1986, p.15).

Esses esforços de Kautsky contribuem com o nosso método de análise tendo no debate paradigmático a proposição para compreender como se desenvolvem as duas formas de fazer agricultura. Elas obedecem a lógicas distintas, tanto na ocupação do território, quanto na implantação de relações sociais. A mão de obra numa é assalariada e na outra é familiar. Apesar da supremacia técnica ser um fator indispensável do grande estabelecimento permitindo até a eliminação de mão-de-obra, fazendo com que ele expluse “ quantos camponeses quiser que uma parte destes voltará sempre a ressuscitar como pequeno rendeiros” (KAUTSKY, 1986, p. 145). “Daí

conclui-se que não se deve pensar, de forma alguma, que a pequena propriedade fundiária se encontra em fase de desaparecimento na sociedade atual, ou que será desalojada completamente pelo latifúndio” (p. 147). Pois,

não chegou a se verificar aquele rápido desaparecimento do pequeno estabelecimento, fato que se esperava ou temia acontecer no continente, conforme sucedera na Inglaterra depois da maciça e triunfal entrada do grande estabelecimento capitalista a partir dos anos 50. Verifica-se, pelo contrário, aqui e acolá, a tendência de certa multiplicação do número de estabelecimentos com pequenas dimensões territoriais (KAUTSKY, 1986, p. 121).

A persistência do campesinato ainda provoca inquietações, como desafiou as interpretações de Kautsky, que, com seus recursos científicos e seus instrumentos metodológicos, construiu interpretações e significados possíveis. Para ele, processou de 1840 a 1899 “enorme revolução econômica” provocando alterações das mais diversas, alterando as relações sociais e as ocupações territoriais.

As indústrias produziram ferramentas agrícolas com maior sofisticação tecnológica substituindo aquelas produzidas nas oficinas dos artesãos. “As túnicas e as peles de animais foram substituídas por roupas de pano, os sapatos de palha pelas botas de couro e assim por diante” (KAUTSKY, 1986, p. 18). Com isso o camponês passou “a depender do mercado que a ele se revelava mais caprichoso e imprevisível que o tempo” (p. 19).

Para explicar a agricultura capitalista e as alterações implementadas por ela, Kautsky (1986, p. 23-33) mostrou que o campesinato sob o feudalismo se consolidava na propriedade comunitária do solo e no sistema auto-suficiente das aldeias. Nelas impera a lei do afolhamento exigindo à concordância dos aldeões, em plantar na mesma época a cultura determinada pela comunidade. Assim um dos três afolhamentos ficava descansando, enquanto no outro, se plantava grão do inverno e no terceiro, o de verão. O sistema de três rotações, com florestas e pastagens, não necessitava de abastecimento externo. De modo que cada produção costumava sempre corresponder um número máximo de pessoas sustentadas por uma faixa determinada de terra. Esse equilíbrio foi rompido com o desenvolvimento da indústria, do comércio e, por conseguinte, da urbanização, como explica Kautsky:

Agora surgia, todavia, um mercado caracterizado por necessidades variáveis; desenvolvia-se, assim, a desigualdade entre os companheiros da mesma aldeia, dos quais alguns só produziam em suas terras o suficiente para o próprio uso, enquanto outros produziam quantidades excedentes. [...] A transferência para esse modo de produção exigia que se acabasse com a

forma de compromisso existente entre o comunismo do solo e a propriedade particular que o modo de produção medieval representava; tornou-se necessário estabelecer a propriedade plena, partilhar a pastagem comunitária, suspender o uso comunitário do solo e a obrigatoriedade do afolhamento (Kautsky, 1986, p. 33).

Essas alterações introduzidas pela agricultura capitalista provocaram mudanças de toda ordem na agricultura camponesa, uma vez que, a agricultura capitalista consegue fornecer adubos e, por conseguinte, tem potencial para majorar a produção e, assim, atender as demandas do mercado. O mercado só existe em função da cidade e é na cidade que as indústrias atraem as pessoas formando uma reserva da força de trabalho. Essas pessoas por trabalharem nas indústrias não têm tempo de plantar seus alimentos, que, por sua vez, serão melhores produzidos pela agricultura capitalista. Para atender as demandas dessa agricultura, ocorreram os cercamentos, dos quais trata Polanyi:

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões (POLANYI 2000, p. 51-61).

A transformação das terras aráveis em pastagens para aumentar a produção de lã, acrescida do pleno direito de posse dado aos senhores de terras acarretou o fim da obrigação do plantio exclusivo de cereais nas áreas não destinadas à alimentação do gado. Estava esfacelada a organização tradicional da aldeia camponesa.

Essas alterações implantaram uma progressiva divisão do trabalho dentro das próprias unidades agrícolas de produção, mostrando de forma explícita, que o desenvolvimento econômico capitalista na agricultura, nada tem em comum com o sistema de três rotações e, que, onde o capitalismo tenta se impor, necessariamente ele transforma, atrelando ou destruindo o campesinato, como interpretou Kautsky :

Essa forma de economia nada tem em comum, em absoluto, com o sistema de três rotações. Ao lado da divisão do trabalho distribuído entre os diferentes estabelecimentos da sociedade em particular, ainda se desenvolve a divisão do trabalho dentro do próprio estabelecimento pelo menos dentro dos maiores. Na agricultura feudal o grande estabelecimento de exploração agrícola, sob esse aspecto, não era essencialmente superior ao pequeno. A maioria das forças envolvidas no trabalho, tanto humanas, como animais, era

fornecida ao senhor pelos súditos, os camponeses, que deveriam efetuar suas corvéias pessoais, além dos trabalhos manuais e serviços nos quais estes utilizavam suas próprias ferramentas e utensílios, carretas, arado, etc. A diferença entre o grande e o pequeno estabelecimento agrícola não era determinada, no caso, pelo melhor equipamento e pela maior especialização do trabalho no primeiro, mas pela atitude do camponês obrigado à corvéia (KAUTSKY, 1986, p. 40-41).

Prosseguindo sua análise sobre a evolução da agricultura na sociedade capitalista Kautsky entende que, sem capital é impossível haver qualquer atividade agrícola, por que o capital assume formas próprias na agricultura estruturando-se sobre dois pilares fundamentais: “a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas” (KAUTSKY, 1986, p. 57). O processo de mercantilização que o capital instala na agricultura transforma as concepções, os valores econômicos e culturais, as relações sociais e de trabalho através da sua divisão social e sexual do trabalho. Por isso Kautsky insiste que “no momento em que se institucionaliza a propriedade privada da terra e esta se torna produtora de mercadorias, os respectivos lotes isolados também se transformam em mercadorias” (KAUTSKY, 1986, p. 76).

Ora, a terra não é mercadoria e nem produto do trabalho humano, por isso seu preço não pode ser determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção, como ocorre no processo industrial. E, por ela estar isenta do custo de produção, seu preço é estabelecido pela renda fundiária. Como aferir a renda fundiária? Essa também foi uma das discussões nas análises de Kautsky (1986, p. 66-86), por entender que a renda fundiária constituiu uma categoria econômica especial, que advém da agricultura, cuja terra está isenta de custo de produção, pois ela é um meio de produção *sui generis*.

É renda que surge devido às capacidades do solo que combinado com condições climáticas e edáficas, aumenta a capacidade produtiva, sem aumentar os custos em investimentos, em insumos e em equipamentos. Em outras palavras, extrai rendimento sem o investimento equivalente. Portanto é rendimento obtido sem o devido custo de produção distinguindo-o do modo como o que ocorre nos processos industriais.

A renda fundiária é obtida com a circulação dos produtos agrícolas e por isso, se diferencia da extração da mais-valia, que é gerada e garantida no processo produtivo. Quem paga a renda fundiária é a própria sociedade ao consumir os produtos

produzidos pela agricultura. Todavia, Kautsky (1986) explicou que a renda fundiária obtida na circulação não é lucro extraordinário proveniente de condições favoráveis:

Na indústria, o lucro extraordinário proveniente de condições mais favoráveis de produção constitui sempre um fenômeno excepcional e transitório. Na agricultura, pelo contrário, a situação é bem diversa com referência ao lucro extra proveniente da produtividade desigual e dos tipos diversos de solo. Essa produtividade diversa é o resultado de condições naturais e constitui uma grandeza específica e determinada dentre as condições técnicas existentes. Mesmo admitindo que todas as outras condições de produção sejam perfeitamente idênticas para os diversos agricultores, as diferenças qualitativas do solo continuam existindo. Por isso a renda fundiária não se iguala ao lucro extra da indústria; não constitui um fenômeno passageiro, mas duradouro (KAUTSKY, 1986, p. 68).

Para Kautsky (1986, p. 87-118) é importante compreender a existência na sociedade capitalista de dois estabelecimentos de exploração agrícola: o grande que emprega animais, ferramentas e mão de obra assalariada e o pequeno que faz uso de animais, ferramenta e mão de obra familiar para explorar a terra. Assim, “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (p. 87).

Ao tratar do grande estabelecimento Kautsky pensa no proprietário fundiário livre e na grande propriedade socialista cooperativista. Por utilizar grandes faixas de terra, essas propriedades conseguem extrair vantagens pelo uso de equipamentos sofisticados visando maior produtividade. Ao maximizar sua especialização se adapta mais rapidamente aos implementos agrícolas, pois com eles alcançam uma superioridade importante em sua relação com o mercado. Por sua vez, o pequeno estabelecimento ou o estabelecimento pré-capitalista, pela faixa de terra que explora com mão de obra familiar não consegue atingir o grande mercado. “Ele faz os seus negócios através do intermediário que vive na cidade pequena mais próxima, ou que simplesmente o visita” (p. 97).

Kautsky contribui com o nosso método de análise ao nos ajudar a compreender as transformações provocadas pela expansão do capital. O capital pretende alterar todas as relações de produção, e, se puder, proletarizará toda mão de obra na agricultura. Todavia, o processo de proletarianização não tem forças para absolutizar-se e, por conseguinte, uma parte do campesinato consegue criar alternativas para continuar se desenvolvendo no capital, sendo e ao mesmo tempo não sendo parte dele. Como compreender isso? O debate paradigmático que impulsiona a nossa proposta

metodológica contempla a compreensão de Kautsky, quando ele afirma que a perspectiva do campesinato não está adstrita à perspectiva do capital, ao afirmar que “a tendência de centralização dos estabelecimentos agrícolas não leva à suspensão das pequenas unidades” (1986, p. 158). Ele chega inclusive a defender a necessidade do desenvolvimento de um projeto de educação do campo (p.317-324) demonstrando a importância de “um tipo especial de ensino e educação [...]” (p. 318).

2.2. VLADIMIR ILITCH ULIANOV LÊNIN

A questão agrária como questão estrutural engendradora à medida que avança o capitalismo na agricultura está no centro das análises e discussões de Lênin, pois, “capital libertou a agricultura do regime feudal, ele a introduziu no circuito comercial e a partir daí, no desenvolvimento da economia mundial: ele a arrancou da estagnação e da rotina da Idade Média e do patriarcado” (LÊNIN, 1980, p. 91). O campesinato reproduz relação social como a parceria que é própria do patriarcalismo medieval e, centrado na economia natural é incompatível com o capitalismo e, desta forma, serve de freio ao desenvolvimento do capital. Por isso “a lei da eliminação da pequena produção pela grande só pode ser aplicada à agricultura mercantil” (p. 58-59).

O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de Lênin ao lado da *A questão agrária*, de Kautsky formam um conjunto de análises essenciais para a pesquisa da questão agrária por causa das suas contribuições, as quais, podem oferecer novas idéias a respeito do dimensionamento dos problemas agrários. Lênin ao escrever sua obra no final da década de 1890 quando estava exilado na Sibéria, entende que o capitalismo na Rússia pode ser interpretado como desenvolvimento lento se comparado com a época pré-capitalista.

Se, em troca, compararmos a rapidez do desenvolvimento com o que entendemos ser o nível moderno da técnica e da cultura em geral, devemos admitir que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é, com efeito lento. E não poderia ser de outro modo, pois em nenhum país capitalista sobreviveram com tanta abundância instituições do passado, incompatíveis com o capitalismo, e que freiam o seu desenvolvimento e dificultam a situação dos produtores, os quais sofrem do capitalismo e do insuficiente desenvolvimento do capitalismo. (LENIN, 1985, p. 123).

Para Lênin o capitalismo que se desenvolveu na Rússia se dá pela separação da economia camponesa em relação à economia senhorial. Conhecida como *via prussiana* de desenvolvimento do capitalismo da agricultura, deve ser entendida

como modo em que o capital preserva as relações pré-capitalistas de produção. Para o capital o que importa é a dominação, através da qual, ele promove a sujeição da renda da terra. Assim, os latifundiários passaram a cobrar o uso das terras sob forma de pagamento em trabalho ou em espécie. Ao comparar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia com o dos Estados Unidos, Lênin, explica o processo de exploração e destruição do campesinato e a eliminação do camponês, como fruto do avanço capitalista, pois,

o capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a de clã, a comunal, a estatal, etc. O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos (LÊNIN 1980 p.7).

Ele insiste na inexistência do trabalho familiar no campesinato. É pura ilusão. Tudo acaba sendo cooptado pelo capital.

A expressão fundada no trabalho familiar é um termo vago, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Essa expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado (LÊNIN, 1980 p.18).

Lênin se vale, para esse estudo, da facilidade advinda dos recenseamentos da população americana a cada dez anos, acompanhados de cadastros das explorações industriais e agrícolas. Sua pretensão consiste em fornecer um quadro completo do capitalismo na agricultura americana, “pois um dos erros essenciais dos economistas burgueses consiste em isolar fatos e números, mais ou menos importantes, do contexto geral das relações político-econômicas” (LÊNIN, 1980, p.3). Para tanto, se baseia em dados estatísticos dos recenseamentos de 1900-1915, quando foram feitos o 12º e o 13º recenseamentos com um conjunto de informações advindas da agricultura norte americana.

Inicia com uma análise demográfica de ocupação do território americano com as seguintes características regionais: o norte industrial, o sul escravista e o oeste em processo de colonização. Em relação às terras cultivadas, o norte apresenta o percentual de 49%, o sul 27% e o oeste 5%. Por conseguinte o norte é mais populoso com 56 milhões de habitantes, o sul com 29 milhões e o oeste com 7 milhões de habitantes dos quais a maioria eram de *homesteads*

ou seja, uma região de distribuição gratuita de terras não-ocupada; o que recorda o direito de exploração do solo pelo primeiro ocupante, tal como ele é praticado nas regiões periféricas afastadas na Rússia, com a diferença de

que ele não é regulamentado por um Estado feudal, mas de uma forma democrática [...] (LENIN, 1980, p. 6).

É por isso que a região Norte, a mais industrializada das três regiões, se distingue pela agricultura intensiva e a região Sul “onde predomina a parceria é a que apresenta o maior atraso, a maior depredação, a maior opressão das massas trabalhadoras” (p.12). Nestas duas formas de fazer agricultura – intensiva e parceria – a presença do trabalho assalariado é mais convincente para demonstrar o caráter capitalista da agricultura, do que a superfície de exploração. Assim sendo,

é o Norte que a agricultura acusa o caráter mais capitalista (ai, 55,1% das *farms* recorrem ao trabalho assalariado), depois no Oeste (52,5%); é no Sul que esta característica é menos marcante (36,6%). E esta é a diferença que deve existir normalmente entre uma região populosa e industrial, uma região de colonização e uma região de agricultura parcelaria (LÊNIN, 1980, p. 21).

Para Lênin as duas regiões – Norte e Oeste – pela extensão de terra cultivada e pela criação de gado não podem se desenvolver sem o uso do trabalho assalariado. O que não acontece com a região do Sul na mesma intensidade. Nela, a exploração é semifeudal com o regime de parceria sem o uso da mão de obra assalariada. Por isso o Sul é menos capitalista em comparação com as outras duas. No regime de parceria Lênin identifica os grupos inferiores de agricultores que são forçados a vender sua força de trabalho, pois “a grande massa dos operários agrícolas e dos diaristas possuidores de um pedaço de terra faz parte dos grupos inferiores de agricultores” (LÊNIN, 1980, p. 22).

Ele defende a sucumbência do campesinato devido ao processo de diferenciação, através do qual, o camponês proletariza-se (p. 64) ao perde o domínio dos seus meios de produção, o que implica perder o controle sobre seu território e seus equipamentos ou, então se torna pequeno capitalista, trocando a economia natural pela mercantil, e, se transformando em produtor de mercadoria (p. 92 e 63). A proletarização é causada pela expropriação capitalista e/ou resulta de um processo longo de ruína da família camponesa ao perder, paulatinamente, seus meios de produção, pelo endividamento e pela ausência de progresso técnico. Depois de suportar um longo processo de ruína e de deteriorização das condições econômica, é asfixiada, como enfatiza Lênin:

Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo, esta eliminação não deve ser compreendida *apenas* no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de

um longo processo de ruína, de deteriorização da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deteriorização se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc. (LÊNIN, 1980, p. 64. Grifos no original.).

Como o desenvolvimento do capitalismo na agricultura consiste na transformação da agricultura natural em mercantil “a pequena exploração, *permanecendo pequena* pela extensão de terra, *transforma-se em grande exploração* pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc.” (LÊNIN, 1980, p. 62. Grifos no original.). A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste exatamente na transformação do pequeno agricultor

quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês. Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho. Os pequenos agricultores não podem, enquanto classe, deixar de aspirar pelo aumento de preços dos produtos agrícolas, e isso equivale à sua participação, ao lado dos grandes proprietários de terras, na partilha da renda fundiária; eles se tornam solidários com os proprietários fundiários contra o resto da sociedade. Por sua situação de classe, o pequeno agricultor torna-se inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um *pequeno agrarista* (LÊNIN, 1980, p. 92. Grifos no original).

A pequena produção se não for altamente capitalista não terá futuro como explicou Lênin e, é por essa razão, que ele critica Edourd David que já aparecera na obra de Kautsky, afirmando que a pequena produção indica sinais de permanência e não de desaparecimento. Para Lênin tal concepção é oportunista e populista, “esta compilação de mentiras e preconceitos burgueses camuflados sob vocabulários “pseudo-socialistas” [...] Ai se demonstra, exatamente com a ajuda de dados deste gênero, a “superioridade”, a “viabilidade”, etc. da “pequena” produção” (LÊNIN, 1980, p. 57).

Para diferenciar a economia camponesa da capitalista Lênin parte do principio de que “todas as discussões sobre a evolução da agricultura e as leis desta evolução centram-se, precisamente, na pequena e na grande produção” (LÊNIN, 1980, p. 58). Essa produção é voltada para o mercado e a evolução da agricultura é vista sob o regime capitalista, ou vinculada a ele ou sob sua influência. Desta maneira, a economia

natural é aquela voltada para o consumo da própria família e desempenha um papel relativamente importante na agricultura.

Para concluir, concordamos com Lênin (1980) que o campesinato não é parte do capitalismo por desenvolver outra lógica ao ocupar o território e nele estabelecer relações de produção que não são as mesmas do capitalismo. Portanto, a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente também, sendo parte dele. Essa questão estrutural está no centro da questão agrária como foi analisada por Lênin. Todavia, a história tem demonstrado para Lênin e para nós que, apesar da tendência fundamental do capitalismo, consistir “na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura” (LÊNIN, 1980, p. 64), o campesinato persiste lutando para se desenvolver no capitalismo mantendo sua independência, mesma que relativa.

Enfatizamos a importância das contribuições de Lênin para o desenvolvimento da nossa proposta metodológica com a qual queremos estudar a questão agrária atual. Suas contribuições evidenciam a complexidade da questão agrária dada sua diversidade de problemas estruturais e conjunturais, através das quais “as contradições de classe aprofundam-se e exacerbam-se” (LÊNIN, 1980, p. 100).

As discussões indicam que o futuro do campesinato está na subalternidade e na resistência ao capital dependendo do paradigma que o pesquisador utilizar. O método de análise que estamos propondo, a partir do debate paradigmático, contribui na compreensão dessas diferenças. Contribui também na compreensão das disputas territoriais através da luta de classes e da conflitualidade, como explica Fernandes, afirmando que “o capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato” (FERNANDES, 2008, p. 181. Grifos no original.). A resistência do campesinato torna-se uma alternativa na medida em que tenta colocar obstáculos à expansão de projetos de monoculturas, como a do agrocombustíveis, por exemplo, em que o controle das grandes multinacionais sobre os sistemas alimentares se amplia por todo planeta, gerando fome. A Via Campesina combate esse modelo de desenvolvimento territorial: “*Somos representantes de un movimiento internacional que lucha por combatir el hambre*”, disse Henry

Saragih, Coordenador General de La Via Campesina, na reunião da FAO em 15 de fevereiro de 2010⁴.

2.3. ALEXANDER V. CHAYANOV

Para Chayanov (1974) o campesinato continua existindo com o capitalismo, se desenvolve nele, fazendo e, contraditoriamente não faz parte dele, por ser guiado por outra lógica. E, estando no capitalismo é necessariamente um produtor de mercadorias, participa do mercado sem, contudo, ser transformado em capitalista. A lei do valor não se efetiva na produção camponesa porque ela é orientada por dinamismos próprios, sem ser norteadá exclusivamente pelo lucro, como o que ocorre com a produção capitalista. Para estudar o campesinato Chayanov (1974) elaborou uma teoria com a qual analisou a “a atividade econômica da força do trabalho doméstico” (p. 70). Era importante saber não só o que o campesinato produzia, mas, como produzia e para quem produzia. Para demonstrar a perplexidade do jeito camponês de fazer agricultura, Chayanov que entender as razões que levaram o campesinato a cultivar produtos como a batata e o linho. Trata-se de dois produtos que quase não são cultivados nas terras dos latifundiários devido ao seu baixíssimo rendimento financeiro. Todavia, são cultivados extensivamente nas pequenas propriedades camponesas “já que assim podem absorver maior quantidade de força de trabalho em suas propriedades e reduzir o desemprego” (CHAYANOV, 1974, p. 31). Economicamente esse empreendimento é inexplicável diante da lógica capitalista que visa majorar a lucratividade em toda e qualquer atividade. Contudo, é um empreendimento que faz parte da racionalidade econômica própria das explorações agrárias que Chayanov encontrou nas unidades econômicas camponesas – UEC.

Essa constatação de Chayanov ajuda compreender a prática de adubação com ovos que Ploeg (2008) encontrou na comunidade de Catacaos, norte do Peru. Prática que não é reconhecida pelas ciências agrárias, mas que provoca aumento da eficácia técnica no processo de produção do milho, algodão, feijão, etc. Trata-se de fertilizante líquido que é aplicado sobre as folhas:

Colocamos 12 ou 15 ovos no tanque (chamado de cacorro: o tanque manual colocado nas costas, normalmente usado para espalhar inseticidas e

⁴ Vide www.viacampesina.org. Acesso em 09.03.2010, 9h49.

pesticidas), misturamos água, 1 kg de nitrato de potássio e 1 kg de nitrato monamônico e, se tiver, cerca de 10 centímetros de fertilizante líquido. Esta mistura é depois pulverizada sobre as plantas. [...] E este sistema está realmente produzindo bons resultados. [...] Isso fortalece as plantas, elas são mais bem alimentadas e plantas bem alimentadas não têm pragas nem doenças. [...] se você comprar um quilo de fertilizante líquido, ele lhe custará 60 soles. [...] Uma dúzia de ovos irá lhe custar 2 soles e 50 centimos. [...] Assim conseguimos o fertilizante quase de graça (PLOEG, 2008, p. 88).

As análises construídas por Chayanov e Ploeg demonstraram que a agricultura camponesa e a agricultura empresarial possuem lógicas distintas. Enquanto a empresarial utiliza muito capital e pouca mão-de-obra, a camponesa encontra-se em pleno processo de desenvolvimento tecnológico como uma de suas estratégias para não ser asfixiada. Pois, ela “vem sendo subjugada à produção capitalista e condicionada a aumentá-la sem cessar” como enfatiza Lima e Alencar (2009, p.3). Por isso, é imperiosa a necessidade em ampliar análises cada vez mais aprofundadas sobre os sistemas agrários multisseculares no sentido de recuperar a herança histórica agrária neolítica como ressalta Mazoyer e Roudart (1998).

Chayanov (1974, p. 32-34) enfatiza que a economia camponesa é um fenômeno em si mesmo de reprodução social e auto-exploração cuja autonomia e protagonismo violam as leis capitalistas. Violação que se estabelece quando na pessoa do camponês confundem-se o empresário e operário e, quando atendida as necessidades da família camponesa, cessa o investimento. Assim sendo, a ausência de acumulação de capital impossibilita mensurar, em termos monetários, o valor da mão de obra familiar camponesa. São constatações que Chayanov encontrou na organização da unidade econômica camponesa na Rússia no início dos anos 1900 em que 90% da população compõem as unidades de exploração agrícola familiar.

O plano de estudo de Chayanov (1974) está dividido em seis etapas: a) examinar a família camponesa em seu desenvolvimento biológico como uma cooperativa de unidades de trabalho e consumo; b) motivação para o trabalho e auto-exploração pelo trabalho; c) as inter-relações entre terra, capital e força de trabalho; d) a discussão sobre todos os elementos de um plano organizativo da UEC; e) as formas de circulação e reprodução do capital na UEC; f) as conseqüências para a economia nacional que provém da natureza da organização da UEC.

Era da família patriarcal com duas ou três gerações os braços para o trabalho nas unidades camponesas. Como a UEC dependia dos braços para o trabalho, aquelas pessoas que comiam do mesmo prato ou dormiam sobre o mesmo telhado eram

considerados pertencentes à família. Eram esses braços os responsáveis pela produção agrícola a qual compunha as atividades econômicas. O volume dessas atividades econômicas advinha da agricultura e de fora dela, como as atividades artesanais e comerciais. Disto resulta que a expansão da área semeada está diretamente relacionada com o aumento da família e implica no equilíbrio trabalho – consumo.

Chayanov (1974, p.75) demonstrou que o trabalho familiar camponês da UEC utiliza 25% a 40% do período anual e, mesmo levando em consideração os trabalhos fora da agricultura, como os artesanais e comerciais, não utiliza totalmente sua força de trabalho. Na indústria isso não ocorre, uma vez que nela, o trabalho assalariado é ininterrupto por não ter a dependência das condições climáticas como acontece no campo. Chayanov (1974, p. 208) esclarece que a família camponesa não usa a totalidade, nem muito menos, todo o tempo de trabalho disponível. Isso se deve em parte, a natureza estacional do trabalho agrícola e a sua ausência nos períodos inativos do ano. E, em parte, porque quando a família camponesa tem garantido suas necessidades, com uma determinada parte de seu esforço e alcançado o equilíbrio econômico interno, já não tem estímulo para trabalhar. Ou seja: ela trabalha para viver. O que não acontece no regime capitalista, no qual, a família vive para trabalhar.

A ausência de capital provoca duas reações: a primeira consiste no aumento da força de trabalho da família camponesa que se traduz em desenvolvimento cada vez maior. Por isso o capital não é um determinante aritmético do volume de atividade, como ocorre na indústria. Ele é apenas uma das condições que determina a família. A segunda consiste no desenvolvimento dos trabalhos não agrícolas para trazer recursos não obtidos com a terra. Não só pela ausência de capital, como também por razões climáticas, a exemplo do que acontece no inverno, quando as atividades agrícolas praticamente são suspensas.

Chayanov (1974) concebe a UEC como parte constituinte do sistema econômico nacional e está determinada por fatores estatísticos e dinâmicos próprios de sua fase de desenvolvimento. Sem um conhecimento profundo do todo, não se saberá como reage a UEC – essa consiste em importante contribuição advinda das análises de Chayanov. Nas análises chayanovianas, a família que explora a unidade utiliza, dentro de suas possibilidades, todas as oportunidades, de sua posição natural e histórica e da situação do mercado na qual progride. Mas como as combinações das condições

naturais e de mercado são variadas em áreas distintas, encontram-se uma variedade de tipos e formas de estruturas ainda maior ao estudar a estrutura organizativa da UEC.

O relacionamento da UEC com o mercado pode demonstrar pouco ou muita interferência pela participação na produção de mercadorias para a venda (excedente) e a oferta de produtos de subsistência. O fazer doméstico da UEC adquire um caráter totalmente distinto, enquanto esta ingressa na esfera da circulação de dinheiro e mercadoria. Ou seja, se o trabalho familiar, ou parte dele, produz para a subsistência tem um significado, porém, se a produção é suficiente para garantir a subsistência e o excedente é vendido no mercado, então, emerge significação diferente. Por que excedente passa a adquirir o caráter abstrato de valor. As forças de exploração econômica e de produção criadas pela família estão predeterminadas, em grande parte, pelas condições objetivas econômicas gerais e naturais. Contudo, o volume de trabalho econômico mesmo e o mecanismo de constituição da exploração derivam predominantemente da família, tendo em conta todos os outros elementos das circunstâncias econômicas.

É importante ressaltar as contribuições das análises de Chayanov (1974), quanto ao desenvolvimento da racionalidade econômica do campesinato, que possui potencialidade para garantir sua autonomia (mesmo que relativa) e sua propositura. Todavia, constata Chayanov as duas tendências contraditórias experimentadas pelo campesinato russo no início do século XX: a necessidade de gerar progresso através de uma produção maior e melhor e a ausência quase total de condições financeiras e técnicas que permitam atingir esse objetivo lançando o campesinato numa crise.

Com o nosso método de análise estimulado pelo debate paradigmático, retemos as razões obtidas das análises de Chayanov para ampliar nossa compreensão sobre o campesinato e sua produção. Ajuda também a compreender hoje que o agronegócio não é a totalidade, como os seus teóricos insistem em defender. Indicam que a intensificação e a internacionalização das lutas camponesas possuem novos significados advindos das potencialidades camponesas para engendrar outro modelo de desenvolvimento. Contendo práticas não reconhecidas pelas ciências agrárias, mas de eficiência comprovada, como a da adubação a base de ovos, descrita por Ploeg acima. Trata-se de outra lógica, a qual pode contribuir com a restauração da soberania economia alimentar e dos ecossistemas degradados.

2.4. ROSA LUXEMBURG

Na obra *A Acumulação do Capital*, Luxemburg (1985) analisa o processo total da produção capitalista na qual a realização da mais-valia é condição de acumulação cada vez mais intensa. O problema teórico empreendido por Luxemburg consistia em compreender que

uma economia capitalista autocontida em si – sem relações comerciais com setores não capitalistas – é incapaz de acumular. Conseqüentemente, ela nega a premissa de Marx de que a melhor maneira de analisar o funcionamento do modo capitalista de produção é tomá-lo em sua pureza e, portanto, em isolamento. A contradição entre poupança e acumulação mostra que esse modo de produção só pode funcionar normalmente, isto é, em acumulação cada vez mais intensa, inserido num meio não capitalista, que lhe fornece um mercado “externo” em expansão (SINGER, 1985, p. XL).

Para expandir sua acumulação, o capital por não conhecer limitações, estabelece relações comerciais com o mundo não capitalista, solapando as bases da economia natural, onde esta ainda sobrevive, implantando no seu lugar uma economia de mercado. “Tendendo assim expandir incessantemente o modo de produção capitalista, até moldar todo o mundo à sua imagem. Esta é a base econômica do imperialismo, que [...] o acompanha, como força expansiva desde a origem” (SINGER, 1985, p. XLI).

Luxemburg tentava compreender o capital como um processo que engendra e reproduz relações não capitalistas de produção como condição para a apropriação de mais-valia, pois,

enquanto se apresentar sob a forma de mercadoria, a mais-valia será inútil para o capitalista. Depois de produzida, portanto, ela precisa ser realizada ou transformada em sua forma pura de valor, ou seja, em dinheiro. Para que isso ocorra e o capitalista possa apropriar-se da mais-valia em forma de dinheiro, é necessário também que todo o seu capital adiantado abandone a forma de mercadoria, retornando ao capitalista sob forma de dinheiro. Somente então, quando se consegue que a mercadoria toda, em seu conjunto, seja alienada por dinheiro correspondente a seu valor, é que se alcança o objetivo da produção (LUXEMBURG, 1985, p. 12).

O objetivo da produção capitalista consiste na formação de um novo capital-dinheiro, que remunere o capital adiantado para a produção de mercadoria, garantindo assim sua reprodução, como explica Luxemburg,

A produção capitalista não é uma produção voltada para fins de consumo, mas para a produção de valor. As relações de valor dominam totalmente o processo de produção, assim como o de reprodução. Produção capitalista

não é produção de objetos de consumo, nem de mercadorias simplesmente, mas uma produção de mais-valia (1985, p. 14).

O questionamento que impulsionava a pesquisa de Luxemburg (1985) era o mesmo que estava em Marx: “como é possível haver acumulação geral ou formação de um novo capital-dinheiro junto à classe capitalista?” (p. 345). Para Luxemburg “o esquema marxista da reprodução ampliada não consegue explicar-nos, pois, o processo de acumulação da maneira como ele realmente ocorre e como se impõe historicamente” (p. 239). A acumulação capitalista exige um mercado suplementar em outros extratos e nação não-capitalista, como possibilidade de obter um novo capital-dinheiro diferente daquele que circula, no rodízio passando do bolso do capitalista para o bolso do proletariado e vice-versa:

A questão é, pois, a seguinte: O capital social total obtém constantemente e sob a forma de dinheiro um lucro total que, para fins de acumulação total, é obrigado a crescer constantemente. Como poderá crescer, então, essa soma, se as partes constituintes nada mais fazem senão um rodízio, passando de um bolso para outro? (LUXEMBURG, 1985, p. 344).

Essa inovação é questão imprescindível para acumulação do capital por duas razões: primeira porque “acumular capital não significa apenas produzir quantidades cada vez maiores de mercadorias; significa antes transformar quantidades cada vez maiores de mercadorias em dinheiro” (LUXEMBURG, 1985, p. 343) e, segundo que “jamais houve, nem mesmo existe hoje, país algum em que só haja produção capitalista, ou só existam capitalistas e trabalhadores assalariados” (LUXEMBURG, 1985, p. 338). Portanto, a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção atende ao “próprio caráter da produção capitalista que exclui, além do mais, a produção dos meios de produção que se restrinja ao modo capitalista” (p. 245). Luxemburg enfatiza que:

O papel que representou para a alimentação da grande massa operária industrial da Europa (ou seja, que essa alimentação representou como elemento do capital variável) o abastecimento camponês de cereais – do cereal que fora produzido de modo não-capitalista – para perceber quanto a acumulação capitalista está vinculada efetivamente, no tocante aos respectivos elementos materiais, a círculos não-capitalistas (LUXEMBURG, 1985, p. 245).

Entre as análises sobre a expansão capitalista na agricultura brasileira, destaca as de Martins (1979), por ele ter utilizado as contribuições de Luxemburg (1985), quando estudou a vinculação efetiva da acumulação capitalista a partir de relações não-capitalistas de produção no regime do colonato na formação das fazendas

de café, em que há a conversão da renda-em-trabalho em capital. E, ele levanta a hipótese:

de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. [...] A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas (MARTINS, 1979, p. 19-21).

Ao abordar as contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura, Oliveira (2001) enfatiza a presença das relações de trabalho não-capitalistas como a parceira, o trabalho familiar camponês no desenvolvimento da pecuária de corte no oeste do Estado de São Paulo. “A utilização dessas relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista, investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro” (p. 18). É exatamente esse o novo capital-dinheiro de que trata Luxemburg (1985, p. 344-345), revelando que o próprio capital para se expandir promove relações de trabalho e de produção não-capitalistas para produzir mais-valia. E conclui Oliveira que “o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado. [...] destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, [...]” (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Os estudos de Martins (1979) e de Oliveira (2001) corroboram na compreensão das contribuições de Luxemburg (1985) quando explicita que a produção capitalista não configura como a forma única e exclusiva de produzir. Há diversas formas de economia paralelas coexistindo com o capitalismo, pois,

a produção capitalista não é, na verdade, a forma única e exclusiva existente de se produzir. Em todos os países capitalistas e mesmo nos altamente industrializados existem, além dos empreendimentos industriais e agrícolas de cunho capitalista, numerosos estabelecimentos congêneres mantendo uma linha simples de produção mercantil, [...] as mais diversas formas de economia paralelas, desde as comunistas primitivas até as feudais, agrícolas ou artesanais. Essas formas todas de sociedade ou de produção não só existem ou coexistem em perfeita harmonia com o capitalismo como também desenvolveram-se entre elas e o capital europeu um processo intenso e *sui generis* de trocas desde o início da era capitalista. [...] Teve assim de estabelecer-se, desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não-capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente, bem como de providenciar as

mercadorias necessárias à expansão da própria produção, de garantir, enfim, o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não-capitalistas de produção (LUXEMBURG, 1985, p.334-335. Grifos no original).

A produção mercantil simples é impulsionada e incrementada pela multidiversidade no desenvolvimento do campesinato na agricultura como demonstraram as análises de Luxemburg (1985) explicando as formas não-capitalistas de produção. Portanto, a multidiversidade, como característica do campesinato, constitui uma de suas estratégias de sobrevivência por meio da qual procura escapar da asfixia do capitalismo como demonstraram as análises de Mazoyer e Roudart (1998); Bartra (2007) e Sabourin (2009), entre outros. Ela também é indispensável no desenvolvimento das cadeias alimentares como explica Pollan (2007) e, está presente nas práticas heterogêneas analisadas por Ploeg (2008), que veremos a seguir.

Nas descrições de Pollan e Ploeg a multidiversidade característica da produção mercantil não-capitalista do campesinato corroboram a compreensão das análises de Luxemburg (1985), por saberem utilizar melhor as forças da natureza. A tecnologia e a criatividade camponesa fazem a diferença quando Pollan (2007) descreve as três principais cadeias alimentares: a industrial, a orgânica e a extrativista. Através delas, analisa o vínculo entre a alimentação, a fertilidade da terra e a energia do sol. No quadro abaixo Pollan ressalta as diferenças entre a produção capitalista e a não-capitalista, entre a Fazenda Naylor e a Fazenda Polyface, respectivamente:

Fazenda Naylor	Fazenda Polyface
Industrial	Pastoral
Espécies anuais	Espécies perenes
Monocultura	Policultura
Energia fóssil	Energia solar
Mercado global	Mercado local
Especializado	Diversificado
Mecânico	Biológico
Fertilidade importada	Fertilidade local
Infinidade de insumos	Ração para galinhas

Fonte: POLLAN, 2007, p. 145.

Para Ploeg (2008) a jeito camponês de fazer agricultura representa cada vez mais a resistência. “Essa é uma resistência múltipla que se expressa em muitos níveis diferentes, que se desenvolve ao longo de dimensões variadas e que envolve uma grande variedade de diferentes atores” (p. 289). Atores com práticas heterogêneas desenvolvem novas unidades de produção e de consumo “em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala” (p. 289). Tais práticas se concretizam, por exemplo, no uso da grande tesoura de madeira como ferramenta que representa uma “retro-inovação”. O uso dela substitui herbicida ou qualquer produto químico tóxico. “Esses insumos externos são substituídos por um uso melhorado dos recursos internos. [...] É até possível que essa prática seja gerada (ou regenerada) para contestar os esquemas de regulação rígidos associados ao controle de pragas e ervas daninhas” (p. 290).

Luxemburg (1985) ressalta duas transações distintas entre a produção capitalista e o mundo não-capitalista que o circunda. Nelas o capital, em cada período produtivo gera a acumulação com a qual ocorre “a transformação da mais-valia em sua forma pura de valor e a realização e a transformação dessa forma pura de valor em forma produtiva de capital, transações que ocorrem entre a produção capitalista e o mundo não-capitalista que a circunda” (p. 247). Assim, a produção camponesa proporcionará o novo capital-dinheiro que remunera o capital e garante sua reprodução como demonstraram Martins (1979) e Oliveira (2001). A produção camponesa se

organiza como forma de resistência a expansão capitalista que visa destruir suas bases para implantar no seu lugar a economia de mercado como demonstraram Pollan (2007) e Ploeg (2008).

As contribuições teóricas de Luxemburg (1985), Martins (1979), Oliveira (2001), Pollan (2007) e Ploeg (2008) propiciaram refletir sobre a questão agrária atual e compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo no qual ocorrem o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e as relações não capitalistas de produção. Elementos importantes para o nosso método de análise, diante do qual, o debate paradigmático propiciará o estudo das contradições implantadas pelo avanço do capitalismo na agricultura, bem como, a reprodução ampliada das contradições do sistema capitalista de produção. Propiciará compreensões a respeito da internacionalização das lutas camponesas no contexto das tendências atuais em que países, como a China, por exemplo, tem empregado enormes esforços na compra de terras em outros continentes, como o africano, nas quais, utilizará para a produção de alimentos e fibras.

2.5. TEODOR SHANIN

A especificidade de Shanin ao estudar a complexidade da questão agrária advém da compreensão de três abordagens estruturalmente imbricadas: o campesinato, sua função na sociedade e o desenvolvimento dessa sociedade na qual o campesinato evolui, uma vez que;

[...] são centrais para estratégias de pesquisa e ação política, pois implicam que os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro de contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem (SHANIN, 1980, p. 69. Grifos no original).

Apesar de constituir a maioria da humanidade, o campesinato “não se encaixa bem em nenhum de nossos conceitos gerais de sociedade contemporânea” (SHANIN, 1983, p. 275). “Sua notável auto-suficiência e capacidade de resistência às crises econômicas e pressões do mercado” (p. 279) fortalece sua autonomia (mesmo que relativa) e protagonismo, o que enfatiza mais intensamente, a diversidade dos problemas estruturais e conjunturais da questão agrária tornando-se o seu estudo, um dos principais desafios das Ciências Humanas. Por isso Shanin esclarece que “as questões

fundamentais da realidade social ou podem ser compreendidas em um nível razoável de sofisticação epistemológica, ou não o podem de modo algum” (SHANIN, 1980, p. 77) e, por essa razão, sugere que;

A conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de atacar a questão em um nível teórico. Não é essencialmente uma resposta, mas uma pressuposição que ajuda a engendrar novas respostas específicas (SHANIN, 1980, p. 77).

Compreensões como essas fortalece nossa hipótese em desenvolver um método de análise, tendo na imprescindibilidade do debate paradigmático, seu ponto de partida. O método que estamos construindo com essa tese, visa esmiuçar as análises, para poder examinar as abordagens estudadas sobre o avanço do capitalismo na agricultura. Com essa proposta metodológica almejamos criar possibilidades para reencontrar as trajetórias que os pesquisadores fizeram e, conheceremos teóricas que eles ajudaram a construir, com as quais foram desenvolvidos os paradigmas.

As contribuições de Shanin enfatizam a complexidade da questão agrária a partir da constatação de que as previsões teóricas não se efetivaram na Rússia rural no primeiro quarto do século XX. “Esta discrepância básica entre as metas reconhecidas e os resultados manifestos das políticas, constitui o aspecto capital da história política da Rússia rural durante um período decisivo e constitui o objeto deste estudo” (SHANIN, 1983, p. 19).

A investigação de Shanin (1983) se desenvolveu a partir de um corpo massivo de informações estatísticas recolhidas nos censos de 1916, 1917, 1919, 1920 e 1926 e, do enfoque sobre a unidade doméstica camponesa – UDC – como unidade principal de estudo estatístico. Ela constitui a principal categoria de análise que, desde 1887, vinha sendo considerada importante pela Conferência de Estatísticos Russos. Desta feita, a casa⁵ camponesa era a unidade principal da sociedade russa no campo. A riqueza e o tamanho médio das UDC variavam consideravelmente de uma região para outra. Mostravam variedade de formas e características quase ilimitada, seja pela heterogeneidade ou pela multiplicidade constatada por meio das transmutações com o surgimento e/ou o desaparecimento das UDC dentro das comunidades camponesas que Shanin analisou.

⁵ Uma casa camponesa russa constitui uma unidade doméstica camponesa – UDC.

Na sociedade camponesa russa as mudanças substantivas se efetivavam por alterações através dos processos de partilha, fusão, extinção e emigração. A partilha dá origem às novas unidades e era característica nos estratos mais ricos do campesinato. A fusão, a extinção e a emigração faziam desaparecer as unidades considerando o seu tamanho e a sua riqueza. Esses três processos eram mais freqüentes nos estratos mais empobrecidos do campesinato russo. Com a emigração, uma UDC desaparece de uma comunidade para reaparecer em outra. O processo de fusão resultava na união de duas ou mais UDC distintas, de maior tamanho e com uma quantidade superior de trabalho, terra e equipamentos disponíveis. A maioria dos casos de divisão nunca haveria ocorrido se o único motivo fosse para maximizar a produção ou o lucro. A lógica do desenvolvimento da agricultura camponesa segue outras matrizes se comparada a agricultura capitalista orientada para o acúmulo do capital.

No capítulo 6, Shanin analisa a mobilidade multidirecional e cíclica das UDC tentando encontrar um modelo explicativo que justifique as inúmeras alterações. Constata que a UDC opera sob o dualismo básico como unidade familiar e unidade de produção. Por conseguinte, sofre influências dos fatores biológicos e econômicos. Dentre os fatores biológicos está o atendimento das necessidades dos membros das unidades através do trabalho familiar empregado na exploração da terra, olhando os mesmos fenômenos analisados por Chayanov. Assim, a mobilidade das UDC era fiel reflexo do ciclo biológico representado pelo crescimento e diminuição das unidades familiares. Esse “modelo de equilíbrio” entre o trabalho e o consumo, que já fora estudado por Chayanov em 1915, aparece também, nos estudos de N. Makarov que, parte de um determinismo biológico em sentido estrito para orientar-se numa análise multifactorial e histórico da sociedade camponesa. Shanin compreende a história dessas sociedades como uma luta entre princípios biológicos e econômicos em que os primeiros são representados pelos segundos.

Na compreensão dos economistas marxistas ortodoxos e neoclássicos as influências dos fatores econômicos mobilizavam as UDC pela economia de mercado, por meio da maximização dos lucros e, se assim fosse, elas se transformariam em empresas essencialmente capitalistas. A interpretação de Shanin seguia outra lógica, por meio da qual, a mobilidade das UDC se submetia ao princípio da dualidade como unidade de família e unidade de produção. À essas duas dimensões, ele acrescentava outra: a de uma pequena unidade de produção de recursos muito limitados. Por

consequente, elas estavam sujeitas, em grande medida, às poderosas forças da natureza, do mercado e do Estado. As flutuações naturais de clima produzem uma série, mais ou menos aleatória, de anos agrícolas bons e maus. As forças do mercado, o intercâmbio influenciou notavelmente as economias das UDC que, no mínimo, teria que vender parte do seu produto para pagar impostos e comprar equipamentos:

Las tres razones básicas que impidieron una comprensión más realista de la movilidad socioeconómica del campesinato ruso fueron: (i) el paradigma estructural/lineal de las ciencias sociales contemporáneas; (ii) la tendencia “monista” prevaleciente en los modos de explicación; y (iii) la tendencia metodológica a limitar la discusión al campesinato considerado globalmente o a las comunidades de aldeas campesinas (SHANIN, 1983, p. 167)

Assim Shanin esclarece que o estudo das UDC, verificando as explorações familiares e a inter-relação entre a unidade doméstica e a sociedade camponesa, se constitui no maior sucesso metodológico dos estudos rurais russos, proporcionando a evidência de caráter extensivo e único, na que se baseia o seu estudo. Shanin entende que o processo da mobilidade se compõe de vários outros processos, cada um, com diferentes características sociais. Somente um modelo multifactorial pode se adequar às complexidades da mobilidade camponesa, especialmente sob condições de relações de mercado em processo de expansão como é o caso da agricultura russa no início do século XX.

No capítulo 8, Shanin estuda a revolução agrária e o processo de nivelção do campesinato russo. Destaca que a Revolução Agrária Russa ocorreu em duas etapas: a primeira em 1917-1918 - a etapa anti-feudal – em que os camponeses ocuparam as propriedades dos fazendeiros não camponeses, dividindo o território em unidades menores. Na segunda etapa - final de 1918 em diante – os pobres das aldeias rurais, se lançaram na ocupação das terras dos *kulaks* movidos por desejos de igualdade. O *kulak* é o camponês rico que explora seus vizinhos camponeses também. Aproveitando a lei promulgada em 1906 por P. Stolípin (1862-1911), o *kulak* adquiria os lotes de terra dos camponeses de poucos recursos. Concentravam nas suas terras, as terras dos camponeses, a baixo preço, aumentando a desigualdade que os camponeses combatiam.

As origens da revolução agrária russa é explicada pela estreita correlação entre o contingente camponês sem terra – cerca de 84% da população russa vivia no campo em 1913 (SHANIN, 1983, p. 76) – a escassez da terra e a propagação desta rebelião. A organização dos camponeses no decorrer da rebelião é digna de destaque.

As assembléias nas aldeias – Assembléias da Terra - decidiam como dividir as propriedades não camponesas. A ação foi empreendida de forma que todas as UDC se viam forçadas a participar, para assegurar o êxito da empreitada, assumindo igual responsabilidade em caso de represálias. Essas comunas camponesas se transformaram em comunas agrícolas, ressurgindo com força extraordinária, constituindo o núcleo ideológico básico do mecanismo social que, de fato, levou a cabo a revolução agrária dentro do próprio campesinato. Tanto que Shanin (1983) registra o desenvolvimento da agricultura que era considerado de maneira oficial e inseparável da estatização e coletivização da agricultura:

Desde mediados de 1918 hasta el final de 1920 el desarrollo de la agricultura fue considerado de manera oficial inseparable de la “estatización” e colectivización de la agricultura. [...] Se ensayaron nuevas fórmulas, como, por ejemplo, los “comités de siembra”, para asegurar la cooperación campesina. Fue el fracaso de estas medidas, junto con la pérdida completa de la esperanza de que las granjas estatales “se convirtieran rápidamente en fábricas de carne y cereales”, lo que llevó al cambio definitivo la política expresada por la introducción de la N.P.E y el Código de la Tierra de 1922 (SHANIN, 1983, p. 209).

Ao terminar o período da revolução agrária, tanto os Comitês dos Pobres, como os grandiosos projetos de estabelecer indústrias alimentares estatais, desapareceram do campo russo. O mesmo ocorrendo com a maioria das explorações cercadas. Permaneceu, no entanto, inalteradas o sistema tradicional da UDC e das comunas, como modelos típicos de diferenciação camponesa e as características peculiares de sua dinâmica e mobilidade. Assim sendo, é importante verificar as seguintes questões: como se deu o desenvolvimento do sistema tradicional da UDC com as novas configurações advindas da Nova Política Econômica – NPE – de 1921-1928? Quais as verdadeiras relações de poder e de autoridade na aldeia russa? Quais os principais grupos de conflitos? Por quais razões conflitavam? Quais as diferenças fundamentais existentes no campo russo?

Indagações como essas desafiaram a perspicácia de Shanin e foram registradas suas descobertas no capítulo 9 ao estudar a sociedade rural no período da NPE (1921-1928): poder, diversidade e conflito. A ambigüidade foi estabelecida nas aldeias russas com a implantação do *Soviet Rural* – Assembléia Rural - almejando ocupar as funções da comuna campesina – o MIR – que tradicionalmente era responsável legal para os assuntos locais de administração, prover serviços básicos, cobrança do imposto e o cuidado do bem estar da população. Com o *Soviet Rural* uma

UDC deveria reconhecer ao menos dois tipos de autoridades locais na aldeia: o *Soviet Rural* formalmente estabelecido e a assembleia da comuna da terra – Assembleia da Terra - que tratava de assuntos da estrutura fundiária, como a posse coletiva e redistribuição da terra. Do *Soviet Rural* participavam com direito a voz e voto todos os camponeses sem terra, assalariados e artesãos. Estavam excluídos dela os *kulaks*, os comerciantes, o clero, os ex-policiais do regime czarista, entre outros. Da Assembleia da Terra participavam, com voz e voto, os membros UDC por terem a terra em posse comum. As Assembleias da Terra eram conduzidas pela elite camponesa local numa situação sustentada pelo consenso tradicional da grande maioria de camponeses. Nessas circunstâncias, os poderes legais concedidos aos *Soviets Rurais* eram fictícios, já que não possuíam nem a autoridade, nem os meios para controlar os territórios, restritos às assembleias da terra e nem sequer, a possibilidade de competir com ela.

A análise social, na qual se fundamentava o governo soviético, se baseava no pressuposto de uma necessária evolução do proletariado rural ou dos pobres rurais até formar uma “classe em si” – uma força socialista impetuosa dirigida contra os camponeses ricos. Ocorre que os assalariados rurais não ultrapassavam 2% da população total ativa no campo e mesmo assim, a terceira parte deles era composta por trabalhadores temporários com idade inferior a 17 anos (SHANIN, 1983, p. 236-237) o que faz Shanin concluir que

No hay duda que el número de proletarios rurales era extremadamente bajo, lo mismo que el sistema de explotación capitalista, definida ésta en términos marxistas clásicos. La imagen de la casi inexistencia de un homólogo rural del proletariado revolucionario urbano era algo completamente inaceptable para los bolcheviques, si bien ello podía ser evitado mediante el empleo de un concepto más amplio que englobara un mayor número de individuos en el grupo de “campesinos pobres” (SHANIN, 1983, p. 238).

Esta é mais uma discrepância entre as previsões teóricas e os resultados históricos obtidos compondo os aspectos essenciais da história política da Rússia rural. A revolução agrária e a guerra civil haviam alterado de lugar as principais classes e grupos sociais com a única exceção dos camponeses. Durante a NPE a elite soviética e o campesinato se defrontaram como duas forças profundamente diferentes e com posições antagônicas em escala nacional. A mobilização política do campesinato se fez de forma extremamente limitada, seja pela submissão silenciosa, seja pela pressão e violência do poder estatal.

Na ausência de organizadores externos, a mobilização camponesa e a pressão se mantinham por princípio, localizadas. Os camponeses não possuíam uma organização nacional, nem símbolos, nem líderes e tinham poucas possibilidades de vitória em uma batalha aberta, com a organização burocrática constituída pelo Estado e pelo partido no poder como constata Shanin: *“Durante el periodo de la N.P.E., el tremendo poder pasivo de las comunidades campesinas rusas demostró su incapacidad para generar una alternativa política y conseguir una unidad de acción”* (SHANIN, 1983, p. 273).

Se de um lado, a mobilização política do campesinato, não conseguiu produzir uma unidade de ação, que tivesse força para implantar as transformações necessárias, para proporcionar novas organizações sociais e políticas na Rússia, do outro, o Estado soviético e o partido bolchevique que detinham o poder e não a unidade de ação, pois lhes faltava

la percepción de los procesos sociales reales que estaban ocurriendo en el campo, y lo que es peor aún, la inmensa distancia que separaba a sus representantes de la población campesina bloqueó los mismos canales a través de los cuales podría haber tenido lugar un ajuste de conceptos y políticas a la realidad. Con el mando político encerrado en una concepción engañosa de la sociedad rural, sus representantes locales separados del campesinado en casi todos los aspectos que no fueran el del uso de la violencia administrativa, con las comunas como poder decisivo en los asuntos locales, incapaces, no obstante, de imponer una política a nivel nacional y abocada a la derrota en una confrontación a gran escala con un Estado moderno, el escenario estaba ya, a mitad de los años veinte, dispuesto para el drama de la colectivización (SHANIN, 1983, p. 273).

Destacamos a importância da especificidade dessas análises de Shanin (1983) as quais, demonstram a multidimensionalidade da diversidade do campesinato e seu dinamismo na agricultura russa. Por meio dos processos de partilha, fusão, extinção e emigração, essas explorações desaparecem numa região e reaparecem em outra ou, na mesma região, em outra dimensão. Compreende-se assim que a capacidade do campesinato crescer e diminuir, simultaneamente, aumenta ainda mais, a complexidade da questão agrária analisada por Shanin e que, permanece desafiando as nossas análises. Por isso, insistimos que o método de análise, a partir do debate paradigmático que estamos propondo, tem possibilidade em proporcionar o conhecimento do paradigma no qual o pesquisador está filiado e, por isso, aumenta a possibilidade compreensiva do seu objeto de estudo.

3. TEÓRICOS CONTEMPORÂNEOS E CONTRIBUIÇÕES AO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Ploeg (2008); Sabourin (2009). Bartra (2007); Mazoyer e Roudart (1998); Martins (1979; 1981; 1984 e 1994); Oliveira (1991); Fernandes (1999; 2001; 2002; 2008; 2009) e Neves (1995; 2007; 2008) são autores que foram escolhidos por estarem entre os teóricos representativos do paradigma da questão agrária e por serem nossos referenciais. Suas temáticas analisadas contribuíram para o desenvolvimento do paradigma da questão agrária como a recampesinização, por exemplo, que é compreendida como processo, por meio do qual, o campesinato cria alternativas visando enfrentar o domínio asfixiante do capital e aumentar sua independência e autonomia – mesmo que relativa- como estão salientadas nas análises de Ploeg (2008) e Sabourin (2009).

Bartra (2007); Mazoyer e Roudart (1998), entendem que a agricultura é o território da heterogeneidade, propiciando o desenvolvimento do campesinato, com enorme diversidade, com a qual se defronta com o reino uniforme das forças imperiais do território do capital, que, desde a Revolução Industrial, tenta se impor. Para Martins (1979; 1981; 1984 e 1994) e Oliveira (1991) a recriação do campesinato é interpretada como, necessidade do próprio capital que, engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. Outra vertente de interpretação para a recriação do campesinato advém da luta pela terra analisada por Fernandes (1999; 2001; 2002; 2008; 2009). Ampliar as propostas metodológicas é importante no estudo do campesinato, como explica Neves (1995; 2007; 2008), porque as alternativas implantadas por ele são, na maioria das vezes, flexíveis, inventivas e criativas.

As perspectivas apontadas por esses estudos possuem tamanha importância para o método de análise que estamos construindo, pois o debate paradigmático contribui na construção de interpretações, no desenvolvimento de novos significados da luta por terra, por liberdade e por conhecimento tão necessário para compreender as novas dinâmicas advinda do confronto entre o capital e o campesinato.

3.2 JAN DOUWE VAN DER PLOEG

Ao estudar as características da agricultura atual com o desenvolvimento do capitalismo, Ploeg (2008) diferencia, na estrutura produtiva, a agricultura camponesa e a agricultura capitalista. A camponesa representa “acima de tudo, processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo – em muitas direções diferentes e, por vezes, diametralmente opostas” (p. 39) se comparada à capitalista, que Ploeg denomina de Império, ou seja: “um modelo específico que interligava atividades produtivas e distributivas já existentes, sendo estas, ao mesmo tempo, submetidas a um controle centralizado (a uma nova *cúpula*) e a novos princípios orientadores [...]” (p. 107. Grifos no original).

Reduzir a dependência, criar graus de autonomia, enfrentar as privações e resistir à marginalização são propostas de enfrentamento que o campesinato desenvolve diante das forças do ambiente hostil desenvolvido pelo Império que,

como modo de ordenamento tende a ser onipresente e universal: ele se estende por muitos domínios da vida social e da vida natural e introduz formas de controle que afetam praticamente todos os lugares. O Império penetra nos mais ínfimos detalhes do mundo social e do mundo natural (afetando até a forma como os ramos de amoras silvestres crescem). Através dele, uma grande variedade de ligações, processos e resultados são especificados de forma rígida e não negociável (PLOEG, 2008, p. 287).

No desenrolar desta disputa, o campesinato está enfrentando três tendências extremamente destrutivas advinda do império alimentar. “Em primeiro lugar, a base de recursos em que os modos camponeses de fazer agricultura se fundamentam é objeto de distorções consideráveis, se não mesmo de processos abruptos de desintegração” (PLOEG, 2008, p.286). Em segundo lugar, “devido à drenagem de recursos a que grandes segmentos da agricultura estão sujeitos, o Império tende a introduzir uma precariedade generalizada no setor agrícola” (p. 287). A drenagem de recursos obtida por um complexo sistema de sucção, desenvolvido pelo capital, se configura como uma modalidade de extração da renda fundiária como procurou explicar Luxemburg (1985). Em terceiro lugar, “através da apropriação de recursos – terras, material genético, água, saídas de mercado – o Império causa, freqüentemente, novos circuitos paralelos para a produção de mercadorias específicas” (PLOEG, 2008, p. 287). Somando-se às três tendências deve-se acrescer também, que, a estrutura produtiva

camponesa é considerada pela academia “prática sem representação teórica” e como “elas não podem ser adequadamente compreendidas, o que normalmente leva à conclusão de que não existem ou de que são, na melhor das hipóteses, uma anomalia irrelevante” (p.35). Essa “prática sem representação teórica” compõe o processo de invisibilização do campesinato que será tratado mais adiante.

No que concerne ao relacionamento com o mercado, Ploeg (2008) constata que, para a agricultura camponesa, o mercado não é um princípio orientador, mas “essencialmente uma *saída* – o lugar onde os produtos fabricados são vendidos, quer isso seja vantajoso ou não” (p.137. Grifos no original). Isso justifica a sua participação precária no mercado pelo fato dela não poder ser compreendida e conceituada com as mesmas dimensões da agricultura capitalista. A isso Ploeg explica que

os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos (2008, p. 37).

Para compreender o relacionamento com o Estado, Ploeg (2008, p. 240-242) explica que a agricultura camponesa é submetida às redes, interligações e complexos agroindustriais – o Império alimentar – cuja característica principal consiste na capacidade para organizar, de forma estratégica, os recursos disponíveis compreendendo o Estado como expressão do capital. Advém dessa constatação o paradoxo da agricultura no terceiro mundo, assim compreendida por Ploeg:

Esta situação evidencia um dos principais paradoxos da agricultura do terceiro mundo: existe potencial para uma grande riqueza, contudo os camponeses e agricultores locais não têm acesso a ela. Essa riqueza está fora de seu alcance devido à pobreza (e, conseqüentemente, à falta de meios) em que vivem encurralados. E, por isso, a produção de arroz só pode ser organizada de forma efetiva e a riqueza correspondente gerada através da construção de um novo império alimentar, centrado na disponibilidade de capital (PLOEG, 2008, p. 90).

Diante desse império que se estrutura como “*vampiro e parasita*” por digerir, “os recursos locais até a exaustão” (p. 91. Grifos no original) e transportar a riqueza obtida para outros lugares, as comunidades camponesas vão encontrando formas e criando outras, com as quais se recriam entre a resistência e a submissão. Ações que a resistência camponesa contrapõe ao Império, descritas assim por Ploeg (2008, p. 101-105) em três abordagens: a) a cooperação representa uma “*linha de defesa*” necessária,

apesar de nem sempre efetiva; b) a manutenção da memória coletiva de luta; c) a necessária construção de um poder de oposição. São ações de enfrentamento que o campesinato empreende ao constatar que “a ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia” (p. 33).

Resistência camponesa contra o processo de invisibilização que vem sendo construído para convencer a sociedade de que, a função e o papel do camponês, no mundo moderno tecnificado e mercantilizado, são desnecessárias. O convencimento do contrário será resultado da batalha das idéias da qual trata Ploeg:

Assim, temos uma primeira arena que se localiza no mundo real e que será, em vários aspectos, decisiva para nossos futuros. É uma arena em que o Império e o campesinato, onde quer que se localizem, se envolvem em contradições e conflitos multidimensionais e multifacetados. Existe, então, uma segunda arena, a qual se cruza com a primeira – a da ciência, do conhecimento, da teoria e, de forma mais geral, a batalha das idéias. Nessa arena existem, basicamente, duas abordagens contrastantes. Uma delas já foi referida – ou seja, a abordagem (ou, talvez, uma grande variedade de abordagens de alguma forma interligadas) que tornou o campesinato invisível e que não é capaz de conceber um mundo onde os camponeses sejam “possíveis”. Em oposição a essa abordagem dominante, existe uma abordagem que está sendo desenvolvida em escala global por muitos pesquisadores; essa nova abordagem defende que a compreensão adequada da ascensão e expansão do que são, essencialmente, os mercados globais é crucial para os estudos camponeses pós-modernos (PLOEG, 2008, p 6-7).

As contradições e conflitos multidimensionais e multifacetados entre o capital e o campesinato vão se desdobrando ao longo da história por meio da batalha das idéias, por meio das quais, se defrontam a abordagem dominante como ressaltou Ploeg no texto acima e a abordagem opositiva do campesinato por meio do seu discurso.

Por meio do seu discurso o campesinato interpela a sociedade moderna através de sua ideologia como condição necessária para permanecer com sua identidade camponesa, produzindo e participando do mercado, com produtos do seu trabalho e do seu pensamento. É indispensável que ele torne-se sujeito do seu discurso e combata o processo de invisibilidade construída, que busca excluí-lo social e politicamente. É o papel crítico do camponês diante da sociedade capitalista afirmando-se como alternativa ao sistema que prioriza o econômico em detrimento do político. Desta forma, como o campesinato existiu antes do sistema capitalista e, hoje, sabe encontrar maneiras de sustentar sua existência, é dedutível que, muito provavelmente, manterá sua existência lutando em outro sistema.

3.2 ERIC SABOURIN

Como Ploeg (2008), Sabourin (2009) também identificou o processo de invisibilização sobre o campesinato no Brasil onde as análises interpretam o termo camponês como termo “recente no Brasil (anos 50). Sua origem é política, sendo associada às reivindicações da esquerda latino-americana em torno dos “campeiros” (p.29). E, justifica que, parte dessa interpretação, se deve ao modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, por privilegiar a grande propriedade produtora de monocultura exportadora. Para esse modelo o campesinato ocupa posição acessória e, de certa forma, dispensável.

Apesar de não ter utilizado o termo recampesinização, as análises de Sabourin (2009) trataram dessa temática, em que ressalta a reciprocidade e a redistribuição. Ambas constituem, junto com a troca, os modos de integração social diferenciados da troca mercantil. Pelo processo de recampesinização o enorme contingente populacional criará alternativas para se reproduzir com sua multidimensionalidade. Assim, a sobrevivência e a reprodução das famílias camponesas dependem de uma área extremamente reduzida, na qual “fazem de tudo para manejar esse recurso natural vital de forma a preservá-lo” (p. 278).

A precariedade e os obstáculos do acesso à terra incrementa valores culturais e simbólicos, como integrantes das práticas do processo de recampesinização, como, “as relações simbólicas de reciprocidade entre os camponeses e o meio natural, a terra e seus recursos, são ainda mais fortes à medida que o acesso à terra é precário, difícil (SABOURIN, 2009, P. 279). O legado cultural que sustenta o processo de recampesinização vai em direção à herança cultural camponesa em que “os primeiros sistemas de cultura e de criação de animais apareceram na época do neolítico, há menos de 10.000 anos, nalgumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 14).

Para Sabourin um projeto camponês para o século XXI se opõe ao desenvolvimento fundado na troca capitalista que se caracteriza pela dependência, concorrência e exploração. A reciprocidade camponesa se caracteriza pela autonomia, cooperação e qualidade de vida:

A reivindicação, formulada pelos movimentos rurais mais ativos e organizados (MST, MPA, MPAB etc.), de um qualificativo de camponês que se oponha ao modelo de inserção competitiva da agricultura familiar no

mercado de troca capitalista, não é inocente (Aubertin & Píton, 2006). Bastante legítima, essa reivindicação visa o desenvolvimento de um projeto camponês moderno para o século XXI, construído em torno de três características-chave. São elas as noções de *autonomia* (segurança alimentar, autoconsumo, dispositivos próprios de aprendizagem e de produção de inovação etc.), de *cooperação* (cooperativas de crédito, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária, etc.) e de *qualidade de vida* (produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública etc.) (SABOURIN, 2009, p. 281-282. Grifos no original).

Sabourin debate a função da agricultura camponesa, sua identidade e modos de resistência para o contexto brasileiro no século XXI. Entre os novos elementos estão a análise da agricultura familiar em relação ao desenvolvimento sustentável e à gestão dos recursos de base comum, a evolução das relações de reciprocidade entre camponeses e o avanço das relações mercantis num meio em que o nível de monetização, via de regra, é baixo. Lançando hipóteses em torno da troca, da reciprocidade e da redistribuição, Sabourin considera a integração parcial do camponês como possibilidade de desenvolvimento contrapondo os argumentos de Abramovay (1998) sobre a incompatibilidade frontal entre o campesinato e o capitalismo, pois, “*o capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais*” (ABRAMOVAY, 1998, p. 129. Grifos no original.). Para Sabourin,

o caráter camponês destas comunidades rurais é apenas parcial, sendo por sua vez sujeito a evoluções. Por outra parte, se no Brasil a utilização do modelo camponês (Mendras, 2000) pode funcionar, é precisamente porque integra características como “uma articulação parcial com mercados incompletos” (Ellis, 1988), a importância da economia doméstica (Polanyi, 1957, 1975), o interconhecimento, ou ainda a dependência do poder local (2009, p. 22).

Estudando oito unidades produtivas: Unai (MG); Pintadas, Massoroca, Juazeiro (BA); Petrolina (PE); Tauá São Felipe (CE); Campina Grande e Solanea (PB) Sabourin (2009) verificou a teoria da reciprocidade nas práticas de solidariedade prevalentes nas famílias e comunidades camponesas. Analisou sob um novo ângulo experiências como as de ajuda mútua e a utilização coletiva de fundos de pastos, como formas atualizadas de construção da vida social. Emergem possibilidades adequadas ao exercício de novas funções, no que se refere à condição profissional – sindicatos –, às relações com o mercado – cooperativas – e ao acesso mais amplo a bens e serviços – associações. As relações de reciprocidade em novos dispositivos, explica Sabourin:

É possível consolidar as práticas e iniciativas das comunidades rurais que visam produzir e compartilhar saberes quando novas relações de reciprocidade são estabelecidas com atores externos por meio da criação de

dispositivos de interação *ad hoc*. No caso da Unicampo e do curso de alternância de Unai, essa interação se deu entre organizações camponesas e poderes públicos. Os beneficiários da Universidade Camponesa da Paraíba (agricultores das comunidades e dos projetos de reforma agrária do Cariri) associam o sucesso dessa formação coletiva à qualidade de aprendizagem (individual e institucional) e à produção de valores como confiança, partindo-se de relações de dádiva e de compartilhamento de saberes (Coudel & Sabourin, 2005). Em Unai, o ponto era vencer os complexos ou a desconfiança associados ao estatuto de sem-terra, muitas vezes estigmatizado inclusive pelas outras categorias de agricultores familiares ou de assalariados agrícolas (SABOURIN, 2009, p. 239-240. Grifos no original).

Sabourin (2009) demonstra a existência de uma agricultura camponesa que mantém com o mercado capitalista uma tensa relação de autonomia e que atualizam, no plano material e simbólico, as estruturas de reciprocidade. A economia camponesa é articulada interna e externamente, pelas próprias formas de produção, ao mobilizar as forças sociais e os valores das comunidades locais e se apresentar como um caminho para a inclusão social.

3.3. ARMANDO BARTRA

Para Bartra (2007) o campesinato e a agricultura são territórios da heterogeneidade e da diversidade e, por isso, diante das leis capitalistas, o campesinato se constitui em anomalia. Assim ele entende:

En reino uniforme que el capitalismo viene tratando de imponer cuando menos desde la primera revolución industrial, los campesinos son una anomalía: diversos por naturaleza, sustentan su polimorfismo perverso en múltiples y variadas maneras de interactuar con la biosfera. Porque mientras el sistema fabril es proclive a la especialización, la monotonía tecnológica y el emparejamiento humano, la agricultura es territorio de la heterogeneidad: variedad de climas, suelos, ecosistemas y paisajes que se expresa en diversidad productiva y sustenta pluralidad societaria y variedad cultural (BARTRA, 2007, p. 86).

Enquanto o capital avança procurando ocupar todos os territórios e se impor perante todas as relações sociais, o campesinato, pela sua diversidade, trata de interagir com a biosfera de múltiplas maneiras, abrindo alternativas flexíveis dependendo do quadro político e das conjunções em que se defrontam as forças sociais. A diversificação e a heterogeneidade do campesinato, que se assemelha à variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens em que se expressa numa enorme diversidade produtiva e pluralidade societária e variedade cultural contrasta com a especialização e

monotonía tecnológica capitalista. Desde suas origens o capital almeja apoderar-se da agricultura como se ela fosse uma indústria:

El sueño del capitalismo decimonónico fue hacer de la agricultura una fábrica: atendida sólo a máquinas e insumos industriales y liberada por fin de los caprichos de la naturaleza. El uso del láser para nivelar suelos, la plasticultura, la hidroponía, los innumerables agroquímicos, las semillas híbridas, el riego computarizado, entre otras innovaciones, revolucionaron paulatinamente el campo. Pero la profecía no se cumplió del todo sino a fines del siglo XX, cuando, al descifrar el germoplasma, la biotecnología creyó haberse apropiado – ahora sí – de las fuerzas productivas de la vida, que en adelante podían ser aisladas, reproducidas, intervenidas y, sobre todo, patentadas. El gran dinero anda de fiesta. Por fin el sector agropecuario está por librarse de la dictadura de la fertilidad, las lluvias y el clima como de antiguo lo hicieran las demás ramas de la industria (BARTRA, 2007, p. 87).

O capital, para se expandir, substitui a renda da terra pela renda da vida através do controle genético e do desenvolvimento da biotecnologia, em que as pesquisas, ao controlar as forças produtivas da vida, constituem-se em perigo enorme para a humanidade, pois,

Ciertamente la biodiversidad, natural o domesticada, no puede cercarse o embalsarse, pero con el subterfugio de patentar “organismos modificados” es posible establecer alambradas virtuales en torno al genoma. Y no es poca cosa, pues se trata de un bien infinitamente más rentable que la tierra, y del que hoy dependen la agricultura, la farmacéutica, los cosméticos y una porción creciente de la expansiva industria química. Dejar la alimentación, la salud y el buen ver de la humanidad en manos de un puñado de transnacionales de la biotecnología es un riesgo enorme. Pero preocupa aún más el que sus colosales e irrestrictos intereses nos impongan un modelo tecnológico según el cual, conservada la vida en forma de especímenes, tejidos y códigos genéticos, los ecosistemas biodiversos salen sobrando (BARTRA, 2007, p. 87-88).

A pretensão de unificar a biosfera consiste numa estratégia para enfraquecer o dinamismo da pluralidade social, bem como, excluir ou cooptar os camponeses, exatamente por causa do seu jeito de fazer agricultura. Nas últimas décadas do século XX, os camponeses da periferia, passaram da exploração para a marginalização. Historicamente suportam a expansão industrial produzindo alimentos baratos e fartos para o mercado interno e formando um contingente de mão de obra para as indústrias. E,

Si en los años de 1970 luchaban por la tierra para escapar de la proletarización, en el nuevo milenio se rebelan contra la exclusión. [...] Los pequeños y medianos productores domésticos, que durante el segundo tercio del siglo XX constituyeron un sector irrenunciable para la acumulación de capital en un modelo integrado, en el último tercio devienen cada vez más irrelevantes en un sistema desarticulado y extrovertido. Así, los campesinos pasan de la honrosa posición de explotados al ignominioso estatuto de excluidos (BARTRA, 2007, p. 89-90).

No contexto da agricultura hipertecnificada os impérios alimentares, como demonstrou Ploeg (2008), controlam os acessos aos bens naturais, configurando uma situação perigosa, pois, o alimento (e a água) se transformam em “un arma en manos del imperio y la disponibilidad global de bienes de consumo masivo depende, en parte, de condiciones climáticas [...] (BARTRA, 2007, p. 90). Esse modelo de desenvolvimento rural excludente, marcado pela força econômica e política de quem detém a propriedade e o uso da terra, acrescidos dos sistemas interligados que, nos últimos anos, foi denominado de agronegócio, enquanto expande o capitalismo na agricultura, modernizando-a, engendra desemprego e precarização das condições laborais. Essa expansão não encontrará barreira, a não ser diante da luta e da resistência do campesinato, sustentada no ativismo público como explica Carter (2010). Combinando diversas formas de pressão social e a disposição em demonstrar que também possuem um modelo de desenvolvimento rural em que

La nueva agricultura basada en paradigmas campesinos deberá desobedecer los dictados del mercado, pues maximizar ganancias no puede ser la prioridad única de una producción comprometida con la equidad social y el medio ambiente. De hecho, desde hace rato le estamos torciendo la mano a la libre competencia. Sin embargo, el análisis costo/beneficio está tan interiorizado que, para justificar que se violenten los fallos del mercado, debemos adjudicarle valor comercial a bienes que en sentido estricto no lo tienen, pues son valores sociales o propiedades naturales (BARTRA, 2007, p. 93-94).

O campesinato que sabe fazer agricultura de forma sustentável e socialmente justa pode oferecer à humanidade alimentos saudáveis. É exploração econômica que prioriza a abertura de postos de trabalhos, que pode e quer preservar os recursos naturais, a manutenção e o desenvolvimento da cultura com usos e costumes indígenas, afroamericanos como patrimônio herdado. Por isso explica Bartra que “los campesinos son indispensables no tanto porque producen alimentos baratos, sino porque reproducen la diversidad social y natural, que es un valor de uso y no un valor de cambio (BARTRA, 2007, p. 96).

3.4 MARCEL MAZOYER e LAURENCE ROUDART

Mazoyer e Roudart escreveram um compêndio sobre a História das Agriculturas do Mundo do neolítico à crise contemporânea na qual analisam a herança agrária da humanidade convencidos de que “as camponesas e camponeses dos quatro cantos do mundo [...], detêm o conhecimento original e íntimo das suas próprias práticas [...]” (1998, p. 9). Por se tratar de uma obra que abrange um período histórico gigantesco suas análises estão organizadas através das quatro revoluções agrícolas: revolução agrícola antiga; a revolução agrícola na Idade Média; a primeira revolução dos tempos modernos entre os séculos XVI ao XIX e a segunda revolução agrícola dos tempos modernos a partir do século XIX até os dias atuais.

Nas quatro revoluções agrícolas, duas características se destacam pela importância e pelo desenvolvimento da evolução da agricultura do mundo: a produção de alimentos e a evolução dos equipamentos para trabalhar a terra. Na teoria das transformações históricas são analisadas inúmeras categorias de unidades de produção em diferentes tipos de terrenos formando um conjunto composto por terra, água, grãos e animais, em uma “teoria que é necessária para apreender a agricultura na sua complexidade, na sua diversidade e no seu movimento” (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 13).

Dentro dessa teoria os estudos das revoluções agrícolas são compreendidos como as alterações no sistema agrário transformando-o num objeto real de conhecimento como explicam os pesquisadores por entenderem, de um lado,

a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada [...] constituindo um *objeto real de conhecimento*; e, por outro lado, aquilo que o observador pensa sobre esse objeto real, o que diz sobre ele, como um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro objeto concebido, ou *objeto teórico de conhecimento* e de reflexão (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 13. Grifos no original.).

Os sistemas agrários foram sendo alterados constituindo revoluções agrícolas ao se defrontarem com os problemas gerados por causa do aumento populacional. A explosão demográfica mundial se tornou possível somente através de um imenso aumento da capacidade de produção agrícola mundial. Por isso a revolução agrícola antiga “deu nascimento a sistemas de *cerealicultura pluvial de pousio, com*

pastagem e criação de gado associadas” até a produção de “*sistemas motorizados, mecanizados, fertilizados com a ajuda de adubos minerais e especializados de hoje*” (p. 15. Grifos no original).

O aparecimento da agricultura e da criação de gado que, constituíram parcela importante da revolução agrícola neolítica, aconteceram devido aos esforços da criação humana, que fez surgir, paulatinamente, o ser agricultor. O *Homo sapiens* era caçador e coletador numa economia extrativista que caracteriza o modo de produção primitivo como explica Mazoyer e Roudart:

Quando começou a praticar a agricultura e a criação de gado, não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou-as em grande número. Também não dispunha de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas fabricou-os de todas as espécies e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e o modo de praticar a agricultura, graças ao que ele tenha podido afinar sistemas de cultura e de criação de gado extraordinariamente variados, adaptados aos diferentes meios do planeta e variando de acordo com as suas necessidades e os seus instrumentos (1998, p. 39).

Os instrumentos e as técnicas agrícolas foram se desenvolvendo à medida que aumentava a necessidade de suprimento de grãos e carne. A associação da cerealicultura e da criação de gado, a ocupação de terras aráveis, a rotação necessária para que o solo recuperasse a fertilidade, foram se impondo, exigindo que o agricultor superasse seus conhecimentos. As transformações foram se sucedendo, como por exemplo, as carroças substituindo o transporte feito no lombo dos animais, o arado de ferro substituindo o pau de cavar, permitiu aumentar a produtividade:

A charrua apareceu, de maneira independente, em vários lugares da Europa, no início da era cristã [...]. A charrua é um instrumento complexo composto de várias ferramentas: relha (vertical) que corta o solo verticalmente, a relha (horizontal), triangular e dissimétrica, que corta o solo horizontalmente; a relha vertical e a relha horizontal são dispostas de tal maneira que as duas cortam uma tira de terra contínua, de secção retangular, à medida que o engenho avança. A aiveca, ou orelha, prolonga a relha horizontal e vira a tira da terra assim cortada para o rego aberto à passagem precedente (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 256).

Essas inovações acrescidas de outras como a gadanha, o ancinho, a forquilha, a carroça de quadro rodas com taipas para o transporte no campo, a grade e tantos outros, constituem um novo sistema de equipamentos agrícolas com o quais houve aumento do rebanho e das terras aráveis. O crescimento do rebanho aumentou as disponibilidades em estrumeação orgânica com a qual se deu a transferência de fertilidade para o solo e a conseqüente majoração da produtividade agrícola. Os

estábulos de estrume serviram para recolher as dejeções animais, as quais misturadas com o feno e com as folhagens secas foram armazenadas para uso posterior. Esse é o suporte técnico que proporcionará a revolução agrícola da Idade Média, que, com essas inovações, a rotação bienal será substituída pela rotação trienal. Assim explica Mazoyer e Roudart:

O crescimento das disponibilidades em estrume incita por outro lado a substituir a rotação bienal pela rotação trienal. Com efeito, grande contributo de estrume no pousio traduz-se primeiramente por um forte aumento do rendimento do cereal cultivado justamente após esse pousio. Mas o estrume de estábulo permite uma estrumação de efeito prolongado, pois é composto de matérias orgânicas cuja mineralização, em clima temperado frio, está longe de estar acabado no fim de um ano. [...]. A rotação trienal torna-se assim não só possível, mas desejável, uma vez que o contributo de estrume é bastante importante para que o resto de fertilidade permita cultivar com vantagem um segundo cereal. Em rotação trienal, o cereal de Inverno, que dura 9 meses, é seguido de um pequeno pousio de 8 meses, ao qual sucede um cereal de Primavera de 4 meses; enfim um grande pousio de 15 meses completa a rotação [...](1998, p. 262-265).

Esse tipo de praticar a agricultura dominou quase todo o território europeu durante toda a Idade Média. A agricultura desenvolvida no modo de produção feudal era da rotação trienal: a cultura dos três campos. Tão importante essa organização para a produção agrícola que ela se transformou em lei imposta para as aldeias feudais: a lei do afolhamento como explicam os autores: Kautsky (1980, p. 48-49); Polanyi (2000, p. 51-61) e Oliveira (1986, p. 14-18) entre outros. Se houve no passado algum exemplo de modelo de desenvolvimento agrícola sustentável com toda certeza esse modelo do afolhamento deve ser considerado. Todavia, essa lógica foi rompida ao surgir o sistema agrícola “sem pousio”. Eles (os pousios) “foram substituídos quer por pradarias artificiais de gramíneas como a ervilhaca, ou de leguminosas forrageiras como o trevo ou o sanfeno, quer por plantas sachadas forrageiras, como o nabo” (MAZOYER e ROUDART 1998, p. 303). Assim a historia das agriculturas do mundo conhece outra revolução agrícola:

Do século XVI-XIX, a maior parte das regiões da Europa foram o teatro de uma nova revolução agrícola, a *primeira revolução agrícola dos Tempos Modernos*, assim chamada pelo fato de se ter desenvolvido em estreita ligação com a primeira revolução industrial. [...], essa nova revolução agrícola apenas pôde progredir na medida que o desenvolvimento industrial, comercial e urbano permitia absorver o excedente agrícola comercializável, muito importante, que ela produzia. Indiretamente, portanto, o desenvolvimento da nova agricultura foi também condicionado pela supressão dos obstáculos ao desenvolvimento da indústria, como os monopólios feudais e corporativistas, e pela supressão dos obstáculos ao desenvolvimento do comércio como as alfândegas provinciais e as outorgas

(direitos de barreiras ou de consumo) locais (MAZOYER e ROUDART 1998, p. 303-304. Grifos no original.).

É certo que com o aumento das criações de gado herbívoro aumentou a oferta dos produtos animais, da força de tração e do estrume o que duplicou, no mínimo, a produção agrícola. Surge então um novo modo de renovação da fertilidade, mais eficaz do que o antigo, advindo de inovações introduzidas na agricultura como a fixação do azoto do ar através das leguminosas que foram espalhadas, na ocupação do solo dos pousios. O aumento da fertilidade do solo pelo adubo verde, a biomassa produzida pelo gado e enterrada diretamente no solo e o aumento significativo do teor do solo em húmus. Desta forma, as novas rotações sem pousio majoraram o uso do solo a uma taxa de quase 90% como esclarece Mazoyer e Roudart (1998, p. 313):

Enquanto na antiga rotação trienal com pousio as culturas ocupavam o solo apenas 13 meses em 36, ou seja, uma taxa de ocupação de 36 por cento, na nova rotação, o solo é ocupado 32 meses (15+9+4+4) em 36, ou seja, com uma taxa de 89 por cento.

A evolução tecnológica avançou produzindo novos meios de transportes e novos materiais mecânicos de tração animal e diversas ferramentas agrícolas sofisticadas, as quais proporcionaram aumentos significativos na produção agrícola. Assim a segunda revolução agrícola dos Tempos Modernos foi a revolução da motorização, da mecanização, fertilização mineral, seleção e especialização como explicam Mazoyer e Roudart (1998):

A segunda revolução agrícola prolongou no século XX essa primeira fase da mecanização, mas assentou por sua parte no desenvolvimento de novos meios de produção agrícola saídos da segunda revolução industrial: a *motorização* (motores de explosão ou elétricos, tratores e engenhos automotorizados cada vez mais potentes); a *grande mecanização* (máquinas cada vez mais complexas e rentáveis); e a *quimiquização* (adubos minerais e produtos de tratamento). Ele assentou igualmente na *seleção* de variedades de plantas e de raças de animais domésticos inteiramente adaptados a esse novos meios de produção industriais e capazes de os rentabilizar. Paralelamente, a motorização dos transportes por meio de caminhões, caminhos de ferro, barcos e aviões tirou do isolamento e um modo mais completo as explorações e as regiões agrícolas, o que lhes permitiu aprovisionar-se cada vez mais amplamente em adubo de origem longínqua e também escoar maciçamente e para muito longe os seus próprios produtos (p. 365-366. Grifos no original.).

A especialização é a marca mais evidente dessa revolução agrícola que se desenvolve pelo abandono da diversidade na produção vegetal e animal para se especializar na produção agrícola exclusivamente mercantil. No entender de Mazoyer e Roudart ela

Constituiu-se um vasto sistema agrário multirregional composto de subsistemas regionais especializados complementares (regiões de grandes culturas, regiões de ervagens e de criação de gado para leite e carne, regiões vitícolas, regiões de leguminosas, frutíferas, etc.). Esse sistema intercala-se entre um conjunto de indústrias extrativas, mecânicas e químicas situadas a montante da produção agrícola e que fornecem os meios de produção, e um conjunto de indústrias e atividades a jusante que armazenam, transformam e comercializam os seus produtos (MAZOYER e ROUDART 1998, p. 366).

Continuar estudando, da forma como fizeram Mazoyer e Roudart, a história das agriculturas do mundo é um desafio aos pesquisadores que se interessam pela questão agrária, por três razões: a primeira advém da necessidade em aumentar o conhecimento de toda a riqueza da herança agrária da humanidade; a segunda advém da necessária relativização do erro em “conceber o desenvolvimento agrícola como pura e simples substituição dessas agriculturas pela única que tem a reputação de moderna, a agricultura motorizada e mecanizada” (MAZOYER e ROUDART 1998, p. 12) e, a terceira, advém da importância de procurar resposta para o seguinte questionamento: quais são as possíveis relações entre o campesinato e o capital?

O método de análise que estamos propondo e que é impulsionado pelo debate paradigmático pode contribuir com o avanço dessas discussões. Os questionamentos advindos da questão agrária atual desafiam a pesquisa científica de várias áreas do saber, ao defrontar o agronegócio interpretado como modelo de produção moderna e o campesinato com sua forma de praticar a agricultura visando garantir a soberania alimentar com o desenvolvimento dos valores da cultura camponesa e na preservação dos recursos renováveis. Diante desse cenário, esse nosso método visa compreender como acontece entre o campesinato e o capital os processos de integração-subalternidade-e/ou resistência, procurando compreender as diversas interpretações que, atualmente, ainda prevêm as possíveis sucumbência do campesinato, ou a metamorfose do camponês em agricultor familiar e, também o processo de recampesinização.

3.5 JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Martins ao construir suas análises sobre o regime de colonato nas fazendas de café verificou a metamorfose da renda capitalizada e as formas de sujeição do trabalho na grande lavoura, como ele explica

Foi o que me permitiu desenvolver a análise do regime de colonato nas fazendas de café, constituído de relações do trabalhador escravo, conforme as necessidades do capital, sem que no final viesse a se definir um regime de trabalho assalariado nos cafezais. Da mesma forma, esse processo não recuperou relações de produção *pré-capitalistas* (MARTINS, 1979, p. 3. Grifos no original).

Ao estudar a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção, Martins (1979) constata que “a propriedade capitalista da terra assegurava ao fazendeiro a sujeição do trabalho e, ao mesmo tempo, a exploração não-capitalista do trabalhador” (p. 74). Não se trata de relações pré-capitalistas, “mas o que o próprio Marx e, mais tarde, Rosa Luxemburg definiram como relações não-capitalistas” (p. 3). Martins entende que o colonato não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado já que o salário em pecúnia, que é a única forma de remuneração no modo de produção capitalista não se configura. No colonato estão interpostos três elementos de remuneração da mão de obra: “um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador” (p. 19).

Na economia do café, o trabalho se convertia diretamente em capital e se acumulava eficazmente devido às relações não capitalistas de produção, como explica Martins:

Não era o fazendeiro quem pagava o trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimento durante a fase da formação. A principal forma de capital absorvida na formação da fazenda de café era o trabalho – trabalho que se convertia diretamente em capital constante, no cafezal (MARTINS, 1979, p. 74).

Para Martins o fim da escravidão favoreceu o início do cativo da terra no Brasil como um recurso para impedir que os novos trabalhadores livres deixassem de fornecer a força de trabalho aos grandes fazendeiros, principalmente na formação das fazendas de café.

A formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio [...] a terra havia alcançado alto preço, assumindo plenamente a equivalência de

capital, sob a forma de renda territorial capitalizada. A procura de terras novas foi, porém, um complicado componente da história das fazendas de café. Como indiquei antes, uma verdadeira indústria de grilagem de terras surgiu e ganhou corpo principalmente a partir de 1870, a ponto de que algumas medidas legislativas foram tomadas em São Paulo até o final do século, ampliando o prazo de legitimação de posses que cessara em 1854 (MARTINS, 1979, p. 68-69).

Para analisar a questão agrária como questão estrutural engendrada pelo capital, Martins (1981) estudou as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político e detectou as denominações “camponês e latifundiário” como termos novos neste cenário. Na verdade, os termos sempre existiram, todavia, nestes tempos, explica Martins, são enfatizados por fazerem parte do horizonte político e dos enfrentamentos com a luta de classes. A exclusão do camponês do pacto político justifica suas ações de confronto no desenvolvimento das lutas camponesas:

A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916 Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil “vaqueanos”, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos (p. 26).

Martins compara o avanço das lutas camponesas desde a década de 1950 com as Ligas Camponesas, as quais, vão se somar, na década de 1960, com as manifestações das organizações camponesas do decorrer do Golpe Militar e, na década de 1970, o crescimento da repressão militar e a reação armada no campo. E explica que “a possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (p. 12). Martins insiste na idéia de que o que marca a luta no campo é a característica camponesa da perambulação, da migração.

Ao analisar as origens sociais do campesinato, Martins volta até o período colonial, no qual estavam excluídos da posse da terra, os sujeitos que não possuíssem sangue limpo. O acesso à terra obedecia o direito consuetudinário. O campesinato era composto pelos moradores, camponeses agregados, pelos posseiros e pelos sitiantes. Em 1850 com a Lei de Terra, cessa o sistema fundiário da sesmaria. “Para o futuro, punha-se termo ao regime de posses, admitida a transmissão da propriedade apenas pela sucessão e pela compra e venda” (FAORO, 2005, p. 466). O sesmeiro passa a ser o fazendeiro coronel, cujo poder surge e se consolida com a República de 1889 até 1930.

No período republicano dois acontecimentos estão interligados: de um lado, o advento da abolição e com ela o cativo da terra; e, de outro, o enorme volume de terras devolutas que são transferidas do patrimônio da União para os Estados, multiplicando o número de posseiros no país. Na cena política emerge os coronéis-latifundiários como classe política que controla o governo dos Estados, os jagunços e capatazes que trabalhavam para esses coronéis. A presença do cangaço composto por camponeses expropriados e os próprios camponeses que trabalhavam para os coronéis que eram os grandes fazendeiros.

A luta de classes está implantada: de um lado os grandes fazendeiros que apropriam terras com o auxílio do Estado e exploram o trabalho dos camponeses e, de outro, os camponeses que, ao esboçar resistências por meio dos enfrentamentos – com diferentes procedências: messianismo, cangaço ou bandos. Tais procedências serviram para dinamizar as diversas organizações do campesinato, que tinha na terra seu fundamental ponto de apoio. “Antes o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto: camponeses e fazendeiros” (MARTINS, 1981, p. 63). Essa luta de classes desde a República 1889 até 1930 formará novo arranjo pelas Ligas Camponesas e pelos sindicatos a partir da década de 1950. Com o advento destas duas novas formas de resistência, entram no cenário político dois outros personagens importantes: a Igreja Católica e o Partido Comunista.

Martins analisa a contradição representada pela propriedade privada da terra, constitutiva do próprio modo capitalista de produção e explica a sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. “A terra não pode ser confundida com o capital: não pode ser analisada em suas conseqüências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção” (p. 160). Por isso, a tendência do capital é dominar todas as relações de produção, subordinar todos os setores e, só não poderá fazê-lo, se diante dele se levantar um obstáculo impedindo-o de ir adiante, pois

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar e vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. [...] O questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, leva-os, mesmo que não queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e

multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência (MARTINS, 1981, p. 177).

Refletindo sobre as análises construídas por Martins, é possível compreender que a luta pela terra, além de ser uma questão política, se constitui também num entrave jurisdicional, pois o arcabouço jurídico impede a transformação do justo em legal. Essa constatação ampliou os horizontes analíticos de Martins (1984), ao perceber a desigual distribuição da terra, em que a estrutura fundiária no Brasil se consolida por meio do pacto político, o mesmo que garante a sustentação do Estado. Esse pacto é composto pelas classes urbanas, classe operária e os donos do latifúndio. A luta pela terra questiona este pacto, sua legitimidade social e política. Entendendo como militarização da questão agrária, Martins (1984) demonstra como os militares administraram o enorme conflito social. Conflito gerado pela expansão do capital na agricultura que, ao chegar no Brasil encontrou uma estrutura fundiária profundamente concentrada.

Os conflitos fundiários no Brasil na década de 1970 são compreendidos pela ambígua política agrária e se concretizam pelas

Pressões sociais sobre a estrutura fundiária nas regiões mais antigas e a luta pela terra que daí decorre resultam muito rapidamente na politização dos conflitos. Diversamente do que ocorriam antes de 1964, os trabalhadores do campo dispõem hoje da maior confederação sindical do país, o maior índice de sindicalização, congregando 52% da população economicamente ativa da agricultura [...] (MARTINS, 1984, p. 40).

Para Martins a luta dos assalariados do campo, a luta dos posseiros e a luta dos sem terra como componentes da questão agrária brasileira exigem análises. cujas noções teóricas marxistas ou não, esgotem todas as possibilidades:

O empobrecimento da concepção de contradição, sua substituição pelas concepções de articulação e de subordinação, afastou da perspectiva de análise o fato de que o próprio processo do capital cria, gera, produz formas sociais não-capitalistas que viabilizam a exploração capitalista e a acumulação. O próprio capital é responsável pela perspectiva do campesinato não só no Brasil, mas também em outros países, [...] (MARTINS, 1984, p. 78).

Compreender essa perspectiva do campesinato faz parte dos objetivos no nosso método de análise que se desenvolve pelo debate paradigmático promovendo o embate de interpretações e criando novos significados para ampliar a compreensão da luta pela terra e pela reforma agrária. As análises de Martins corroboram no

entendimento de que espaço, sujeito e tempo, analisados dialeticamente, demonstram que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil.

3.6 JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS

As análises de Martins contribuíram para que Santos (1984) desenvolvesse seu estudo sobre os colonos do vinho na região sul do Brasil em que, a questão agrária desdobrar-se-á em novas abordagens, entre elas a subsunção formal da produção camponesa ao capital industrial. Por meio de suas análises, Santos procura entender que, com a reprodução ampliada do capital, as relações não-capitalistas de produção são reveladoras das enormes contradições da expansão do capital na agricultura. Santos explicou que o “processo de trabalho camponês é um processo de trabalho não especificamente capitalista, pois nele não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista”(1984, p. 136; p. 171).

A análise construída a partir dos pequenos produtores de vinho proporcionou compreender que a autonomia do camponês está enraizada em três dimensões: a) na propriedade da terra, b) na propriedade dos meios de produção e c) no trabalho (SANTOS, 1984, p. 137-140). Apesar de manter o domínio de seus meios de produção os colonos do vinho vêm a renda de seu trabalho – renda fundiária - ser apropriada pelo capital (p. 145-148 e PAULINO, 1997).

Para se opor à dominação burguesa comercial e industrial a resistência camponesa se manifestou num processo ambíguo em três momentos: “a alternativa das migrações, a construção de uma utopia comunitária e o esboço de uma consciência política” (p.148). O camponês através da construção de uma utopia comunitária se antepõe “como resistência aos efeitos das rupturas estruturais da sociedade capitalista que incidem sobre (ele)” (p. 158).

O processo de resistência camponesa emergiu através de seis ações: a) relações de vizinhança pela similitude em que os camponeses pesquisados terem em comum duas características imprescindíveis: serem proprietários privados da terra e utilizarem a mão de obra familiar; b) sentimentos de localidade - pertencimento – estabelecendo distinções com camponeses que não são membros daquela fração; c) a solidariedade entre as pessoas através da ajuda mútua na parreira e na roça; o mutirão; troca de dias de serviço “ambos expressam uma utilização do braço alheio que não passa pelos requisitos capitalistas de conversão da força do trabalho em mercadoria” (SANTOS, 1984, p. 159); d) o lazer em comum com o serão, com o filó, no jogo de cartas e bocha; e) festa do padroeiro realizada no mês de outubro “quando inicia a

brotação da parreira e quando são mais freqüentes as precipitações de granizo, a maior ameaça natural para a cultura da parreira” (p. 160); f) a sociedade da capela é uma das instituições comunitárias através da qual organiza a vida social, o cemitério, a própria sede da sociedade e a escola primária. A primeira função da sociedade é a “norma de evitar conflitos que pauta as relações pessoais entre os seus membros” (p. 161).

Após analisar a resistência camponesa Santos (1984, p. 165) mostra que “o esboço da consciência política entre os camponeses oscila entre uma expectativa de ação paternalista por parte do Estado e a emergência de uma consciência sindical”. Espera-se que o governo force as indústrias pagarem pela uva o preço que fora tabelado e em prazo curto. Que o governo forneça gratuitamente os insumos ou então obrigue a venda de insumos a preço tabelado. Que o Estado interfira no sentido de diminuir a desigualdade entre os camponeses e as industriais tanto na compra da uva quanto na venda de insumos. “No conjunto, evidencia-se a dependência do camponês ao poder do Estado, pois desvinculando-o de seu papel de instrumento do exercício do poder político da classe dominante, representa-o como um órgão benfeitor”(p. 167). Na sua interação com o Estado o sindicato é o intermediário como agente coletivo de representação e reivindicação. Do sindicato os camponeses esperam a assistência médica e hospitalar, a defesa de seus interesses específicos e como opositor coletivo à indústria do vinho.

3.7 ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

Oliveira (1981) trata das relações entre a agricultura e a indústria no Brasil discutindo a ação do capital monopolista e a produção no campo. Salieta que seu estudo faz parte de um debate teórico “num momento histórico marcado pela luta dos trabalhadores da cidade e do campo contra o capitalismo monopolista” (p. 5). Como pesquisador assume sua posição nesse debate, sabendo que ele sofre alterações à medida que avança a luta dos trabalhadores, pois, “essa luta ao avançar, coloca-nos diante da necessidade urgente de pensar (para transformar) o futuro, e conseqüentemente encontrar o caminho (de preferência o mais curto) rumo a outra ordem social, no mínimo mais justa que a atual” (p. 5).

Oliveira (1981) entende que a expansão do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando a terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção de tipo

camponês. Explica que a expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória. “É assim que ocorre com a chamada ‘modernização conservadora’” (p. 11) constituindo numa contraproposta à tese defendida por Silva (1981) na obra “A modernização dolorosa”. Por estar noutra direção a compreensão da expansão do capital na agricultura, Oliveira (1981) entende que a produção camponesa suporta a atrelagem exercida pelo capitalismo monopolista que a subordina num processo de sujeição da agricultura à indústria, provocando transformações abrangentes com a integração horizontal exercida pelas multinacionais:

A avicultura é sem sombra de dúvida o setor que tem apresentado nos últimos anos, transformações violentas. Desenvolveu ao sabor do capital comercial, que se incumbia de transacioná-la nas grandes cidades, a avicultura hoje é um apêndice da chamada integração horizontal exercida pelas multinacionais de ração (Sadia, Ralston Purina, Cargill, Central Soja, etc.) que fornecem “gratuitamente” ao proprietário dos galpões (que representam os maiores investimentos no setor, hoje subsidiado pelo Banco do Brasil) o pintainho e a ração além de outros tipos de assistência. O produtor cuida da criação e depois entrega os frangos (geralmente 60 dias após) a essas indústrias que lhe dá 10% do preço de mercado do frango (OLIVEIRA, 1981, p. 35).

A atrelagem da avicultura à indústria implica na subordinação, submissão e dependência dos camponeses produtores, retirando do campesinato qualquer perspectiva. Ou produzem para a indústria nas condições exigidas por ela ou ficam fora do processo produtivo. Para não serem isolados do processo produtivo e nem estarem sob o jugo das indústrias, parte do campesinato no Brasil decide lutar contra essa lógica perversa, se organizando para lutar pela terra.

Historicamente no Brasil o camponês se destaca por ser aquele que luta contra o capital e sua lógica, visando manter o domínio dos meios de produção. Ele resiste contra a expropriação e a exploração capitalista criando e recriando a condição camponesa e “inventando” alternativas para permanecer camponês e, contraditoriamente, participar do avanço do capitalismo no campo. Compreender essa forma de fazer agricultura no Brasil consiste em reorganizar teorias nas quais são defendidas as teses do paradigma da questão agrária, como a que fez Oliveira (2001) na sua obra “*A agricultura camponesa no Brasil*”.

Agricultura camponesa é aquela que se organiza a partir do trabalho familiar diferenciando-se da agricultura capitalista que se organiza a partir do trabalho assalariado. Oliveira (2001) constata a partir dos dados censitários agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985 que a agricultura camponesa é predominante no

desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Como explicar que a modernização da agricultura, desde a década de 1970, não teve forças para implantar a agricultura capitalista de forma plena no campo? Como explicar a não efetivação total e absoluta da mão de obra assalariada, já que ela é a principal característica do modo de produção capitalista? Como o camponês se atreve a permanecer se desenvolvendo no capital e romper com as amarras advindas da sua lógica?

Esses questionamentos estão presentes nas análises de Oliveira (2001) que organiza suas reflexões na busca de respostas para esses e outros questionamentos em três tópicos: a) analisando as contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura; b) examinando as questões teóricas da agricultura camponesa e c) estudando os conflitos pela terra no Brasil.

As contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura se efetiva pelo aumento simultâneo do trabalho assalariado e familiar e pelo aumento simultâneo do latifúndio e dos posseiros na luta pela terra, num avanço contraditório e desigual como esclarece Oliveira (2001):

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

As análises de Oliveira ajudam compreender que o capital não só não destrói o trabalho familiar camponês, como também “o cria e recria para que sua produção seja possível e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas” (2001, p. 20). A parceria consiste em outra modalidade de produção não-capitalista entre as relações capitalistas de produção como em Martins (1979) e Luxemburg (1985). Através dela o capitalista poupa investimentos em mão-de-obra como acontece nas reformas das pastagens, por exemplo.

É preciso entender que a força do trabalho familiar é o motor do processo de trabalho na produção camponesa. Ela é característica básica e fundamental da produção camponesa (Oliveira, 2001, p. 55-58) e, se houver assalariamento não se trata de um trabalhador expropriado totalmente. Como também o camponês que o contrata não é um capitalista e não trava com ele uma relação social de produção capitalista, “ao contrário, a forma de salário ocorre no interior da produção camponesa em função do

ciclo de existência da família. Neste sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar” (SANTOS, 1978, p. 43-44 apud OLIVEIRA, 2001, p. 59).

Com relação às questões teóricas sobre a agricultura camponesa esclarece Oliveira (2001) que “a produção camponesa, [...], tem sido relegada a um plano secundário, embora todos saibam que aí reside um dos pontos de discórdia entre as várias vertentes teóricas” (p.47). A discórdia entre essas vertentes está na diferenciação que elas fazem do significado da exploração camponesa para o modo de produção capitalista. Ou, colocando em forma de questionamento: é possível conviver dentro do modo de produção capitalista duas maneiras distintas de exploração agrícola? Uma que se desenvolve a partir da força de trabalho familiar e outra que se desenvolve a partir do trabalho assalariado? Para o paradigma do capitalismo agrário a tendência é a cooptação da exploração capitalista pela hegemonia científica e tecnológica cuja força destrói tudo o que se encontra à sua frente de forma absoluta, transformando direta ou indiretamente, toda produção agrícola em mercadoria. E, pela mesma lógica capitalista, o camponês será metamorfoseado em agricultor familiar, o que significa dizer que a agricultura camponesa deixará de ser modo de vida para se transformar em uma atividade profissional cuja denominação adequada configura-se no conceito de agricultura familiar.

Para os teóricos do paradigma da questão agrária como Martins (1979); Oliveira (2001) e Luxemburg (1985), o modo de produção capitalista

não é na essência um modo de produção de mercadorias em seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. Assim, esse processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital, além de redefinir antigas relações subordinadas à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 2001, p. 48).

Por conseguinte, a convivência e o desenvolvimento dessas duas maneiras distintas de exploração agrícola não só é possível como necessária para a reprodução e acumulação do capital, que “desta forma, o capital igual e contraditoriamente desenvolve-se, permitindo a reprodução da produção camponesa, mas subordinando-a por todos os lados” (p. 60). Juntamente com a produção camponesa de base familiar está o regime de propriedade da terra. A propriedade familiar é propriedade privada, mas não capitalista com explica Oliveira (2001), pois,

a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É pois, terra de trabalho. É portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração (OLIVEIRA, 2001, p. 61. Grifos no original.).

Analisando os conflitos pela terra no Brasil, Oliveira explica que eles se constituem na luta pela terra de trabalho empreendida pelos posseiros, índios, garimpeiros, seringueiros, colonos, trabalhadores rurais sem terra num enfrentamento violento, com derramamento de sangue, representado pelas marcas históricas da resistência camponesa. A violência contra a forma camponesa de fazer agricultura é a marca da exploração capitalista da terra em que o território capitalista brasileiro foi (e continua sendo) resultado da conquista e da destruição do território camponês. Por essa razão é necessário ampliar a compreensão da luta de classes pelo domínio e controle do território. É no território que os interesses antagônicos das classes sociais se efetivam, razão pela qual é imprescindível estudar esse conceito entendendo-o como campo de força (Raffestin, 1993) no qual se materializam as disputas capital-trabalho geradoras de conflitualidades (Fernandes, 2008).

3.8 DELMA PESSANHA NEVES

O termo agricultura familiar era desconhecido até o final da década de 1980, nas interpretações das atividades agropecuárias no Brasil como constatou Neves (2007). Termos como camponês, pequena produção e produtor de subsistência eram consagrados para denominar o agricultor de baixa renda, sitiantes ou pequeno proprietário. Os termos utilizados fora do Brasil como, “*family farm*” ou produção familiar são categorizações reconhecidas para caracterizar as unidades de produção como objeto de estudo nos Estados Unidos e na Europa como analisou Neves (2007, p. 212-218) ao classificar as publicações de estudos de Sociologia Rural

Agricultura familiar ou agricultor familiar são conceitos que penetraram no Brasil no início da década de 1990 a partir das investigações de Veiga (1991), Abramovay (1992), aos quais, soma-se o número temático da Revista Reforma Agrária, na qual está a consagração do tema na academia como descreve Neves (2007):

Comungando com investimentos de outros colaboradores, Sônia Maria P.P. Bergamasco e Maria de Nazareth Wanderley se dedicaram à organização de um número temático da *Revista Reforma Agrária*, na Associação Brasileira de Reforma Agrária (vol. 25, nº. 2 e 3, maio-dezembro, 1995). No meu

entendimento, esses investimentos selaram a consagração do tema na academia e nos grupos mobilizados para constituição de políticas de apoio aos agricultores passíveis desse enquadramento (NEVES, 2007, p. 223. Grifos no original).

Desde então, o conceito agricultura familiar tem demonstrado enorme pujança, pois, assim que começou a ser utilizada nos meios acadêmicos, políticos e nos movimentos sociais impôs o deslocamento do uso de outras denominações como camponeses, por exemplo, como explica Neves:

Assim delimitada conceitual e empiricamente a *agricultura familiar*, o termo obteve imediato acordo consensual e impôs o deslocamento do uso de outras categorias como *camponeses, produção familiar e pequena produção*. A proposição da *agricultura familiar* como termo de apelação de um setor produtivo também correspondeu a procedimentos de mobilização política, visando à criação de princípios para enquadramento institucional de diferenciados usuários de serviços e recursos públicos (2007, p. 229. Grifos no original).

O acordo consensual para impor o termo agricultura familiar como noção analítica acabou propiciando investigações que se desenvolveram sem a necessária vigilância científica. Sem essa vigilância as investigações deixaram de detectar e de estabelecer as inevitáveis conotações políticas e ideológicas, em grande parte advindas, dos significados que lhe são atribuídos, pois:

Em certos contextos, o uso do termo *agricultura familiar* engloba tamanha diversidade que a diferenciação não pode ser contemplada; em outros contextos, qualifica um segmento específico que, por imprecisão, vai se distinguir de categorias socioeconômicas e de categorias qualificadoras de modos de vida. [...], cria o caos, onde deveria acenar como recurso de inteligibilidade. Obscurece onde, se tomada como categoria analítica, deveria facilitar o entendimento das relações sociais. Neste caso, não facilita o estudo de trajetórias diversas que pressupõem universos sociais e formas de ação ou intervenção social também distintas (NEVES, 2007, p. 232. Grifos no original).

Ainda que precário o conhecimento científico da situação econômica da agricultura familiar, Neves chama a atenção, para a avalanche de estudos, nos quais são atribuídos significados tão amplos e com tamanha heterogeneidade de usos ao termo agricultura familiar, que se assemelham a uma “arca de Noé” (2007, p. 231). À medida que esses estudos iam se avolumando emergiu a necessidade de consagrar o termo para

dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário (NEVES, 2007, p. 230).

A consagração política acontece no segundo semestre de 1996, com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF⁶ - em que o agricultor familiar foi escolhido como sujeito de direitos. Todavia, é importante ressaltar que a agricultura familiar tem se constituído numa temática de alcance tão amplo e de tamanha heterogeneidade que só pode ser compreendida

se as ambigüidades, as indefinições e as contradições forem então necessariamente defendidas. Ela designa um número imenso de situações diferentes, encobrindo a especificidade de cada uma; autonomiza situações que só poderiam ser inteligíveis se colocadas em relação e em processo. A classificação mais extravagante, por exemplo, estabelece a divisão do setor agropecuário em subsetor patronal ou do agronegócio e subsetor familiar (NEVES, 2007, p. 231).

Para elucidar essas divergências de interpretações é indispensável demarcar bem o território teórico a partir da compreensão de que a unidade de produção é uma realidade multidimensional, heterogênea e complexa, pois

Para efeitos de construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e socioeconômicas e de tipos econômicos, *a agricultura familiar* corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constringe os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor (NEVES, 2007, p. 265. Grifo no original).

Portanto, há que se tomar cuidado ao admitir o termo agricultura familiar como objeto de análise, especialmente se não der a devida atenção ao dinamismo da conexão, disjunção e conjunção impulsionadas pelo dinamismo social no bojo do qual emergem as especificidades produtivas. A análise deve reconhecer e explicar como e quando os agricultores compartilham em múltiplos domínios sociais e campos diferenciados a partir dos quais eles desenvolvem suas ações.

⁶ Decreto nº. 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de agosto de 1996.

3.9 BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Dentre os teóricos contemporâneos do paradigma da questão agrária Fernandes está entre os pesquisadores que sugerem a necessidade em demarcar bem o território teórico, visando com isso, o confronto interpretativo, forma profícua em aumentar a compreensão sobre o cerne da questão agrária. Sua contraproposta ao estudo de Hespanhol (2000) está no seu estudo “Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar”, publicado em 2002. Em Hespanhol (2000) há a refutação do conceito camponês por ele ter perdido seu poder explicativo. Ela chega nessa conclusão após analisar as unidades produtivas e verificar como elas vão se diferenciando cada vez mais do outros tipos de produção familiar “tornando difícil sua identificação apenas como produtores de pequenos volumes (em termos de quantidade ou de valores) ou de gêneros para subsistência” (HESPANHOL, 2000, p. 76). Fernandes (2002) diverge desta interpretação destacando que o conceito camponês não perdeu o seu poder explicativo e que “o fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos recentes utilizarem o conceito de agricultor familiar não significa que o conceito camponês perdeu seu status teórico” (p. 6).

O método de análise promovido pelo debate paradigmático consiste num recurso de inteligibilidade por poder aumentar a compreensão e discutir os significados dos conceitos. Elucidação geradora da aceitação ou refutação ou, ainda, o surgimento de uma nova proposta de significado. Por isso Fernandes (2008) entende que a distinção entre camponeses e agricultores familiares é redundante e dicotômica e “se tem formado a partir de uma construção teórica”, e pela “opção em adotar um determinado paradigma” (p. 189-190). E, “separar o camponês do agricultor familiar ou considerá-los um único sujeito em processo de mudança é *uma questão de método*” (p.192. Grifos no original). Para elucidar essa compreensão Fernandes (2008) afirma que:

O foco do método do paradigma do Capitalismo Agrário dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios. O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, mas também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (FERNANDES, 2008 p. 192-193).

Os paradigmas do Capitalismo Agrário e o da Questão Agrária influenciaram as organizações camponesas, como indica Fernandes (2008). A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul (FETRAF-SUL) receberam influência do primeiro paradigma e a Via Campesina-Brasil⁷, receberam influência do segundo paradigma. Nas políticas públicas, o paradigma do Capitalismo Agrário tem forte influência como na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), entre outros. É notório a espacialização do paradigma do Capitalismo Agrário na academia, nos movimentos camponeses e nos governos como salienta Fernandes (2008) gerando interpretações diferentes nas leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo:

Os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e nas manifestações através de suas respectivas ideologias. As diferenças teóricas, de método, de metodologia, políticas e ideológicas entre os paradigmas são manifestadas nas construções de leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo (FERNANDES, 2008, p. 195).

Essa análise prossegue em outro estudo de Fernandes, Welch e Gonçalves (2010), no qual são abordadas as políticas de agrocombustíveis no Brasil. Diante da expansão das áreas de culturas para a essa produção os autores convidam para uma análise das políticas públicas, do uso dos territórios, do debate sobre desenvolvimento territorial, as reações do agronegócio e as ações dos movimentos camponeses tendo como referência os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária. Constatam os autores que “a produção de agrocombustíveis está mudando os processos de territorialização e de desterritorialização do agronegócio e do campesinato” (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2010, p. 1). A conflitualidade das disputas territoriais altera a organização do território e

Diante da expansão das áreas de culturas para a produção de agrocombustíveis os teóricos do paradigma do capitalismo agrário defendem a hipótese segundo a qual o agronegócio como complexo de sistemas é a totalidade e o campesinato deve fazer parte dele por meio da integração. Os teóricos do paradigma da

⁷ Via Campesina-Brasil é constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), (FERNANDES, 2008, p. 193).

questão agrária defendem que o agronegócio não é a totalidade, mas apenas um modelo de desenvolvimento da agricultura.

4 A GÊNESE DO PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Estão nas análises de Mendras (1984) e de Lamarche (1993;1998) algumas características, componentes e proposições do paradigma do capitalismo agrário. Defendem a hipótese, segundo a qual, a expansão do capital na agricultura proporcionou, desde o início da industrialização da agricultura, a intensificação tecnológica visando maximizar a produção. Ao interpretarem as alterações nas relações sociais procuraram demonstrar que, a perspectiva do campesinato consiste na sua inserção competitiva no mercado, quando, o camponês cede o seu lugar para o agricultor familiar. Por conseguinte, nas interpretações presentes nas análises dos pesquisadores desse paradigma, não existem razões para tratar da questão agrária. Eles não a reconhecem devido à fascinação causada por suas compreensões, segundo a qual, o sistema capitalista é tão perfeito que consegue planejar e realizar alternativas para possíveis problemas que irão surgir com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Diante desse desenvolvimento, Mendras (1984) procura compreender o desaparecimento da civilização milenar francesa constituída pelo campesinato, que se formou há dez séculos, desde a Idade Média, num sistema agrícola marcado pelo equilíbrio e pelo alto grau de aperfeiçoamento. Esse sistema sucumbiu diante do desenvolvimento do capitalismo pelo processo que transformou o camponês, tecnificando sua unidade produtiva e transformando-o em produtor de mercadoria. Portanto, o campesinato deixa de ser um modo de vida, incorpora tecnologia e, integrado no mercado, se transforma em agente econômico. Diante dessas constatações questiona Mendras: “*Et que será um monde sans pausans?*” (MENDRAS, 1984, p. 363). O que será do mundo sem os camponeses? O que será da França sem os camponeses?

Tendo o desenvolvimento agrário inglês por modelo teórico, Mendras entende que a segunda revolução agrícola transformou todas as estruturas tradicionais do campesinato francês. E, “a agricultura, a seu modo, industrializa-se e o campesinato francês está destruído com cento e cinquenta anos de atraso, pela civilização assim chamada industrial” (p. 15).

Lamarche (1993, 1998) coordenou pesquisa internacional sobre a agricultura familiar na França, Canadá, Brasil e Polônia no final dos anos 1980 e início

dos anos 1990. Analisa o desenvolvimento do campesinato nesses países e numa perspectiva evolucionista mostra a transição de um modelo original para um modelo ideal. O modelo original é o modelo camponês ou de subsistência estruturado em bases essencialmente familiares marcados pela conservação e crescimento do patrimônio familiar, porém sem assegurar o desenvolvimento das unidades produtivas. O modelo ideal ou integrado é o modelo produtivista capaz de transformar as unidades produtivas altamente integradas ao mercado à medida que incorporam os principais avanços tecnológicos.

Entre as características comuns dessas duas obras destacamos a desintegração do campesinato provocada pela industrialização da agricultura via incorporação de tecnologias e a integração do produtor ao mercado. Para Mendras a industrialização da agricultura eliminou o campesinato francês e para Lamarche (1993, 1998) os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência explica e justifica a transformação do camponês em agricultor familiar.

4.1. HENRI MENDRAS

Para Mendras (1984) o campesinato não tem despertado interesse nos pesquisadores, especialmente das Ciências Sociais os quais canalizam seus esforços nos estudos da economia industrial e da sociedade urbana. São atraídos pelo fascínio do surgimento da classe trabalhadora, pela eficácia monetária do empreendimento capitalista cujo instrumento de análise se constitui no valor da moeda. Por essas razões o campesinato, apesar de ser a principal força produtora de alimentos, não tem instigado os pesquisadores por vários motivos como, por exemplo, por se constituir num sistema produtivo que confunde numa mesma pessoa o empresário e o operário.

Em sua obra *“La fin des paysans”* que julgamos seminal para o estudo do paradigma do capitalismo agrário, Mendras analisa o campesinato em duas partes: na primeira estuda as mudanças e as inovações dentro das sociedades camponesas nos últimos dez séculos na França. E na segunda, analisa o agricultor, sua organização produtiva e a sociedade na qual mostra a importância das reflexões ampliando o quanto possível o campo de estudo. Conclui que o campesinato mesmo submetido à lógica da sociedade industrial permanece um problema político e social, pois apesar de se desenvolver no capitalismo não faz parte dele, e, contraditoriamente, se desenvolve nele.

Ao analisar as mudanças e as inovações dentro das sociedades camponesas, Mendras (1984) entende que a economia camponesa consiste num sistema econômico em que a terra, o trabalho e os meios de produção se articulam em função do processo do desenvolvimento familiar. Na economia capitalista, explica Mendras ao estudar as particularidades do mundo rural francês, que a força de trabalho pode ser definida objetivamente sob a forma de capital variável e a combinação com certa quantidade de capital constante são aplicados objetivando o lucro. A economia camponesa possui outra lógica, pois o produto do trabalho gerado pela família, a única categoria possível de ingresso econômico, e por não estar presente o fenômeno social do salário, a categoria capitalista do lucro não está presente.

A exploração familiar da policultura não guarda nenhum paralelo com a exploração industrial, como explica Mendras:

Ces quelques remarques sur les rapports qu'entretiennent le temps, l'espace et le travail dans la vie paysanne traditionnelle suffisent à montrer que la rationalité économique ne peut s'appliquer à l'agriculture comme elle s'est appliquée à l'industrie. Les unités abstraites, invariables, divisibles et multipliables font ici défaut. On est encore dans « l'univers de l'à-peu-près » et non dans celui de la précision. Et l'on voit mal comment l'abstraction pourra un jour triompher de toutes les particularités combinées du sol, du climat, de la plante, de l'animal et de l'homme. L'intime connaissance de ces particularités fait le bon paysan, pour qui il n'y a pas deux terres ni deux vaches pareilles. Par ailleurs, le travail n'étant imposé par aucune discipline extérieure, c'est la conscience du travailleur qui commande le travail. Autant dire que le 'sens de la terre' et le 'courage' sont, pour le paysan traditionnel, les qualités professionnelles fondamentales. Une grande plaine céréalière cultivée par une flotte de grosses machines peut s'analyser et se gérer comme un atelier industriel, mais non une exploitation familiale de polyproduction (MENDRAS, 1984, p. 115).

Essas observações sobre as relações que são mantidas entre o tempo, o espaço e o trabalho dentro da vida camponesa tradicional são suficientes para mostrar que a racionalidade econômica não pode ser aplicada na agricultura como é aplicada na indústria. As unidades abstratas, invariáveis, divisíveis e multiplicáveis são aqui imperfeitas. Há quem esteja ainda dentro do “universo do mais ou menos” e não dentro da precisão. E ele vê mal como a abstração poderá um dia triunfar em todas as particularidades combinadas do sol, do clima, da planta, do animal e do homem.

O íntimo conhecimento dessas particularidades constitui o saber do bom camponês, pois que ele não tem mais do que duas terras nem duas vacas igualmente. Por outro lado, o trabalho não tem sido imposto por nenhuma disciplina externa, essa é a consciência do trabalhador que comanda o trabalho. Ainda se diz que o “sentido da terra” e a “coragem” são, para o camponês tradicional, as qualidades profissionais fundamentais. Um grande plano cereal cultivado por uma frota de grandes máquinas pode ser analisada e se administra como numa oficina industrial, mais não uma exploração familiar da policultura (MENDRAS, 1984, p. 115. Tradução minha.).

Mendras (1984) inicia seus estudos pela análise das forças e dos mecanismos de mudanças por quais passaram o campesinato francês até a revolução agrícola do século XVIII. Contando com as contribuições de estudiosos como Georges Duby; Raymond Delatouche; Le Roy Ladurie; Oliver de Serres; Daniel Faucher e Marc Bloch entre outros, resgata historicamente as diversas etapas, pelas quais, as sociedades camponesas francesas foram se transformando em organizações mais complexas. Complexidade que aumenta na medida em que amplia sua dependência com as organizações cada vez mais urbanizadas e, que assim, já se estruturavam a partir do século XII. Mendras enfatiza apontando a direção das transformações sociais e técnicas:

Cette rapide esquisse macro-historique fait ressortir le jeu des divers éléments techniques, démographiques, économiques, sociaux et psychologiques qui a permis de passer en deux siècles du domaine carolingien, si simple et si primitif dans ses techniques et son organisation sociale, à la brillante et complexe société du XII siècle déjà profondément urbanisée et disposant de la plupart des techniques agronomiques, économiques et juridiques de l'agriculture et de l'économie modernes (MENDRAS, 1984, p. 46).

Essa rápida pesquisa macro histórica fez ressurgir o jogo dos diversos elementos técnicos, demográficos, econômicos, sociais e psicológicos que permitiu passar em dois séculos do domínio carolíngio, de simples e primitivo dentro de suas técnicas e sua organização social, para a brilhante e complexa sociedade do século XII já profundamente urbanizada e dispo de muitas partes suas técnicas agrônômicas, econômicas e jurídicas de agricultura e de economia moderna (MENDRAS, 1984, p. 46. Tradução minha).

Mendras (1984) ao analisar as inovações técnicas e a exploração de novas opções alimentares com o desenvolvimento de novas plantas demonstra as alterações lentas e profundas nas condições de produção, como a introdução do milho, do bicho da seda e da exploração comercial do vinho:

Comme le maïs, il complétait le système technique sans le modifier: mais, alors que le maïs renforçait le système vivrier, le vers à soie, spéculation commerciale, ouvrait une polyculture vivrière au marché économique national et international. Un effondrement de ce dernier entraînait des répercussions de soie d'Extrême-Orient suscitèrent une crise qui obligea les sériculteurs à se reconvertir vers une de leurs productions vivrières traditionnelles, le vin, qu'ils transformèrent en production commerciale facile à écouler sur les marchés urbains en expansion grâce au développement du chemin de fer (MENDRAS, 1984, p. 53).

Com o milho, o completo sistema técnico não se modificou: mais, por conseguinte o milho reforçou o sistema alimentar, da criação de gado ao bicho da seda, especulação comercial, iniciou uma policultura alimentar para o mercado econômico nacional e internacional. Um aprofundamento desse futuro acarretará suas repercussões dentro de todas as cidades produtoras. As importações do bicho da seda do Extremo Oriente suscitou uma crise que obrigou os sericultores a rever a criação de gado uma de suas produções

alimentares tradicionais, a vinha, que se transformou em produção comercial simples para vender nos mercados urbanos em expansão graças ao desenvolvimento da estrada de ferro (MENDRAS, 1984, p. 53. Tradução minha).

A revolução agrícola no século XVIII será impulsionada pelos grandes agricultores como forma de maximizar lucros, enquanto os pequenos produtores permanecem limitados em sua rotina, como enfatiza Mendras citando Marc Bloch:

Marc Bloch a bien montré que la révolution agricole du XVIII siècle a été faite par les grands agriculteurs contre la "routine" du petit paysan qui n'était guère sensible à l'idée d'accroître la production nationale ni même à celle d'augmenter sa propre production: [...] (MENDRAS 1984, p. 53-54).

Marc Bloch bem mostrou que a revolução agrícola do século XVIII foi feita por grandes agricultores contra a rotina do pequeno camponês que não tem muita sensibilidade para a idéia de aumentar a produção nacional nem mesmo para aumentar sua própria produção: [...] (MENDRAS, 1984, p. 53-54).

Ressalta Mendras que o equilíbrio da sociedade camponesa foi rompido, pois a economia familiar camponesa era quase auto-suficiente. Ela se encarregava não só dos produtos agrícolas necessários, mas também fabricava produtos como móveis, ferramentas, roupas, etc. Com a revolução agrícola essa pequena indústria doméstica desagregou diante da superioridade da indústria urbana que exigiria a produção de matéria-prima e forneceria ferramentas que o camponês não produzia. Essas alterações introduzidas pelo modo capitalista de fazer agricultura provocaram mudanças de toda ordem no mundo camponês, que, todavia, para continuar existindo foi se recriando e inventando alternativas e perspectivas.

Ao analisar a terra, o trabalho e o tempo Mendras (1984, p. 75-116) enfatiza o saber camponês como fundamento de sua competência camponesa por conhecer detalhadamente a profundidade da terra arável, as rochas, a umidade do solo, os climas, o relevo, plantas, etc. Constitui herança cultural com toda complexidade e diversidade de sistemas agrários. Ele conhece o seu campo “como o criador conhece sua criação, pois que esse solo é o produto de mão de obra incessante: trabalho, adubo, rotação de culturas, pousio, etc.” (MENDRAS, 1984, p. 75. Tradução minha.). “*comme le créateur connaît sa création, puisque ce sol était le produit de façons incessantes : labours, engrais, rotations de cultures, jachères, etc.* » (MENDRAS, 1984, p. 75). Por isso toda história agrária se constitui na luta dos camponeses pela posse da terra, pela libertação dos direitos senhoriais e das servidões coletivas. « *De plus, l'histoire lui avait enseigné que la propriété du sol était la condition nécessaire d'une complète*

indépendance sociale e politique » (MENDRAS, 1984, p. 81). “E mais, a história dele tinha ensinado que a propriedade da terra era a condição necessária de uma completa independência social e política” (MENDRAS, 1984, p. 81. Tradução minha).

Para Mendras as relações mantidas entre o tempo, o espaço e o trabalho dentro da vida camponesa tradicional são suficientes para mostrar que, a racionalidade econômica não pode ser aplicada na agricultura, da mesma maneira como é aplicada na indústria. A noção abstrata de tempo não faz parte da antiga prática agrícola. O trabalho camponês é organizado a partir das estações do ano e das condições atmosféricas. A passagem do tempo camponês para o tempo técnico pode ser comparado entre a organização do trabalho na fábrica e na agricultura, como explica Mendras:

Nous touchons là une différence fondamentale avec l'organisation du travail en usine où l'horaire arbitrairement fixé commande le début et la fin des périodes de travail, elles-mêmes divisées en unités invariables : heures, minutes, journées de huit heures, coupées par le déjeuner et les pauses à l'atelier. Au champ au contraire, c'est la tâche à accomplir qui commande l'horaire, toujours modifiable en fonction de l'avancement du travail, de l'état du ciel et éventuellement même de la fatigue du travailleur. (MENDRAS, 1984, p. 98).

Nos interessa ali uma diferença fundamental com a organização do trabalho na fábrica onde o horário arbitrariamente fixado comanda início e o fim dos períodos de trabalho, nas mesmas divisões em unidades invariáveis: horas, minutos, jornadas de oito horas, dividida entre o almoço e as pausas da oficina. No campo, ao contrário, é a tarefa a fazer que comanda o horário, sempre modificado em função do avanço do trabalho, da posição do céu (clima) e eventualmente mesmo da fadiga dos trabalhadores (MENDRAS, 1984, p. 98. Tradução minha.)

Dentro da indústria a implementação de normas e o possível aproveitamento do tempo com a aceleração das atividades laborais dentro do processo produtivo causam freqüentes litígios entre patrões e operários. A redução de um tempo tem uma repercussão importante sobre a gestão do empreendimento porque ela é multiplicada pelo número de tarefas concluídas por hora. Dentro da agricultura não é assim, o patrão e o operário – o capitalista e o proletário – são uma única pessoa, uma aceleração de ritmo mais penoso ao “trabalhador” não aparecerá muito proveitoso ao “patrão” porque dentro da maioria dos casos o lucro não será maior. Contudo, a divisão do trabalho é menos desenvolvida, o agricultor conclui em uma hora uma sucessão de tarefas diferentes, ele fará pois agir sobre uma serie de normas para cada atividade de cada homem e não sobre uma única norma para uma mesma tarefa repetida por um grande número de homens, como ocorre na indústria.

Desta forma, a medida de tempo longo e contínuo dos camponeses não guarda “quase” nenhuma relação com o tempo curto e fragmentado dos operários. O operário mede seu tempo em horas e em jornadas que serão remuneradas e o camponês mede seu tempo por ano, por colheita, por empreita. Por isso, “para os agricultores o futuro é uma continuação do presente e do passado, para os operários o passado do pai é muitas vezes totalmente diferente do presente e o futuro é a imaginação feita pela criança, [...]” (MENDRAS, 1984, p. 113). *“Pour les agriculteurs le futur est une continuation du présent et du passé, pour le ouvriers le passé du père est souvent totalement différent du présent vécu et l’avenir c’est le rêve fait pour l’enfant, [...]”* (MENDRAS, 1984, p. 113).

Mendras (1984, p. 117-147) esclarece que a exploração familiar de policultura é uma estrutura de produção única e se desenvolve dentro da economia industrializada, todavia, não faz parte dela. Ela se caracteriza por ser uma sociedade alógena e, por conseguinte, nem a divisão do trabalho, nem a separação da produção e do consumo, nem a separação da vida econômica e da vida familiar configuram no seu desenvolvimento. “O camponês vive sua vida profissional e familiar como uma totalidade indissociável » (MENDRAS, 1984, p. 117. Tradução minha). *»il vit sa vie professionnelle et familiale comme une totalité indissociable »* (MENDRAS, 1984, P. 117). Cada um dos membros da sua família é ao mesmo tempo um companheiro de trabalho: o pai conserva muitas vezes a direção da exploração, aliás ele se mantém como conselheiro que é respeitado ou suportado: a mulher se ocupa das atividades que lhe são próprias participando dos numerosos trabalhos dos homens; as crianças são seus aprendizes e seus ajudantes. As tarefas são regradas pelos costumes em função do sexo e da idade, e não pela organização da produção em função das competências dos trabalhadores.

Com a industrialização da agricultura as máquinas serão introduzidas nas tarefas agrícolas aperfeiçoando e especializando implantarão novas tarefas, exigirão destreza manual e resistência física, pois,

Elles accroissent l’efficacité du travail, soulagent la peine du travailleur, mais em même temps compliquent le métier en exigeant des compétences nouvelles et des connaissances mécaniques. Les aptitudes utiles à la conduite d’un tracteur, d’une moissonneuse-batteuse, d’une râteleuse-bottelleuse, etc. deviennent au moins aussi importantes que la force et la dextérité au maniement de l’outil. En un mot, l’agriculteur est toujours l’homme à la houe et doit être em même temps mécanicien-tracteuriste.

Une seule compétence perd de son importance : l'art d'élever, de dresser et de diriger les animaux de trait, boeufs ou chevaux. Par contre l'élevage des animaux de rente devient de plus en plus scientifique. L'éleveur doit toujours surveiller son troupeau et le connaître dans une sorte d'intimité qui exige une « sympathie » particulière que se développe au long d'une expérience prolongée. De plus, aujourd'hui il doit être capable de composer une ration équilibrée et savoir appeler le vétérinaire au moment voulu quand il sent que son expérience est en défaut et qu' un diagnostic scientifique est nécessaire.

Savoir utiliser outils et machines suffit pour faire un « domestique de culture », mais non un paysan qui doit aussi connaître sol, plantes et animaux (MENDRAS, 1984, p. 119-120).

Elas aumentam a eficácia do trabalho, aliviando a penúria do trabalhador, mas ao mesmo tempo complicam a profissão em exigências com competências novas e com conhecimentos mecânicos. As aptidões úteis para conduzir um trator, uma ceifadeira debulhadora, uma podadora automática, etc. devem ao menos ser tão importantes como a força e a destreza ao manuseio do utensílio. Em outras palavras, o agricultor é sempre o homem da enxada e deve ser ao mesmo tempo mecânico tratorista.

Uma única competência perde sua importância: a arte de criar, de adestrar e de conduzir os animais de tração, bois ou cavalos. Pelo contrário a criação de animais de corte precisa cada vez mais do científico. O criador deve sempre fiscalizar (vigiar) sua tropa e conhecer de forma tão íntima que exige uma “simpatia” (apego) particular que se desenvolve ao longo de uma experiência prolongada. E mais, hoje ele deve ser capaz de formar uma razão equilibrada e saber chamar o veterinário no momento certo (adequado) quando ele sabe que sua experiência está imperfeita e que um diagnóstico científico é necessário.

Saber utilizar utensílios e máquinas basta para fazer uma “cultura doméstica”, mas não um camponês que deva também conhecer solo, plantas e animais (MENDRAS, 1984, p. 119-120. Tradução minha.).

Com as alterações da lógica camponesa pela racionalidade econômica na administração da atividade agrícola, Mendras (1984) enfatiza a transformação do camponês em produtor de mercadoria. Enquanto o interesse dos economistas, segundo Mendras, recaía sobre o grande produtor em razão da sua participação na produção total, os sociólogos eram atraídos pelo agricultor médio o qual tentava conciliar a sua rotina às exigências econômicas e técnicas. Essas inovações eram determinadas externamente, pois o camponês tradicional não colocava em questão a “tradição”, a forma de viver e de trabalhar:

1. O conhecimento sobre como cultivar a terra era herdado da geração precedente e formado em longos anos de aprendizagem;
2. O tempo considerado na atividade era aquele estabelecido pela natureza;
3. Inexistia a separação entre a produção e o consumo, entre a vida econômica e a vida familiar e nem ocorria a divisão do trabalho.

A necessidade de uma assessoria técnica, a racionalidade da utilização do tempo, a divisão do trabalho, a produção voltada para o mercado, a separação entre o produtor e o chefe de família, entre outros, eram alguns aspectos da imposição de uma especialização da atividade, provocando uma transformação das estruturas econômicas e familiares. Não era possível compreender estas novas estruturas e estes novos mecanismos da agricultura a partir da simples análise da função e da posição, pelo lado dos sociólogos, ou pela lógica da produção na concepção dos economistas, pois

L'exploitant n'est ni un patron ni un salarié puisqu'il est les deux; son entreprise qui paraît le prototype de la firme dans un système concurrentiel n'a ni une unité interne ni une autonomie externe suffisante pour être analysée par l'économiste et le sociologue comme un agent économique individualisé: la confusion de l'entreprise et de la famille interdit à la logique économique de présider à la politique de production; l'émission du pouvoir de décision au niveau du travailleur de base rend périlleux tout effort d'orientation de la production (MENDRAS, p. 1984, 144-145).

O explorador não é nem um patrão nem um assalariado porque ele é os dois. Em seu empreendimento que se assemelha a um protótipo de firma dentro de um sistema concorrencial não há nem uma unidade interna nem uma autonomia externa suficiente para ser analisada por um economista e um sociólogo como um agente econômico individualizado: a confusão entre o empreendimento e a família interfere na lógica econômica de gerir uma política de produção; o esfacelado poder de decisão ao nível do trabalhador de base restitui perigoso todo esforço de orientação da produção (MENDRAS, p. 1984, 144-145. Tradução minha).

Mendras (1984) aprofundará suas reflexões sobre o conflito entre as duas racionalidades – camponesa e capitalista – analisando a implantação de uma inovação tecnológica: a inovação com o milho híbrido. Com esse estudo procura demonstrar como a ausência de uma visão abstrata e quantitativa do tempo e da extensão territorial se combina com a indiferenciação das funções e da participação da sociedade industrial. Assim, dado o avanço tecnológico, a agricultura não poderá protelar por muito tempo a necessária divisão do trabalho, como enfatiza Mendras:

L'agriculture ne peut plus échapper à une certaine forme de division du travail. Qu'elle soit paysanne et familiale, ou « capitaliste » e « industrializada », l'entreprise de polyproduction est pour l'essentiel le reflet social des exigences techniques de l'agronomie du siècle dernier; or ces exigences ne s'imposent plus avec la même vigueur de nos jours (MENDRAS, 1984, p. 329.)

A agricultura não pode mais fugir de certa forma de divisão do trabalho. Quer ela seja camponesa e familiar, ou “capitalista” e “industrial”, a empresa de poliprodução é essencialmente o reflexo social das exigências técnicas da agronomia do próximo século; ora essas exigências não se impõem mais com o mesmo vigor dos nossos dias (MENDRAS, 1984, p. 329).

Para concluir o estudo de Mendras (1984) enfatizamos que, segundo seu entendimento, a perspectiva para o campesinato encontra-se na total integração ao mercado majorando sua produção, garantindo seu futuro não mais como camponês. Ele será transformado em agricultor familiar e como novo sujeito será importante como produtor de mercadorias. E, como agente econômico, se incorporará num conjunto de sistemas desenvolvido pela tecnociência.

4.2. HUGUES LAMARCHE

Para Lamarche (1993, 1998) o grau de diversidade das formas sociais de produção na agricultura apresenta uma paisagem de confusão e de incerteza como se colocasse o pesquisador num caminho repleto de armadilhas e ciladas, muito das quais, advindas da própria definição conceitual. Diante dessas constatações, Lamarche quer compreender a “enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar. Estamos seguros de que esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes” (LAMARCHE, 1993, p. 13). Seu estudo proporcionará discussão “através da confrontação de situações diferentes” (p. 14), dentre as quais a exploração familiar foi escolhida como conceito de análise definida da seguinte forma:

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, p. 1993, p. 15. Grifos no original).

Como forma de minimizar possíveis ambigüidades Lamarche estabelece distinções entre exploração camponesa e exploração familiar. A primeira “é um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola” (p. 16). Caracteriza-se pela inter-relação entre produção e consumo; a força de trabalho é familiar e os objetivos da produção referem-se a valor de uso e não de troca. Exploração familiar refere-se à forma de organizar a produção agrícola que se caracteriza pela transmissão dos traços socioculturais como explica Lamarche:

Distintamente da maioria dos setores de produção, a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que têm em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. As explorações familiares

agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. Deste modo, a exploração familiar não é, portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade (LAMARCHE, 1993, p. 18).

É importante verificar a preocupação de Lamarche em privilegiar o conceito de exploração familiar em detrimento do de exploração camponesa. Na compreensão dele, esse conceito evoca o passado, a estagnação, o modelo tribal de subsistência, o tipo selvagem, o resíduo feudal. A evolução social não admite um atraso assim, um estorvo como esse, é “quase” um recuo atávico, por isso a exploração familiar

se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado [...] é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação (LAMARCHE, 1993, 18-19).

Para Lamarche é o grau de integração na economia de mercado e na sociedade de consumo que define se o modelo a ser analisado é familiar ou camponês. O familiar indica integração e desenvolvimento. O camponês indica “estagnação, diminuição ou mesmo sua eliminação” (p.19). A evolução da exploração familiar depende da sua integração ao mercado e da sua excepcional capacidade de adaptação “às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado” (p. 21).

Esse critério forneceu sustentação metodológica na coleta dos dados e da organização da base empírica da pesquisa internacional. Para interpretar o conjunto de informações a cerca da exploração familiar e suas capacidades de adaptação Lamarche (1993, 26-32) trata de sociedades e não de países. Quatro tipos de sociedades são suficientes para caracterizá-las quanto aos critérios da economia do mercado: as sociedades no sistema capitalista avançado; sistema capitalista dependente; sociedades em via de desenvolvimento e sistema coletivista.

Na maioria das sociedades que fazem parte do sistema capitalista avançado, “a agricultura conheceu um amplo desenvolvimento simultaneamente fundado nas capacidades produtivas da exploração individual e na concentração dos meios de produção” (LAMARCHE, 1993, p. 26). Para estudar essas sociedades foram escolhidos dois países: Canadá e França. Nas sociedades do sistema capitalista

dependente registra-se a presença de “um impulso socioeconômico irregular [...] e muitas desigualdades sociais no próprio interior dessas relações sociais” (p. 27). O Brasil foi o país escolhido para estudar essas abordagens.

Nas sociedades em via de desenvolvimento são aquelas que deparam com restrições naturais e, além disso, “devem suportar um índice de crescimento demográfico bastante acentuado numa conjuntura de baixo crescimento econômico” (LAMARCHE, 1993, p. 29). Com a Tunísia foram analisadas essas informações. As sociedades no sistema coletivista apresentam “uma agricultura coletivizada (cooperativas e arrendamentos do Estado). A Polônia é um caso particular no Leste da Europa, pois, apesar da coletivização das terras, ela conservou um grande número de explorações individuais” (p. 31).

Como as questões em torno da agricultura familiar, “alcançaram uma dimensão universal” (LAMARCHE, 1998, p. 17), Lamarche quer compreender as razões e as formas através das quais ela evoluiu e transformou as unidades de produção nas várias dimensões. Tendo como critério de análise o grau de integração à economia de mercado e na sociedade de consumo, a agricultura camponesa ou de subsistência é considerada residual e tende ao desaparecimento, “por não permitir acesso suficiente à sociedade de consumo” (p. 328). Enquanto que “a agricultura familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado” (p. 62). Portanto, é imprescindível a capacidade de adaptação às exigências impostas pelo mercado, como enfatiza Lamarche:

As explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado. Nos países industrializados, muitos exploradores desapareceram porque não puderam, quando foi preciso, modificar seu sistema de produção e adaptá-lo às novas exigências do mercado, sem dúvida por serem muito dependentes de seu “*Modelo Original*” (LAMARCHE, 1993, p. 21. Grifos no original).

A agricultura camponesa, segundo Lamarche, não apresenta possibilidade de desenvolvimento que assegure seu fortalecimento e reprodução:

Precisamos admitir que os modelos *originais*, tais como definidos no primeiro volume, isto é, modelos nos quais o produtor encontra suas referências históricas e aos quais permanece mais ou menos ligado, não representam mais, na maior parte dos casos, e qualquer que seja sua forma, uma alternativa no contexto atual de desenvolvimento das sociedades. Precisamos admitir, também, que os modelos *ideais* imaginados por esses mesmos produtores não representam, como os anteriores, uma solução perene e, portanto, aceitável pela maioria deles. Com efeito, a partir do

momento em que, lembremo-lo, nossa análise das unidades de produção situa-se no contexto de sua integração numa economia de mercado e na sociedade de consumo resultante, é pouco provável que estas unidades de produção possam desenvolver-se, fortalecer-se e reproduzir-se nas bases de um modo de funcionamento de tipo *camponês* ou de *subsistência*; quando muito, esses modelos de funcionamento encontram a justificativa de sua presença em contextos socioeconômicos específicos, caracterizados, na maior parte dos casos, por um subdesenvolvimento das atividades ou uma crise de desenvolvimento. De forma que a existência desse modelo, seja ele *camponês* ou *de subsistência* (e constataremos que ainda está bastante representado, já que agrupa um grande número de unidades de produção de nossa amostra), significa mais um meio de gerir da melhor forma uma situação de crise, do que uma solução suscetível de assegurar o desenvolvimento das unidades de produção do quadro de uma economia de mercado (LAMARCHE, 1998, p. 304. Grifos no original).

A pesquisa internacional demonstrou que agricultura familiar moderna “pode corresponder melhor e adaptar-se às novas exigências de produção” (Lamarche, 1998, p. 329) desenvolvendo melhor suas potencialidades, como nas sociedades capitalistas avançadas. No Canadá e na França, em que os modelos do tipo de empresa, familiar ou não, “representam as formas sociais de produção dominantes; podemos até dizer muito amplamente dominantes, já que 83% das unidades de produção pesquisadas nas áreas canadenses e francesas encontram-se nesses modelos.” (p. 328). Nestas sociedades capitalistas os estabelecimentos do tipo camponês tende a desaparecer como explica Lamarche:

Existem muito poucos estabelecimentos de tipo *camponês* nas sociedades capitalistas. É importante observar que eles são exclusivamente franceses e que estão presentes nas três áreas de pesquisa francesas. Esses estabelecimentos, muito tradicionais, são encabeçados por responsáveis idosos e sem sucessor; a quase totalidade deles vai desaparecer com a aposentadoria do atual responsável do estabelecimento (LAMARCHE, 1998, p. 328. Grifos no original.).

Nas sociedades capitalistas dependentes o modelo agricultura familiar moderna domina amplamente; como é o caso do Brasil, onde “as unidades de produção desse tipo representam 45% das unidades de produção brasileiras pesquisadas e 43% da totalidade das unidades de produção do *modelo agricultura familiar moderna*” (LAMARCHE, 1998, p. 330. Grifos no original). A presença do modelo camponês em 18% das unidades de produção é interpretado por Lamarche “como consequência de uma ausência total de política [...]” bem como, “a atração muito forte das populações rurais pela cidade” (p. 330). A perspectiva dependerá da evolução da economia de mercado, do aumento da capacidade de consumo e da interferência do Estado brasileiro em adotar políticas agrícolas. Segundo Lamarche:

Podemos então nos perguntar em que medida esses *produtores familiares* brasileiros prefiguram a forma social de produção do futuro, isto é, o modelo mais apto a responder as necessidades da sociedade brasileira. Não seria apenas uma situação conjuntural, que desaparecerá com o tempo em proveito dos modelos clássicos, do tipo *empresa* caso a sociedade brasileira evolua para um capitalismo cada vez menos dependente, ou do tipo *camponês* no caso de uma evolução recessiva? Tudo depende do progresso econômico destes próximos anos e da capacidade do Estado brasileiro de dotar-se de uma política agrícola e de impô-la aos diversos parceiros sociais (LAMARCHE, 1998, p. 332. Grifos no original).

As sociedades no sistema coletivista apresentam os seguintes percentuais: 36% dos produtores poloneses “estão classificados no modelo *agricultura familiar moderna*, o que representa um terço das unidades de produção deste grupo” (LAMARCHE, p. 1998, p. 332. Grifos no original). Todavia, o grupo mais importante na realidade polonesa é o do modelo agricultura camponesa com “78 unidades de produção, ou seja, 52% das unidades de produção polonesas” (p. 332).

A agricultura familiar moderna nos países em desenvolvimento, como no caso da Tunísia em que emergiram dois modelos principais: o modelo empresa familiar com 56% das unidades de produção pesquisadas e o modelo camponês ou de subsistência com 27% das unidades de produção pesquisadas.

Apesar de concordarmos com a ênfase dada por Lamarche (1993; 1998) em relação a evidenciar a necessidade do debate teórico como condição para compreender o processo de mudanças que afetam a forma de produzir e a vida social dos agricultores, discordamos dele quanto às perspectivas do campesinato. Entendemos que a recriação do campesinato avança pela disputa do domínio e controle do seu território. A disputa territorial tende a acirrar-se na medida em que são implementadas políticas públicas que priorizam o desenvolvimento de commodities promovendo o tão almejado equilíbrio da balança de pagamento. Os territórios estão sendo disputados pelo agronegócio e seu acesso a volumosos recursos públicos e pelo campesinato que conhece bem os enormes obstáculos que, historicamente, o impede de que esse mesmo acesso lhe seja franqueado. Portanto sua perspectiva dependerá dessa disputa. Se ele permanecer lutando aumentarão as possibilidades de sua condição de autonomia (mesmo que relativa). Caso contrário, as condições de subordinação se imporão, pois, as políticas de subordinação do agronegócio são inflexíveis.

5. TEÓRICOS CONTEMPORÂNEOS E CONTRIBUIÇÕES AO PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

As análises que compõe as teorias do paradigma do capitalismo agrário dão prioridade à abordagem dominante ao demonstrar que o capital despende todas as forças para se impor na agricultura, propiciando, cada vez mais, a incorporação dos principais avanços tecnológicos, por meio dos quais, intensifica a integração na economia de mercado das forças produtivas. Abramovay (1998) e Veiga (1991) analisam essas abordagens e, procuram demonstrar o predomínio da agricultura familiar que, para eles, marca o desenvolvimento da agricultura nas economias capitalistas mais desenvolvidas durante a primeira metade do século XX. E, porque a agricultura familiar está inserida no capitalismo, como parte dele, indicam, como perspectiva do campesinato a transformação das unidades camponesas em estabelecimentos familiares. Essa transformação também foi investigada e consta nas análises de Silva (1981; 1988) para quem, não há outra perspectiva ao camponês, a não ser, tecnificar sua base produtiva, se integrar no capital e, por conseguinte, se desenvolver contribuindo com o desenvolvimento do capital. Para Wanderley (2009), mesmo com integração à economia de mercado e à sociedade de consumo, os camponeses não romperam com suas tradições e valores culturais.

Para Navarro (2010) a expressão agricultura familiar conformou-se em duas trajetórias acadêmicas distintas: uma americana e outra européia. Todavia, no Brasil ele é uma noção simplificadora e está longe de se constituir em categoria conceitual, por lhe faltar base científica. Schneider (2006) analisa a mercantilização na qual os agricultores familiares desenvolvem a pluriatividade num contexto de inserção produtiva.

5.1. RICARDO ABRAMOVAY

Para Abramovay (1998; 2003) a agricultura familiar é a principal forma social do progresso técnico no campo que se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e é a principal produtora de alimentos e fibras das nações mais desenvolvidas. A integração ao mercado, a capacidade de incorporar os principais avanços técnicos e a capacidade de responder às políticas governamentais são características da agricultura familiar, distinguindo-a da agricultura camponesa, como ele entende:

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1998, p. 131).

Abramovay afirma que o camponês possui racionalidade econômica incompleta e é parcial sua inserção em mercados incompletos, pois, “o capitalismo é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (p.129). Por conseguinte, o futuro do camponês consiste em se metamorfosear em agricultor familiar. “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (p.127).

Ele entende que não existe uma discussão específica sobre o campesinato e a questão agrária nas obras de Marx, Lênin e Kautsky. Elas não são as obras mais indicadas para quem quer conhecer e compreender a questão agrária e suas dimensões, vez que, por intermédio delas, é impossível definir de forma cristalina a natureza e a origem dos rendimentos dos camponeses, pois “a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx” (p.36).

A razão da nossa discordância diante desse argumento de Abramovay pode ser demonstrada pelo método de análise que estamos propondo nesta tese, para estudar a complexidade da questão agrária. O debate paradigmático como propulsão do método demonstra de forma suficiente que nas análises de Lênin e de Kautsky há,

sobejamente, discussões sobre a questão agrária como questão estrutural engendrada pelo avanço do capitalismo.

Para Abramovay o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais interessando apenas a produção de mercadoria, elegendo, portanto, critério predominantemente econômico “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (1998 p.104). Neste contexto “nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (p.115), fazendo Abramovay sentir-se autorizado em defender certas concepções como, por exemplo, a de que o camponês possui cultura e economia incompleta e parcial, impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista.

Abramovay entende que o camponês é a melhor definição de resto feudal, um resquício, classe que representa a barbárie, um estorvo, uma vez que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (p.130). Ele também defende que a perspectiva do campesinato é sua extinção, dando lugar a um novo personagem, que teria assumido sua condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção. Pela nossa proposta metodológica, é possível discutir que, o conceito de camponês e o de agricultor familiar são reveladores de conteúdos completamente distintos. São conceitos opostos, pois cada um deles direciona o olhar para uma realidade distinta. A utilização do nosso método de análise contribui para revelar essas nuances.

Ao separar a unidade de produção da unidade familiar, como estratégia para compreender a forma de produção, Abramovay verificou que a unidade de produção possui uma natureza fundamentalmente empresarial, fazendo da agricultura familiar “a principal forma social do progresso técnico no campo” (1998, p. 20):

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*. [...] Apesar da base familiar comum, é intransponível a distância social entre um suinocultor da Comunidade Econômica Européia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas e uma família rural na Índia [...]. É possível uma distinção *conceitual* entre estas duas formas fundamentais de produção familiar? A resposta a esta questão na primeira parte do trabalho é afirmativa, mas condiciona-se a que se busque a raiz da diferença fundamentalmente no *ambiente* social, econômico e cultural que caracteriza cada uma delas (ABRAMOVAY, 1998, p. 22-23. Grifos no original).

Abramovay tenta diferenciar a agricultura familiar da agricultura camponesa. Se de fato são duas formas completamente diferentes de produção agropecuária, será necessário demonstrar suas diferenças. Em que lugar se encontram as distinções conceituais entre estas duas formas fundamentais de produção familiar que ele prometeu na p.23 do seu livro? Essa separação conceitual entre agricultura familiar e agricultura camponesa consiste na origem de onde emanam os equívocos de Abramovay (1998). Basta constatar que p. 251 ele afirma: “não me pareceu necessário montar uma tipologia pela qual ficassem formalizadas suas diferenças com relação à agricultura familiar contemporânea dos países capitalistas centrais”. Entendemos que não só não é necessário como não é possível. E não é possível não só nos países capitalistas centrais como em qualquer parte do globo e em qualquer época histórica que se queira analisar a produção familiar. Pois a produção que se organiza tendo por base a mão de obra familiar seja em que país for, será aquela de quem o capital extrairá a renda fundiária. Logo, denominar essa forma de familiar ou de camponesa não altera a sua constituição. Aqui se encontra o equívoco de Abramovay (1998):

Explicar a existência *camponesa* a partir da “lógica do capital” é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são *familiares*, *mas não camponesas* (ABRAMOVAY, 1998, p. 22-23. Grifos no original).

Como ele entendeu não ser necessário montar uma tipologia com a qual pudesse demonstrar em quais unidades produtivas se configurariam aquelas unidades familiares, mas não camponesas, restou ao seu leitor apenas o registro de sua intenção. Entendemos que a tentativa de encontrar distinção entre o camponês e o agricultor familiar, presente nas teorias do paradigma do capitalismo agrário, constitui uma das estratégias que visa negar ao camponês, seu protagonismo.

5.2. JOSÉ ELI VEIGA

Para as análises de Veiga (1991) a formação da agricultura moderna durante os séculos XVIII e XIX por meio das mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, resultou de um processo de maturidade de, no mínimo, dez séculos, que propiciou o advento do capitalismo. A junção de duas atividades – agrícola e pecuária – tornou-se cada vez mais complementares na produção de grãos e carne. Na gênese desse processo encontra-se o “*pousio*” como explica Veiga:

É de fundamental importância conhecer o estratégico papel desempenhado por um personagem muito corriqueiro, mas estranhamente esquecido por muitos de nós. Chama-se “pousio” e significa basicamente a interrupção do cultivo de uma área, por um ou mais anos, para que a fertilidade natural da terra possa se regenerar. A intensidade do uso da terra, extremamente variável, tanto no tempo quanto no espaço, pode ser aquilatada pela duração desse descanso da terra (VEIGA, 1991, p. 23).

O desenvolvimento industrial e os inúmeros instrumentos para o trabalho agrícola possibilitaram o cultivo ininterrupto da terra, via rotação com leguminosas. O processo de supressão do pousio desencadeou grande diversidade na evolução das estruturas produtivas impulsionando a transição da agricultura feudal européia para a agricultura capitalista. A evolução do capitalismo urbano-industrial foi sintetizada por Veiga (1991) em três padrões básicos: o inglês, o do leste e o do oeste. “E estes três modelos resultaram fundamentalmente de diferenças existentes nas relações de força entre nobres e camponeses no momento crucial do cercamento dos campos (Servolin, 1985)” (VEIGA, 1991, p. 24).

A proposta de Veiga (1991) está centrada na necessidade de favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar pela pujança na sua forma de produzir alimentos e fibras, impulsionando o desenvolvimento do mercado, ao mesmo tempo em que se integra nele:

Com base na experiência histórica dos países do Primeiro Mundo, deve-se pensar que a passagem da economia capitalista para sua fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha fortalecer a agricultura familiar. Este é o argumento central deste livro: a necessidade de favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar (VEIGA, 1991, p. 200-201).

O predomínio da agricultura familiar foi detectado no desenvolvimento agrário da Inglaterra, da Dinamarca e dos Estados Unidos, presentes nas análises de

Veiga (1991, p. 25-59), para explicar, por exemplo, que, “na Inglaterra, a decomposição do feudalismo gerou uma famosa trindade: o proprietário fundiário rentista, o arrendatário-patrão e o trabalhador agrícola assalariado” (p. 25). É neste contexto que diversas análises afirmam o desaparecimento do campesinato inglês. Ocorre que, parte dele foi integrado à economia de mercado, uma vez que a forma de produzir e o destino de sua produção se transformaram e sua produção mudou de natureza. Enquanto alguns pesquisadores entendem que essas transformações são suficientes para justificar a sucumbência do campesinato, outros tentam explicar, que o campesinato soube se recriar, se desenvolver dentro desse sistema, sem fazer parte da sua essência, porém se desenvolvendo nele. Essas discussões podem prosperar e serem proveitosas quando da utilização do nosso método de análise para refletir sobre a questão agrária, uma vez que, o confronto interpretativo proporciona, exatamente, conhecer as nuances das análises e de suas perspectivas.

O desenvolvimento com ênfase na agricultura familiar em que o campesinato desapareceu ficou conhecido como “via inglesa” que também foi transferido para os Estados Unidos. “A sociedade americana parece considerar a agricultura familiar como uma espécie de garantia de muitos de seus mais importantes valores e inspirações” (VEIGA, 1991, p. 111). Para demonstrar que ela teve grande importância na modernização, Veiga construiu o quadro abaixo com o número e distribuição dos estabelecimentos agrícolas familiares e patronais, nos Estados Unidos nos anos de 1949, 1959 e 1969:

Tipos	1949	1959	1969
Familiares (milhares)	4641	3530	2580
Porcentagens	95%	95%	95%
Patronais (milhares)	264	165	146
Porcentagens	5%	5%	5%

Fonte: Nikolitch, 1972.

Quadro retirado de VEIGA, 1991, p. 111.

Segundo Veiga foi a agricultura familiar quem impulsionou a modernização constituindo-se num importante fenômeno e se firmando nas economias capitalistas mais desenvolvidas durante a primeira metade do século XX:

A agricultura familiar parece ter sido a forma mais adequada para o fornecimento de alimentos a preços constantes ou decrescentes porque não criava nenhuma dificuldade à intensificação da produção, incorporando todas as invenções tecnológicas, e porque mantinha em funcionamento o *treadmill* de Cochrane. E as vantagens dessa forma de produção na compatibilização dessa função crucial com as demais funções normalmente atribuídas ao setor agrícola parecem ter sido captadas, com muita argúcia, por Owen (1966) em artigo que pode ser considerado um clássico (VEIGA, 1991, 115. Grifos no original).

Para Veiga a noção “pequena produção” é demasiadamente vaga por entender que o tamanho da unidade produtiva não é a questão mais relevante.

O que surge com clareza quando se adota uma perspectiva histórica é a constante oposição e coexistência entre as formas “familiar” e “patronal” de produção no setor agropecuário. [...] Importante, sim, é tentar entender o sentido geral do movimento histórico que fez com que a agricultura familiar tenha predominado de forma nítida em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século. [...] Durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 1930 ao início da década de 1970) foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo, inclusive no berço do belo *high-farming* (VEIGA, 1991, p. 188. Grifos no original).

Veiga (1991) entende que, enquanto os camponeses freqüentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses; os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos atuando no bojo de uma verdadeira revolução tecnológica.

Como forma de diferenciar camponês de agricultor familiar Veiga destaca alguns argumentos e elementos tais como: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. Para ele o governo federal elegeu o agricultor familiar como principal elemento do desenvolvimento rural impulsionando o progresso no campo pelo uso de tecnologia moderna.

Como novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social.

5.3 JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

Nas análises de Silva (1981) são destacadas as mudanças do padrão tecnológico na agricultura, partindo do princípio de que a terra se constitui em um elemento importante do próprio capital. Para Silva o sentido fundamental do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura, “o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção” (p. 45).

Por entender que o campesinato está inserido no capitalismo como parte dele, em que o capital encontra formas de se apropriar do excedente da produção camponesa, numa estrutura produtiva, por meio da qual atrela a produção camponesa à produção capitalista. Silva defende a hipótese de que não há alternativa ao camponês, a não ser contribuir com a reprodução do capital com sua produção ou com sua força de trabalho. Por isso,

A política tecnológica para o setor de pequenos produtores camponeses emerge como um elemento-chave no contexto da transformação dinâmica desse setor, no sentido de destruir, manter e elevar a economia camponesa a um patamar mais alto de integração com a economia global. Em outras palavras, a política tecnológica apresenta-se como de alta relevância no direcionamento dos processos de diferenciação e de decomposição do setor camponês em sentido ascendente e descendente, isto é, na direção de um processo de proletarização ou de capitalização (SILVA, 1999, p. 137-138).

Ao tentar interpretar a importância da pequena produção para o desenvolvimento da agricultura brasileira; ele reflete sobre a reprodução camponesa como reprodução do próprio capital. Assim, esclarece que o modelo de desenvolvimento agrário brasileiro sempre foi, na sua essência, concentrador de terras. Por conseguinte, a pequena produção tinha como principal função, na agricultura capitalista, a de ser produtora de alimentos, garantindo a sustentação do projeto maior que se assentava na grande produção, pois “a produção de alimentos no Brasil, exceto alguns casos particulares, não tem sido atrativa para o capital, na medida em que o mecanismo de fixação de preços a torna pouco ou nada rentável” (SILVA, 1981, p. 37).

Por imposição do capital industrial e comercial, a pequena produção torna-se compradora de insumos industriais e se transforma num setor tomador de empréstimos fazendo dela o maior setor de endividamento da agricultura. Além do que,

é com ela que ele acumula sua enorme reserva de mão-de-obra. Esses são um dos motivos para que o capital proporcione a recriação do campesinato, pois, com ele, visa atender seus interesses, ao mesmo tempo em que, por meio do campesinato, aumenta sua reprodução e se materializa na terra, nas máquinas, adubos, sementes e insumos químicos, etc, como explica Silva:

[...] a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como uma forma adequada (em determinadas circunstâncias e momentos concretos) ao movimento da acumulação. Em outras palavras, a “reprodução camponesa” não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses. Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é, pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um “novo camponês”, que nada mais é do que um trabalhador para o capital (Wanderley, 1979) (SILVA, 1981, 131).

Para Silva (1981) o avanço do capitalismo na agricultura brasileira defrontou com uma estrutura agrária extremamente concentrada e se desenvolveu majorando ainda mais essa concentração. A partir dela provocou uma transformação interna, via relações de produção (p. 47), para obrigar a agricultura a responder às necessidades da industrialização. A forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes e o próprio Estado, segundo Silva, criou mecanismos para favorecer a capitalização da grande propriedade.

É que a estrutura agrária continuou concentrada (e até mesmo o grau de concentração aumentou a partir dos anos 1960), mas houve uma transformação interna – ao nível das relações de produção – que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Ou seja, houve simultaneamente:

- a. Um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações;
- b. Uma integração maior da agricultura ao circuito global da economia, não apenas como compradora de bens de consumo industriais: houve também o que podemos chamar de uma verdadeira “industrialização da agricultura”, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial (SILVA, 1981, p. 39 e 47).

Simultaneamente a agricultura brasileira expandiu sua fronteira agrícola, aumentando a produção sem necessidade de redistribuir a propriedade agrária, como explica Silva (1981, p. 54-55):

Isso significa basicamente que a possibilidade de multiplicação da pequena propriedade só se materializa por ocasião da expansão da fronteira agrícola, sendo posteriormente engolida quando da consolidação da estrutura agrária nessas regiões, em função do movimento de ascensão cíclica da economia.

A dinâmica da recriação/destruição da pequena propriedade, portanto, é mais ou menos o seguinte: na fase da subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas se expandem, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada. Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais do país, ou mesmo das regiões, a grande propriedade no Brasil cresceu sempre a taxas superiores às das pequenas no período 1965-1975.

As transformações externas atingiram as pequenas unidades produtivas, as quais deixaram de ser produtoras de subsistências para dirigir sua produção para o mercado. Silva ressalta que a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais. O processo agropecuário se industrializou formando os complexos da soja, do leite, da cana de açúcar, da laranja. Para possibilitar seu desenvolvimento começa se aprofundar uma integração entre capitais financeiros, industriais, tecnológicos dentro da agricultura. Neste cenário altera a função da pequena produção como ele explica:

A pequena produção perde também o seu papel produtivo, não só porque houve uma concentração da produção, fruto desse desenvolvimento capitalista, mas porque uma série de produtos de consumo típico da produção brasileira vem caindo rapidamente ao longo do tempo. Então, por exemplo, o consumo do feijão, consumo de mandioca, produtos típicos, consumo de abóbora, etc. vem decaindo rapidamente por força de um processo de urbanização e mudança dos padrões alimentares brasileiros (SILVA, 1988, p. 140).

As análises de Silva proporcionam um resgate histórico com o qual é possível refletir a complexidade do avanço do capitalismo na agricultura brasileira. Elas são importantes para o debate paradigmático, impulsionador do nosso método de análise, podendo, por exemplo, confrontar as compreensões de Silva (1981) com as de Oliveira (1981) sobre os complexos agroindustriais. São duas interpretações diante do mesmo fenômeno. Com a utilização do nosso método de análise esse confronto interpretativo poderá fornecer maiores recursos de inteligibilidade com o qual nos aproximaremos o quanto possível da complexidade da questão agrária.

5.4. MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY

Nas análises de Wanderley (2009) podem ser encontradas algumas justificativas para compreender o desenvolvimento do campesinato, não mais como resíduo de relações pretéritas, “mas como um produto gerado pelas formas dominantes do próprio capitalismo brasileiro” (p. 13). E, como a tendência do capital consiste em estabelecer o domínio em todas as relações sociais e subordinar todos os setores da produção, a reprodução do campesinato tem com o capital uma relação indireta “cujos termos são dados pela polarização autonomia-subordinação, isto é, a busca incessante de um espaço de autonomia pelos camponeses, face aos mecanismos de subordinação do capital” (p. 15). A forma produtiva do campesinato extremamente heterogênea, diversa e flexiva contrasta frontalmente com o capital, que procura homogeneizar sua forma produtiva. Chama a atenção Wanderley para as sociabilidades distintas entre o capital e o campesinato,

[...], não é absurdo admitir que existam, vivendo no meio rural e/ou trabalhando na agricultura, categorias sociais que são diferentes entre si, no que se refere ao modo de vida, à forma de produzir, à visão do mundo, etc. Considerando a diversidade um atributo crescente das sociedades modernas, não é necessário negar a diferenciação que se encontra no meio rural, reduzindo-a a um denominador comum, que tudo homogeneiza, ou atribuí-la à “persistência” de formas sociais que escapam à própria dinâmica da sociedade. Compreender a diversidade supõe fundamentalmente desvendar os seus caminhos, isto é, compreender os processos sociais que a engendram, a partir dos quais é possível pressentir a tendência geral. Inverter o procedimento supõe uma visão absolutamente etérea, fora da História, por mais que se reclame dela, pois a imagina fatal e concluída. O estudo da diferenciação social, ao contrário de supor fatos isolados e desconectados, sugere a capacidade de apreender as razões pelas quais as classes, os grupos sociais e os indivíduos constroem sua própria trajetória, estabelecendo as ligações mais profundas de seus objetivos com a construção geral da sociedade. Estas podem revelar não só o esforço de adequação a exigências impostas, mas, igualmente, a busca de concretização de concepções de família, de trabalho, de bem estar, de sociabilidade, etc., que precisam ser apreendidas e compreendidas (WANDERLEY, 2009, p. 13-14).

Para Wanderley (2009) mesmo com integração à economia de mercado e à sociedade de consumo, o campesinato não rompeu com suas tradições e valores culturais. Para ela o agricultor familiar integrado no mercado permanece camponês, por causa da sua enorme capacidade de adaptação a contextos históricos, econômicos, sociais, culturais e ambientais distintos nos mesmos moldes em que defendia Veiga

(1991). Atribui essa adaptação às estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais da agricultura familiar. Mais do que produtor de mercadorias o agricultor familiar é um ator social, um protagonista dos processos sociais, aquele que interfere na sociedade como produtor e consumidor e mais diretamente

das transformações da agricultura e do meio rural. Os agricultores familiares são percebidos, assim, como protagonistas dos processos sociais que vivenciam, e o lugar que ocupam na sociedade, longe de corresponder a um destino, definido ideologicamente de forma a-histórica, emerge como o resultado de sua capacidade e, em particular, do mercado e em função dos projetos familiares (WANDERLEY, 2009, p. 16).

Wanderley defende a tese, segundo a qual, a agricultura familiar não é incompatível com o desenvolvimento agrícola, isto é, de que os agricultores familiares são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos que se traduzem em maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e com plena valorização do trabalho.

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição com fundamentos dados pela centralidade da família, nas formas de produzir e pelo modo de vida. Todavia devem adaptar-se às condições modernas de produzir, como ela enfatiza:

Há, portanto, a considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas, que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria, importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como foi dito acima, que a “modernização” desta agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada, ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódito e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2009, p. 189-190).

Os mecanismos de subordinação e de enquadramento dos agricultores familiares impedem a estagnação na produção de subsistência por impulsioná-los, como forma de integração à economia de mercado, a desenvolver produtos aumentando a capacidade de investimento tanto maior quanto são efetivamente integrados aos mercados modernos. Desenvolvem suas iniciativas em continuidade com suas tradições e em luta contra as formas de dominação política ou econômica. Por essas razões o

princípio do rendimento indivisível está mantido, como explica Wanderley (2009, p. 192):

Ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados – recursos que têm destinos diferentes, para compra de máquinas e insumos, para o pagamento de juros bancários e eventualmente da renda da terra ou do trabalho assalariado complementar à família. Vale lembrar que, para Marx, o sobretrabalho produzido nas condições capitalistas assume formas distintas e autônomas de mais valia, o lucro, o juro e a renda da terra. Pode-se concluir que o princípio do rendimento indivisível, tal como proposto por Chayanov (1974), perde, neste caso, todo poder explicativo? Minha hipótese é que, embora autonomização das parcelas do sobretrabalho seja o mecanismo pelo qual o agricultor familiar se incorpora ao processo de acumulação através de sua atividade produtiva, internamente, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível.

A agricultura de base familiar assume seu próprio abastecimento, além de ser responsável por significativa produção de excedente. A produção de subsistência longe de ser expressão do atraso e de comprovação de ausência no mercado consiste na estratégia que visa garantir a autonomia relativa da família.

Outra estratégia desenvolvida pela agricultura familiar são as atividades assim denominadas de pluriatividade. Com a diversificação dos afazeres fora do estabelecimento com a ocupação da força de trabalho excedente, garante a reprodução e a sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.

5.5. ZANDER NAVARRO

Para Navarro (2010) a agricultura familiar não possui aptidão e não tem nenhuma potencialidade suficiente para ser a garantidora de boa parte da segurança alimentar da que a população de um país exige. Acreditar no contrário constitui num equívoco advindo de uma temerária proposição que cindiu em dois grandes grupos todas as unidades produtivas da agropecuária brasileira, pois,

No Brasil, à luz da gigantesca extensão das áreas rurais, do número de produtores existentes, da extrema heterogeneidade estrutural das diversas regiões e das variações quase ilimitadas de estilos de agricultura existentes, esta segmentação bipolar é uma temerária proposição, com diversas implicações na ação governamental e na implementação de políticas para o meio rural (NAVARRO, 2010, p. 188).

Os critérios utilizados para distinguir agricultores familiares dos não familiares, implantados pelo Censo Agropecuário 2006 são “inteiramente arbitrários, ainda que consagrados em lei” (p.187) e foram motivados por razões políticas, como esclarece Navarro:

No confronto com a concretude do mundo rural é muito provável que o tempo finalmente consiga demonstrar ser irrelevante esta algaravia em torno da expressão agricultura familiar, e inútil aquele volume específico do censo. Foram ambos motivados por razões meramente políticas, e sua reiterada ênfase na *differentia specifica* da agricultura familiar (como um suposto grupo homogêneo) *vis-à-vis* o grupo dos não familiares representa um equívoco na história institucional brasileira (NAVARRO, 2010, p.186. Grifos no original).

Navarro (2010, p. 188) entende que a noção agricultura familiar não possui “nenhuma sustentação teórica”, apesar de ter legitimidade política e sindical, pois, numa sociedade democrática, ela, como noção é profícua, no sentido de tentar abrir caminho para ter acesso aos fundos públicos. Ela “foi se contrapondo e substituindo o termo campesinato, consagrado pela antropologia para designar agrupamentos sociais rurais com débeis sinais de uma sociabilidade capitalista” (p. 188). Agricultura familiar possui dupla origem: uma norte-americana com “grande desenvoltura analítica entre os anos 1950 e meados dos anos 1980” (p. 189) e outra européia com “esforços de pesquisa que se concentraram em alguns poucos países, notadamente o Reino Unido e a França. O pensamento social sobre a agricultura familiar se desenvolveria depois das transformações produtivas, “especialmente a partir da década de 1950, quando igualmente se expandiu espetacularmente a modernização agrícola [...]” (p. 190).

A década de 1990 marca a incorporação da agricultura familiar à agenda política nacional e como expressão “institucionalizada pela primeira vez na história brasileira” (NAVARRO, 2010, p. 192). Para Navarro dois eventos de relevância política da década de 1990 devem ser considerados como importantes para a disseminação do uso do termo agricultura familiar no Brasil: a assinatura do Tratado de Assunção, que deu origem ao MERCOSUL em 1991 e o lançamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – no segundo semestre de 1996. Em que pese os esforços para fornecer sustentação científica para essa expressão, Navarro (2010, p. 195-196) compreende que ela

[...] é limitadora, em face da heterogeneidade estrutural que caracteriza as áreas rurais. Ou seja, se a institucionalização de tal noção representou, em uma dada conjuntura, uma vitória política dos pequenos produtores, antes marginalizados da ação governamental, atualmente é expressão que vai restringindo, cada vez mais nitidamente, o aperfeiçoamento das políticas públicas para os produtores familiares. Assim, é urgente o debate sobre tal noção, expandindo-a em suas particularidades empíricas, com o intuito de demonstrar a imensa diversidade social e produtiva que caracteriza as regiões rurais – e, como consequência, permitindo o aprimoramento da ação pública em benefício deste imenso conjunto de produtores. Ainda mais grave, a sua institucionalização, seguida da criação do MDA (em 1999), alicerçando o bizarro hibridismo ministerial [...] duas políticas de financiamento à produção e dois ministérios criando políticas que pretendem disputar uma clientela (os produtores) que, na realidade do mundo rural, não competem entre si [...].

As análises de Navarro contribuem com o desenvolvimento do nosso método de análise, segundo o qual, o debate paradigmático, pode revelar as razões e as justificativas das interpretações sobre os desdobramentos do avanço do capitalismo na agricultura. Interpretação como a de Navarro, da ausência de conflitos entre os agricultores familiares e os não familiares. Ou seja, Navarro está entre os pesquisadores para os quais é equívoco pensar que há antagonismo entre o agronegócio e o campesinato. Portanto, não há questão agrária no capitalismo.

Advém daí dificuldades em explicar as causas e os motivos de ambos ocuparem o território com lógicas distintas. O acesso aos enormes recursos públicos e uma bancada ruralista respeitável a defender os interesses do agronegócio, contrasta com os poucos recursos públicos destinados ao campesinato. Por esse viés interpretativo é plenamente justificável a cisão ministerial, em que, na mesma plataforma ministerial um defende o agronegócio e outro o campesinato. Nessa luta de classe, ao campesinato resta ocupar cada vez mais quantitativa e intensamente a terra, pressionar com suas manifestações, marchas e ocupações de órgãos públicos visando obter acesso aos

recursos públicos necessários para seu desenvolvimento e aumentar cada vez mais sua organização para que a reforma e a questão agrária não seja retirada da agenda política nacional.

É de grande interesse de Navarro “explicar a diversidade social da agricultura familiar e assim, recusar o equivocado essencialismo contido na expressão agricultura familiar” (2010, p. 197). Diante dessa diversidade social os camponeses “ou são gradualmente integrados, radicalmente alterando os seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna”, ou, “engrossam as correntes migratórias e deixam o mundo rural” (p.198). A racionalidade da agricultura moderna é tão intensa que “acaba extinguindo as formas camponesas de produção” (p. 198), de sorte que, ou o camponês se transforma em agricultor familiar e se integra na agricultura moderna ou desaparece. Por conseguinte, Navarro compreende que o processo da recampesinização faz parte da “mitologia sociológica”, e, é um “contrassenso histórico” (p.200). É parte importante dos “discursos de fundo romântico que idealizam o mundo rural” (p. 201).

Estão presentes nas análises de Navarro as hipóteses defendidas nas teorias que compõe o paradigma do capitalismo agrário como a metamorfose do camponês em agricultor familiar; subordinação e integração da produção agropecuária; sucumbência dos grupos camponeses e defesa de uma agricultura de larga escala – agronegócio -. Está descartada dessas concepções a luta de classes, pois, as razões desenvolvidas com a tradição marxista “sobre as classes sociais no campo, com o desenvolvimento do capitalismo, não encontram correspondência nos padrões societários que foram constituídos historicamente e, portanto, são possibilidades analíticas descabidas para este texto” (p.199). Por optar por esse paradigma teórico Navarro (2008; 2010) e os demais teóricos do paradigma do capitalismo agrário continuam “insistindo não existir mais uma questão agrária do capital (BERNSTEIN, 2004, p. 201)”.

5.6. SERGIO SCHNEIDER

A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares são analisadas por Schneider (2006) num contexto de inserção-integração controlada pelo modo desigual em que se desenvolve a mercantilização. Schneider entende mercantilização como resultado de relações sociais que expressa a luta entre os diferentes atores pelo controle de recursos e processos. Ela foi responsável por inserir os agricultores familiares em nova atmosfera de relações sociais. Todavia, esses produtores continuam pertencendo ao campesinato segundo Schneider (2006) por guardar as tradições organizativas do trabalho e da produção, por isso

[...] pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais de diferenciação social. Na realidade o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação como o ambiente social que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política (SCHNEIDER, 2006, p. 9).

O estreitamento das relações entre agricultores familiares e os mercados não impôs correspondência entre cada unidade familiar com uma única estratégia desconsiderando sua diversidade. A interconexão de estratégias com os estilos de agricultura familiar propiciada pela mercantilização classifica, segundo Conterato (2008, p. 234-244) cinco grupos de estabelecimentos agrícolas familiares: agricultores familiares altamente descapitalizados e economicamente vulneráveis; agricultura familiar capitalizada, altamente especializada e mercantilizada; agricultura familiar descapitalizada e dependente da produção de commodities; agricultura familiar voltada para o autoconsumo e dependente das transferências sociais e agricultura familiar diversificada na perspectiva não-agrícola e altamente capitalizada.

Para Schneider (2001) a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro de um mesmo estabelecimento configura característica intrínseca do modo de funcionamento de unidades de trabalho que se organizam sob a égide do trabalho familiar, e não demonstram fraqueza ou definhamento desta formação social. A pluriatividade é a alternativa aos problemas que afetam as propriedades rurais

como a sazonalidade das rendas agrícolas e o seu decréscimo ao longo das últimas décadas e resulta no fortalecimento da própria atividade agrícola e das condições de vida dos agricultores familiares.

A expansão da pluriatividade no meio rural, no entender de Schneider (2006) também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola através de processos de descentralização industrial onde a industrialização descentralizada em área não-urbanas permite o crescimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais. Trata-se, portanto, de estratégia de reprodução social com potencialidade para liberar o agricultor familiar, pois seus membros ampliam o orçamento doméstico através do recurso por meio de atividades realizadas fora da propriedade, em tempo integral ou parcial.

As atividades não agrícolas desenvolvidas são variadas, dependendo do contexto na qual as unidades familiares estiverem inseridas. A adesão à pluriatividade, algumas vezes, pode provocar modificações na organização da unidade produtiva agrícola, estimulando o uso da terra para cultivos permanentes, como o reflorestamento, ou a agricultura de subsistência. Outras vezes, a pluriatividade de membros da família não afeta a produção agrícola, caracterizando-se basicamente como estratégia de emprego de mão-de-obra excedente na agricultura. Esta delimitação da problemática social exige melhor investigação para fornecer a moldura e o escopo da discussão teórica desenvolvida nos debates acadêmicos sobre o significado da pluriatividade numa sociedade capitalista, com base principalmente na contribuição marxista e neomarxista ao estudo da questão agrária.

As dinâmicas do desenvolvimento rural e as estratégias de reprodução da agricultura familiar nos estudos de Schneider demonstram as diversificações e os padrões de autonomia e dependência. Visando compreender a produção da autonomia, Gazolla e Schneider (2007) analisam a produção do autoconsumo dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul e verificam que não se trata de uma produção que se reveste de um caráter de atraso e anti-econômico. Ela está entre as questões ligadas ao saber-fazer e demonstra como a produção do autoconsumo pode gerar sociabilidade com as trocas de alimentos e sementes.

Gazolla e Schneider (2007) ao discutir o papel da produção do autoconsumo na agricultura familiar entendem que se trata de uma forma de proteção frente ao mercado de compra de alimento e um meio de garantir a segurança nutricional.

Como produção de alimentos, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos gerados na unidade familiar são utilizados pelos seus membros para suprir suas necessidades com independência frente ao mercado e suas flutuações.

Com as contribuições de Chayanov (1974) e Wolf (1976), Gazolla e Schneider (2007) tentam demonstrar que a produção de autoconsumo é constitutiva do campesinato, como explicam:

Quando se trata do tema da produção para o autoconsumo entre agricultores, torna-se obrigatório retomar as reflexões teóricas desenvolvidas por autores clássicos que trataram do tema, tais como Chayanov (1974) e Eric Wolf. Para ambos, o auto consumo é uma característica que pode ser descrita como *genuína* as formas sociais familiares, pois este é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas. Entre os camponeses o auto consumo possui as mais diversas denominações, sendo descrito como nível de subsistência, *mínimo calórico* como descreveu Wolf (1976), como agricultura de “subsistência” como foi chamado por muito tempo no Brasil e, como consumo propriamente dito que é o termo clássico cunhado por Chayanov (1974) que sintetiza e sustenta a maioria dos estudos sobre campesinato no país (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 3. Grifos no original).

Outro teórico consultado por Gazolla e Schneider (2007) é Frank Ellis cuja compreensão sobre a produção para o autoconsumo versa sobre as estratégias de reprodução do campesinato por reduzir a vulnerabilidade dele frente ao mercado, como consta nas explicações de Gazzola e Scheneider (2007):

Segundo Frank Ellis (2000) as estratégias de vivência podem ser classificadas em dois tipos principais, dependendo do contexto em que a unidade doméstica está inserida, o nível de riscos e choques a que esta está submetida. Estas podem ser de *escolha e adaptação* em um contexto no qual o grupo doméstico está condição de ascensão social e até de acumulação. Neste caso, as estratégias de vivência como escolhas postas em prática se referem a uma reação *voluntária e proativa* para chegar à diversificação dos ativos, fontes de renda e acessos a estes. Ou, podem ser definidas como estratégias de adaptação em um processo contínuo de mudança das estratégias de vivência, em que qualquer melhoramento existente traz segurança e riqueza para tentar reduzir a *vulnerabilidade* e a pobreza (Davies e Hossain: 1997 *apud* Ellis: 2000, p. 63) (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 5-7(Grifos no original).

Gazolla e Schneider (2007) enfatizam que a produção de autoconsumo da agricultura familiar gera segurança nutricional das famílias e funciona como uma forma de manobra da unidade produtiva frente ao mercado, diminuindo sua dependência das constantes flutuações das suas condições de troca. Gera também autonomia da agricultura familiar pelo principio da alternatividade produtiva e pelo principio da flexibilidade garantindo a reprodução social e a inserção-integração na economia de mercado.

5.7 CLAUS GERMER

Germer (2004) ao analisar a evolução da base econômica e das representações político-ideológicas na agricultura verifica que a agricultura brasileira “ainda sofre um profundo processo de transformação capitalista e, portanto de *formação* do capitalismo no seu interior” (GERMER, 2004, p. 262. Grifos no original.). Nesse processo de transformações, as perspectivas das lutas sociais agrárias para os anos 1990 serão reorganizadas entre os atores sociais que se dividem entre capitalistas agroindustriais e o campesinato. Esse último composto por “pequenos agricultores, que deverá prosseguir na sua rota de empobrecimento e proletarização (ou semiproletarização)” (p. 266). Nas análises de Germer sobressaem na agricultura brasileira dois processos em curso:

Uma destas particularidades da agricultura brasileira são os diversos tipos de pequenos agricultores autônomos e principalmente os semi-assalariados e o papel revolucionário da sua proposta de reforma agrária. Considerando as questões expostas, fica claro que há, não só uma realidade de tipo capitalista já estabelecida, na agricultura, mas também um processo de transformação em curso, no sentido capitalista, da realidade agrária herdada do passado. Estes dois processos continuarão em curso durante os anos 90, submetidos às particularidades assinaladas acima (GERMER, 2004, p. 265).

Dentre os destaques feitos por Germer (2004) procurando antever a evolução capitalista na década de 1990 realça o papel dirigente dos grandes empresários agrários “estritamente vinculados à estrutura agroindustrial e ao mundo empresarial em geral (p. 265). A estrutura agroindustrial deverá ampliar-se e consolidar-se por causa dos novos empreendimentos tecnológicos na produção agrícola. Grande parte dessa produção agrícola permanecerá direcionada para a exportação, tal como vinha num crescente nas décadas anteriores. O ponto de controvérsia consiste na falta progressiva de alternativas de sobrevivência do campesinato além dos esquemas de integração com o processo de contratualização, como explica Germer (2004):

Ao contrário do segmento empresarial, a grande massa de pequenos agricultores prossegue em sua trajetória de empobrecimento e proletarização (integral ou parcial), ao mesmo tempo que os segmentos intermediários lutam para sobreviver e integrar-se estavelmente à estrutura comercial cada vez mais competitiva da agricultura. Dada esta complexidade da realidade agrária atual, pode-se afirmar que as perspectivas de evolução da agricultura brasileira nos anos 90 só podem ser adequadamente avaliadas desde que se leve em conta a estrutura capitalista de classes que está em formação e os conflitos fundamentais de interesses que ela encerra (GERMER, 2004, p. 267).

Germer (2004) enfatiza uma nítida polarização no plano econômico identificando em um dos pólos, a grande burguesia agrária que já concluiu sua auto-identificação e, de outro, o campesinato estruturalmente fragmentado, dificultando o desenvolvimento e a consolidação da sua identificação como ele explica:

A este respeito é importante destacar o fato de que a classe-pólo dominante – a burguesia, especialmente a grande burguesia agrária – já completou a sua auto-identificação, no plano político-ideológico, enquanto classe dos capitalistas, ou dos empresários rurais, portanto se reconhece explicitamente como classe de capitalistas rurais. Isso significa que ele se reconhece e se apresenta como classe empresarial e identifica os seus próprios interesses empresariais com toda a clareza. [...] No extremo oposto da estrutura de classes, conforme já foi dito, a força de trabalho assalariado está dividida em dois grandes segmentos: o proletariado propriamente dito e o semiproletariado. O primeiro segmento, embora numeroso, é de formação recente, está disperso pelo território e ainda não desenvolveu a sua auto-identificação político-ideológica como classe assalariada, embora este processo já tenha se iniciado. O segmento semiproletariado é formado por um contingente também numeroso de pequenos agricultores, recenseados pelo censo agropecuário, arrolados na listagem dos produtores. Entretanto, a análise mais detalhada da sua situação revela que se trata, na realidade, de produtores semi-autônomos, pois a precariedade da terra e demais recursos produtivos que eventualmente possui, os obriga a recorrer ao trabalho assalariado, fora do seu pequeno estabelecimento, a fim de complementar a manutenção familiar (GERMER, 2004, p. 270-271).

A burguesia agrária, durante a década de 1980, desenvolveu a sua estrutura de representação e a sua influência sobre o aparelho de Estado, fortalecendo, segundo Germer (2004), o empresariado agrário. Para ele (p. 273-274),

Duas entidades simbolizam, no plano político-ideológico, o fortalecimento do empresariado agrário: a FAAB- Frente Ampla da Agropecuária Brasileira – e a UDR – União Democrática Ruralista. [...] Portanto, do ponto de vista organizativo, das estruturas de representação e do projeto político-ideológico, as classes dominantes agrárias também ingressam na nova década fortalecidas. Possuem sólida implantação no aparelho de Estado e ampla representação legislativa, além de estarem integradas na estrutura agroindustrial e, mais ainda, nos circuitos econômicos, industriais e financeiros do país.

Mantida essa base econômica e esse quadro atual é previsto por Germer as condições favoráveis para a realização dos projetos do empresariado agrário nos anos vindouros. Quanto ao campesinato, durante a década de 1980, o número total de sindicatos de trabalhadores rurais expandiu-se em meio às articulações dos movimentos populares no campo e na cidade e da luta pela terra tendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST se consolidado a partir de 1985. Trata-se da reação das massas excluídas e das demandas das vítimas como ele compreende,

As lutas dirigidas por estas entidades eram motivadas pela reação das massas de pequenos agricultores contra o processo cada vez mais acentuado

de empobrecimento do qual eram vítimas, e apoiavam-se na ampla legitimidade conquistada por todos aqueles que lutavam contra a ditadura militar, pela restauração da democracia e, no interior destas lutas, pela legitimidade pública conquistada pelos movimentos populares de base. [...] As organizações dos pequenos agricultores e do proletariado rural, atingidas pela crise crônica na base econômica da pequena produção agrícola, pela ofensiva conservadora do governo da “Nova República” e pela repressão privada da grande burguesia agrária, entraram em processo de progressiva desagregação e estreitamento dos seus espaços (GERMER, 2004, p. 275).

As grandes dificuldades para o campesinato consolidar sua identificação e manter a articulação política necessária para o embate com a luta de classes, segundo Germer (2004), advém da sua dispersão pelo território nacional e da diversificação que atrapalha seu avanço no processo de convergência nos anos vindouros. Para avaliar a diversificação

é aconselhável examinar as bases sociais de cada uma das entidades mais importantes da classe trabalhadora rural. O MST tem a sua base social predominante no semiproletariado agrário, isto é, entre os pequenos agricultores semi-autônomos (aqui também denominados semi-assalariados), cuja área total é menor que 20 hectares e que ou não têm terra própria, ou não têm sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura mais contundente de contestação ao sistema estabelecido. [...] O sindicalismo rural, ao contrário, possui uma base social essencialmente heterogênea. Atualmente delinea-se, com clareza, a existência de dois grandes campos de atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais: os pequenos agricultores autônomos (em seus diversos segmentos), por um lado, e os assalariados rurais puros, ou seja, o proletariado do campo, por outro (GERMER, 2004, p. 276-277).

Para Germer (2004) o movimento sindical não tem conseguido articular as lutas imediatas ao objetivo estratégico da luta anti-capitalista. O avanço das lutas dos trabalhadores na agricultura depende da forma como será rompida a distância que separa o proletariado do semiproletariado. A direção da luta “só pode ser dada pela camada que, devido à maior intensidade da sua contradição com a ordem capitalista” (p. 280). Lutar contra o capitalismo é condição que qualifica a atuação do proletariado rural e “é essencial que a unidade política com as camadas de pequenos produtores de mercadorias se dê sob a direção político-ideológica do proletariado e do semiproletariado” (GERMER, 2004, p. 283)

O esforço de antever, segundo Germer (2004), o desenvolvimento das lutas de classes na agricultura, durante a década de 1990, requer a análise de diversos aspectos da realidade social, da qual a agrária possui particularidades que ainda estão em formação. O processo de formação capitalista em curso indica um segmento

empresarial composto por grandes proprietários de terra e sua influência sobre o aparelho de Estado e o campesinato composto por pequenos produtores de mercadorias, o proletariado propriamente dito e o semiproletariado dispersos pelo território e numa diversificação cada vez maior.

5.8. MARCEL JOLLIVET

Marcel Jollivet (1988) avança o debate desenvolvido por Mendras (1984) sobre a civilização camponesa, cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais estão de tal forma entrelaçadas, que mudanças introduzidas em uma delas, afetam o conjunto do tecido social. A introdução do milho híbrido depois da Segunda Guerra Mundial na França, foi analisada detalhadamente por Mendras (1984, p. 148-189) com a finalidade de demonstrar as principais alterações provocadas numa civilização milenar. Para Mendras e Jollivet essas alterações corroboram na compreensão em que os espaços rurais estão deixando cada vez mais de serem percebidos como um objeto de interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade. Para que essa ressignificação tenha êxito faz-se necessário incitar o pesquisador a colocar a diversidade multidimensional no ângulo de visão das suas análises, na qualidade de fenômeno como ressalta Kuhn (1998).

A problemática que interessa à sociologia rural desenvolvida por Jollivet (1988) exige que a diversidade multidimensional esteja entre o ângulo de visão, como fenômeno a ser estudado. Para Jollivet (1988, p. 9-10) há uma diversidade ocultada que precisa ser reabilitada para produzir inteligibilidade. Caso contrário ela permanecerá obscura como um dado intangível para o pesquisador porque não foi transformada em fenômeno.

A diversidade multidimensional que incita o interesse de Jollivet (1988) trata a agricultura como território da heterogeneidade e da multiplicidade que se manifesta através da variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens multiplicando suas formas e forças produtivas. Essa diversidade endógena se completa com a diversidade exógena advinda das necessidades do desenvolvimento agrícola e rural tratados como um conjunto, como um todo, do qual o agricultor é parte. Por isso exige Jollivet: “réhabiliter la diversité, c’est d’abord, bien sûr, la donner – ou plus exactement la redonner – à voir”. *“Reabilitar a diversidade, essa que é abordada, com certeza, para dar – ou mais exatamente para restituir – à ver”* (JOLLIVET, 1988, p. 10. Tradução minha.).

Em 1988 Jollivet organiza uma obra que reuniu textos advindos das reflexões do Comitê de Diversificação dos Modelos de Desenvolvimento Rural produzidos de 1982 a 1986 sob o patrocínio do governo francês, mais especificamente do Ministério da Pesquisa e do Ensino Superior. O título da obra é significativo “Pour Une Agriculture Diversifiée – arguments, questions, recherches”. “Por uma agricultura diversificada – argumentos, questões e pesquisas”. A diversidade multidimensional presente nos textos foi organizada em blocos específicos. No primeiro bloco foi analisada a planta, o animal, a roça, o rebanho. No segundo bloco foi estudado a exploração agrícola, os equipamentos e a industrialização. No terceiro bloco as pesquisas analisam a pequena região agrícola, o desenvolvimento rural e o desenvolvimento local. No quarto bloco foram estudadas as regiões, o Estado, a política agrícola e os intercâmbios internacionais. No quinto bloco sob a rubrica de *reflexões gerais* foram tratados dois aspectos: no primeiro, a diversidade e a diversificação como uma reabilitação ambígua. No segundo, as ciências sociais e a ciência da natureza como a pluridisciplinariedade entre a síntese e a troca de idéias.

Dentre as análises do terceiro bloco se destaca, em um dos focos, o comportamento do camponês como chefe do empreendimento, como responsável pela exploração agrícola dentro de um sistema agrário de uma pequena região. São analisados os direcionamentos de suas orientações produtivas visando o futuro do empreendimento agrícola e da família. A diversidade presente nessa pequena região faz com que cada camponês se comporte como um integrante de um grupo profissional adotando direções determinadas e diferentes as quais correspondem ao seu território como lugar próprio. Tais direções compõem as percepções do território e da produção de referenciais técnicos locais típicos, pois

La perception de l'activité de Louis G. dans sa parcelle est un signal polysémique, c'est-à-dire que chaque agriculteur du groupe local en tire sa propre interprétation aussi variée et nuancée que le sont système de production. Cela revient à dire que pour qu'un observateur extérieur au village puisse y comprendre quelque chose, il lui faudrait pouvoir croiser sans cesse les déterminants de l'hétérogénéité naturelle du territoire (les différences de relief, de sol, de système hydrique, d'exposition...) avec les différences entre les systèmes de production des agriculteurs, elles-mêmes liées aux structures héritées et partant à l'histoire des familles agricoles au village (MOISAN.H apud JOLLIVET, 1988, p. 219).

A percepção da atividade de Luis G. dentro do seu empreendimento é uma indicação polissêmica, é assim que diz cada agricultor do grupo local ao tirar sua própria interpretação tão variada e matizada do seu sistema de produção. Essa forma de dizer para um observador externo da cidade pode

compreender qualquer coisa, então lhe seria necessário decifrar continuamente os determinantes da heterogeneidade natural do território (as diferenças de relevo, do solo, do sistema hídrico, da exposição...) com as diferenças entre os sistemas de produção dos agricultores, elas mesmas unidas às estruturas hereditárias e, portanto, com a história das famílias agrícolas da cidade (MOISAN.H apud JOLLIVET, 1988, p. 219. Tradução minha.).

Jollivet e Mendras defendem a hipótese de que o camponês vive sua vida profissional e familiar como uma totalidade indissociável. Com a industrialização da agricultura são introduzidos equipamentos para a execução das tarefas agrícolas as quais exigem destreza manual e resistência física. O saber tradicional dos camponeses, transmitidos de geração em geração não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico ditado cada vez mais pela lógica capitalista. Dentro dessa lógica o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão através de uma nova contabilidade. A modernização capitalista transforma o camponês num agricultor, transforma o modo de vida em uma profissão, sem dúvida multidimensional, mas que pode ser apreendida em escolas especializadas. Os camponeses franceses parcelares são os primeiros e mais numerosos a abandonar as atividades e toda a estrutura tradicional da sociedade camponesa modificada em profundidade. Trata-se de modificação irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno” como enfatiza Wanderley (2009) considerando pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais corroborando com a compreensão de Jollivet:

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet, “no agricultor familiar já um camponês adormecido (JOLLIVET, 2001, p.80) (eu diria bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY, 2009, p. 189).

Os pontos de rupturas e elementos de continuidade entre o camponês e agricultor familiar compõem a forma dicotômica de análise própria presente nas teorias que compõem o paradigma do capitalismo agrário. As alterações introduzidas pela expansão capitalista na agricultura não foram suficientes para aniquilar o campesinato, que, com sua herança histórica no desenvolvimento da sua agricultura, tem demonstrado

ser plenamente suficiente para orientar o seu comportamento econômico, se guiando pela sua visão de mundo.

A uniformidade e a homogeneização foram introduzidas na agricultura pelo capital através do uso do trator. Essa máquina inaugurou o tempo abstrato. O saber tradicional do campesinato é essencialmente heterogêneo e multiforme onde o tempo segue o ritmo da natureza, propiciando o desenvolvimento da oralidade, como compreende Macluhan (2007, p. 100-107) guiada pela cultura da fala, da imagem e do som. No mundo da textualidade a letra, o alfabeto e a abstração compõem a cultura fonética o qual “fornece aos homens os meios de reprimir sentimentos e emoções quando envolvidos na ação. Agir sem reagir e sem se envolver é uma das vantagens peculiares ao homem ocidental letrado” (p. 105).

Para concluir o estudo de Jollivet (1988) enfatizamos que, segundo seu entendimento, a única perspectiva para o campesinato encontra-se na total integração ao mercado majorando sua produção, garantindo seu futuro não mais como camponês. Ele metamorfoseará em agricultor familiar e como novo sujeito será importante como produtor de mercadorias. E, como agente econômico, se incorporará num conjunto de sistemas desenvolvido pela tecnociência.

5.9. JOSÉ DE SOUZA MARTINS

As análises de Martins (2000) do final de 1999 (p.119) ao início do segundo semestre de 2000 (p. 38) que foram reunidas no livro *Reforma Agrária, o Impossível Diálogo*, abordam as “mediações e as condições objetivas da práxis dos poderes, grupos, classes e movimentos sociais que se crêem atuando em função das possibilidades objetivas do momento histórico” (p. 119) no que se refere à reforma agrária. A lógica reducionista na interpretação histórica, segundo Martins, juntamente com as polarizações impulsionaram “desencontros entre o MST e as oposições, de um lado, o governo, de outro” (p. 118). E,

um dos resultados desse desencontro tem sido a extemporânea tomada de consciência de que a história do país é uma história de injustiças sociais acumuladas, de violências reais e simbólicas incorporadas na rotina da vida dos trabalhadores do campo e da cidade. E outro resultado é a consciência maniqueísta desse processo, particularmente clara nos confrontos relativos à questão agrária (MARTINS, 2000, p. 108-109).

Como a reforma agrária já está em andamento como defende Martins, o que está em disputa política é a forma da reforma pelo confronto entre três propostas: “preconizada pelo MST e CPT constitui apenas uma dentre outras, como a do Estado constitui outra e a do atual governo, no âmbito do Estado, constitui ainda outra” (MARTINS, 2000, p. 41). “A única situada desse modo numa perspectiva social é a proposta do governo atual” (p.42) que, inclusive segundo Martins, tem sido bem recebida pelos trabalhadores rurais. Assim ele explica que,

[...] a eclética e diversificada reforma agrária que vem sendo executada pelo governo tem sido acolhida positivamente pelo numeroso grupo de trabalhadores rurais que lutam pela terra de trabalho, como indica o número de assentamentos e regularizações fundiárias nos anos recentes (MARTINS, 2000, p. 42).

Para Martins (2000) a reforma agrária “passa necessariamente pelos canais institucionais da estrutura do Estado” (p. 41), razão porque ela já “está em andamento desde a aprovação do Estatuto da Terra e tem sido acelerada e diversificada nos últimos anos” (p. 39-40). Portanto, as ocupações de terra “não representaria a menor conquista” (p. 41) e, por essas razões, apoiar as ocupações de terra é, segundo Martins “atraso da consciência” (p. 143) e “dificuldade para mediatizar interpretativamente” (p. 142). Atraso da consciência e a dificuldade interpretativa dos grupos de mediação, especificamente MST e CPT, entende Martins que configura “estado de anomia” pelos

“desencontros de ação e consciência” (p.143-144). Os grupos de mediação inverteram e “puseram a luta pela reforma agrária no lugar da luta camponesa pela terra” (p. 22).

Assim, nas análises de Martins estão presentes algumas teses que também são defendidas pelo paradigma do capitalismo agrário: a de que a questão agrária não é questão estrutural do capitalismo; a negação do protagonismo do campesinato, e a manutenção do capital como perspectiva. Por defender teses como essas é que compreendemos não ser contraditório, ter tais análises dentre as dos teóricos contemporâneos do referido paradigma. E, portanto, Martins está entre os teóricos contemporâneos dos dois paradigmas pelas razões possíveis dele ter migrado de um paradigma para outro, como procuramos demonstrar no capítulo 1.

Para negar o protagonismo propositivo do campesinato Martins defende a tese segundo a qual “a reforma agrária brasileira de fato combina interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado. Sem o que, seria inviável neste momento” (2000, p. 25). Reforma que vem sendo feita devidamente no “[...] marco da lei e da ordem” (p. 126), no limite e na manutenção do capital, atuando a partir dele e com ele e não liminarmente contra ele como ocorre com “o corte de cercas, na ocupação de terra, na quebra de postos de pedágio, nos saques, na ocupação de repartições públicas” (2000, p. 17). Portanto, não estão nas perspectivas das análises de Martins o enfrentamento ao capital e nem a luta de classes, uma vez que as classes sociais “não se distinguem significativamente entre si, sobretudo não se distinguem politicamente” (p.43).

São razões como essas que consolidam nas análises de Martins a compreensão de que não há questão agrária gerada pelo avanço do capitalismo na agricultura (2000, p. 94; 119; 126). Ele assim esclarece que,

os grupos de mediação concebem a questão agrária, *tardiamente*, como se ainda fosse predominantemente uma questão estrutural e histórica. Essa concepção se baseia em vários *deslocamentos*, que têm a ver com o método de leitura da realidade. Usam um método que acumula, que soma, informações históricas. À medida que mais informações são colhidas sobre a história dos pobres é como se elas se agregassem para constituir um *tipo humano*, um pobre sempre igual e sempre o mesmo ao longo da história, o que é uma abstração (MARTINS, 2000, p. 108. Itálicos no original).

Desta forma, “o sujeito estrutural e histórico da reforma pretendida, que não é, fundamentalmente nem exclusivamente, o chamado sem-terra” (p. 40), para Martins é “a agricultura familiar” (p. 41), por “assumir feição empresarial e moderna” (p. 43). Por meio dela os pobres são inseridos “na nova ordem econômica” (p. 33)

garantindo ao mesmo tempo a dignidade e o modo de vida. Devido à “disseminação da agricultura familiar, com base nos assentamentos da reforma agrária, para não poucas famílias, multiplica a renda, melhora a qualidade de vida e suprime fatores de anomia e desagregação familiar” (p. 37).

Desta forma, com a incrementação da agricultura familiar haverá a substituição de “empregos mais simples por empregos tecnológicos mais sofisticados e exigentes, mais modernos e melhor remunerados” (p. 36) e o desenvolvimento sob as leis da acumulação capitalista, por meio da lógica da integração no mercado globalizado, na aceleração do desenvolvimento tecnológico visando o aumento da produtividade (p.29-36) e, portanto, promovendo “a metamorfose do desvalido em cidadão” (p. 38).

É bem razoável compreender por meio das análises de Martins que o desvalido é o camponês e o cidadão é o agricultor familiar. Corrobora com nossa compreensão a afirmação de Martins, segundo a qual, a presença incomoda do camponês como desvalido, como representante do atraso, pois, “o campesinato é também visto como uma categoria social tradicionalista, que impede a modernização da sociedade e, sobretudo, da economia” (MARTINS, 2000, p.144). Portanto a metamorfose do camponês em agricultor familiar, como produtor moderno e agente econômico presente nas análises do paradigma do capitalismo agrário como observamos em Abramovay (1998), Veiga (1991); Jollivet (1988); entre outros.

6. DESDOBRAMENTOS DO DEBATE PARADIGMÁTICO NO BRASIL

O desenvolvimento do debate paradigmático da questão agrária no Brasil foi incentivado por meio de embates interpretativos de temas como a implantação do feudalismo ou do capitalismo na agricultura brasileira; a formação do campesinato; a reforma da estrutura agrária; as relações agricultura-indústria no Brasil e a questão agrária como questão estrutural gerado pelo avanço do capitalismo na agricultura brasileira. De tal maneira que o confronto interpretativo incentivou as disputas para compreender se houve ou não a implantação do sistema feudal nas terras brasileiras, ou, se, desde o início da exploração da agricultura foi implantado o sistema capitalista europeu.

Essas discussões estão presentes nas análises de Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães, entre outros, ao se interessarem na compreensão da exploração e expropriação do território brasileiro. Em *A questão agrária*, Prado Júnior (1979) entende que no Brasil não houve feudalismo. O capitalismo estava se desenvolvendo no Brasil de forma preponderante no campo, e que as relações sociais de produção existentes não eram entrave ao desenvolvimento capitalista, mas caracterizava-se por um capitalismo concentrador e dependente. Dentro dessa concepção a propriedade fundiária constituiu o elemento fundamental que separava os trabalhadores dos seus meios de produção. Por outro lado a questão da urbanização significou uma transformação nas próprias atividades agrícolas no sentido de produzir alimentos para abastecer as cidades.

Entre os teóricos que entendiam que a realidade agrária brasileira consistia num entrave ao desenvolvimento do capitalismo, contendo até resquícios feudais por conceber como forma precária de acesso a terra: a posse, o arrendamento e a parceria está Alberto Passos Guimarães e sua obra *Quatro séculos de latifúndio*. Para estudiosos como ele, era necessário provocar uma mudança na agricultura como forma de liberar o setor para o progresso. Por essas razões era indispensável, para o desenvolvimento econômico e social, a urgente reforma agrária no Brasil. A função dela era oportunizar um maior contingente populacional com acesso à terra e, por meio desse acesso, inserir no mercado interno capitalista e se transformar em consumidores de bens industriais como adubos, tratores, insumos, utensílios, etc. A reforma agrária resolveria

muito mais a problemática da indústria e do mercado do que o grave problema do campo.

6.1. Uma leitura do desenvolvimento do debate paradigmático da questão agrária no Brasil

A necessidade urgente de implantar a reforma estrutural fundiária na agricultura brasileira está presente nas análises de Andrade (1964) e Valverde (1964) por meio das quais, demonstram como o capital quer impor seu domínio sobre todos os modos e meios de produção. Diante do avanço do capital industrial o campesinato cria estratégias de resistências demonstrando seu protagonismo propositivo, quando fundaram as Ligas Camponesas, e, que “em 1960 já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrou-se rapidamente pela Paraíba onde surgiram grandes núcleos...” (ANDRADE, 1964, p. 248).

Ao analisar a estrutura fundiária concentradora de terras desde a época colonial visando a produção de matéria-prima para a exportação como o café e o algodão, o campesinato organizou sua resistência através do regime de mutirão e do trabalho familiar. Assim, Andrade explica como aconteceu a luta de classes pelo controle e domínio do território. De um lado os latifundiários contando com a proteção do Estado e desenvolvendo produtos para exportação, e do outro, os camponeses organizados lutando para tentar modificar a estrutura fundiária. “Ora, não é possível modificar as bases de um sistema de organização econômica e social senão mediante métodos revolucionários” (ANDRADE, 1964, p. 244).

Valverde (1964) mostra a consolidação do monopólio do capital que, ao se aliar ao Estado e aos detentores das terras, impõe a subordinação sobre o trabalho familiar camponês, inclusive com a exploração do trabalho infantil nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A extração de mais-valia e de renda fundiária tão visada pelo capital procura manter e aumentar a estrutura de exploração e de dependência, com forte ônus sobre o campesinato, como, por exemplo, a precarização das condições laborais que afetam o bem-estar e a saúde da família camponesa.

O modelo capitalista exportador de matéria prima implantado no Brasil, segundo Valverde (1964), determina do exterior, as configurações sociais, espaciais e territoriais, por meio da divisão de trabalho favorecendo o desenvolvimento do capital,

fazendo do campesinato sua principal fonte fornecedora de mão de obra farta e barata e, produtor de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Martins (1981) ao discutir as origens e a formação do campesinato ressalta que a tendência do capital é a de subordinar todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. No capítulo V estuda a sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária e tenta explicar que a expansão do capitalismo depende, em princípio, da separação entre o capital e o trabalho. Assim, “a apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital” (MARTINS, 1981, p. 162).

A subordinação do campesinato pela empresa capitalista é explicada assim por Martins a partir dos pequenos agricultores do Sul do Brasil:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do *trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês (MARTINS, 1981, p. 175. Grifos no original).

Esse raciocínio de Martins explica a atrelagem exercida pela indústria no Brasil como condição para a sujeição da renda da terra ao capital. O campesinato por produzir seus próprios meios de subsistência, têm condições de suportar melhor os confrontos com o capital tentando se livrar dessa atrelagem criando alternativas. Ou enfrentando o capital desenvolvendo a luta pela terra e pela Reforma Agrária no embate contra os latifundiários, os quais, historicamente, contam com o apoio do Estado.

Ao demonstrar o Estado como agente do capital, Oliveira (1981) analisa as relações agricultura-indústria no Brasil num momento histórico marcado pela luta dos trabalhadores da cidade e do campo contra o capitalismo monopolista. O fundamental para o capital é a sujeição da renda fundiária, para isso

No caso brasileiro, o capital não tem atuado na direção da separação entre capitalista e proprietário da terra. O que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital, tanto na pequena propriedade quanto na grande. [...] É por isso que muitas empresas nacionais ou multinacionais (o capital não tem pátria) têm tentado se apropriar de grandes parcelas da região amazônica, assegurando para si, no mínimo, o direito de extrair renda, [...] Os conflitos pela terra, que têm graçado pelo país na última década, demonstram bem a violência com que se defrontam as diversas classes sociais em luta no seio

das contradições antagônicas que envolvem a expansão do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 1981, p. 8).

O capital por não obedecer limites e querer sempre acumular, expande sua lógica serpenteando entre os pequenos produtores digerindo os recursos naturais locais até a exaustão. As riquezas sugadas nestes locais são transportadas para outros lugares. Assim é a lógica que atrela a avicultura à indústria subordinando, submetendo e ampliando a dependência dos camponeses produtores de tal sorte que é quase impossível se livrarem dela. Para que o campesinato não seja expulso do processo produtivo, deve aceitar produzir nas condições exigidas e na forma estabelecida pelo capital, como explica Oliveira (1981, p. 35) ao afirmar que o setor avícola “está frente a uma verdadeira transformação; de um lado agem as multinacionais, buscando a integração e, de outro, os pequenos e médios avicultores se juntando em cooperativas (com abatedouros próprios), tentando fugir da submissão total”.

Soares (1992) a partir de um estudo sobre as obras de Lênin defende a hipótese de que o processo de divisão social do trabalho é fomentador do desenvolvimento rural e urbano. No capitalismo a essência do processo de aumento simultâneo da produtividade rural e do mercado encontra-se na concorrência entre os produtores de mercadorias e na divisão social e técnica do trabalho. Por isso enfatiza que

No processo de formação de uma economia capitalista, a “descamponização” é o mecanismo básico da criação do mercado para o capitalismo. [...] Estudando o caso da Rússia, esse autor (Lênin) mostra como a decomposição do campesinato e sua transformação em proletariado e em burguesia rurais criava o mercado para o capitalismo que estava desenvolvendo-se. [...] A concorrência entre os produtores independentes, que transforma a economia mercantil em economia capitalista, cria o mercado para a produção capitalista ao produzir o enriquecimento da minoria e a ruína da massa, ao produzir a burguesia e o proletariado rurais (SOARES, 1992, 139-140).

Soares (1992) entende que a agricultura é um campo para a aplicação de capital e instrumento de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, de elevação da taxa geral de lucro. Assim, a expansão do mercado para o capitalismo é obtida como o aprofundamento da divisão social do trabalho e por essa razão, a eliminação do campesinato.

As análises construídas por Andrade (1964), Valverde (1964), Martins (1981), Oliveira (1981) e Soares (1992) demonstram, cada qual com abordagem diferente, que a questão agrária é questão estrutural engendrada pelo próprio sistema

capitalista, e, por conseguinte, sua superação consiste no enfrentamento ao sistema visando superá-lo, apontando alternativas que garantam a recriação do campesinato e o desenvolvimento de seu jeito de fazer agricultura nos seus territórios.

Se o campesinato quiser construir perspectivas, com as quais obterem autonomia e independência, o enfrentamento ao capital é inexorável para tentar romper sua subsunção às leis capitalistas, numa perspectiva revolucionária, como a luta pela Reforma Agrária, de forma insubmissa à pretensão hegemônica do capital. Luta que nada tem de retorno ao passado, mas produção de perspectivas em que o campesinato se (re)cria construindo seu lugar na sociedade brasileira como produtor de alimentos. É a rebeldia do campesinato lutando pela Reforma Agrária que tentará impor limite às forças concentradoras e asfíxiantes do capital, hoje denominado agronegócio.

6.2 Características, componentes e proposições do paradigma da questão agrária

Nas teorias que estruturam o paradigma da questão agrária os recursos do materialismo dialético contribuem para a produção de significados diante das alterações provocadas na agricultura pelo avanço do capitalismo. Kaustsky (1986) utilizou a *luta de classes* para interpretar as alterações produzidas pela ocupação do território do *campesinato* pelo *capital*, quando o capital introduz no território *camponês* o estatuto de “propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas” (p. 57). A gradativa perda do domínio territorial como ônus imposto pelo avanço do capitalismo impulsionou várias teorias como a de Lênin (1985), por exemplo, a vaticinar o fim do campesinato como resultado dos processos de diferenciação, proletarização ou expropriação. Todavia, Luxemburg (1985) entende que o capital não está adstrito a esses processos como condição para acumular cada vez mais. E, como o capital pretende emoldurar toda realidade à sua imagem, avança suas forças imperiais garantindo sua reprodução, engendrando, juntamente com as relações capitalistas de produção, as relações não-capitalistas de produção:

[...] assim existem, entre cada período produtivo (em que a mais valia é produzida) e a acumulação que o sucede (em que a mais-valia é capitalizada), duas transações distintas, ou seja, a transformação da mais-valia em sua forma pura de valor e a realização e a transformação dessa forma pura de valor em forma produtiva de capital, transações que ocorrem entre a produção capitalista e o mundo não-capitalista que o circunda (LUXEMBURG, 1985, p. 246-247).

O método dialético possibilita compreender a contradição inerente na reprodução ampliada do capital, que, ao destruir o campesinato num determinado território, promove sua recriação em outro. De tal forma que, a recriação do campesinato é uma necessidade do capital, pois com sua produção, será possível ao capital, obter um novo capital-dinheiro, diferente daquele que já circula no mercado. Circula passando do bolso do capitalista para o bolso do proletariado, como explicou Luxemburg (1985, p. 344).

Não é nem licença e nem permissão do capital, a recriação do campesinato, mas necessária por sua exigência de reprodução ampliada contraditória e desigual. Essa recriação também ocorre quando o campesinato luta para garantir seu protagonismo e sua perspectiva. Luta que se concretiza com as ocupações de terra desenvolvida pelos movimentos socioterritoriais no território do capital, pois, “a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. [...] A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes” (FERNANDES, 2000, p. 280). Recriação que acontece também com a recampesinização como explica Ploeg (2008); ou, com o jeito camponês de fazer agricultura baseado no seu polimorfismo perverso na interpretação de Bartra (2007) por afrontar as leis capitalistas; ou, pelo conjunto de práticas e valores como condição de retorno à terra estudados por Marques (2004), ou ainda, pelas interações entre ação coletiva e ação pública e os valores de reciprocidade enaltecidos no estudo de Sabourin (2009).

No protagonismo, na resistência e nas práticas heterogêneas, entre outras, estão as principais proposições do campesinato reunidas nas teorias que compõe o paradigma da questão agrária. O protagonismo do campesinato é ressaltado nas suas estratégias quando fazem avançar a luta de classes, a exemplo do MST no Brasil

[...] ao fazer prosseguir a luta das ocupações de terra para fins de organização da produção, envolveu-se numa série de alianças estratégicas inter-setoriais com diversas organizações sociais na “sociedade civil” brasileira. Ao mesmo tempo, começou a participar ativamente de uma “sociedade civil global” constituída por várias coalizões de organizações não-governamentais no “movimento antiglobalização” (VELTMEYER e PETRAS, 2008, p. 110-111).

As resistências do campesinato analisadas por diversos estudos, como o de Welch (2010, p. 40), “para mostrar a relação entre a mobilização do trabalhador rural local, a política estadual e a nacional e as pressões econômicas e políticas

internacionais”, quando interpretou as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil entre, 1924-1964. E, as lutas camponesas em meados do século XX estudadas por Oliveira (2002, p. 18),

tem sido rico em exemplos de luta pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil. De um lado a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

As práticas heterogêneas do campesinato circunscrevem-se como trincheira eficiente ao enfrentar os esquemas de subsunção que caracteriza o modo de produção capitalista, como demonstra Fabrini (2007, p. 239-240);

A produção para auto-consumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas na construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

Fabrini (2007) defende a hipótese segundo a qual ou o campesinato luta contra o capital e constrói o seu futuro, ou se une à ele perdendo sua identidade e sua autonomia. Portanto, a perspectiva do campesinato se diferencia da do capital à medida que cria estratégias com suas práticas heterogêneas descritas por Ploeg (2008); Mazoyer e Roudart (1998) entre outros, com as quais desenvolve sua base tecnológica de eficiência comprovada no desenvolvimento do seu jeito de fazer agricultura.

O outro confronto com o capital acontece com a histórica luta pela terra, que no Brasil é presença constante desde a época colonial, como explica Andrade (1964), fazendo alusão do uso dos métodos revolucionários quando analisou a formação e o desenvolvimento das Ligas Camponesas. O latifúndio estruturou-se no Brasil pelo regime sesmario com a concessão de terras feita pelo Estado às famílias com prestígio palaciano, com isso, “formou-se a pequena nobreza dos cafezais” (ANDRADE, 1964, p. 189). Diante dessa estrutura fundiária extremamente concentrada ergue-se a resistência camponesa que foi se desenvolvendo por meio de diversos embates. Dentre eles destacam-se as ocupações de terra, as marchas, as mobilizações e suas práticas heterogêneas numa rebeldia audaciosa pelo controle de frações do território. Desterritorializando o capital nessas frações de território se territorializam na medida

em que recuperam o domínio dos seus meios de produção. Garantida a sua reprodução desenvolvem discursos na disputa de idéias e de significações fazendo valer seus interesses e sua luta.

6.3. Uma leitura do desenvolvimento do debate paradigmático do capitalismo agrário no Brasil

A proposta do nosso método de análise a partir do debate paradigmático visa propiciar o confronto interpretativo entre as análises construídas, com as quais, os pesquisadores desenvolveram suas teorias almejando compreender as transformações na agricultura e, ao mesmo tempo, consolidar o paradigma no qual estão filiados. Objetivando ampliar nossa compreensão da complexidade da questão agrária desenvolvida no Brasil, veremos as propostas analíticas presentes nas teorias que consolidaram o paradigma do capitalismo agrário, refletindo sobre as diversas interpretações do avanço do capitalismo na agricultura brasileira, no contexto da reprodução do capital por meio das análises de Sá Junior (1973); Lopes (1977); Kageyama e Bergamasco (1989); Silva (1998); Wanderley (2001), entre outras.

Ao procurar desvendar as razões que fizeram a produção agrícola do Nordeste crescer, no período de 1964-1973, quase superando os índices de outras regiões do país, Sá Junior (1973, p.145) entende que o campesinato se desenvolve no capitalismo por fazer parte dele, pois, “a expansão dos minifúndios, com suas atividades de subsistência, não assume, apesar da aparência, um caráter pré-capitalista, nem indica um regresso parcial ao pré-capitalismo”. Ele entende que, exatamente por essas razões, a reforma agrária é totalmente desnecessária, pois, ela romperia o equilíbrio mantido entre minifúndio e latifúndio. É na subordinação e na dependência mútua que, segundo Sá Junior (1973, p.144), a pequena produção se desenvolve se estiver integrada e à serviço da grande produção, pois, “é a dependência que subsiste entre o grande estabelecimento e o minifúndio que tem assegurado a sobrevivência tanto do latifúndio como do minifúndio. Qualquer um deles só se mantém enquanto tal, na medida em que o outro subsista”.

Assim como Sá Junior, Lopes (1977) também entende que a pequena produção mercantil terá seu futuro garantido na medida em que intensificar seu processo de tecnificação produtiva, integrando-se no mercado, contribuindo, desta maneira, com a evolução da agricultura capitalista. Constatou, ao analisar esses dois setores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo de 1940-1970, que, “no total do valor de produção, foram os pequenos estabelecimentos os que mais cresceram,

comparados com os de qualquer outra classe de tamanho” (LOPES, 1977, p. 69). Para ele, a agricultura familiar:

É um setor de importância crescente no conjunto da produção primária do Estado; tecnificou-se rapidamente, e continua retendo significativo contingente da força de trabalho rural, não obstante faça-se notar mesmo aí na última década diminuições de pessoal ocupado. [...] o que se quer frisar é a natureza de pequena produção mercantil das unidades familiares paulista, o que as distingue do campesinato encontrado alhures no Brasil (LOPES, 1977, p. 85-86).

Os conceitos de pequena produção (Sá Junior, 1973) e de pequenos estabelecimentos (Lopes, 1977), serão substituídos pelos conceitos de estabelecimentos familiares ou produção familiar nas análises da estrutura de produção no campo em 1980 no estudo de Kageyama e Bergamasco (1989). O fator familiar de produção ganha relevância quando elas procuram compreender a “composição da força de trabalho utilizada nos estabelecimentos, com ênfase na distinção entre trabalho familiar (não-remunerado) e trabalho contratado (permanente e temporário) (p. 56)”. Ainda que os números por elas analisados, demonstrassem que 71,2% dos estabelecimentos agropecuários recenseados (Censo Agropecuário de 1980) ocupavam mão-de-obra não-remunerada, elas entendem, mesmo assim, que a produção familiar faz parte da produção capitalista no desenvolvimento da agricultura. E explicam

Esses números não autorizam, evidentemente, a concluir que a agricultura brasileira seja majoritariamente “camponesa” ou “não-capitalista”, mesmo porque a utilização de trabalho assalariado é bastante elevada. Mas a questão fundamental é que não se pode tratar a produção familiar como se fosse um segmento autônomo ou guiado por alguma forma particular de racionalidade divergente da que permeia a economia capitalista. Sua particularidade, em relação ao resto da agricultura capitalista da qual faz parte, é depender – em maior ou menor grau – do trabalho direto da família proprietária dos meios de produção. Mas sua “racionalidade econômica” não pode escapar do mecanismo geral vigente na sociedade capitalista, de busca de um excedente da produção (KAGEYAMA e BERGAMASCO, 1989, p. 62).

As profundas mudanças nas relações do campesinato com o capital em meio às transformações provocadas pelo desenvolvimento capitalista, analisadas pelas teorias do paradigma do capitalismo agrário, a produção da pequena unidade com a predominância do trabalho familiar só tem importância se se entender que ela está inserida no capitalismo como parte integrante da essência dele, como ficou explícito no estudo de Kageyama e Bergamasco. A dependência, a inserção e a recriação do campesinato como parte do desenvolvimento capitalista na agricultura, foi compreendido, também, por Silva (1981, p. 137) como tendências inerentes ao avanço

do capital, por imposição do capital pelo domínio que tem dos meios de produção e, que, intensifica o processo de tecnificação visando à especialização da produção, pois

A unidade camponesa passou também a especializar-se em determinados tipos de produtos, por imposição dos grupos oligopsônicos e monopônicos que se colocam frente a ela (comerciantes ou industriais); e, em função disso, passou a tecnificar-se num certo grau. Os estudos que apontam tais tendências são enfáticos geralmente em apresentá-las mais como imposições do capital do que como oportunidades “conquistadas” pela pequena produção (SILVA, 1981, p. 137).

Por causa da força do acúmulo do capital, ressalta Silva (1998), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, provocou diferenciação no campesinato, gerando uma polarização crescente:

[...] de um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero local de moradia ou, quando muito, produção para autoconsumo da família; de outro, uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo (SILVA, 1998, p. 167).

Silva (1981; 1998) desenvolve seu estudo seguindo a mesma direção e avançando, com outros critérios e abordagens, as análises construídas nas teorias de Sá Junior, Lopes e Kageyama e Bergamasco, ao compreender que, o pequeno produtor terá futuro na medida em que intensificar a tecnificação do seu processo produtivo, e integrar-se na agricultura capitalista, sem, todavia, “conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores” (SILVA, 1998, p. 166). Da forma como interpreta Silva, o desenvolvimento da agricultura é resultado de um processo natural, de uma fatalidade, uma vez que os pequenos produtores não conseguem escapar dessa sina. Constatações como essa, que se aprisionam na aparência e não conseguem esclarecer e, muito menos desvendar, o aspecto fenomênico da realidade, que necessariamente contém contradições (Kosik, 1985), é resultado do método positivista de análise comumente utilizado por pesquisadores do paradigma do capitalismo agrário. São constatações que priorizam a produtividade e os aspectos econômicos, não conseguindo compreender que tais resultados, são obtidos pela dominação da classe que tem o controle dos meios de produção. Por essa razão, a luta de classes, como especificidade da sociedade capitalista, não compõe estas análises. Conseqüentemente, a sina do campesinato, de que trata Silva, constitui uma maneira de compreender e de defender o sistema capitalista enaltecendo a ilusão de estar diante de um sistema tão

perfeito que é capaz de gerar soluções para os problemas engendrados por ele. Por essa razão, mais uma vez, apresentamos o nosso método de análise a partir do debate paradigmático para ampliar nossa compreensão da questão agrária, por entender que, com o confronto interpretativo, outros significados e outras perspectivas podem surgir.

Essa disputa teórica traz à tona as intencionalidades e as opções políticas que estão presentes nas análises dos pesquisadores como aconteceu com a escolha do termo agricultura familiar no início da década de 1990 e, que substituiu os termos como pequena produção (Sá Junior, 1973); pequenos estabelecimentos (Lopes, 1977); estabelecimentos familiares ou produção familiar (Kageyama e Bergamasco, 1989).

Wanderley (2001) ressalta a agricultura familiar por sua capacidade em adaptar-se às novas exigências tecnológicas e sociais, exigidas com a expansão capitalista na agricultura. Dentre as transformações, a integração e a subordinação à racionalidade moderna em que o “agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional” (WANDERLEY, 2001, p. 35). Para ela o campesinato é historicamente predominante nas sociedades tradicionais e se constitui de grupos sociais que estão em transição entre a tribo primitiva e a sociedade industrial.

Essa metamorfose constitui em um dos mais utilizados recursos de inteligibilidade presente nas análises de Abramovay (1998), Veiga (1991), Silva (1999), Wanderley (2001), e Hespanhol (2000), por meio da qual não reconhecem a questão agrária como questão estrutural no capitalismo. Ou seja, o problema não está no sistema capitalista, o problema é o camponês. Por conseguinte, a único futuro é deixarem de ser camponês transformando-se em agricultor familiar e como tal ser integrado no mercado contribuindo e participando da reprodução do capital.

6.4 Características, componentes e proposições do paradigma do capitalismo agrário

Entre as características analíticas do paradigma do capitalismo agrário, a defesa da tese segundo a qual, não há questão agrária no sistema capitalista, está presente nas hipóteses de Abramovay (1998, p. 48) por entender que “o que é próprio à lógica de desenvolvimento do capital é o problema da renda fundiária – ou seja, das condições de reprodução do capital ali onde um dos elementos da produção não é mercadoria”. Além de defender essa tese, Abramovay e outros pesquisadores filiados a esse paradigma sublimam os excelentes resultados da agricultura de larga escala, cada vez mais tecnificada, utilizando inclusive máquinas dirigidas por satélite. Os recursos do método positivista, ao priorizar as abordagens econômicas almejam elucidar dois objetivos específicos: demonstrar a “quase” inexorabilidade do processo de tecnificação, sem o qual, há comprometimento da produção agrícola e defender a hipótese segundo a qual, o desenvolvimento é sinônimo de crescimento.

À medida que esses dois objetivos vão sendo explicitados as análises insistem na tendência de integração de todas as forças produtivas, não tendo alternativa capaz de superar esse tipo de desenvolvimento territorial. Em outras palavras, não há como superar o agronegócio pela pujança e excelência dos resultados econômicos. Portanto, essa produtividade do capital causa fascínio nos pesquisadores impedindo o desvio da atenção desse sistema produtivo como se fosse um sistema tão perfeito e total, que seria irracional se opor à ele e, incorreria em equívoco, defender a hipótese segundo a qual, há contradição entre o agronegócio e o campesinato. Pelo contrário, o campesinato faz parte do agronegócio. E, faz parte, por que não lhe restar alternativa, uma vez que, historicamente, o capital, ao se expandir procura modificar as relações sociais e/ou criar novas formas de extração de mais-valia para se apoderar da agricultura. Diante dessas constatações, parte do campesinato adquire tecnificação e é integrado ao capital e parte foi eliminado devido à sua estagnação tecnológica. Portanto a perspectiva do campesinato dependerá do grau de interação na economia de mercado e na sociedade de consumo. Sendo assim, não emergem nas análises nem a resistência camponesa, nem a conflitualidade e nem a luta de classes, pois, o campesinato é recriado pelo capital como parte dele. Pesquisadores como Navarro (2010), por exemplo, defende a hipótese, segundo a qual, não há competição entre o campesinato e

o capital. Isso significa afirmar que não há questão agrária no capitalismo, pois o sistema é perfeito e quem deve se amoldar à ele é o campesinato.

O processo produtivo integrador do capital estimulou os pesquisadores a encontrar explicações que pudessem tornar inteligível as transformações. Entre elas, a substituição de conceitos como, pequena propriedade, produção de subsistência, unidade produtiva familiar por agricultura familiar, como vimos anteriormente. Essa substituição se constitui em uma das maneiras de retirar o caráter propositivo do protagonismo do campesinato. A gestão e o trabalho familiar que, anteriormente era considerado marginal e secundário, atualmente é considerado como componente do agronegócio.

Enquanto o trabalho do campesinato é organizado a partir das estações do ano e das condições edáficas e atmosféricas, o trabalho do agricultor familiar é organizado a partir das exigências das indústrias às quais ele está integrado. As indústrias selecionam os produtores de maior eficiência, retendo aqueles com melhores condições de responder tecnologicamente às necessidades das empresas processadoras. A reprodução do capital exige a submissão do agricultor familiar que deixou de ser camponês, o campesinato deixou de ser um modo de vida e se transformou numa profissão para se enquadrar às exigências das leis do mercado.

Para compreender a integração do campesinato as teorias procuram demonstrar, por meio de diversas análises, as razões e as causas que impulsionam as transformações do camponês em agricultor familiar. O produtor de subsistência foi metamorfoseado em produtor de mercadoria. Submisso à lógica da sociedade industrial, o agricultor familiar consegue se tecnificar e se integrar, assimilando as mudanças e as inovações tecnológicas. A agricultura familiar corresponde melhor à exploração industrial do que a policultura camponesa. Diante desse cenário, a racionalidade econômica do campesinato é considerada, pelos pesquisadores como parcial, como, também consideram parcial a cultura camponesa e seu modo de vida, onde os laços comunitários admitem o mutirão e a reciprocidade, as quais são incompatíveis em um mercado onde imperam as relações mercantis, como explicou Abramovay (1998); Veiga (1991), entre outros.

As análises indicam que a tecnificação da unidade de produção familiar camponesa com a intensa especialização tecnológica implanta novas tarefas, novas competências e novos conhecimentos específicos. O que exige formação técnica

sofisticada como explicou detalhadamente Mendras (1974), demonstrando que o Estado deve proporcionar essa formação por eleger o agricultor familiar como principal força do desenvolvimento territorial, dinamizado pelo uso de tecnologia moderna. Por isso, as proposições contidas nas análises do paradigma do capitalismo agrário insistem na hipótese segundo a qual o futuro do campesinato será projetado à medida que ele for se integrando. Por isso, nas análises dos teóricos do paradigma do capitalismo agrário, raramente tratam da luta de classes e quase nunca da resistência camponesa. Retiram o conceito de camponês das suas análises justificando sua origem política pela associação às reivindicações da esquerda latino-americana, e que junto com campesinato foram “incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária” (MARTINS, 2000, p. 45). Submissão, isolamento, pobreza, precariedade, agricultura itinerante, cultivadores pobres livres, auto-consumo, agricultura de subsistência são os elementos utilizados por Wanderley (2001, p. 36-55) para compreender o campesinato no Brasil. Essa forma de agricultura tem “que se adaptar às exigências da agricultura moderna, essa forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, [...]” (WANDERLEY, 2001, p. 52).

6.5 A imprescindibilidade do debate paradigmático no Brasil

As interpretações dos pesquisadores sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil têm provocado discussões teóricas nas diferentes áreas do saber. Elas advêm das distinções dos significados utilizados por esses pesquisadores para ampliar suas compreensões frente ao avanço do capitalismo no campo e na cidade. A imprescindibilidade do confronto destes significados confrontam as visões de mundo e as opções políticas dos pesquisadores, proporcionando uma melhor e mais qualificada aproximação da realidade. Portanto, as discordâncias são partes do debate e esta tese oferece um método de análise ao defrontar interpretações como é possível ver em Moraes (2008) sobre as alterações nas relações de trabalho no campo; nas análises de Oliveira (2001; 2003) sobre as contradições do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e como fizeram Neves (1995) e Fernandes (1999; 2001) sobre as questões metodológicas diante da complexidade da questão agrária.

Moraes (2008) entende que o interesse da sociologia pela temática rural aconteceu a partir da ditadura militar. Antes desse período, os estudos rurais no Brasil

centravam-se em temas como cultura, comunidades e bairros rurais, a exemplo da obra “Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Cândido (1960). O contexto histórico da década de 1970, segundo Moraes (2008), está marcado pela modernização da agricultura brasileira, pela expansão do latifúndio, pelas lutas camponesas, pelas formas de violência no campo, pela expropriação do campesinato e pela instalação das grandes empresas no campo. As mudanças tecnológicas na produção agrícola transformaram profundamente as relações de trabalho com o fim das colônias, dos parceiros, dos arrendatários aumentando as concentrações de terras e o êxodo rural. Surge neste contexto o trabalhador temporário denominado “bóia-fria” gerando estudos com diferentes interpretações, das quais Moraes (2008) também participou:

As transformações estavam acontecendo de uma forma bastante rápida. E eu comecei a problematizar essa questão a partir do município de Altinópolis (SP), mostrando que apesar da continuidade da cultura do café, as relações de trabalho estavam sofrendo profundas transformações. Havia já uma série de trabalhos sobre o chamado trabalhador “bóia-fria” afirmando que a mudança de atividade é que era responsável por seu aparecimento. E no município de Altinópolis (SP) não houve mudança de produto, o café continuou existindo, tanto antes quanto depois da cana, e, no entanto, o que mudou foram as relações de trabalho, as relações sociais (MORAES, 2008, p. 122. Grifos meus).

Isso significa que diante da realidade são possíveis leituras e interpretações distintas e, se o pesquisador não estiver de acordo com elas, ele construirá outra, com o seu instrumental de análise. Assim Moraes (2008) discordando das leituras e interpretações existentes procura explicar que o “bóia-fria” é aquele trabalhador que foi expulso da terra onde trabalhava como meeiro, como arrendatário, como morador ou como colono. Esse trabalhador sem terra, devido às alterações nas relações de trabalho, torna-se um assalariado temporário. Ele é resultado das alterações nas relações de trabalho que foram transformadas em razão da modernização da agricultura implantada pelos militares.

Outro trabalho que procurou interpretar essas alterações foi publicado no final da década de 1970 e início da década de 1980 no estudo de Maria Conceição D’Incao e Mello com o título “O bóia-fria: acumulação e miséria”. Ele teve muita repercussão ao tentar revelar o que estava acontecendo no Estado de São Paulo. No texto abaixo Moraes (2008) trata desse estudo e mostra as razões que fazem suas interpretações divergirem:

Um trabalho importante que teve uma grande repercussão foi o trabalho de Maria Conceição D’Incao como o título “O bóia-fria: acumulação e

miséria”. Era um trabalho de um marxismo bastante ortodoxo, e um trabalho que hoje poderia ser criticado mesmo do ponto de vista da teoria que ele persegue. Ela considera os bóias-frias como exército de reserva, bem dentro do esquema, do modelo de acumulação de capital. Eu, por exemplo, tenho escritos, de há algum tempo, a partir de outra interpretação, que o trabalhador bóia-fria não é “exército de reserva”, ele não faz parte do exército de reserva, ele faz parte do exército de trabalhadores, muito embora trabalhando temporariamente para esse capital (MORAES, 2008, p. 123)

Esses posicionamentos teóricos divergentes sobre o mesmo fenômeno podem ocorrer porque os pesquisadores analisam o objeto a partir da sua visão de mundo e de suas escolhas teóricas e políticas. Essa tarefa científica tem repercussões ideológicas que irá se manifestar no resultado da pesquisa, podendo ou não ser aceito. O nosso método de análise defende a hipótese segundo a qual o embate teórico pode proporcionar outras possibilidades, outras interpretações e outros significados criando novas abordagens para explicar o fenômeno. Por conseguinte, a divergência de interpretações é demonstração inequívoca de que a neutralidade política da ciência não existe. O pesquisador escolhe o arcabouço teórico para com ele defender sua visão política, econômica e social como é possível inferir das considerações de Moraes (2008).

Para compreender as contradições do avanço do capitalismo na agricultura brasileira, Oliveira (2001, p.185) se posiciona no lado “oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo como característica fundante do capitalismo moderno”. Está estabelecido o debate paradigmático, diante do qual ele assume sua opção política para estudar a longa marcha do campesinato brasileiro, compreendendo que:

[...] o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isso quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social dentro dele (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

Outro pressuposto teórico que Oliveira (2001, p.186) assume é do caráter rentista do capitalismo no Brasil. “Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra”. Eis a origem dos conflitos sociais os quais só podem ser revelados por meio da luta de classes que marca o processo de ocupação do

território capitalista no Brasil, em que os “povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo” (OLIVEIRA, 2001, p. 190). O processo histórico da formação do campesinato reúne os movimentos da luta pela terra de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, entre outros, que “são também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território [...]” (p. 190).

A conflitualidade gerada pela contradição do avanço do capitalismo na agricultura incrementa a luta dos movimentos sociais na última década do século XX com marcas de violência dos conflitos e, mesmo, dos assassinatos no campo, como descreve Oliveira:

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem tréguas e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil (2003, p.114).

O debate teórico presente nos textos de Moraes (2008) e de Oliveira (2001; 2003) chama a atenção para a necessidade da discussão como forma imprescindível através da qual emergem novos horizontes de pesquisas com outras possibilidades, outras interpretações e outras questões metodológicas. É o que ocorre nos textos de Fernandes (1999; 2001) e Neves (1995).

Numa leitura problematizadora das produções acadêmicas Fernandes (1999) destacou no trabalho “Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária” que “camponeses e modernização da agricultura” constituíam dois dos treze eixos temáticos mais pesquisados. Segundo ele, essa demonstração coloca em evidência, ou no mínimo destaca, duas das correntes teóricas da questão agrária. Elucida Fernandes (1999) o reagrupamento dos pesquisadores da questão agrária brasileira em torno de dois paradigmas os quais desenvolvem leituras diferentes do campo projetando através deles distintas visões de mundo e de ser humano, posicionando-se politicamente diante da realidade:

Nesse momento, pelos trabalhos que realizamos, possuímos uma responsabilidade maior frente ao debate sobre a crise da Geografia. Queiramos ou não, estamos envolvidos com essa questão. No processo de nossa formação temos várias opções, entre elas a de ser um “imbecil especializado” ou procurar construir o caminho necessário para a

compreensão das diversidades e contradições inerentes aos processos socioespaciais. Em nossos projetos de pesquisa é fundamental que nos preocupemos com os fundamentos filosóficos e com a nossa postura política. É preciso superar posturas descompromissadas na construção de um caminho responsável, para que possamos elaborar nossas próprias idéias (FERNANDES, 1999, p. 98).

Compreendemos pela leitura de Fernandes (2001) a presença novamente dos “*camponeses e modernização da agricultura*” como eixos temáticos no estudo da questão agrária no limiar do século XXI ao destacar, como referências, “as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra [...], simultaneamente à intensificação da concentração fundiária” (p. 19). Os dois objetivos do estudo de Fernandes (2001) consistiam em reunir importantes reflexões para o estudo da questão agrária e analisar a luta pela terra. Para ele, a questão agrária possui elementos estruturais e conjunturais que “conforme as políticas desenvolvidas são intensificadas e dimensionadas” (p. 25) e, por conseguinte, lutar para superar a questão agrária é lutar contra o capital. Por isso, insiste na importância do desenvolvimento de “novas experiências e referências para pensarmos a transformação da sociedade. Desconsiderar essa possibilidade é perder a perspectiva, é ignorar a realidade do sistema capitalista e aceitá-lo” (p. 25). Desenvolver novas interpretações, novas teses num processo histórico de construção de paradigmas “acontecem as persistências e superações de teorias, contribuindo com o debate da questão agrária por meio das análises das diferentes correntes teóricas em determinados momentos históricos” (p. 25).

A leitura dos dois textos de Fernandes (1999; 2001) contribuíram para a nossa compreensão da questão agrária que “*os camponeses e a modernização da agricultura*” são interpretações que diferenciam os paradigmas nos quais os pesquisadores se filiam a partir das opções teóricas. Nesses processos históricos de construção de paradigmas o surgimento do conceito *agricultor familiar* que tenta substituir o conceito camponês demonstra que outra leitura está sendo gestada na qual a integração ao capital é apresentada como futuro possível ao campesinato. Essa perspectiva descarta a luta contra o capital.

Em Neves (1995) as divergências de interpretações sobre o desenvolvimento da agricultura, mais especificamente quanto à agricultura familiar, são tratadas em relação às questões metodológicas, constituindo uma contraproposta ao texto de Veiga (1995). Ambos foram publicados pela Revista Reforma Agrária, da Associação Brasileira de Reforma Agrária nº. 2 e 3, volume 25, maio/dezembro de 1995

reúne outros ensaios e debates sobre a agricultura familiar no Brasil. O texto de Veiga (1995) inicia propondo substituir a noção de pequena e grande produção por formas “familiar” e “patronal” de produção, “sendo a primeira a que acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século (Veiga, 1991a)” (VEIGA, 1995, p. 129). Após analisar o perfil da agricultura familiar brasileira, sugere procedimentos metodológicos que possibilita traçar uma linha divisória entre os conjuntos patronal e não-patronal, a partir do critério básico de estratificação: a Renda Monetária Bruta do estabelecimento. Nas conclusões Veiga (1995) registra que

as tipologias variam conforme os diferentes objetivos das pesquisas. Não faz sentido, portanto, emitir qualquer juízo de valor sobre as diversas classificações empregadas nos estudos citados. Todas ajudam a iluminar os aspectos que os pesquisadores pretendiam realçar (p. 140).

Neves (1995) contrapõem-se aos procedimentos metodológicos de Veiga (1995) entendendo que tais procedimentos são polarizadores e reducionista do estudo da produção agropecuária por eleger a unidade de produção como objeto de estudo. Para ela é incompreensível a classificação em que “estabelece a divisão do setor agropecuário em subsetor patronal ou do agronegócio e subsetor familiar” (NEVES, 2007, p. 231). De forma distinta à de Veiga (1995) constata que a real situação econômica da agricultura familiar brasileira “ainda muito se desconhece” (p.21). Alerta sobre as artimanhas e as seduções do raciocínio classificador como o proposto por Veiga (1995) pela polarização do estudo da produção agropecuária tendo na unidade de produção o objeto de análise:

A caracterização *unidade familiar de produção* pauta-se num sistema classificatório construído a partir de adjetivações dicotomizadas, cujo termo contraposto é a unidade capitalista de produção agrícola ou empresa capitalista. Submissas a uma perspectiva de raciocínio dualista, tipológico e ordenador (homogeneizador) da heterogeneidade, as valorizações das características de cada unidade fundamentam-se na descontinuidade e na polaridade. A contraposição por vezes é tão acentuada que o conhecimento de um tipo pressupõe a caricaturação do outro; ou o seu desconhecimento como forma específica de organização da produção (NEVES, 1995, p. 21. Grifos no original).

Para Neves (1995) esse reducionismo analítico bloqueia a criatividade do pesquisador podendo impor-lhe “temáticas obrigatórias de entendimento. [...] tais questões dificultam as rupturas e a emergência de outras perspectivas de interpretação” (NEVES, 1995, p. 22). As propostas metodológicas precisam ampliar as considerações e visões para ter condições de apreciar a enorme heterogeneidade complexa e plural das explorações agropecuárias. As considerações de Neves (1995) corroboram na

compreensão de que a sociedade capitalista é caracterizada de forma específica através da luta de classes, mão de obra assalariada, extração de mais-valia, defesa da propriedade privada, entre outros. Todavia, não significa que os relacionamentos sociais estejam predeterminados e não possam romper com tais critérios. Por isso ela sugere que

as unidades de produção sejam pensadas muito mais como expressões das posições ocupadas pelos agricultores, como valorização de determinadas opções ou alternativas dos produtores, e sejam relativizadas no que tange à compreensão enquanto estruturas definitivas [...] uma compreensão mais acurada da diversidade de formas de organização da produção na agricultura e para a relativização do peso imposto aos valores familiares na produção, a ponto de qualificar uma forma de agricultura em contraposição à capitalista (NEVES, 1995, p. 34).

Neves (1995) propõe estudar a produção agropecuária a partir da compreensão de que a unidade de produção é uma realidade multidimensional, heterogênea e complexa. Excluindo a visão determinista, unidimensional e polarizadora, a unidade de produção será estudada no segundo texto de Neves (2007) como produção social, em meio às determinações sociais geradora de conflitualidades e rearranjos, no contexto do jogo de forças analisando os “diversos fatores que atuam no sentido de diferenciar as unidades de produção agrícola quanto mais intensamente subordinadas ao capital” (NEVES, 1995, p. 31). Sua proposta consiste em estudar a agricultura familiar como um complexo de formas de organização de produção na qual a família simultaneamente é proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.

As discussões teóricas que poderão emergir do confronto de interpretações estabelecido a partir dos textos de Moraes (2008), Oliveira (2001; 2003), Fernandes (1999; 2001) e Neves (1995) proporcionam novas possibilidades, novas interpretações sobre as alterações provocadas pelo avanço do capitalismo na agricultura alimentando o debate sobre a questão agrária. É imprescindível esse debate pela proficuidade dele em lançar perspectivas sobre possíveis relacionamentos entre o campesinato e o capital. O campesinato sucumbirá e se recriará à medida em que ele estiver se desenvolvendo no capital sem fazer parte dele e, contraditoriamente, sem ser parte essencial dele. O capital tenderá expandir de forma homogênea, total e absoluta o trabalho assalariado, mas criará mecanismos para se apropriar da produção camponesa que se assenta na mão de obra familiar. Nosso método de análise impulsionado pelo debate entre o paradigma da questão agrária e do capitalismo agrário contribuirá na

construção de interpretações e significados contribuindo para nos aproximar da realidade o quanto possível.

7. A QUESTÃO AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA E O DEBATE PARADIGMÁTICO

Essa tese foi emergindo à medida que refletíamos sobre a conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural na Região do Pontal do Paranapanema como já explicitados anteriormente. Estudando as alterações nas relações de produção, as quais, impulsionadas pela industrialização e mecanização do processo produtivo modificam as formas de ocupação do território e acirram a luta de classes que foram interpretadas por meio das dissertações e teses, nas quais surgem significados diferentes para os mesmos fenômenos.

A luta do campesinato faz parte da história da ocupação do Pontal do Paranapanema, uma área do território paulista, situada no extremo oeste do Estado de São Paulo, marcada por intenso processo de grilagem de terras, de destruição, devastação e morte. A questão agrária nesta região está marcada pela disputa das terras e dos significados. Das terras, pelo enfrentamento entre o capital e o campesinato para obter o controle e o domínio do território. Dos significados, pelo debate paradigmático entre os estudos feitos na tentativa de compreender a ocupação e o seu desenvolvimento por diferentes abordagens e perspectivas.

Nesta parte, reunimos quatro estudos feitos sobre o Pontal do Paranapanema como forma de ampliar a nossa compreensão da complexidade da questão agrária, promovendo um debate paradigmático entre as análises e interpretações produzidas por Silveira (1990) e Paulino (1997) e as análises e interpretações produzidas por Antônio (1990) e Hespanhol (2000).

Silveira (1990) e Paulino (1997) utilizam as características, os componentes e as proposições do paradigma da questão agrária construindo significados para a ocupação da região em que, por meio da luta de classes, os territórios teóricos e políticos estão nitidamente demarcados. O embate entre o campesinato e o capital produziu questões teóricas, políticas e históricas quanto à formação dos agricultores, da apropriação da terra e dos modelos de desenvolvimento agrário.

Antônio (1990) e Hespanhol (2000) utilizam as características, os componentes e as proposições do paradigma do capitalismo agrário construindo conteúdos para explicar que a ocupação da região resultou numa estrutura fundiária profundamente desigual e altamente concentrada por estar sob a égide das leis

capitalistas. As estratégias do campesinato foram importantes como forma de adaptá-los promovendo sua integração como mero coadjuvante, integrado e subalterno.

Eis a importância da imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para estudar a complexidade da questão agrária, pois, diante do confronto interpretativo, com as análises sobre a mesma região, em que pese a compreensão histórica dos acontecimentos, emergem significações distintas, advindas das opções teóricas que os pesquisadores fazem, como forma de tentarem entender os acontecimentos e os seus desdobramentos. À medida que o debate paradigmático se desenvolve, provoca ampliação nos horizontes de pesquisas, com riqueza de detalhes que pode alterar o conteúdo dos conceitos ou, então, criar novos significados para conceitos antigos, como veremos na análise dos quatro estudos a seguir.

7.1 Dois estudos sobre o Pontal Do Paranapanema na perspectiva do paradigma da questão agrária

7.1.1 FÁTIMA ROTUNDO SILVEIRA

Silveira (1990) ao estudar a região do Pontal do Paranapanema constatou o desenvolvimento da luta de classes provocada pelo avanço do capital na agricultura, como forma de obter o controle e o domínio do território, num intenso processo de formação dos agricultores. Ela analisou os processos que estabelecem a articulação da produção camponesa com o capital no período histórico de 1940 a 1985, avaliando o papel que o campesinato desempenha dentro do processo de ocupação capitalista. Entende o campesinato como classe social composto por uma gama muito grande de tipos de agricultores que vai desde aquele integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção, ao posseiro que planta para ter o que comer. “Em função de suas peculiaridades bem como da importância de sua posição na estrutura agrária, constitui-se o principal responsável pela produção de grande parte dos produtos agrícolas (SILVEIRA, 1990, p. 1).

No primeiro capítulo, Silveira (1990) revisita teóricos como Shanin (1980); Marx e Engels (1979); Marx (1981); Kautsky (1980); Martins (1983, 1988) e Oliveira (1986) pela importância de suas contribuições sobre o camponês e sua produção. Ressalta que “não podemos pensar em produção camponesa como uma forma

de produzir divorciada do mercado, [...]” (p. 16), e, porque a produção camponesa se desenvolve com a força do trabalho familiar, essa forma específica de produzir não compõe as relações de produção especificamente capitalistas. Assim, “o camponês se desenvolve no modo de produção emergente na medida em que, contraditoriamente, participa do processo de acumulação capitalista” (p. 14). Por conseguinte, o desenvolvimento do capital cria e recria o trabalho familiar camponês apropriando-se da sua produção. É a expansão do capital impulsionado também por relações não-capitalistas como entende Luxemburg (1985).

No segundo capítulo, o trabalho procura demonstrar que o campesinato se desenvolve como classe subordinada e para isso, utiliza as contribuições de Martins (1973, 1979, 1983). Consolidando a estrutura agrária brasileira demonstra a coexistência interligada das grandes propriedades com exploração agrícola exportadora e a pequena produção de subsistência. Essa configuração espacial possui os elementos necessários com os quais fazer emergir as compreensões sobre as dinâmicas entre o trabalho assalariado e o trabalho familiar. Entre os conflitos agrários ressalta aqueles que, historicamente, foram travados entre latifundiários grileiros e os sem terra. Todavia, entendemos de maneira distinta ao de Silveira (1990, p. 27), pois, a intervenção do Estado diante desses conflitos se deve à aliança que o Estado brasileiro fez com a burguesia agrária (Faoro, 1958/2005; Martins, 1994/1999), para a sustentação entre o capital e a propriedade da terra e não por que “em algumas ocasiões (tais conflitos) chegam a colocar em cheque a estrutura fundiária existente”.

No terceiro capítulo, Silveira (1990) estuda o campesinato e a formação econômica da Região de Presidente Prudente consultando os estudos de Giovannetti (1943); Teixeira & Sposito (1979); Cobra (1923); Monbeig (1984); Sallum Jr. (1982); Penço (1975); Leite (1984) e Abreu (1972). Essa região desde o início de sua ocupação em 1850 “se caracterizou por uma grande concentração fundiária que deu origem a grandes latifúndios e a uma grande parcela de camponeses que ocupam uma pequena porção de suas terras” (SILVEIRA, 1990, p. 30). Na história da exploração capitalista nessa região as primeiras vítimas foram os povos indígenas como os Tupiniquim, Xavante e Caiuás (Monbeig, 1984), que secularmente ocupavam as terras. O movimento da “frente de expansão” do território capitalista deixou rasto de muita violência e morte, pois, “a posse da terra fazia-se à custa de muita luta e morte [...], não havia nenhuma mediação do governo entre os povoadores e os índios para minimizar os conflitos” (p.

38). Tem início o processo que ficou conhecido como grilagem das terras quando surgiram os interessados que, falsificavam os “títulos e após registrá-los em cartório, tomavam posse do imóvel, embora não tivessem a intenção de ocupar e explorar as terras, mas apenas queriam especular com elas” (p. 41).

Salienta-se que em todas as fases da ocupação do território pelo capital os camponeses proporcionaram aos capitalistas proprietários de terra “a possibilidade histórica de não dispêndio de capital para o acesso à terra, formação dos cafezais e agora na formação das pastagens” (SILVEIRA, 1990, p. 119). Assim, o campesinato nesta região vem se formando com os agricultores camponeses e ou familiares como agentes históricos para o não dispêndio de capital, como produtores de matéria prima para as indústrias e como reserva de mão de obra. Eles “estão subordinados a outros setores, pois produzem matéria prima para as indústrias e cooperativas, alimentando este setor e funcionando também como reserva potencial de mão de obra” (p. 119). A produção agropecuária da região entre 1940-1985 era composta pelo desenvolvimento de culturas como algodão, amendoim, feijão, milho, café e da criação de gado de corte, já que “a produção leiteira não é expressiva na área, porque a preferência é para o gado de corte” (p. 104). Em outras palavras, a produção camponesa na região visava abastecer o mercado local, bem como produzir matéria prima para a indústria. Predomina o uso de pouca tecnologia. 24% das propriedades pesquisadas não possuem nem tração animal. Portanto o camponês se liga ao mercado vendendo seus produtos e sua própria força de trabalho.

No quarto e último capítulo, Silveira (1990) analisa a produção camponesa e o desenvolvimento da agricultura na região mostrando a metodologia que utilizou para a coleta das informações. Nas entrevistas com os camponeses considerou inicialmente as informações pessoais. Em seguida detectou os diferentes tipos de relações de produção baseadas no trabalho familiar e, finalmente, de que forma se destinava a produção camponesa. Verificou que nas unidades de produção camponesa o trabalho familiar predomina nos estabelecimentos até 100 hectares. Nessas unidades de produção os elementos básicos são constituídos pela terra, pela força de trabalho e pelos meios de produção.

Eis algumas características do campesinato em desenvolvimento: o tipo de moradia de camponeses de ascendência européia e asiática tem pomar, horta e criação de animais domésticos e que as disposições internas dessas habitações são

diferentes das encontradas nas cidades. O horário de trabalho é flexível em função das atividades agrícolas. Como identidade camponesa elencou as seguintes características: os camponeses na maioria são casados, são os varões os centros das decisões, é comum residir nas propriedades com os pais. As famílias são numerosas tendo em média de 3 a 7 filhos. 94% dos entrevistados vivem da renda extraída da agricultura e a maioria desses são proprietários. O assalariamento ocorre em determinadas etapas do processo produtivo. Constatou uma multiplicidade de tipos de produção, pois, “existe na área desde o camponês posseiro, produtor de subsistência, até o camponês inteiramente engajado no mercado e que consegue acumular” (SILVEIRA, 1990, p. 141).

A presença maciça de mão de obra familiar camponesa com um grande número de posseiros nos municípios de Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio e nas pequenas propriedades nos municípios: Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Caiabú. Constata a existência de pequenas cooperativas, “muitas surgiram recentemente, refletindo a necessidade de os produtores de não ficarem a mercê das oscilações de mercado para venderem os seus produtos e, com isto, nas mãos dos compradores” (SILVEIRA, 1990, p. 211).

O trabalho de Silveira (1990) explica o processo histórico da formação do campesinato numa região onde predomina as disputas por terra. São embates históricos efetuados em três etapas: a ocupação da fronteira agrícola, a implantação dos cafezais e o desenvolvimento das pastagens para a criação do gado. Esses confrontos são fomentados pela luta de classes ressaltando a recriação do campesinato ora pela subordinação do trabalho familiar pelo capital, ora pela resistência camponesa com o desenvolvimento da luta pela terra. Essas disputas prosseguem, pois, a história da exploração capitalista da terra nessa região ainda não terminou. Por essa razão o estudo de Silveira (1990) proporciona também reflexões para ampliar a compreensão desse processo histórico ainda presente na região, fornecendo informações e criando significações que auxiliam aproximar o quanto possível da realidade.

O estudo de Silveira (1990) demonstra as iniciativas propositivas do campesinato para encontrar na sua própria diversidade as alternativas para sua permanência, se desenvolvendo no capital, mas sem fazer parte de sua lógica acumulativa. A diversificação da produção camponesa desenvolvida na região e estudada por Silveira (1990, p. 30), se constitui numa das formas de recriação do campesinato regional, pois, “a produção camponesa nela existente se revestiu de

diferentes formas desde o início da ocupação até os dias atuais”. São diferentes formas de relação com a terra desenvolvida pelos agricultores camponeses posseiros, rendeiros, pequenos proprietários e assentados.

Dessa constatação se deduz a igualdade entre os conceitos de agricultores camponeses e agricultores familiares. São sinônimos dentro desse contexto e com esta forma de interpretar a realidade, pois, como visto anteriormente, os agricultores camponeses pequenos proprietários inseridos no mercado maximizando sua produção ao máximo permaneceram camponeses, já que sua existência é resultado da recriação capitalista do campesinato.

Produzir nesta região e desta maneira interessou, e ainda interessa, ao capital por facultar a ele a sujeição da renda da terra pela apropriação da produção camponesa. Desta forma, o capital impulsiona a monopolização do território num processo de desenvolvimento desigual e contraditório como salienta Oliveira:

Portanto, o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1991, p. 20).

E Fernandes:

Esse é um processo contraditório que acontece por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Desse modo, a formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, criação/destruição/recriação das relações sociais como propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo (FERNANDES, 2001, p. 30-31).

Para Shanin (1980, p. 56) “a diferenciação exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa [...]”. Pelo processo de diferenciação “os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho” (p.58). Não se multiplicando, se reproduzindo e se recriando de maneiras tão diversas, que quase é necessário uma análise específica em cada espaço, situação e tempo, devido à diversidade de estratégias que o camponês encontra para permanecer no campo lutando para ter o controle político do território e com isso consolidar relações sociais.

Fabrini (2003) insiste que é por meio da luta, e não necessariamente pela produção de mercadorias, que os camponeses assentados garantem a sua existência. Ele explica que:

a luta do camponês é uma luta para continuar existindo, o que vai à contramão de um ordenamento social com base na acumulação desigual do capital. Uma idéia é a de que o capitalismo “permite” a existência do campesinato no processo de desenvolvimento desigual. E a outra, é a de que ele não permite, mas os camponeses pela sua luta vão criando o seu lugar e existência (FABRINI, 2003, p. 208).

Os estudos de Silveira (1990); Fernandes (2001), Oliveira (1991), Shanin (1980) e Fabrini (2003) demonstram que a recriação do campesinato se constitui das mais diversas formas. A recriação pode se dar pela diversificação da produção camponesa, pelo processo de diferenciação através das relações mercantis e pela territorialização camponesa com a luta pela terra. Todavia, outros estudos defendem a recriação do campesinato via processo de recampesinização que se dá na busca de autonomia, através da produção agroecológica sustentável onde as sementes e as nascentes de água potável e demais recursos são recuperados.

7.2.2. ELIANE TOMIASI PAULINO

Paulino (1997) desenvolveu seu estudo no município de Presidente Prudente visando desvendar a realidade agrária analisando os desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar no período de 1940 a 1996. Verificou que as estratégias da luta contra a exclusão do acesso a terra e a da manutenção da propriedade, no contexto daquele município, é o que acontece no território em que há a concentração fundiária característica do capitalismo rentista. Os camponeses proprietários de pequenas áreas, não só conservam os meios de produção, mas um modo de vida peculiar, baseado no trabalho familiar. Encontram-se plenamente integrados ao mercado como produtores que, a despeito de não sujeitarem-se ao capital, vêem a renda, resultado de seu trabalho, ser apropriada pelos capitalistas. O estudo de Paulino (1997) acompanha as diversas formas capitalistas de exploração, procurando relativizar as diferenças entre elas, ao demonstrar que, o critério que define explorações capitalistas das explorações camponesas, não se dá pelas dimensões territoriais e sim pelas as relações sociais internas.

No primeiro capítulo, examina as teorias de Lênin (1980), Shanin (1980); Kautsky (1980); Chayanov (1974); Caio Prado (1981) e Martins (1981, 1993) por entender que suas contribuições estabelecem um “amplo debate sobre quais os caminhos e qual o papel do campesinato nos processos de luta que se visava engendrar para a superação do modo de produção capitalista” (PAULINO, 1997, p. 15). Esse debate é impulsionado pelas divergências teóricas que “deram origem a dois paradigmas distintos, o que versa sobre o desaparecimento do campesinato e o que vislumbra a sua recriação com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura” (p. 27). Ela salienta a importância da teoria de Chayanov (1974) por defender que o campesinato é “uma constituição social histórica, que atravessara diversas formações sociais, adaptando-se a cada uma delas a partir de um rearranjo interno” (p. 35) e, por isso, ele encontrará meios para a sua recriação. Cabe a ciência explicar “a relação existente entre esta persistência e a lógica do modo de produção capitalista” (p. 36). Esforços para obter essas explicações estão presentes no trabalho de Silveira (1990), de Paulino (1997) e nessa pesquisa que pretende prosseguir as leituras geográficas desenvolvidas na Região do Pontal do Paranapanema.

Para Paulino (1997) as unidades de produção familiar camponesa que persistem dentro do capitalismo são impulsionadas pelo desenvolvimento das relações não capitalistas, como, por exemplo, a utilização do trabalho familiar. Portanto, “uma unidade camponesa é aquela que caracteriza-se essencialmente pela preservação dos meios de produção e, [...] diferencia-se de uma unidade capitalista ao não apresentar como diretriz a extração da renda e do lucro”(PAULINO, 1997, p. 51). Assim, os trabalhadores dessas unidades serão denominados de agricultores camponeses e ou familiares por não se estabelecer entre eles qualquer distinção. Mesmo aqueles que estiverem integrados no mercado, racionalizando ao máximo sua produção e continuar lutando pela preservação da liberdade, não perde sua condição camponesa, pois, “a subordinação a qual estão submetido não é direta, restringindo-se a apropriação da renda gerada a partir do seu trabalho, no momento em que seus produtos são comercializados [...]”(p.51-51). Ao mesmo tempo em que se recusam à proletarização vão se recriando como agricultores camponeses, como produtores livres e autônomos.

No segundo capítulo Paulino (1997) estudou a estrutura fundiária e a questão agrária no Brasil para compreender “os mecanismos particulares de apropriação de terra” (p. 54) e, para isso, utilizou as contribuições de Prado Jr (1981); Martins

(1979, 1981, 1994); Oliveira (1992) e Sallum Jr (1982). Ressaltou que a apropriação capitalista da terra no Brasil “significou a inserção gradativa de vasta porção da América no circuito mundializado da mercadoria” (p. 55). O início dessa inserção se deu com a exploração da cana de açúcar por ela adaptar-se plenamente às condições físicas e climáticas em terras brasileiras. A produção canavieira foi desenvolvida por mão de obra escrava indígena e, posteriormente, pela africana.

A inserção prosseguiu com a substituição da cana de açúcar pelo café sendo esse introduzido no Brasil em 1720. Seu desenvolvimento e expansão se deram rapidamente “a ponto de tornar-se o principal produto comercial em 1830, momento em que o Brasil tornava-se o primeiro produtor mundial da rubiácea” (PAULINO, 1997, p. 61). Esse modelo essencialmente agro exportador continuou acumulando capitais com o desenvolvimento rural pela pecuária e o desenvolvimento urbano pela intensificação do processo de industrialização a partir de 1930. A partir de março de 1964, “o governo militar consolidou o projeto concentracionista em prol da elite industrial e agrária” (p. 80). Esse modelo de desenvolvimento que concentra terra, renda e oportunidades “edifica as cercas com as quais o campesinato historicamente vem se defrontando. No entanto elas são suficientemente flexíveis a ponto de abrir passagens e possibilitar a reprodução do trabalho familiar no Brasil [...]” (p.88).

No terceiro capítulo Paulino (1997) analisou o município de Presidente Prudente numa perspectiva histórica consultando os estudos de Cobra (1923); Leite (1972); Monbeig (1984); Abreu (1972) e Almeida (1996). O município localizado em uma região originariamente recoberta por matas, rica em fauna surgiu “entre duas grandes glebas: a Montalvão e a Pirapó-Santo Anastácio” (p.101) “Ocupando uma área de 20.000 km², ou seja, 8% do Estado de São Paulo, vindo a sofrer sucessivas divisões [...]” até chegar aos atuais 554 km²” (p. 104). Constata, todavia, que o desenvolvimento da cultura do café “constituiu-se na principal atividade econômica nos primeiros anos que seguiram-se à emancipação” (p. 106), na pequena propriedade “assentada no trabalho familiar e desenvolvida ao lado de culturas de subsistência, não caracterizando, portanto, uma atividade de monocultura” (p. 106).

O ciclo algodoeiro sucedeu o café movido pelo desenvolvimento da indústria têxtil a partir da política de substituição de importações, trazendo para o município “algumas indústrias importantes, ligadas ao seu processamento industrial” (PAULINO, 1997, p. 108). A decadência dos cultivos comerciais como o algodão e o

amendoim liberou as terras para o avanço da pecuária de corte “cuja ascensão já se desenhava na década de 40 e só veio a expandir-se, de modo a estender-se sobre a maior parte das terras agricultáveis do município” (p. 109). São essas as especificidades analisadas sobre a instalação do município de Presidente Prudente, cuja dinâmica agrária será considerada no próximo capítulo.

No quarto capítulo Paulino (1997) investigou a dinâmica agrária em Presidente Prudente visando compreender a evolução da estrutura fundiária municipal, notando nessa evolução como se deu a utilização das terras, o uso de tecnologia e a expansão da pecuária. Constata que “a concentração de terra em Presidente Prudente é muito maior do que faz supor os dados censitários” (p. 121) e que “os pequenos agricultores foram sistematicamente penalizados, resultando na expansão pecuária extensiva” (p. 113). De 1960 a 1996 há uma diminuição do número de estabelecimentos rurais com área de até 10 hectares desaparecendo “1.122 estabelecimentos, o que corresponde a uma participação, em 1996, de apenas 19% com relação a 1960” (p. 117). Esse processo concentrador de terras “afetou seriamente os pequenos cultivadores, pois quanto maior a área dos estabelecimentos, maior foi a perda na participação do patrimônio fundiário do município” (p. 118).

O perfil da produção no período de 1940 a 1996 permitiu algumas inferências tais como: “a produção do algodão suplantou a do café em mais de 33%” (p. 125); a produção do amendoim impulsionada nas décadas de 1950 até 1970 foi suplantada pela soja, “que praticamente passou a monopolizar o mercado brasileiro de óleo comestível, anteriormente ocupado pelo amendoim e algodão, respectivamente” (p. 126). Em relação ao arroz, feijão e milho são culturas que se mantiveram, pois “constituem-se em culturas de subsistência obrigatórias, com destinação dos excedentes ao comércio” (PAULINO, 1997, p. 127).

A preocupação de Paulino (1997) no quinto e último capítulo visava ampliar a compreensão da realidade agrária através das análises do conjunto de informações e dados obtidos *in loco* “cuja riqueza maior consiste na apreensão concreta destes, e na conseqüente reflexão que, alicerçado no arcabouço teórico, dimensiona sobremaneira o significado dos números” (p. 147). Com o delineamento teórico explana que o modo capitalista de produção é regido pela acumulação ampliada de capital e se desenvolve desigual e contraditoriamente consubstanciando-se em “dois modos

distintos de exploração econômica da terra: a exploração capitalista e a exploração não tipicamente capitalista” (p. 148).

A exploração capitalista visa a apropriação da renda da terra como “um tributo social, pelo qual a sociedade inteira paga, pois seu cálculo já vem embutido no preço de todos os produtos primários” (p. 149). Quando os capitalistas “dominarem todas as etapas do processo produtivo, auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, [...]” (p. 150). A exploração não tipicamente capitalista da terra, desenvolvida pelos agricultores camponeses e ou familiares, visa a sobrevivência deles na terra e a preservação da possibilidade de autonomia. Por isso sua luta para não perder o controle dos meios de produção como a terra e os instrumentos de trabalho. “Formalmente, estão rompidos os laços de dominação, sendo que a sua exploração está oculta por relações comerciais que comparecem como abstratas, pois não é o trabalho que é transferido a outrem, e sim o resultado deste” (p.151). Todavia, compreendemos que o camponês está no capitalismo e coexiste com ele, mas não é um elemento que compõe a sua essência na mesma proporção que a extração da mais valia, a defesa da propriedade privada e a produção ininterrupta da mercadoria.

O trabalho de Paulino (1997) configura num esforço para compreender os desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar no município de Presidente Prudente desvendando a realidade agrária em que a concentração de terras impediu a participação dos agricultores camponeses e ou familiares no patrimônio fundiário municipal. Mesmo assim, seus meios de produção permaneceram em seus domínios como possibilidades de autonomia, resistindo ao processo de expropriação e conseqüente proletarização, consolidando num “modo de produção extremamente dinâmico, sendo freqüentemente sacudido pelas injunções desta dinamicidade” (PAULINO, 1997, p. 151). Só assim “conseguem manter-se incluídos neste sistema, enquanto produtores autônomos, sob diferentes estratos de vinculação ao mercado, [...]” (p. 18).

Compreendemos ser de grande importância prosseguir as análises de Paulino (1997) ampliando a compreensão das articulações dos agricultores camponeses e ou familiares frente à atual monopolização capitalista do território. Nesse processo histórico levar adiante o estudo das estratégias do campesinato frente aos obstáculos que os excluem do sistema capitalista. Eis algumas das principais estratégias desenvolvidas pelo campesinato tendo a dinamicidade suficiente para se manter incluído no sistema

capitalista sem se submeter ao seu julgo: a) a defesa dos meios de produção como a terra e os instrumentos de trabalho; b) o desenvolvimento do tipo camponês de agricultura e c) a produção de alimentos para o autoconsumo e o excedente para o mercado. É assim que os agricultores camponeses e ou familiares vão encontrando formas de se inserirem na sociedade e na história, pois, eram camponeses e continuam sendo. Assumindo inúmeras formas de interagir com a biosfera, construindo historicamente o sistema camponês de produzir⁸ harmonicamente, pois, neste sistema a agricultura é: o “território da heterogeneidade: variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens que se expressa na diversidade produtiva e sustenta a pluralidade societária e variedade cultural” (BARTRA, 2007, p. 86).

Nesse sentido, autores como Ploeg (2008); Fernandes (2007) e Palau (2007) entendem a existência de dois campos e de duas agriculturas: o modo camponês de fazer agricultura é desenvolvido pela multifuncionalidade e o modo empresarial de fazer agricultura é desenvolvido através da especialização. Todavia, esse modo está “muito longe de ter conquistado o mundo; as outras formas de agricultura permanecem predominantes e continuam a ocupar a maioria da população ativa dos países em vias de desenvolvimento” (MOZAYER e ROUDART, 1998, p. 12). Enquanto o modo empresarial de fazer agricultura se desenvolve para atender em dimensões e escalas globais da produção de mercadoria até atingir “os sistemas motorizados, mecanizados, fertilizados com a ajuda de adubos minerais e especializados de hoje” (MAZOYER e ROUDART, 1998, p.15), o modo camponês de fazer agricultura cria alternativas visando restabelecer a diversidade virtuosa, combatendo a monocultura feticida com a sua polifuncionalidade como explica Bartra (2007):

Los campesinos son indispensables no tanto por que producen alimentos baratos, sino porque reproducen la diversidad social y natural, que es un valor de uso y no valor de cambio. Los pequeños productores agrícolas – hoy se ve – son polifuncionales. Esto significa que su eficiencia y competitividad no deben valorarse solo con base en lo que lanzan expresamente al mercado, sino también en bienes y servicios poco visibles en una óptica estrechamente mercantil (BARTRA, 2007, p. 96).

O consorciamento (Woortmann, 2004, p.133-143) como forma produtiva de recuperação de sementes, das nascentes, das fontes de água doce, numa relação harmoniosa com o meio ambiente usado pelo modo camponês de fazer agricultura antepõe o bem estar à ganância, o político ao econômico. Aprende e ensina com as

⁸ Confira Ploeg, 2008 e Mazoyer & Roudart, 1998.

plantas quentes e frias, fracas e fortes, gordas e magras e que “à primeira vista pode parecer uma desordem – legumes junto com flores – é uma forma de evitar a compra de inseticidas” (p. 139). Assim os agricultores camponeses e ou familiares criam formas de se integrarem ao mercado sem permitir que o subornem como explica Medeiros: “o modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista” (MEDEIROS, 2004, p. 152). Vivem entre a resistência e a submissão como esclarece Bonhoeffer (1980): “a divisa entre a resistência e a submissão, em principio, não pode ser determinada; ambas devem existir e ambas devem ser agarradas com firmeza” (BONHOEFFER, 1980, p. 111).

7.2 Dois estudos sobre o Pontal do Paranapanema na perspectiva do paradigma do capitalismo agrário

7.2.1. ARMANDO PEREIRA ANTONIO

Antonio (1990) desenvolve análise sobre a gênese de quatro assentamentos rurais tutelados pelo Estado – Rebojo, Lagoa São Paulo, XV de Novembro e Rosana – constituídos no período de 1960 a 1990, na Alta Sorocabana, através dos movimentos sociais de tendências reformistas. Os quatro projetos de assentamentos não transformaram a estrutura fundiária regional, apenas proporcionaram ao Estado “condições para corrigir os defeitos dessa estrutura” (p.1) concentradora de terras. Demonstra assim que “as soluções para os camponeses não estão no campo, nem na cidade, elas estão em outra órbita; elas seguem a dinâmica das leis capitalistas (p. 40). Portanto o problema é conjuntural, pois o capitalismo é um sistema completo e sem defeito a ponto de criar a” ilusão de Smith/Ricardo de estar diante de uma máquina perfeita, capaz de produzir a solução para seus próprios problemas” (MALAGODI, 2004, p. 15). Portanto, ao campesinato resta a adequação e seguimento.

Antonio (1990) elegeu as seguintes categorias de análise: a intervenção do Estado, o desenvolvimento rural, uso e manejo do solo, reprodução da pequena produção, associação, comercialização e subordinação da produção camponesa como condição para melhor compreender a questão agrária e a organização do espaço rural desses projetos de assentamentos. Dos 24 municípios que compõe a região denominada Alta Sorocabana os municípios de Estrela do Norte, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio foram selecionados, pois neles estão inseridos os quatro assentamentos.

No primeiro capítulo Antonio (1990) utilizou as contribuições de Meirelles (1984); Silva (1987); Oliveira (1986, 1987, 1988); Monbeig (1984); Cobra (1923); Perani (1989) e Grzybowski (1987) para analisar as formas de ocupação das terras na Alta Sorocabana e as atuações do movimento social rural. Verificou que na Alta Sorocabana estão as principais características do desenvolvimento rural e da ocupação da terra no Brasil tais como: a irregularidade da posse; o latifúndio; a devastação das matas; conflitos, assassinatos e a insignificante oportunidade de acesso a terra para os camponeses. O papel do Estado consiste na defesa do princípio da propriedade territorial capitalista, no apoio ao capital e no combate os movimentos

reivindicatórios. Sua função no contexto regional “foi de total convivência com os agentes ativos desse processo” (ANTONIO, 1990, p. 11).

O movimento social rural prossegue a luta dos posseiros nessa região com forte atuação de jagunços e grileiros de terra. “A década de 1960, portanto, marca o início de um grande movimento social no campo [...] com a desapropriação da gleba Rebojo, por interesse social [...]” (ANTONIO, 1990, p. 17). De 1950 a 1970 na Alta Sorocabana foi caracterizado como período de grande tensão e de conflitos sobre a posse da terra. Tais mobilizações sociais também ocorriam em outras partes do Brasil como as Ligas Camponesas em Pernambuco, como o Movimento Agrário dos Sem-Terra – MASTER – no Rio Grande do Sul e a Frente Agrária no Paraná.

No segundo capítulo Antonio (1990) resgata a história das oito glebas – Rebojo, Santa Rita, Lagoa São Paulo, Ribeirão Bonito, XV de Novembro, Rosana, Água Sumida e Areia Branca. Apesar de surgirem em períodos diferentes, “no conjunto denunciam todo o processo da ocupação irregular das terras, ou seja, concentração e monopolização do território rural” (p. 38). Para essa tarefa contou com os estudos de Martins (1975, 1989); Leite (1981); Antonio (1984); Monbeig (1984) e Azedo (1988). Esses conflitos surgiram através de camponeses que, no passado, foram

Trazidos como mão-de-obra barata, para desmatar essas terras, legitimando com isso a posse dos grileiros, que mais adiante questionaram o direito de propriedade [...] o confronto armado não se efetivou devido ao início da construção dos canteiros de obras de três usinas hidrelétricas e da instalação da Destilaria de Alcool Alcídia S/A, na região (ANTONIO, 1990, p. 42).

Essa retrospectiva histórica reúne os subsídios que ajudam compreender duas questões regionais: a questão jurídica mostrando “que todas as terras do Pontal eram devolutas e públicas” (p.42) e a questão territorial mostrando a “origem e o perfil da mobilidade espacial desses camponeses. Através da história de cada gleba, pôde-se resgatar todo o processo de luta dos camponeses para conquistar a terra e nela produzir e viver” (p. 52). Todavia, há um desentendimento conceitual gerado por designações diferentes atribuídas à mesma realidade. Ora o texto denomina de gleba, ora de assentamento, ora de movimento social. A gleba se refere a terreno próprio para o cultivo. O assentamento se refere ao ato ou efeito de se realizar a fixação do camponês na terra. E o movimento social se refere a um grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses com possíveis enfrentamentos e conflitos com o objetivo de transformar a realidade. Trata-se da luta

de classes, pois “os movimentos se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação” (GOHN, 1997, p. 244). Assim sendo, permanece obscuro o protagonista das ações: ela pertence apenas ao Estado que implementou política pública na institucionalização do assentamento? Ou é do camponês que resiste ao processo de proletarização, expropriação e exclusão?

No terceiro e último capítulo são utilizadas as contribuições de D’Incao (1977); Martins (1986); Oliveira (1981,1986,1987); Tavares dos Santos (1978); Prado Junior (1962); Ferrante (1975); Santos (1978) e Loureiro (1981) visando analisar a organização do espaço camponês nos quatro assentamentos. Antonio (1990, p. 84) constata que no período de trinta anos a população rural reduziu mais da metade passando de 231.890 em 1960 para 105.318 em 1980 e explica que “a principal causa desse esvaziamento populacional rural está na irregular distribuição de terras, onde a pequena produção agrícola tende a diminuir para dar lugar à pecuária de corte”. Como consequência da redução dos estabelecimentos “os pequenos produtores rurais vêm se assalariando no campo e/ou migrando para outras áreas, principalmente urbanas” (p, 85).

A crescente concentração de terras constitui o principal componente da questão agrária na agricultura da Alta Sorocabana com a forte distorção polarizada latifúndio-minifúndio e “que se manifesta desde a sua ocupação, deve ser entendida como uma exigência do capital na estratégia de expansão, apropriação do espaço e sujeição da renda da terra” (ANTONIO, 1990, p. 87). Trata-se do “processo de territorialização do capital monopolista na agricultura” como explica Oliveira (1991, 24) em que o território camponês da Alta Sorocabana deu lugar ao território capitalista através da pecuária de corte. Nesse território o boi entra e o camponês sai. Ou, em outras palavras, o boi expulsou o camponês. A territorialização do capital e a desterritorialização dos camponeses compõe o mesmo processo e ocorrem simultaneamente. A resistência camponesa com as ocupações de terras tratará de desterritorializar o capital para reterritorializar os camponeses. Essa é uma das razões dos conflitos agrários serem cercados de muita violência, criminalizações e mortes.

Antonio (1990) estudou a organização do espaço camponês em quatro assentamentos rurais na Alta Sorocabana tendo em vista duas preocupações: a primeira consistia em ampliar a discussão da questão agrária brasileira e, a segunda, compreender a atuação do movimento camponês contra a concentração e monopólio da terra. No

decorrer do estudo constatou a intervenção do Estado nesse processo através da institucionalização dos quatro projetos de assentamentos como forma de amenizar os conflitos agrários, “mas também, e, sobretudo, atender os interesses do capital” (p. 15). Do mesmo modo em que sua intervenção foi conivente com os agentes ativos contribuindo largamente com a iniciativa particular, “que transformada em vendedora de terras, aproveitou-se da situação e, em benefício próprio, apropriou-se de grandes extensões de terra” (ANTONIO, 1990, p. 11). Desta forma, o movimento social como empreendimento coletivo teve êxito ao conquistar a terra, todavia foi ineficaz, pois, “não provocou transformações; não foi revolucionário, mas sim reformista e sendo, reformista, os verdadeiros beneficiários foram o Estado e o sistema econômico” (p.1). À essa interpretação de Antonio é possível contrapor outra interpretação verificando que o movimento camponês desenvolvido na região do Pontal do Paranapanema é parte integrante de um movimento histórico no Brasil com presença constante nas disputas políticas através das lutas camponesas com ações de resistência diante da intensificação da concentração fundiária, da exploração da força de trabalho, do empobrecimento e da exclusão social.

A história dos processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil demonstra que “o camponês se constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos” (NEVES e SILVA, 2008, p. 9). A luta é acompanhada, na maioria dos casos, por várias formas de violência como “prisões, perseguições, demissões, desemprego e, até mesmo, tortura nas prisões da ditadura militar” (Silva, 2008, p. 207), gerando o silêncio e o medo forçando o pesquisador a recorrer a história oral como “caminho necessário para a reconstrução dos acontecimentos [...]” (p. 208).

Uma das estratégias do movimento camponês se constitui no questionamento da aliança entre os donos do poder e os latifundiários conjugados num pacto político tácito indispensável para a conjunção entre o capital e a propriedade da terra, como explica Oliveira (1991, p. 142-159) mostrando que “o Estado e o capital privado sempre deram as mãos”. Antonio (1990, p.39) verificou essa estratégia do movimento camponês ao descrever a ação empreendida por cento e oitenta famílias que resistiram a reintegração de posse impetrada por um latifundiário. As famílias

“procuravam provar que as escrituras eram falsas, griladas, e que elas também tinham o direito de ocupar essas terras devolutas”.

Compreender essa aliança tornou-se imprescindível para entender o desenvolvimento das lutas camponesas e suas estratégias de sobrevivência. Com essa chave de leitura, Bastos (1984) explica a gênese, a evolução e a sucumbência das Ligas Camponesas⁹. Segundo ela a posse da terra consiste na principal condição para que o camponês negue ao mercado a venda de sua força de trabalho. Portanto ocupar a terra é outra estratégia do movimento camponês ao afrontar um dos baluartes “sagrados” do modo de produção capitalista – a propriedade privada. Ocupar a terra é a tentativa de resgate da condição camponês autônomo frente à expropriação completa dos meios de produção no seio do latifúndio. Essa estratégia do movimento camponês sempre foi rechaçada com muita violência como descrito na Geografia das Lutas no Campo (Oliveira, 1988/2002).

A terra é um bem da natureza e não produto do capital e, por isso, tem que estar a serviço de toda a sociedade. Por isso ocupar a terra é essência do movimento camponês como destacam Stédile e Fernandes (2000, p. 113-121) ao apontar, a partir das trajetórias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – os avanços na luta pela terra advindos da ocupação: a) cria o sentido de unidade e o sentido de pertencimento; b) desmascara a lei; c) efetua pressão social d) faz avançar a reforma agrária; e) estabelece a correlação de forças e) exige que o Estado e a sociedade se manifestem diante da estrutura fundiária concentrada. Para demonstrar a abrangência das ocupações de terra no Brasil Souza, (2009) afirma que estiveram presentes na “organização de famílias em ocupações entre os anos de 2000 a 2007, com maior intensidade, entre outros, seis movimentos socioterritoriais: MST, CONTAG, MLST, CPT, FETRAF e OLC” (SOUZA, 2009, p. 30).

⁹ Ler também Martins (1994/1999, p. 50-81).

7.2.2. ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Hespanhol (2000) estuda as perspectivas de análise da produção familiar e sua inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. Analisou as unidades produtivas de até 100 hectares no conjunto da estrutura produtiva regional de 1950 a 1995. Defende a tese segundo a qual as categorias de análise até o final dos anos 1980 utilizadas para caracterizar as unidade produção familiar “como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar” (HESPANHOL 2000, p. 2). No resumo da tese Hespanhol (2000, p. xxii) afirma que as unidades produtivas familiares desenvolveram várias estratégias de reprodução social que as fizeram importantes na produção agropecuária e na absorção da maior parcela da força de trabalho no meio rural. Todavia, essas estratégias não foram contempladas nos objetivos e nem nos procedimentos do levantamento empírico (p.209-214) e, por essa razão, não foram analisados nem as estratégias nem os resultados que elas proporcionaram. Por isso não se sabe a que se referem essas referencias feitas no resumo da tese.

No primeiro capítulo Hespanhol (2000) com as contribuições de Lambert (1959); Bastide (1959); Castro (1969); Guimarães (1983); Prado Júnior (1966); Gnaccarini & Moura (1983); Delfim Netto (1973); Paiva (1968, 1976); Linhares & Silva (1981); Fukui (1975); Cândido (1964) e Queiroz (1967) analisa a questão agrária brasileira nas décadas de 1950 e 1960 por três linhas de interpretação. Para a primeira delas a agricultura era considerada como entrave ao desenvolvimento econômico do Brasil. Numa visão dualista da realidade a agricultura arcaica do latifúndio, da parceria e do colonato – essas duas consideradas como “formas secundárias de produção” (Hespanhol, 2000, p. 17) - obstruía o avanço do progresso no campo contrapunha-se a concepção de modernidade representada pela indústria e pela cidade.

Para a segunda linha de interpretação a agricultura longe de ser resquício feudal prestou importante serviço para o processo de desenvolvimento ao atender as exigências da industrialização. Assim, por responder satisfatoriamente aos estímulos externos com aumento da produtividade do setor agrícola, com a liberação de mão-de-obra e pela elevação do nível de renda da população rural. Na terceira linha de

interpretação com postulados antropológicos, sociológicos e geográficos as situações regionais foram enfocadas através de análises mais descritivas do que analíticas.

No segundo capítulo Hespanhol (2000) utilizou as contribuições de Gonçalves Neto (1997); Romero (1998); Abramovay (1994); Oliveira (1972); Martins (1973, 1975, 1979, 1980a); Loureiro (1977); Silva (1978, 1980); Velho (1976); Lopes (1977) e Tavares dos Santos (1978) para analisar a modernização da agricultura na década de 1970 e a pequena produção. Ressalta que as análises dualistas e funcionalistas perderam importância como formas interpretativas da questão agrária brasileira. Era necessário explicar como se estabeleceu a articulação da agricultura com o setor industrial e com isso, ampliar a compreensão do complexo agroindustrial com as seguintes características: a) a ação do Estado com políticas creditícias; b) alta seletividade concentrando-se na região Centro-Sul do país em virtude da maior intensidade do processo de modernização e c) o atrelamento da agricultura aos demais setores da economia especialmente com o industrial e com o financeiro. Na década de 1970 a agricultura foi profundamente alterada em sua base produtiva¹⁰ por causa da tecnologia mecanizada, do uso dos defensivos e adubos químicos. Diante dessas alterações “o conceito de pequena produção ganhou um espaço relativamente grande tanto nos meios acadêmicos como governamentais” (Hespanhol, 2000, p. 31). A pequena produção como forma de produção não-capitalista ou não especificamente capitalista deve-se, segundo Martins (1979), Silva (1980) e Oliveira (1972) entre outros, à reprodução do capital em relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias ao movimento do capital. Hespanhol (2000, p. 34) entende que “a pequena produção no país era apreendida como um elemento não-capitalista ou não especificamente capitalista, em virtude da fragilidade com que a expansão do capital havia penetrado na agricultura brasileira”. Todavia, a fragilidade com que o capital havia se expandido na agricultura brasileira não foi demonstrada e essa afirmação serviu apenas para registrar um desencontro de concepções.

O terceiro capítulo estuda a produção familiar na década de 1980 com avaliação e novas perspectivas de análise. Para essa tarefa Hespanhol (2000) reúne as contribuições de Sandroni (1980); Dal-Rosso(1980) Souza (1980);Kageyama (1985); Silva (1980, 1987); Antuniassi (1987); Kageyama & Bergamasco (1989/90); Coradini

¹⁰ Essa alteração ficou conhecida como “modernização conservadora”.

(1982); Wanderley (1985). Procura analisar os impactos da modernização da agricultura brasileira e suas conseqüências para a sociedade brasileira. A partir da década de 1980 passou-se a utilizar o conceito de pequena produção familiar cujo atributo “*familiar*” procurava ressaltar as especificidades do processo de trabalho e de organização interna dessas unidades produtivas, em contraposição às empresas capitalistas, estruturadas com base no trabalho assalariado” (HESPANHOL, 2000, p. 60).

O complexo agroindustrial estende seu domínio contanto com o agenciamento do Estado garantindo a infra-estrutura necessária para se expandir cada vez mais. Nesse processo de expansão atrela a pequena produção familiar que, satisfazendo os pré-requisitos estabelecidos pela indústria e se integrar, perde o controle do processo produtivo, “ao mesmo tempo em que tem o ritmo de seu trabalho determinado pelas necessidades da indústria integradora” (HESPANHOL, 2000, p.72).

As unidades produtivas atreladas com capacidade de capitalização, de acesso ao crédito, de absorção tecnológica, de inserção no mercado vão se diferenciando cada vez mais dos outros tipos de produção familiar “tornando difícil sua identificação apenas como produtores de pequenos volumes (em termos de quantidade ou de valores) ou de gêneros para subsistência” (HESPANHOL, 2000, p. 76). A constituição dessas unidades produtivas receberá na década de 1990 a denominação de agricultura familiar e será um dos principais eixos norteadores das discussões sobre a questão agrária brasileira.

No capítulo quarto Hespanhol (2000) estuda a década de 1990 e a emergência da agricultura familiar como categoria de análise e para isso utilizou as contribuições teóricas de Sandroni (1980); Dal-Rosso (1980) Souza (1980); Kageyama (1985); Graziano Silva (1980, 1987); Antuniassi (1987); Kageyama & Bergamasco (1989/90); Coradini (1982); Wanderley (1985, 1996); Lamarche (1993); Veiga (1991) e Abramovay (1992). As contribuições para a construção dessa categoria de análise emergiram de duas fontes: originaram através das pesquisas em âmbito internacional como a de Lamarche (1993) nas quais enfatizam a importância dessas unidades produtivas como sustentáculo do desenvolvimento econômico e das pesquisas de cunho regional nas quais ressaltam a diversidade de formas apresentadas pelas produções familiares.

O conceito agricultura familiar se fortaleceu em 1996 quando o governo federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –

PRONAF – como política pública visando selecionar as condições com as quais o agricultor familiar seria inserido no mercado e reconhecido sua cidadania. Hespanhol (2000) entende que Veiga (1991) e Abramovay (1992) constituem duas obras importantes para explicar como se deu e o porquê da ruptura entre o campesinato e a agricultura familiar. Para Veiga (1991, p. 192) os camponeses diferem dos agricultores familiares por se retirarem do mercado “sem por isso deixarem de ser camponeses”. Para Abramovay (1992, p.126) essa distinção ocorre quando os camponeses integrarem-se plenamente nas estruturas nacionais de mercado transformando sua base técnica e seu círculo social, eles “metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais.”

No sexto capítulo Hespanhol (2000) analisa a inserção da agricultura familiar na estrutura produtiva agropecuária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente consultando a contribuição de Silveira (1990) e dividindo suas considerações em seis partes, a saber: a) estrutura fundiária; b) condições de acesso a terra; c) utilização das terras; d) evolução das lavouras e da produção animal; e) limites à utilização de crédito rural e à incorporação tecnológica; f) composição da força de trabalho.

Hespanhol (2000) constata que na região desde a década de 1950 duas modalidades de exploração agrícola ocupam o território com lógicas completamente distintas: em grandes propriedades rurais a pecuária de corte está presente desde a década de 1950 e a expansão da cana de açúcar a partir do final dos anos 1970. Paralelamente ocupando área de até 100 hectares estão as unidades produtivas familiares explorando alimentos e matéria-prima industrial. Portanto, o território do latifúndio para produzir em grande escala a carne e o álcool ocupa o território camponês que produz em pequena escala gêneros de primeira necessidade e alguma matéria prima o que assim constatou Hespanhol (2000, p. 136) “os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, apresentaram redução de 47,2% no seu número e de 24,8% na área ocupada”.

A estrutura fundiária profundamente desigual e altamente concentrada reproduz na região as características da estrutura fundiária brasileira. Todavia, o que chama a atenção é que essa região historicamente suporta um problema jurídico crônico agravando ainda mais a situação das unidades produtivas familiares. As terras devolutas do Pontal proporcionaram a concentração territorial através dos processos de grilagem

de terras demonstrados por autores como Leite (1972); Fernandes (1996) e Feliciano (2003), entre outros. Portanto na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente o modelo de desenvolvimento rural, a exemplo do que ocorre no Brasil, privilegia as grandes propriedades rurais com volumosos recursos financeiros fortalecendo sua expansão. Essa expansão nessa região foi devida às terras devolutas que, com a subserviência do Estado, vem gozando de sua proteção, atendendo sua política agrícola geradora de divisas para equilibrar a balança de pagamentos. Por conseguinte, as unidades produtivas familiares descapitalizadas enfrentaram (e continuam enfrentando) grande diversidade de problemas exigindo delas estratégias de sobrevivência e criação de alternativas com as quais permanecerem na terra produzindo e se reproduzindo.

No oitavo e último capítulo Hespanhol (2000) estudou as características da agricultura familiar nos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Presidente Bernardes e Emilianópolis a partir de informações obtidas em entrevistas com produtores familiares. Para essa tarefa dividiu suas considerações em: 1) perfil do responsável e membros da família; 2) trajetória de vida dos responsáveis e condições de acesso à terra; 3) composição da força de trabalho e rendimentos acessórios; 4) exploração de terras produtivas; 5) utilização de insumos, máquinas e implementos agrícolas; 6) formas de financiamentos da atividade agropecuária; 7) comercialização e transporte da produção agropecuária; 8) organização dos produtores familiares; 9) condições sócio-econômicas dos produtores e das unidades produtivas; 10) avaliação da política agrícola e perspectivas para o futuro.

Ressalta as especificidades da produção familiar tanto da organização interna com os elementos básicos como a terra, a força de trabalho e equipamentos, quanto das relações externas como o grau de inserção no mercado, a utilização de crédito rural e as formas de comercialização do excedente. A combinação dos elementos internos possibilita compreender a origem da diversidade desse tipo de produção agropecuária e as estratégias de permanência e de sua reprodução. No que tange ao crédito rural via PRONAF,

a maioria desses produtores afirmou que o valor concedido para o custeio agrícola (R\$ 5.000,00 por produtor) é insuficiente frente aos custos de produção, além do que, as próprias agências bancárias não têm interesse nesse tipo de financiamento, colocando vários entraves burocráticos para a obtenção dos recursos (HESPANHOL, 2000, p. 307-308).

O agricultor familiar é idealizado como sujeito de direitos e como protagonista do desenvolvimento rural. O PRONAF como política pública foi implementado visando aumentar a capacidade produtiva, como informa Hespanhol (2000, p. 97), a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1996, p. 26):

Neste sentido houve, a partir de meados dos anos 1990, a implementação de políticas destinadas ao fortalecimento e à dinamização dessas unidades produtivas familiares, ganhando destaque na esfera governamental, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. (HESPANHOL, 2000, p. 321)

Hespanhol (2000) analisou as unidades produtivas familiares de até 100 hectares no conjunto da estrutura produtiva na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP no período de 1950 a 1995. Fez emergir as discussões sobre a questão agrária brasileira nas décadas de 1950 a 1990 destacando aspectos importantes da modernização da agricultura e os impactos dela na pequena produção. Investigou as características da produção familiar tentando encontrar as novas perspectivas de análise que pudessem contribuir com a compreensão desse tipo de exploração agropecuária.

Estudou a inserção da agricultura familiar na estrutura produtiva regional selecionando quatro municípios para poder analisar suas características. Com todas as informações obtidas compreendemos ser importante continuar as investigações sobre o avanço do capitalismo na agricultura e ampliar o quanto possível as discussões teóricas sobre o campesinato recorrendo ao debate paradigmático.

Com o debate paradigmático emergem as opções teóricas dos pesquisadores, suas opções políticas, suas concepções filosóficas e seus referenciais metodológicos. E, por causa disso, suas interpretações e as construções dos seus significados se diferenciam, não havendo nenhuma possibilidade em harmonizá-los. A opção é inerente ao processo, pois os pesquisadores vinculados em cada paradigma foram para o campo como que equipados com as lentes e os filtros através dos quais registraram suas observações fazendo emergir significações peculiares, algumas antagonicas, do mesmo fenômeno analisado. Enumeraram alternativas características as quais lhes garantem segurança quando afirmam ou negam aquilo que viram no campo. Fizeram escolhas epistemológicas conscientes ou não, das conseqüências sociais e políticas advindas delas. O caminho da concordância foi retirado desse mapa, em seu

lugar foram construídos dois caminhos um pelo paradigma da questão agrária, outro pelo do capitalismo agrário.

Considerações finais

A questão agrária é área de pesquisa extremamente profícua e complexa por ter no seu centro o desenvolvimento das relações capital/campesinato, cujas transformações são impulsionadas pelo dinamismo econômico que tem seu vigor ampliado pelo avanço tecnológico. O campesinato se desenvolve no capital sem fazer parte dele e o capital se desenvolve hegemonicamente sem conhecer limitações. Essas perspectivas distintas demonstram a multidimensionalidade da questão agrária o que justifica nossa proposta da imprescindibilidade do debate paradigmático pelo confronto das interpretações como condição de estudo dessa área de pesquisa.

A perspectiva do campesinato consiste em se desenvolver em qualquer modo de produção sem fazer parte de sua lógica por criar sempre a sua existência e, por conseguinte, garantir seu protagonismo. O campesinato lutou no feudalismo, permanece lutando no capitalismo e lutará em qualquer outro sistema produtivo como faz na China e em Cuba, porque ele tem seu jeito próprio de fazer agricultura. Ele ocupa o território e desenvolve todas as dimensões da vida utilizando a diversidade e a riqueza natural das florestas, rios, climas, paisagens e ecossistemas. O território do campesinato se caracteriza pela heterogeneidade e diversificação.

A perspectiva do capital consiste em se desenvolver procurando sobrepor seu “império” expandindo de forma absoluta o regime de trabalho assalariado, sua forma característica de relação social. Garantir a extração da mais-valia é condição de acumulação cada vez mais intensa do capital. Por essa lógica acumulativa procura destruir todas as relações sociais para, no lugar delas, se desenvolverem apenas as relações capitalistas de produção. Seu jeito empresarial de fazer agricultura visa dominar as forças produtivas da vida se apoderando da diversidade da natureza pelo controle genético e pelo desenvolvimento da biotecnologia. O território do capital se caracteriza pela homogeneidade e especialização.

Essa pesquisa se propôs analisar a subalternidade e a resistência do campesinato frente ao avanço do capital - tendo como referências a formação do agronegócio na mundialização da economia e na internacionalização das lutas camponesas - a partir das conflitualidades advindas das diversas leituras as quais compreendem os diferentes processos de fim e recriação do campesinato que se

efetivam na metamorfose do camponês em agricultor familiar e no processo de recampesinização, respectivamente. Atualmente o campesinato se encontra novamente numa encruzilhada: reproduzir o capital integrando-se ao agronegócio ou lutar contra ele tentando impedir a consolidação do agronegócio como forma superior de produção agrícola e, portanto, como modelo exclusivo de desenvolvimento rural. Em outras palavras, ou o campesinato luta contra o capital enfrentando a lógica do agronegócio propondo alternativas viáveis e críveis ou é asfixiado pela subalternidade e pela expropriação inexorável.

Entre as evidências que ocorreram no transcorrer desse trabalho destacamos como indispensável o estado permanente de alerta no estudo da questão agrária para que assim, o pesquisador tenha como se desviar das armadilhas advindas tanto da abundância dos fenômenos particulares do campesinato e do capital, quanto da tendência em absolutizar a verdade defendida nas teorias que, consciente ou não, quase sempre é despendida pelos teóricos. As ideologizações do capital e do campesinato dificultam compreensões como, por exemplo, a de que a agricultura tem suas próprias leis e é equívoco tratá-la como se estivesse diante de uma indústria. Nem o capital tem a força e o dinamismo que diz ter e nem o campesinato possui todas as alternativas para resolver todos os impasses - dos quais ele também é causador - e, são gerados pela evolução da agricultura.

O estudo da integração da agricultura no mecanismo de produção social exige um nível razoável de sofisticação epistemológica, pois, a transformação histórica da agricultura impulsionou alterações no campesinato que, por sua vez, soube se defender e se recriar garantindo sua independência e autonomia. Para alcançar essa compreensão faz-se necessário examinar todas as transformações da agricultura nas várias fases do desenvolvimento pelas quais passaram o modo de produção capitalista e igualmente atentar para todas as alterações engendradas pelo campesinato para não ser subsumido à égide das leis e da lógica capitalista. Portanto, consiste num dos maiores desafios para as Ciências Humanas explicar como o capital vem tentando se apoderar da agricultura e como o campesinato, neste processo de assujeitamento, não desapareceu e, nem tão pouco, se proletarizou completamente. Aqui está exatamente o núcleo da questão agrária.

Para estudá-la o pesquisador cria suas próprias representações e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa os aspectos fenomênicos das

manifestações do capital e do campesinato cuja complexidade possibilita várias leituras, diversas análises com referências teóricas distintos desenvolvidos pelas mais diferentes áreas do saber. Todo esse conjunto intelectual interessa – e muito - ao estudo da questão agrária, uma vez que quanto mais ampla as análises, mais profícuas as respostas e mais multidimensionais suas abordagens propiciando compreender, por exemplo, que no campesinato não estão escondidos, na mesma pessoa, o capitalista e o proletariado. Essas duas denominações são caracterizações especificamente capitalistas e o camponês é personagem não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista. O que corrobora com nossa compreensão de que o capital é um processo que engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. O que significa dizer que é da essência do capital a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção.

A constatação de que o capital é um processo cujo avanço se dá de forma desigual e contraditória e que engendra relações especificamente capitalistas e relações não-capitalistas de produção ajuda compreender que tanto os problemas urbanos como os agrários não são senão dois aspectos do mesmo processo de desenvolvimento capitalista. Na fase da industrialização da agricultura, quando o Estado exercia a função de principal agente do capital, os recursos financeiros por ele liberados impulsionaram a substituição da força muscular pela mecânica liberando um contingente populacional do campo, excepcionalmente alto, que se refugiou nas periferias das grandes cidades, esvaziando o campo.

Ao tentar retornar para a terra esses camponeses refugiados vem se organizando em movimentos socioterritoriais e efetuando as ocupações de terra, como forma de dinamizar a reforma agrária. As novas dimensões da luta no campo nas últimas três décadas marcadas pela mundialização da economia e pela internacionalização das lutas camponesas demonstram que a luta vai além da luta por terra, incluindo também questões sobre a produção, a autogestão, a autonomia, a soberania alimentar e a participação política. Lutar por terra é mais do que a luta pela terra, é o processo de recampesinização, de tornar-se camponês com o seu jeito próprio de fazer agricultura protegendo e melhorando os recursos disponíveis, aumentando o bem-estar e ampliando as perspectivas de futuro.

As lutas políticas no campo dinamizadas pelos movimentos socioterritoriais se dão dentro dos limites do capitalismo. Neste sentido, tais lutas

contribuem com a definição de que tipo de capitalismo e que tipo de democracia podem surgir. As lutas no e do campo procurarão estabelecer entraves ao avanço explorador do capital ao tentar recuperar o domínio e o controle dos seus meios de produção como a terra e os equipamentos. Numa contradição totalmente desenvolvida com seus antagonistas, o campesinato constrói seu território material e imaterial entre fluxos e refluxos na luta política. Neste confronto político o capital defrontar-se-á com o campesinato em duas frentes: pela cooptação e pela repressão. Na investida de cooptação do capital parte do campesinato opta pelo amoldamento e pelo consentimento respondendo afirmativamente aos anseios do capital como acontece com a FETRAF-SUL e com parte da CONTAG. A outra parte do campesinato recusa a cooptação e opta pelo enfrentamento e pela luta contra o capital mesmo que nos limites do capitalismo suportando toda ordem de repressão advindo dos aparelhos do Estado com a criminalização e a judiciarização das lutas camponesas como acontece com a VIA CAMPESINA.

É importante ressaltar as estratégias criadas historicamente para transpor os obstáculos que o sistema capitalista ergue para excluir o campesinato por que esse recusa em se submeter ao julgo do capital. Entre a resistência e a submissão o campesinato sabe defender seus meios de produção, sabe desenvolver o tipo camponês de fazer agricultura, sabe produzir alimentos para o autoconsumo e o excedente para o mercado, sabe criar formas de se inserir na sociedade capitalista e na história. Pelo consorciamento sabe semear legumes junto com flores para evitar a compra de inseticidas e, com isso, aprende e ensina recuperar as sementes e as nascentes numa relação harmoniosa com o meio ambiente antepondo o bem estar à ganância, o político ao econômico, encontrando na diversidade inúmeras alternativas para sua permanência. O campesinato vai encontrando formas de co-existir em meio às transformações capitalistas no campo tanto na produção como nas relações mercantis e na luta pela terra. Vão se multiplicando de maneiras tão diversas que quase é necessário uma análise específica em cada espaço, situação e tempo, devido à diversidade de estratégias que o campesinato encontra para permanecer no campo lutando para ter o controle político do seu território.

As lutas políticas no campo, a cooptação e a repressão do capital, a luta pela terra e as estratégias do campesinato são algumas dimensões da questão agrária do século XXI cujas especificidades e particularidades advindas do desenvolvimento do

modo capitalista de produção que, ao procurar industrializar o campo, promove novas configurações e novos arranjos espaciais. Por essa razão torna-se indispensável a análise da luta de classes no campo que, se no passado era necessária, atualmente é imprescindível.

A análise territorial é fundamental para compreender a luta de classes que se estabelece pela disputa do território visando a implantação de um modelo de desenvolvimento agropecuário. É no território que os interesses antagônicos das classes sociais se efetivam, razão pela qual convém ampliar a compreensão desse conceito entendendo-o como campo de força. Só assim é possível esclarecer as novas configurações e os novos rearranjos territoriais. E, como essas contradições estão em constante movimento, elas serão reveladas muito mais fortemente pelo território, o lugar onde se dão as disputas políticas e desenvolvem as conflitualidades. O território é relacional entre processos sociais, espaço material que inclui o movimento, a fluidez, as conexões e as redes que são fundamentais para compreender as práticas humanas. Tais práticas se desenvolvem necessariamente como luta de classes e se instalam no território provocando alterações na sua configuração espacial produzidas pela conflitualidade dos interesses de classe e pelas intencionalidades das ações que visam impor seu controle e domínio no território para garantir o uso dos recursos naturais e estabelecer relações sociais determinadas.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. É necessário cobrar resultados de assentados: pesquisador defende lógica empreendedora da agricultura familiar para os assentados. **O Estado de São Paulo**, 21 dez. 2003. Nacional, p. 7. Entrevista.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara**. 1996. 240 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem**. In: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI. (orgs.) **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 353 – 362.

ALTHUSSER, Lousi. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALY JUNIOR, Osvaldo; PEREIRA, Leonam Bueno; CARVALHO, G.C.; STOREL JUNIOR, A. O, SILVA, R.P. **Questão agrária e agricultura em São Paulo: elementos de diretrizes do Incra-SP**. In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 325-338.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

AMIN, Samir, **O capitalismo e a renda fundiária**. In: AMIN, Samir e VERGAPOULOS Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANTONIO, Armando Pereira. **O processo de ocupação das terras no extremo sudoeste paulista: a colônia alemã no município de Presidente Prudente**. 1984. 280 folhas Dissertação (Mestrado em Geografia) IGCE – Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro.

_____. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado. Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990**. 1990. 177 folhas Tese (Doutorado em Geografia) apresentada na FFLCH, da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARTRA, Armando. **Marginales, Polifônicos, Trashumantes: os campesinos del milênio.** In: **Geografia Agrária Teoria e poder.** In: FERNANDES, B.F.; MARQUES, M.I.M, SUZUKI, J.C. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 85-103.

BASTOS, Elide R. **As Ligas Camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

BOMBARDI, Larissa M. **A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.** In: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI. (orgs.) **Geografia Agrária teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 315-337.

BONHOEFFER, Dietrich, **Resistência e Submissão.** 2ª ed. Rio de Janeiro, 1980.

BRABO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina. Aquecendo o debate sobre agrocombustíveis.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

BRITO, M. A., MESQUITA, O. V. **Transformações recentes na agricultura brasileira.** . In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 1980, Rio de Janeiro. *Anais.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1980. p. 1-24.

BRUNO, Regina. **Agronegócio e novos modos de conflituosidade.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83-105.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito.** 9ª edição, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2001.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, H.M de. **O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionates do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço.** 18ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946/2005

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina.** Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHOMSKY, Noam. **Controle da Mídia. Os espetaculares feitos da propaganda.** Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2003.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

CONTERATO, M.A. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul.** 2008. 290 f. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSTA NETO, Carobert. **Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 71-82.

D'INCAO, M. C. **Bóia-Fria, Acumulação e Miséria.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

DIAS, Jailton. **A construção da paisagem na raia divisória São Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul: um estudo por teledetecção.** Presidente Prudente, 2003. 266 pp. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

DINIZ, J.A.F., **A renovação da Geografia Agrária no Brasil.** In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25, SIMPÓSIO RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA, 1973, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBPC, 1973. p. 29-81.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra.** Cascavel: Unioeste, 2002.

_____. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra.** Cascavel: Unioeste, 2003.

_____. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas.** In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-240.

FABRINI, João Edmilson. **O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível.** In: SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos (orgs.), **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 55-88.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder Formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Ed. Globo, 5ª reimp., 2005.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006. 205 pp.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação Pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Revista NERA, ano 8, nr. 7, p. 112-124, 2006.

_____. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês.** Revista de Geografia Agrária – Campo Território, v.1, n.2, p.14-30, Universidade Federal de Uberlândia, 2006 b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 285 pp.

_____. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil (uma entrevista com João Pedro Stedile)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária**. Boletim Paulista de Geografia, nº. 75, setembro, 1999; p. 83-129.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. ANPEGE, 2002.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA Presidente Prudente, ano 8, número 6, p. 14-34, janeiro/junho. 2005.

_____. **Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – USP, 4860-4874, 2005.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008, p. 173-230.

_____. **Los dos campos de la cuestión agrária: campesinato y agronegócio**. Hacia dónde vamos: conflictividad agrária e laboral. Guatemala: Pastoral de la Tierra Interdiocesana, 2007.

_____. **Entrando nos Territórios do Território**. In: **PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. **Sobre a Tipologia de Territórios** In: **SAQUET, Marco Aurélio e SPOSITO, Eliseu Sáverio (orgs.) Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. **Movimento socioterritorial e “globalização”**: algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, B. M. e WELCH, C. A. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na**

América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-70.

FERNANDES, B. M. e WELCH, C. A, GONÇALVES, E.C. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial.** *Revista Espaço Aberto*, URFJ, nº 1, Departamento de Geografia, 2010. (no prelo).

FERNANDES, B.M; MEDEIROS, L. S de; PAULILO, M.I; (orgs.) **Lutas Camponesas: condições, dilemas e conquistas v1 e 2.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FERRANTE. V.L.S.B. **O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: Ideologia e Realidade.** Perspectivas, Araraquara, ano I, vol. 1, nº. 1, p. 167-195, 1975.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90.** 1998. 389 folhas. Tese (Doutorado em Organização do Espaço).. Rio Claro: IGCE-Cp. de Rio Claro-UNESP.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia.** 8. ed. revista e ampliada. São Paulo:Ática, 2007.

FRANK, André Gunder. **A Agricultura Brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964.** In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 35-100.

FREIRE – MAIA, Newton. **A Ciência por dentro.** 6ª edição, Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 16. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALVÃO, M. C. C., COELHO, M. C. N. **Valorização e transformações recentes do uso da terra no município de Silva Jardim.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4, 1983, Uberlândia. *Comunicações.* Uberlândia: UFU, 1983. p. 81-4.

GAZOLLA, Marcio e SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº16, abril, 2001, p. 165-184.

GERMER, Claus. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária.** In: STÉDILE, J.P.(coord.) **A Questão Agrária na década de 90.** 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 144-151.

GERMER, Claus. **Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90.** In: STÉDILE, J.P.(coord.) **A Questão Agrária na década de 90.** 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 259-284.

GIARRACCA N. e TEUBAL M. **Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegocio”: el caso argentino.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e**

Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 139-164.

GODOY, E.P. de; MENEZES, M.A de; MARIN R.A (orgs.) **Diversidades do Campesinato: Expressões de Categorias v1 e 2.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1997.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Los limites del consenso – La propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 249-274.

GORGEN, Frei Sergio e STÉDILE, João Pedro (orgs). **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária.** Petropolis: Vozes, 1991.

GUERREIRO, Luciana García. **Resistencias campesinas: La experiencia de las ferias francas de la provincia de Misiones, Argentina.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 365-384.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio,** 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Formação da Pequena Propriedade: intrusos e posseiros (1963).** In: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M. de N.B: (orgs.) **Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações. v1.** São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 45-55.

GRZYBWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

HEGEDEUS, Andrés. A questão agrária. In: HEGEDEUS, Andrés et al. **História do Marxismo IV. O Marxismo na época da Segunda Internacional** (Terceira Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.149-171.

HESPAHOL, R A de Medeiros. **Produção Familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente -SP.** 2000. 354 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) apresenta no Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.

HAESBAERT Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton, BECHER, Bertha. **Território, territórios.** Ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª edição. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2006.

HEGEL, G.W. **Fenomenologia do Espírito.** Petrópolis: Vozes, 2002.

HIRANO, Sedi. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INNOCÊNCIO, N. R., OLIVEIRA, T. M. R. **Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira em áreas de nível médio de modernização**. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 45, n. 3-4, 1983, p. 263-309.

JOLLIVET, Marcel. **Pour une agriculture diversifiée**. Paris: Editions L'Harmattan, 1988.

KAGEYAMA, Angela e BERGAMASCO, Sonia M.P. **A estrutura da produção no campo em 1980**. *Perspectivas*, nº 12/13, São Paulo, 1989/90, p. 55-72.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 9ª edição, 1ª reimp., São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O caminho desde a Estrutura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**, 1981, 256 f. Tese (Livre-Docência). Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista- "campus" de Presidente Prudente.

_____. **A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente**, 1972, 210 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

_____. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, Sergio P. e ÁVILA, Rodrigo V de. **Um futuro para o campo Reforma Agrária e desenvolvimento social**. São Paulo: Editora Vieira e Lent, 2007.

_____. **El sentido de la reforma agrária en los procesos de desarrollo: por una crítica a los límites de la visión económico-reduccionista y al modelo de**

modernização agrícola. In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 303-323.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.** São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial.** Presidente Prudente, 2006.132 pp. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

LIZÁRRAGA Pilar e VACAFLORES Carlos. **Proyecto de dominación y resistencia campesina – El caso de Tarija, Bolívia.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 225-248.

LOPES, Juarez R.B. **Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970).** Estudos do Cebrap nº.22, Petrópolis: Vozes, p. 41-110, 1977.

LÓPEZ, Mildred. **La Función Social de la Propiedad y la Quimera de los Agronegocios en Guatemala – Una posibilidad en el corazón de la globalización neoliberal.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 107-137.

LOUREIRO, M.R.G. **Cooperativismo e reprodução camponesa.** IN: LOUREIRO, M.R.G. (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981.

LUGON, Clóvis, **A República “comunista” cristã dos Guaranis 1610/1768.** 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** 15ª reimpressão, São Paulo: Cultrix, 2007.

MACKINLAY, Horácio. **Pequenões produtores y Agronegocios em México: una retrospectiva histórica. Tendencias de expansión y operación de los agronegocios a**

princípios del siglo 21. In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 165-195.

MALAGODI, Edgard. **Propriedade Fundiária e Campesinato Um estudo de Smith, Ricardo e Marx.** João Pessoa: Editora Universitária de UFPB, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Crítica À A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, DE CAIO PRADO JUNIOR – 1967.** In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 101-106.

MARQUES, Marta I. M. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade,** In: OLIVEIRA A. U. e MARQUES M. I.M (orgs.) **O Campo no Século XXI.** São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 145-158.

MARTIN, Jean-Yves. **Uma geografia de nova radicalidade popular:** algumas reflexões a partir do caso do MST. **Terra Livre,** São Paulo, v.2, nº19, pp .11-35, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **A questão agrária no Brasil – S.B.P.C. –** Ciência e Cultura, 27 (8), p. 816 – 818, agosto, 1975.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. **A militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1986 a.

_____. **Não há terra para plantar neste verão – o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Reforma Agrária não representa lutas camponesas.** Entrevista à Andréa Kurachi. Agência Universitária de Notícias, AUN – USP, ano 22, nº. p. 1, setembro, 1989.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso.** São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. **Reforma Agrária O impossível Diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura no Brasil.** Disponível em <www.nead.org.br>. 2001.

MASSARETTO, Nívea. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra:** organização do cadastro dos movimentos socioterritoriais. 2007. 55 pp. Relatório (Iniciação científica – FAPESP). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MASSEY, Doreen. **La conceptualización del espacio y la cuestión de la política en un mundo globalizado.** In: SILVA, JB; LIMA, Luiz Cruz, ELIAS Denise, **Panorama da Geografia Brasileira.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **El Capital.** Tomo I, vol. I e II. Livro Primeiro, 14ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1984.

_____. **El Capital.** Tomo III, vol. 8. Livro Terceiro, 3ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1984.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

_____. **Obras Escolhidas** volume 3, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964 – 1990.** In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 17-200.

MENDRAS, Henry. **La Fin des paysans.** Paris : Actes Sud, 1984

MESQUITA, O.V. e SILVA, S.T. **A inserção da pequena produção na mudança tecnológica da agricultura na região Sul.** *Revista Brasileira de Geografia*, ano 48, n. 4, p. 503-33, 1986.

_____. **Agricultura na Região Sul: mudança tecnológica e a pequena produção.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7, 1986, Belo Horizonte. *Conferências e Comunicações.* Belo Horizonte: UFMG, 1986. v.1, p. 54-61.

MONTENEGRO, Jorge. **Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina.** In: SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos (orgs.), **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-34.

MORAES, Antonio Carlos R. **História Social da Geografia no Brasil: elementos para uma agenda de pesquisa,** in: **I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico,** IGCE-RIO CLARO, Unesp, 1999, p. 17-23.

MORAES, Maria Aparecida. **Entrevista a Beatriz**. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 11, n.º. 12, p. 117-136, jan/jun. 2008

MORAES SILVA, **A morte ronda os canaviais paulistas**. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, volume 33, n.º. 2 – Ago/Dez, 2006.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo; (orgs.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. v1 e 2**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o ocaso da reforma agrária no Brasil**. XXXII Encontro Anual da ANPOCS. GT 35: Ruralidade, território e meio ambiente. Outubro de 2008 – Caxambu (MG), 2008, p. 1-51.

NAVARRO, Zander. **Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). **A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010, p.185-209.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: questões metodológicas**. Revista ABRA, n.º 2 e 3, volume 25, maio/dez, p. 21-36, 1995.

_____. **Agricultura Familiar: quantos ancoradouros**. Inédito, 2005.

_____. **Novas competências para o desenvolvimento rural**. In :MOTA, Dalva Maria da ; SCHMITZ, Heribert ; VASCONCELOS, Helena Ellery. (Org.). **Agricultura Familiar e abordagem Sistêmica**. Aracajú, p. 183-198, 2005 b.

NEVES, Delma P. e SILVA, Maria A. de M. (orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros**. In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (orgs.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211- 270.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes; (orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil v1 e 2**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

NIEDERLE, Paulo André. **Mecanização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen**. Tese de doutorado apresentada a Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. – USP, 1978.

_____. **Agricultura e indústria no Brasil**. In: Boletim Paulista de Geografia, nr. 58, setembro de 1981, AGB, p. 5-64.

_____. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A pequena produção mercantil no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 5, 1982, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: AGB, 1982. livro 2, v. 2, p. 179-211.

_____. **A pequena produção agrícola mercantil do Brasil**. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 2, n. 2, p. 165-95, 1982.

_____. **Os posseiros e a luta contra o capital: "A terra é de ninguém"**. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 3, p. 78-92, 1982.

_____. **Monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Agricultura brasileira: as transformações recentes**. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo Contexto, 2002.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. *Estudos Avançados*, nº. 43, volume 15, set/dez. 2001, p. 185- 206.

_____. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. *Terra Livre*, nº. 21, volume 2, julho/dez. 2003, p. 113- 156.

_____. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**, in XII Encontro Nacional do MST, em São Miguel do Iguçu, Paraná de 19 a 24 de Janeiro de 2004.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

PALAU, Tomás et all. **Los Refugiados del modelo agroexportador**. Impactos del monocultivo de soja em las comunidades campesinas paraguayas. Asuncion, BASE Investigaciones Sociales, 2007.

PALAU, Tomás. **El agronegocio de la soja en Paraguay – Antecedentes e impactos sociales y económicos.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegocio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17-44.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Os limites das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente.** 1997. 212 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

_____. **Geografia Agrária e Questão Agrária.** In: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI. (orgs.) **Geografia Agrária teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 339-351.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Por uma eco-história da raia divisória São Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul.** (inédito). 2003.

PERANI, C. **Pastoral Popular e os movimentos sociais.** IN: Caderno do CEAS, nº. 119, p. 13-23, janeiro/fevereiro, 1989.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST.** Disponível em <www.osal.clacso.org>. Acessado em 03.04.2006.

_____. **A luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina.** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegocio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 195-221.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)** 6ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **O Estatuto do Trabalhador Rural.** IN: Revista Brasiliense, 41, maio/junho, 1962.

_____. **A questão agrária no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História Econômica do Brasil.** 39ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **A questão agrária e a revolução brasileira – 1960.** In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 79-87.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 2008. 410 folhas. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

RAPCHAN, E. S. **O mito no corpo, na terra, na planta: reflexões acerca dos posseiros do Vale do Pindaré-Mirim**. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 67, p. 69-74, 1989.

REGO, Nelson. **A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e seu significado para o Movimento dos Sem-Terra**. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n.º. 4, pp. 65-76, 1988.

SÁ Jr., F. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência**. In: *Estudos Cebrap*. São Paulo, 3, p. 87-148, 1973.

SALLUM JR., Brasília. **Capitalismo e cafeicultura**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Questão Agrária e Campesinato**. São Paulo: Ed. Polis, 1980.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do Vinho**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização**. IN: SANTOS, J.V.T.(Org.) **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”**. In *São Paulo em Perspectivas*. Vol.18; n.º 1. São Paulo Jan./Mar.2004

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. (orgs.) **Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio, TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Do território Geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Trabalho apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, nº16, abril, p. 165-184, 2001.

SEARLE, John. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SERVOLIN, C. **A Absorção da agricultura no modo de produção capitalista**. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 45, n. 3-4, p. 425-39, 1983.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **La classe Incomoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-48.

SILVA, M. A. de Moraes. **Greve na Fazenda**. IN: NEVES, Delma P. e SILVA, Maria A. de M. (orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, São Paulo: Zahar, 1981.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. **Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola**. In: COSTA, L.F.C.; SANTOS, R. (orgs.) **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 79-91.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001

_____. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária**. In: STÉDILE, J.P.(coord.) **A Questão Agrária na década de 90**. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 137-143.

SILVA, Anderson A. da. FERNANDES, Bernardo Mançano. VALENCIANO, Renata Cristiane. **RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: [S.n.], 2006. 373 pp.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). São Paulo. Tese (doutorado em Geografia) apresentada na FFLCH- USP

_____. **A pequena exploração familiar na Alta Sorocabana**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7, 1986, Belo Horizonte. Conferências e Comunicações. Belo Horizonte: UFMG, 1986. v.1, p. 133.

_____. **A modernização da agricultura brasileira**. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 9, p. 136-48, 1987

SINGER, Paul Israel. **Apresentação**. In. LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. VII-XLII.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. **Um estudo sobre Lênin e as defesas da Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo. 1992. 240 folhas. Tese (Doutorado em Economia) apresentada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.

_____. **Brava Gente** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1ª reimp. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2000.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2004.

_____. **A Questão Agrária no Brasil** O debate na esquerda 1960-1980. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

TEIXEIRA, M. A. & SPOSITO, M. E. B. **Reconstituição histórico-cartográfica da evolução da estrutura fundiária da Alta Sorocabana e a expansão territorial urbana de Presidente Prudente**. IN: Anais da Fundação Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente, 1979.

TERÁN, Juan Fernando. **La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos para América Latina**. In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 339-364.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

THIOLLENT, Michel, **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria-qual o lugar do campesinato e do proletariado?** In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 275-302.

VALVERDE, Orlando. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro, INEP, vol 1, 1964.

_____. **Metodologia da Geografia Agrária**. In: *Reflexões sobre a geografia*. São Paulo, AGB, 1980, p. 53-80.

VELTMAYER, H., PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento**. In; PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 79-117.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **DIRETRIZES PARA UMA NOVA POLÍTICA AGRÁRIA**. In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Estudos do NEAD. São Paulo, 1998.

VILLA, Marcos Antonio. **Canudos: o povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995.

WACQUANT, Loïc **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WAHREN, Juan. **Construyendo territorios Corporaciones, movimiento social y proyectos autogestionados en Mosconi, Salta (Argentina)**. In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 385-401.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Grupo de Estudos Agrário da Unicamp, Campinas: Unicamp, 1979.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**, in: TEDESCO João Carlos (org.) **Agricultura Familiar realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

_____. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2009

_____. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Disponível em http://www.aspta.org.br_p.33_a46_2009.pdf.

WELCH Clifford Andrew; FERNANDES Bernardo Maçano. **Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil.** In: **Campesinato e territórios em disputa**, PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson, São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161-190.

WELCH, Cliff, GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M. de N.B: (orgs.) **Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações. v1 e 2.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WELCH, Clifford Andrew, **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOORTMANN E.F. **O Saber Tradicional Camponês e Inovações** In: OLIVEIRA A. U. e MARQUES M. I.M (orgs.) **O Campo no Século XXI.** São Paulo: Paz e Terra, p. 133-143, 2004.